



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

TÂNIA GORAYEB SUCUPIRA

MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA UFC E ECOS
DE RESISTÊNCIA DE 1968 E 2016

FORTALEZA

2021

TÂNIA GORAYEB SUCUPIRA

MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA UFC E ECOS
DE RESISTÊNCIA DE 1968 E 2016

Tese apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora. Linha de pesquisa: História e Memória. Eixo temático: História, Memória e Práticas Culturais Digitais.

Orientador: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

Coorientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

Supervisor de estágio: Prof. Dr. Francisco Javier García-Delgado.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pela autora

S939m Sucupira, Tânia Gorayeb.

Movimentos estudantis na UFC e ecos de resistência de 1968 e 2016
/ Tânia Gorayeb Sucupira – 2021.
285 f.: il. color.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.

Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientação: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

Coorientação: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

1. Movimento estudantil. 2. História da Educação. 3. Educação. 4. Instituto de Física (1968). 5. Faculdade de Educação (2016). I. Título.

CDD 370

TÂNIA GORAYEB SUCUPIRA

MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA UFC E ECOS
DE RESISTÊNCIA DE 1968 E 2016

Tese apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor. Linha de pesquisa: História e Memória. Eixo temático: História, Memória e Práticas Culturais Digitais.

Aprovada em: 31 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier (Coorientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Fátima Maria Leitão Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
Universidade Federal do Ceará (UFC)



À saudosa Cacau, com carinho imenso e gratidão eterna.

“A nossa geração estimulava o melhor lado do ser humano: solidariedade, generosidade [...]. Fazer a vida valer a pena [...]; [apesar disso], se vê crueldade, tirania, injustiça [...]. A nossa geração pensava: vou [vamos] fazer alguma coisa.” (MARIA DO CARMO MOREIRA SERRA AZUL – CACAU).

☀ 27/08/1951 - ✠ 26/04/2019

AGRADECIMENTOS

O meu ingresso no curso de doutoramento em Educação acresceu páginas especiais à minha autobiografia, dádiva ao meu esforço, mas também uma enorme responsabilidade. Escrever esta tese de doutorado teria sido ainda mais difícil se eu não contasse com apoios e contribuições inestimáveis. Aqui descansa o leito de memórias deste percurso de pesquisas e escritos de 2016 a 2021, margeado num lado por gratidão e noutro por afetos que levo comigo para o resto da minha vida.

Ao meu orientador, professor doutor José Gerardo Vasconcelos, que pauta sua trajetória na livre-docência a democratizar o acesso à pós-graduação e a pesquisar temas que dão visibilidade a problemáticas de grupos sociais à margem da academia, minha admiração e gratidão pela oportunidade, confiança e orientação. Ao meu coorientador, professor doutor Antônio Roberto Xavier, pelo olhar paciente e generoso ao trabalho, construção de ideias e correções. Às professoras doutoras Lia Machado Fiuza Fialho, Cristine Brandenburg e Camila Saraiva de Matos, pelo estímulo e amizade. Ao Felipe Aragão de Freitas Carneiro, por cuidar da preparação final desta tese.

À professora doutora Fátima Maria Leitão Araújo, ao professor doutor Ari de Andrade, ao professor doutor Luís Távora Furtado Ribeiro, ao professor doutor Antônio Roberto Xavier, ao professor doutor José Rogério Santana e ao professor doutor Felipe Franklin de Lima Neto por suas contribuições metodológicas e referenciais nas bancas de primeira e segunda qualificações, que elevaram o nível acadêmico deste trabalho. À banca de defesa desta tese: professor doutor José Gerardo Vasconcelos, professora doutora Fátima Maria Leitão Araújo, professor doutor Ari de Andrade, professor doutor Luís Távora Furtado Ribeiro e professor doutor Antônio Roberto Xavier, pela atenção da leitura e por todas suas considerações.

À minha filha de modo especial, a professora doutora Adryane Gorayeb Caetano, profissional acadêmica admirável e exemplar, por estar sempre disponível para apreciar e corrigir meus trabalhos científicos. Obrigada por se dispor a ler esta tese e por todas as intervenções no texto. Minha gratidão à minha família, minha mãe, minhas netas, meus irmãos e meus sobrinhos amados, que me motivaram neste caminho com a presença, o afeto e o reconhecimento.

À Universidade Federal do Ceará (UFC) pela recepção desta pesquisa em seus arquivos e especialmente ao Ivan da Costa Lima, secretário no Conselho

Universitário, por sua gentileza, paciência e disponibilidade. Sou grata ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE) por acolher meu projeto de pesquisa em 2016 e ao professor doutor Valdemarim Coelho Gomes, coordenador, em 2019, por seu empenho à concretização do nosso projeto de doutorado sanduíche, que me possibilitou abrir o horizonte acadêmico ao objeto de estudos durante a temporada de pesquisas na *Universidad de Huelva* (UHU), na Espanha.

Estendo o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo suporte financeiro e apoio institucional durante o estágio de seis meses no Departamento de História, Geografia e Antropologia da UHU, de agosto de 2019 a janeiro de 2020, especialmente à terna acolhida do professor doutor Francisco Javier García-Delgado, cuja orientação de estudos e supervisão dos trabalhos possibilitaram o acesso às demais fontes documentais e bibliográficas e aprimoraram a minha formação como pesquisadora.

Esta pesquisa não teria sido possível sem a contribuição dos protagonistas e coetâneos que se dispuseram a resgatar memórias e a narrar suas histórias de vivência nos movimentos estudantis de Fortaleza e da UFC. Das histórias de 1968, gratidão à saudosa Maria do Carmo Serra Azul, a Cacau, a quem dedico este trabalho com carinho e admiração, e ao seu esposo, o professor José Machado Bezerra. Agradeço, de coração, à professora doutora Maria José Sales Auto Moreira e aos professores doutores José Evangelista Moreira, Rodger Franco Rogério e Alfredo Néelson Cabral Serejo. Meu muito obrigada à professora doutora Maria Clelia Lustosa Costa, que contribuiu para que eu entrevistasse o professor doutor Vicente Walmick Almeida Vieira, cujas narrativas ampliaram o alicerce de argumentos desta tese.

Ao professor doutor Henry Campos, que me honrou com sua atenção e com reflexões que enriqueceram a discussão dos movimentos estudantis da UFC em 2016. Minha gratidão especial aos ativistas que me concederam entrevistas e aos que me acolheram no movimento de ocupação da Faculdade de Educação (Faced) da UFC. Ao Francisco Arnaldo Lopes Bezerra, do Centro Acadêmico do curso de Pedagogia, em 2016, e ao Matheus Figueiredo Pereira, dirigente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC, em 2016, que gentilmente consentiram em expor seus nomes. Muito obrigada!

Com exceção dos erros, que são todos meus, esta tese lhes pertence, em boa parte. Ao recordar tantos obstáculos que contornei até chegar aqui, por fim, dou graças a Deus por todos os meus amigos e pela bênção de estar viva.

Talvez, algum dia, descobertas na neurobiologia nos permitam explicar o comunismo e as cruzadas em termos estritamente bioquímicos. Mas estamos muito longe de chegar a esse ponto. Durante o século XXI, é provável que a fronteira entre a história e a biologia fique menos nítida, não porque vamos encontrar explicações biológicas para eventos históricos, e sim porque ficções ideológicas irão reescrever sequências de DNA; interesses políticos e econômicos redesenharão o clima; e a geografia de montanhas e de rios dará lugar ao ciberespaço. À medida que as ficções humanas são traduzidas em códigos genéticos e eletrônicos, a realidade intersubjetiva vai engolir a realidade objetiva e a biologia vai se fundir com a história. Portanto, no século XXI a ficção se tornará a força mais poderosa na Terra, superando os asteroides e a seleção natural. Daí que, se quisermos entender nosso futuro, decodificar genoma e triturar números, dificilmente será suficiente. Temos de decifrar também as ficções que dão significado ao mundo. (HARARI, 2017, p. 158).

RESUMO

Em 1947, os estudantes da Faculdade de Direito do Ceará organizaram um abaixo-assinado com dez mil assinaturas para pleitear uma universidade para o estado (Universidade Federal do Ceará). Na greve do terço, em 1962, os universitários da Universidade Federal do Ceará lutaram por representação e voto nas instâncias deliberativas da instituição. A pesquisa acrescenta os movimentos estudantis no Instituto de Física (1968) e na Faculdade de Educação (2016). A premissa é que os estudantes da referida instituição historicamente se organizam por conquistas institucionais, motivo por que a pesquisa objetiva compreender representações nos movimentos de ocupação do Instituto de Física e da Faculdade de Educação. A análise destaca aprendizagens que resultaram do ativismo e o método comparado analítico discute semelhanças e convergências entre as ocupações. O trabalho consistiu na revisão da bibliografia, fontes primárias e entrevistas com protagonistas e coetâneos das respectivas ocupações. Narrativas relacionam a sublevação com o movimento estudantil de maio de 1968 e citam a conquista das reivindicações de melhorias na infraestrutura do prédio e reuniões entre docentes, discentes e técnicos para a reformulação do currículo. Em 2016, com o apoio da União Nacional dos Estudantes, as greves e ocupações nos *campi* da Universidade Federal do Ceará foram articuladas pelo Diretório Central, com aumento da participação discente e ganhos institucionais: congelamento do valor unitário das refeições aos universitários e ampliação da oferta do desjejum para um número maior de alunos carentes. A ocupação da Faculdade de Educação interrompeu completamente o acesso, inclusive impediu que fossem realizadas provas do Exame Nacional do Ensino Médio. As narrativas abordam a participação de secundaristas no movimento e ressaltam dificuldades da convivência, mas afirmam o amadurecimento político e as aprendizagens, entre elas, a retórica em público e a organização de assembleias. A reunião que decidiu o fim da ocupação Faculdade de Educação resultou em duas atas. Conforme a ata do Conselho da Faculdade de Educação, foi aprovada a criação do Fórum de Graduandos e Pós-Graduandos da faculdade. Segundo a Ata da Ocupação, além do fórum citado, houve consenso para ampliar o horário do laboratório de computação e para mudar o nome do auditório da Faculdade de Educação, que homenageia o integrante do governo ditatorial que assumiu após o golpe de 1964. A análise comparativa de narrativas da ocupação do Instituto de

Física e da Faculdade de Educação demonstra que, em 1968, o número de estudantes no ensino superior era menor, mas o ativismo estudantil era ligado a partidos políticos e congêneres. Em 2016, o número de matrículas na universidade foi expandido, contudo as narrativas indicam que mais da metade dos estudantes protagonistas da ocupação da referida faculdade optam pela militância livre de ligação com organizações políticas ou participam de coletivos autônomos e independentes de partidos políticos. Um ponto em comum ao movimento de ocupação do Instituto de Física e da Faculdade de Educação é a organização da ação política em protesto contra o governo estabelecido, em vista de melhores condições de ensino e aprendizagem e por mais investimentos públicos em educação.

Palavras-chave: movimento estudantil; história da educação; educação; Instituto de Física (1968); Faculdade de Educação (2016).

ABSTRACT

In 1947, students from Ceará Law School organized a petition with 10,000 signatures to demand a state university (Federal University of Ceará). During the “Um Terço” strike in 1962, Federal University of Ceará students fought for representation and voting rights within the deliberative bodies of the institution. To that history, this research adds the student movements at the Physics Institute (1968) and the School of Education (2016). Its premise is that Federal University of Ceará students, historically, have organized in pursuit of institutional gains and it aims to understand the representations in the occupation movements of Physics Institute and School of Education. The analysis highlights lessons learned through activism and the comparative analytical method discusses similarities and convergences between the occupations. The study consisted of a bibliography review, primary sources and interviews with protagonists and contemporaries of each occupation. Narratives tell the story of the student movement upheaval of May 1968 and cite its accomplishments: improvements to the building infrastructure, and meetings between students, faculty and technicians for curriculum reformulation. In 2016, with the support of “União Nacional dos Estudantes”, strikes and occupations on Federal University of Ceará campuses were organized by the student union, highlighting increased participation of students in the movements, as well as institutional gains: price freezes on student meals and expansion of breakfast to a greater number of underprivileged students. The School of Education occupation blocked access to the facility completely, including impeding the administration of the national secondary school exit exam. The narratives address high school students’ participation in the movement and highlight the difficulties of coexisting, but affirm the resulting political maturity and lessons learned, among them, public speaking and assembly organization. The meeting that determined the end of the Faced occupation resulted in two distinct records. According to the Faculty of Education Council version, the creation of a School of Education student and alumni Forum was approved. According to the occupation participants’ minutes, in addition to the Forum cited, there was a consensus to expand the computer lab hours and to change the name of the School of Education auditorium, which honors the member of the dictatorial government that took over, after the 1964 coup. The comparative analysis of narratives of the Physics Institute and School of Education occupations demonstrates

that, in 1968, the number of college students was smaller, but student activism was connected to political parties and organizations. In 2016, the number of enrollments at the university had expanded, but the narratives indicate that more than half the students that were active in the School of Education occupation opted for militancy free from connections with political organizations or participated in autonomous collectives independent of political parties. One point in common between the Physics Institute occupation movement and School of Education is the organization of political action in protest against the established government, demanding better study conditions and greater public investments in education.

Keywords: student movement; education history; education; Institute of Physics (1968); Education University (2016).

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|-----|
| Figura 1 | – Gazeta de Notícias (14 de maio de 1968): “Debates da paz se iniciam em Paris em pé de guerra” | 70 |
| Figura 2 | – Em 2019, ocorreu o reencontro de coetâneos do IFI de 1968. À esquerda, José Machado (à época, estudante no IFI), no centro, José Evangelista (professor no IFI), à direita, Rodger Rogério (professor no IFI)..... | 177 |
| Figura 3 | – Reunião do dia 22 de novembro de 2016 na praça do Chão, Faced, UFC..... | 193 |
| Figura 4 | – Fachada do Departamento de Educação com a mensagem: “OCUPADA” | 196 |
| Figura 5 | – Página Ocupação Faced – UFC destacando a audiência à palestra do professor doutor Dermeval Saviani no início do acontecimento que reuniu centenas de pessoas | 197 |
| Figura 6 | – Manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, de 29 de novembro de 2016, com a presença dos estudantes que ocuparam a Faced | 212 |
| Figura 7 | – Acadêmicos bloqueando a avenida da Universidade com carteiras escolares no dia da votação final da PEC 55 no Senado Federal, em 13 de dezembro de 2016 | 215 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| AAFEC | Associação dos Aposentados Fazendários Estaduais do Ceará |
| ABH | Associação Brasileira de Hispanistas |
| ABJD | Associação Brasileira de Juristas pela Democracia |
| AC | Ação Católica |
| ADUFC | Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará |
| AG | Assembleia Geral |
| AGE | Assembleia Geral Extraordinária |
| AI | Ato Institucional |
| ALN | Ação Libertadora Nacional |
| Andes | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior |
| AP | Ação Popular |
| Arena | Aliança Renovadora Nacional |
| Ascun | <i>Asociación Colombiana de Universidades</i> |
| Audesa | <i>Asociación Universitaria de Santander</i> |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CA | Centro Acadêmico |
| Capes | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCC | Comando de Caça aos Comunistas |
| CCOO | <i>Comisiones Obreras</i> |
| CCV | Comissão Coordenadora de Vestibular |
| Cepal | Comissão Econômica para a América Latina e Caribe |
| Cesc | Centro de Estudantes Secundaristas do Estado do Ceará |
| CEU | Clube de Estudantes Universitários |
| CFE | Conselho Federal de Educação |
| CIA | <i>Central Intelligence Agency</i> |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNE | <i>Congreso Nacional de Estudiantes</i> |
| CNED | Central Nacional de Estudantes Democráticos |
| CNH | Conselho Nacional de Greve |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| Conep | Conselho Nacional de Ética em Pesquisa |

| | |
|-----------|---|
| ConsFaced | Conselho Departamental da Faced |
| Consuni | Conselho Universitário |
| CPC | Centro Popular de Cultura |
| CU | <i>Ciudad Universitaria</i> |
| DA | Diretório Acadêmico |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| DFS | <i>Dirección Federal de Seguridad</i> |
| Doi-Codi | Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna |
| Dops | Departamento de Ordem Política e Social |
| DRU | Desvinculação de Receitas da União |
| DRY | <i>Democracia Real Ya</i> |
| EC | Emenda Constitucional |
| ECT | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| Embraer | Empresa Brasileira de Aeronáutica |
| Enem | Exame Nacional do Ensino Médio |
| ESG | Escola Superior de Guerra |
| Faced | Faculdade de Educação |
| Fametro | Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza |
| Fateci | Faculdade de Tecnologia Intensiva |
| FBI | <i>Federal Bureau of Investigation</i> |
| FFCL | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| Fies | Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FOB | Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil |
| FUN | <i>Fondo Universitario Nacional</i> |
| Funai | Fundação Nacional do Índio |
| Fundeb | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| Fundef | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério |
| GN | <i>Gazeta de Notícias</i> |

| | |
|----------|--|
| Ibad | Instituto Brasileiro de Ação Democrática |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBs | Institutos Básicos |
| ICFES | <i>Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior</i> |
| IFCE | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará |
| IFI | Instituto de Física |
| IO | Isaac Ochoterena |
| Ipes | Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais |
| IPMs | Inquéritos Policiais Militares |
| IPN | Instituto Politécnico Nacional |
| Iseb | Instituto Superior de Estudos Brasileiros |
| JCM | Juventude Comunista Mexicana |
| JEC | Juventude Estudantil Católica |
| JK | Juscelino Kubitschek |
| Joing | Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antônio Gramsci |
| JS | Colégio Estadual Justiniano de Serpa |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| Lacom | Laboratório de Computação |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LVM | <i>La Voz de México</i> |
| Mais | Movimento por uma Alternativa Independente Socialista |
| Mane | <i>Mesa Amplia Nacional Estudantil</i> |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| ME | Movimento Estudantil |
| MEC | Ministério da Educação |
| Mercosul | Mercado Comum do Sul |
| Mobral | Movimento Brasileiro de Educação |
| MP | Medida Provisória |
| MPL | Movimento Passe Livre |
| NOS | Nova Organização Socialista |
| NSA | <i>National Security Agency</i> |
| Nudoc | Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica |
| Nuper | Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |

| | |
|---------|---|
| Oban | Operação Bandeirante |
| Oclae | <i>Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes</i> |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OP | <i>O Povo</i> |
| OSPB | Organização Social e Política Brasileira |
| PAN | Partido de Ação Nacional |
| PC do B | Partido Comunista do Brasil |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCBR | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário |
| PCE | Partido Comunista Espanhol |
| PCM | Partido Comunista Mexicano |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| Pibid | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência |
| PL | Projeto de Lei |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PP | Partido Popular |
| PPGE | Programa de Pós-Graduação em Educação |
| PPP | Parcerias Público-Privadas |
| PRD | Partido Revolucionário Democrático |
| PRI | Partido Revolucionário Institucional |
| Proies | Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior |
| Prouni | Programa Universidade para Todos |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PSD | Partido Social Democrático |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSOE | <i>Partido Socialista Obrero Español</i> |
| PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PUC-SP | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |

| | |
|--------|--|
| QI | Quarta Internacional |
| RCP | <i>Reuniones Coordinadoras Preparatorias</i> |
| RECC | Rede Estudantil Classista e Combativa |
| Reuni | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RU | Restaurante Universitário |
| SDEE | <i>Sindicato Democrático de Estudiantes de España</i> |
| SDEU | <i>Sindicato Democrático de Estudiantes</i> |
| SDEUB | <i>Sindicato Democrático de Estudiantes Universitarios de Barcelona</i> |
| SE | Sessão Extraordinária |
| Sefaz | Secretaria da Fazenda |
| Seppir | Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SESu | Secretaria de Educação Superior |
| SEU | Sindicato Espanhol Universitário |
| Sintaf | Sindicato dos Fazendários do Ceará |
| Sisu | Sistema de Seleção Unificada |
| SO | Sessão Ordinária |
| Sumoc | Superintendência da Moeda e do Crédito |
| Tamus | <i>Texas A&M University System</i> |
| TC | <i>Tribuna do Ceará</i> |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre Esclarecido |
| TICs | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| UA | <i>Universidad de Antioquia</i> |
| Ubes | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas |
| UC | <i>Universidad del Cauca</i> |
| UDN | União Democrática Nacional |
| Uece | Universidade Estadual do Ceará |
| Uerj | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| Ufam | Universidade Federal do Amazonas |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UFCA | Universidade Federal do Cariri |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFP | Universidade Federal do Paraná |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |

| | |
|-----------|--|
| UGC | <i>Universidad La Gran Colombia</i> |
| UIA | Universidad Iberoamericana |
| UIS | Universidad Industrial de Santander |
| ULA | Universidad de Los Andes |
| Unam | Universidad Autónoma de México |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNC | Universidad Nacional de Colombia |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| Unesco | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| Unicamp | Universidade Estadual de Campinas |
| Unifor | Universidade de Fortaleza |
| Unilab | Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira |
| Uninassau | Centro Universitário Maurício de Nassau |
| Urca | Universidade Regional do Cariri |
| Usaid | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional |
| Usis | United States Information Service |
| USP | Universidade de São Paulo |
| UT | Unitário |
| UV | Universidad del Valle |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 20 |
| 1.1 | Percurso metodológico | 27 |
| 2 | MARCO TEÓRICO: MAIO DE 1968 E A ATUALIDADE | 41 |
| 2.1 | Os MEs das décadas de 1960 e 1970 | 42 |
| 2.1.1 | <i>Em 1968 – O ME na Espanha</i> | 43 |
| 2.1.2 | <i>Em 1968 – O ME no México (Universidad Autónoma de México e Instituto Politécnico Nacional)</i> | 49 |
| 2.1.3 | <i>De 1968 a 1971: MEs na Colômbia e “El Programa Mínimo de los Estudiantes Colombianos”</i> | 57 |
| 2.1.4 | <i>Em 1968 – O ME no Brasil e o caso da Revolta das Saias</i> | 64 |
| 2.2 | Os novos MEs dos anos 2000 | 73 |
| 2.2.1 | <i>Em 2011 – O Movimento 15-M, os Indignados na Espanha</i> | 75 |
| 2.2.2 | <i>Em 2012 – O ME mexicano #YoSoy132</i> | 81 |
| 2.2.3 | <i>De 2007 a 2011 – O ME na Colômbia (Universidad del Valle)</i> | 84 |
| 2.2.4 | <i>Em 2015 – O ME dos secundaristas em São Paulo, Brasil</i> | 89 |
| 3 | RUPTURAS DEMOCRÁTICAS E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO | 94 |
| 3.1 | O golpe civil-militar de 1964: as reformas constitucionais e os impactos na Educação | 95 |
| 3.2 | O golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 e a Ponte para o Futuro | 112 |
| 3.3 | Semelhanças e diferenças diante dos contextos | 127 |
| 4 | CONJUNTURAS CRÍTICAS E ATIVISMO ESTUDANTIL NA UFC | 133 |
| 4.1 | Lócus do estudo: contextualização histórica da UFC, do IFI e da Faced | 134 |
| 4.2 | Prelúdios do ME na UFC e no IFI (1968) | 148 |
| 4.3 | Histórias da ocupação do IFI (1968) | 154 |
| 4.4 | Narrativas da ocupação da Faced (2016) | 177 |
| 4.4.1 | <i>“Fora, Temer” e a PEC da morte</i> | 178 |
| 4.4.2 | <i>Prelúdios dos movimentos na UFC e da ocupação da Faced (2016)</i> | 180 |
| 4.4.3 | <i>Início do ME de ocupação da Faced (2016)</i> | 189 |
| 4.4.4 | <i>Histórias da ocupação da Faced (2016)</i> | 196 |
| 4.4.5 | <i>A entrada dos secundaristas na ocupação da Faced (2016)</i> | 208 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.4.6 | <i>Em 29 de novembro de 2016: Brasília e os black blocs; a ocupação da Faced e a saída dos secundaristas.....</i> | 210 |
| 4.4.7 | <i>Fim do ME: na UFC e na ocupação da Faced (2016).....</i> | 214 |
| 4.5 | Semelhanças e convergências entre os movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016)..... | 220 |
| 5 | CONCLUSÕES | 225 |
| | REFERÊNCIAS..... | 233 |
| | APÊNDICE A – TCLE DE JOSÉ EVANGELISTA MOREIRA | 253 |
| | APÊNDICE B – TCLE DE MARIA JOSÉ SALES AUTO MOREIRA | 256 |
| | APÊNDICE C – TCLE DE FRANCISCO ARNALDO LOPES BEZERRA | 259 |
| | APÊNDICE D – TCLE DE MATHEUS FIGUEIREDO PEREIRA..... | 261 |
| | APÊNDICE E – ENTREVISTA DE JOSÉ GERARDO VASCONCELOS A CAMILA SARAIVA DE MATOS, EM 18 DE OUTUBRO DE 2018 | 264 |
| | ANEXO A – PARECER DO COORIENTADOR ESTRANGEIRO SOBRE OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO EXTERIOR | 265 |
| | ANEXO B – CÓPIA DO E-MAIL ENVIADO POR RODGER FRANCO ROGÉRIO AUTORIZANDO O USO DAS NARRATIVAS..... | 266 |
| | ANEXO C – PRINT DO WHATSAPP DE ALFREDO NÉLSON CABRAL SEREJO AUTORIZANDO O USO DA ENTREVISTA | 267 |
| | ANEXO D – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO DCE-UFC, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016..... | 268 |
| | ANEXO E – ATA DA 3ª SE DO CONSFACED, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016..... | 273 |
| | ANEXO F – ATA DA 4ª SE DO CONSFACED, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016..... | 274 |
| | ANEXO G – ATA DA 5ª SE DO CONSFACED, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016..... | 276 |
| | ANEXO H – ATA DA 6ª SE DO CONSFACED, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016..... | 279 |
| | ANEXO I – ATA DA OCUPAÇÃO ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, PROFESSORES E CONSELHO DA FACED, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016 | 280 |
| | ANEXO J – DECLARAÇÕES DE REVISÃO DO VERNÁCULO E DE NORMALIZAÇÃO | 285 |

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos estudantis (MEs) podem ser entendidos desde uma perspectiva macrossocial, como a reação de grupos frente a mudanças nas estruturas dos sistemas e, por dentro, como a expressão sociopolítica de um conjunto de interesses, valores e ideias que se convertem em ações coletivas (SOSA-LONDOÑO, 2018). Na correlação de forças, além dos dilemas que decorrem do confronto entre os estamentos civil e burocrático, a dinâmica de organização e atuação em conjunto enfrenta uma dialética interna, na qual se dão divergências, conflitos e confrontos entre indivíduos e grupos (ACEVEDO-TARAZONA, 2015; CARRILO-LINARES, 2006; DELGADO, 2013).

A atitude naturalmente contestadora (ACEVEDO-TARAZONA, 2004) desperta o protagonismo dos jovens universitários nas lutas por democratização do acesso à educação superior (ACEVEDO-TARAZONA, 2012) e por mais autonomia (CARRILO-LINARES, 2008), destacando-os como aguerridos militantes contrários a governos autoritários (DELGADO, 2013). Na compreensão das conjunturas críticas que acompanham o ativismo de estudantes, no entanto, implica estabelecer um fio condutor da história no tempo (ACEVEDO-TARAZONA, 2012, 2015; CARRILO-LINARES, 2006, 2008; CENTENO, 2014; FREITAS, 2001; GORENDER, 1987, JINKINGS, 2016; SOARES; PETARNELLA, 2009).

Este estudo analisa contextos, conjunturas e desdobramentos de dois MEs na Universidade Federal do Ceará (UFC): o ME de ocupação do Instituto de Física (IFI), em 1968, e o ME de ocupação da Faculdade de Educação (Faced), em 2016. Intenta-se analisar motivações, fatores e causas nos contextos, além dos procedimentos que os estudantes elegeram para lutar, entendendo o que os levou a escolherem determinados métodos de protesto e resistência, ou melhor, por que optaram, por exemplo, por ocupar os respectivos cursos quando poderiam ter se manifestado com greves ou passeatas.

A análise busca perceber o impacto das ocupações estudantis na instituição superior e na experiência acadêmica discente, verificando em que medida as mobilizações estudantis contribuíram para melhorar a instituição e a experiência do estudante na academia, destacando o legado das ocupações em termos de acréscimo de recursos financeiros para a instituição e ganhos para a categoria:

autonomia, representatividade, melhorias na infraestrutura, atendimento às necessidades dos alunos e transparência institucional.

Aliás, o diálogo entre as especificidades das respectivas ocupações estudantis suscita questões: quais os contextos e conjunturas dos movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016)? Que causas foram defendidas? Quais os desdobramentos e os direcionamentos das ocupações? Como a experiência de vivência em cada uma das ocupações impactou as subjetividades da(o)s ocupantes e qual o legado que ficou para a instituição e para o alunado em termos de aprendizagens, conquistas democráticas e amadurecimento político? Quais os pontos de acordo e divergência entre as ocupações do IFI (1968) e da Faced (2016)? Quais as transformações tecnológicas e culturais do ativismo estudantil ao longo do tempo?

Assim, o escopo da pesquisa é compreender o ativismo dos universitários da UFC nos movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016), analisando os contextos e conjunturas que atravessaram as manifestações, ou melhor, causas, fatores e elementos determinantes.

O registro dos referidos movimentos de ocupação, inédito no acervo da academia, espera enriquecer o Memorial da UFC e o Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (Nudoc). As reflexões congregam os estudos nas Ciências Sociais e no campo da Educação, especialmente nas áreas de História da Educação e Sociologia da Educação, adicionando subsídios para pesquisadores e estudiosos acerca das temáticas e questões problemáticas discutidas.

As obras de Martins Filho abordam vultos, fatos e acontecimentos relacionados à criação da UFC¹. As suas memórias perpassam pela fundação da Universidade e atravessam eventos dos seus quatro mandatos como reitor na direção da instituição. Em 1947, discentes do corpo da Faculdade de Direito do Ceará² representaram o documento com dez mil assinaturas que foi entregue nas mãos do então ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani

¹ A Universidade do Ceará foi criada oficialmente pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954. Em 1965, foi instituído o nome atual, Universidade Federal do Ceará, seguindo a padronização dos nomes das universidades federais de todo o país.

² A Faculdade de Direito surgiu como Academia Livre de Direito do Ceará em 21 de fevereiro de 1903, sendo estadualizada pela Lei nº 717, de 8 de agosto de 1903. A Faculdade de Direito foi reunida com a Escola de Agronomia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Farmácia e Odontologia com a finalidade de instituir a Universidade do Ceará, pela Lei nº 2.373/1954.

Bittencourt³, requerendo às autoridades a criação de uma universidade cearense (MARTINS FILHO, 1983).

Em 1962, o reitor Martins Filho foi “[...] informado, em caráter sigilar, de importantes reuniões [...] promovidas pelos líderes da União Nacional dos Estudantes – UNE [...] para o grande movimento que iria ser deflagrado [...]” (MARTINS FILHO, 1983, p. 216). A articulação capitaneada pela União Nacional dos Estudantes (UNE)⁴ visava mobilizar a categoria de universitários cearenses na vanguarda da luta pelo cumprimento do artigo 78 da Lei nº 4.024/1961⁵. Os estudantes, “[...] desejosos de evitar choques, concordavam em que a representação estudantil nos órgãos colegiados fosse apenas de um terço do total dos membros componentes de cada colegiado [...]” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 114).

No contexto da Guerra Fria, o golpe civil-militar de 1964 (NAPOLITANO, 2014) inaugurou o longo período de governo ditatorial⁶. Frente ao recrudescimento do regime, os universitários do Instituto de Física⁷ da UFC deflagraram uma greve em 1968, para reivindicar melhorias na oferta da educação (BOL-UNIV-CEARÁ, 1968). De acordo com as memórias de José Machado Bezerra (5 jan. 2017, entrevista), o reitor Fernando Leite orientou os estudantes a retornarem, prometendo solucionar os problemas; passados 30 dias, quando cobrado do compromisso, o reitor respondeu: “Vocês não entenderam. Eu não negocio com subversivos”. O professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) relatou detalhes da assembleia em que ele propôs a ocupação, motivado pela ocupação da Sorbonne (SALAZAR, 2018), e recordou que a ocupação do IFI (1968) perdurou por 30 dias. José Evangelista, à época professor no curso, recordou o fim da crise:

[...] estava esvaziado e tudo, aí alguém deu uma sugestão. Eu gostaria de ter sido eu, mas não fui eu, não, que era a seguinte: ‘Volta, libera o prédio, mas o segundo semestre não vai ter aula. Vai ter uma comissão de

³ Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), em 1946, Clemente Mariani deixou a Câmara para assumir a pasta da Educação e Saúde Pública no governo do general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD).

⁴ Organização política e estudantil e uma das principais representantes dos estudantes do ensino superior no Brasil.

⁵ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre elas a prerrogativa da representação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades.

⁶ Ditadura militar brasileira ou Quinta República Brasileira foi o regime instaurado em 1º de abril de 1964 que durou até 15 de março de 1985, sob o comando de sucessivos governos militares.

⁷ Por resolução do Conselho Universitário, foi criado, em 1962, o Instituto de Física, reconhecido, oficialmente, pelo Decreto nº 62.279, de 20 de fevereiro de 1968, mas foi através do Decreto nº 71.882, de 2 de março de 1973, que o Departamento de Física passou a integrar o Centro de Ciências da UFC.

professores, estudantes, de todo mundo no semestre todo, mudando o currículo, para mudar o currículo, arranjar novos, é... livro, texto, enfim, ajeitar o curso de Física [...].

As narrativas de coetâneos dos acontecimentos recordam que o segundo semestre letivo de 1968 no IFI foi suspenso para que o currículo fosse reformulado, inclusive com a adoção de nova referência didática. O Memorial da UFC guarda o documento que cita problemas entre os corpos docente e discente do IFI, os nomes dos professores da comissão que mediou entendimentos e a volta à normalidade no IFI (BOL-UNIV-CEARÁ, 1968).

Décadas depois, o ano de 2013 marcou o início do ciclo de grandes protestos no Brasil, mediante a conjuntura crítica que envolveu, pelo menos, três dimensões, como avalia Napolitano (2016): 1) a dimensão política, relacionada com problemáticas de fisiologismo, governabilidade e representatividade; 2) a dimensão econômica, diante da “[...] crise internacional que explodiu em 2008” (NAPOLITANO, 2016, p. 60); e 3) a dimensão ideológica, a partir da ruptura da classe média com o petismo, “[...] alimentada sistematicamente pela imprensa de direita” (NAPOLITANO, 2016, p. 62).

Nos meses finais de 2016, a conjuntura estava caótica (BOITO JÚNIOR, 2016). Entre satisfeitos e indignados, a sociedade debatia a mudança repentina do governo eleito democraticamente. A ruptura institucional que destituiu Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT)⁸, da presidência da república movimentou a classe política no controverso processo de *impeachment* (PRONER *et al.*, 2016) e dividiu juristas, intelectuais, artistas e vários segmentos da sociedade, entre apoiadores do *impeachment* e defensores da tese de golpe parlamentar-jurídico-midiático (DIAS, 2018; KRAWCZYK; LOMBARDI, 2018; PRONER *et al.*, 2016; SOUZA, 2016).

Michel Temer, o vice-presidente, assumiu o Executivo anunciando um programa de governo (PMDB, 2015) polêmico e impopular (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016). Entre as medidas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016 estabelecia um teto para gastos primários por duas décadas,

⁸ Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais de 2010 e assumiu o primeiro mandato de governo em 1º de janeiro de 2011. A vitória nas eleições de 2014 lhe garantiu o segundo mandato, a partir de 1º de janeiro de 2015, mas a mandatária sofreu impedimento e deixou a presidência em 31 de agosto de 2016, ocasião em que assumiu o vice-presidente, Michel Temer.

impactando o financiamento da Educação (GAMA, 2016). Uma onda de protestos acirrou a revolta dos estudantes de todo o país.

Em 10 de outubro de 2016, a página do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC no Facebook informou a aprovação da proposta no Congresso, alertando a comunidade para o prejuízo na educação pública – *post* intitulado “Mais retrocessos” (DCE-UFC) – e mobilizando a categoria para a resistência.

O grupo de estudantes do curso de Geografia/UFC havia se antecipado e já ocupava o Departamento localizado no Centro de Ciências no *campus* do Pici desde o dia 1º de novembro de 2016, antes mesmo de ocorrer a Assembleia Geral na cúpula da reitoria da UFC. A assembleia, que aconteceu na tarde de 3 de novembro, foi organizada pelo DCE para tratar, dentre outras pautas, sobre a jornada de luta estudantil contra a aprovação da proposta de teto dos gastos, a deflagração da greve estudantil, o indicativo de ocupação dos *campi* da UFC e, ao final, um ato de rua (DCE-UFC, 2016).

Em seguida ao ato de rua, que durou cerca de uma hora, a manifestação estudantil percorreu vias no entorno do *campus* do Benfica, mas um grupo de estudantes da Faced se afastou, voltando para o Departamento de Educação no Centro de Humanidades e mobilizando discentes do turno noturno, conforme lembrou G2 (4 jan. 2017, entrevista), na época cursando o terceiro semestre: “*Éramos mais de cem pessoas presentes: ‘Pessoal, existe a proposta de ocupar hoje, agora!’*. E passou quase por unanimidade”. Foi assim que, na noite de 3 de novembro de 2016, começou o movimento de ocupação da Faced (2016), que resistiu até 16 de dezembro de 2016, quando, em reunião extraordinária, ocupantes e colegiado acordaram o fim da ocupação do prédio.

As Forças Armadas foram decisivas no Golpe de 1964 (NAPOLITANO, 2014), mas o que se observa no Golpe de 2016 (DIAS, 2018; KRAWCZYK; LOMBARDI, 2018; PRONER *et al.*, 2016; SOUZA, 2016) é que não há evidências da participação dos militares. Por outro lado, Souza (2016) afirma que as rupturas democráticas de 1964 e de 2016 correspondem ao mesmo golpe de classes. O argumento soa óbvio: quem tem o dinheiro tem o poder. Uma pequena casta compõe a elite brasileira, comandando grandes conglomerados financeiros (SOUZA, 2016). Historicamente, os oligopólios de comunicação representam os interesses das elites e manipulam a opinião pública em função dos interesses econômicos e políticos (NAPOLITANO, 2016; SOUZA, 2016).

Em 1964, como em 2016, recorria-se ao mesmo “grito de guerra”: combate à corrupção. “[...] Como em toda a história republicana brasileira, o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e seus aliados [...]” (SOUZA, 2016, p. 112). Mello (2016, p. 341) corrobora o argumento, acrescentando: “[...] Como em 1964, não há crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff, assim como não existia qualquer alusão criminosa a João Goulart”.

O prólogo exposto até aqui apresenta as temáticas relacionadas com o tema principal da pesquisa, distribuídas em cinco capítulos. O primeiro capítulo introduz o tema, delimita o problema de pesquisa, justifica a escolha, define os objetivos a serem alcançados e apresenta a organização do trabalho. O percurso metodológico complementa a introdução, incluindo os recursos disponíveis, os procedimentos, as técnicas de coleta das fontes e os métodos de análise.

O referencial teórico está no segundo capítulo. O estágio de doutorado sanduíche, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na *Universidad de Huelva*, Espanha, entre 1º de agosto de 2019 e 31 de janeiro de 2020, aprofundou os estudos que compõem partes de capítulos. Na oportunidade de estudo no exterior, foram elencados trabalhos relacionados a movimentos estudantis da década de 1960, com especial atenção para o emblemático maio de 1968 na Espanha (SALAZAR, 2018), América Latina (ACEVEDO-TARAZONA, 2004; CARRILO-LINARES, 2006, 2008) e movimentos estudantis latino-americanos dos anos 2000 (CASTELLS, 2013).

O maio de 1968 foi um marco na historiografia dos movimentos sociais urbanos e estudantis. A revisão abordou contextos, conjunturas, fatores, causas, elementos e desdobramentos de MEs na Colômbia (1968-1971), México (1968), Brasil (1968) e Espanha (1968). A revisão dos MEs na década de 2000 (FERNÁNDEZ PONCELA, 2014, GROppo; SILVEIRA, 2020; SOSA-LONDOÑO, 2018) apresentou aspectos do objeto na Colômbia (2011), México (2012), Brasil (2015) e Espanha (2015), observando a evolução no tempo da organização e atuação política dos estudantes, mediante o contexto das redes sociais e dos novos meios de informação e de comunicação (CASTELLS, 2013).

O terceiro capítulo destaca as conjunturas críticas e contextos políticos de quebra do pacto democrático no Brasil, além dos impactos na Educação. A partir dos referenciais, analisam-se as rupturas institucionais de 1964 e 2016, bem como as consequências das reformas educacionais e políticas que impactaram as

instituições universitárias, atentando para semelhanças e conexões entre os contextos (GERMANO, 2011; MOTTA, 2014).

O quarto capítulo aborda um pouco da história do lócus da pesquisa (BRANDÃO; MACIEL; BEZERRA, 2014; MARTINS FILHO, 1996b) e se aprofunda nas memórias que reconstituem eventos das ocupações do IFI (1968) e da Faced (2016). Ressaltam-se aspectos da convivência e de intersubjetividades, práticas educativas formais e não formais e resultados das mobilizações, atentando para conexões entre contextos e narrativas dos dois movimentos.

Entre os destaques da história, eventos de 29 de novembro de 2016. Em Brasília, a experiência política dos estudantes que se somaram à caravana nacional a caminho da capital federal para protestar contra a votação no Senado da PEC do Teto de Gastos e na assembleia da ocupação dos estudantes que permaneceram amotinados, com a missão de solucionar problemáticas relacionais com secundaristas que estavam na ocupação. As narrativas recuperam a magnitude e intensidade dos confrontos entre forças policiais e manifestantes na Praça dos Três Poderes, histórias que envolveram estudantes e professores da UFC, além dos acontecimentos da ocupação no Departamento de Educação. Discutem-se ainda semelhanças e convergências entre a ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016).

Por fim, o quinto capítulo apresenta as conclusões da pesquisa, sintetiza os principais resultados e recupera as questões problemáticas, apontando limites da pesquisa e horizontes acadêmicos para o objeto. Vale ressaltar que o compromisso da pesquisadora assumido com a(o)s ocupantes de não fazer registros durante a permanência na Ocupação levou ao uso do método de pesquisa “observação não participante” (MINAYO, 2009).

Assim, a pesquisa utilizou a página da ocupação no Facebook⁹ – Ocupação Faced – para pesquisar a agenda de atividades do movimento e compreender representações das interações, consoante estudos que discutem a cultura do ativismo em ambientes virtuais e não virtuais (CASTELLS, 1999, 2013). O percurso metodológico, a seguir, aprofunda esta e outras informações de natureza técnica relacionadas ao trabalho.

⁹ Mídia social e rede social virtual criada em 2004.

1.1 Percurso metodológico

A revisão bibliográfica de trabalhos relacionados aos MEs da década de 1960 e dos anos 2000 atenta para contextos, causas e desdobramentos que distinguem os fenômenos. As fontes secundárias abordam MEs na Europa e América Latina (MARINI, 1970), incluindo os da Espanha (CARRILO-LINARES, 2006, 2008; SALAZAR, 2018), México (ALLIER-MONTANA, 2009; DELGADO, 2013; FUENTES, 2005), Colômbia (ACEVEDO-TARAZONA, 2015; SOSA-LONDOÑO, 2018) e Brasil (PITTS, 2014; RAMALHO, 2002).

As estruturas foram analisadas em seus aspectos comunicacionais, ou seja, dos trabalhos que registram os movimentos estudantis das décadas de 1960-1970 e 2000 separaram-se conjunturas e dinâmicas de eventos, bem como os dados nos quais se apoiam os trabalhos. É natural observar que alguns estudos destacaram a abordagem quantitativa (MARINI, 1970), enquanto outros privilegiaram figuras de linguagem, nuances da cultura e subjetivismos (ACEVEDO-TARAZONA, 2004; FUENTES, 2008).

O estágio de doutorado sanduíche de seis meses, no *Departamento de Historia, Geografía y Antropología, Facultad de Humanidades, campus de El Carmen da Universidad de Huelva* (2019/2020) foi conduzido pelo professor doutor Francisco Javier García-Delgado. O parecer com o relatório dos trabalhos desenvolvidos, em acordo com exigências da Capes, encontra-se no Anexo A, mas se antecipam, a seguir, alguns dos resultados alcançados.

A rotina diária de atividades acadêmicas envolveu visitas à biblioteca da *Universidad de Huelva* para pesquisas bibliográficas e de periódicos, além de busca a documentos nos arquivos históricos. As reuniões semanais em conjunto com o orientador, no *Departamento de Historia, Geografía y Antropología da Facultad de Humanidades*, visaram à seleção e sistematização dos achados. Nestas ocasiões, a orientação se voltou, inclusive, para correções das produções da pesquisadora nos trabalhos de gabinete e para o avanço metodológico das pesquisas. Parte dos resultados das investigações foi previamente sistematizada em produções submetidas a periódicos científicos especializados na área.

Parte dos resultados está publicada (SUCUPIRA *et al.*, 2020; SUCUPIRA; GARCÍA-DELGADO, 2020) e outros trabalhos se encontram em andamento e/ou conclusão para submissão a periódicos nacionais e internacionais qualificados e

especializados na área. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em conjunto com os orientadores na *Universidad de Huelva* e na UFC, com fins de ampliar a difusão dos resultados e consolidar parcerias e intercâmbios de colaboração técnico-acadêmico-científica entre as instituições.

A busca e compilação de documentos da literatura científica versaram principalmente sobre os MEs na Espanha, México, Colômbia e Brasil e, em menor medida, sobre os movimentos ocorridos em outros países europeus. Ademais, foram feitas buscas e compilações de dados da imprensa periódica, diários, semanários e outras publicações que refletem contextos e conjunturas críticas relacionadas a MEs na Espanha, Brasil, México e França, além da participação em atividades docentes da Área de Conhecimento e Análise Geográfico-Regional, com interesse especial em temas da cultura e de documentação da história da Espanha.

O professor doutor Francisco Javier García-Delgado direcionou ainda metodologias de análise de fontes textuais de movimentos estudantis específicos na historiografia dos movimentos urbanos na Espanha, desenhou e auxiliou o encontro que proporcionou diálogo com o professor doutor Alberto Carrilo-Linares, professor titular no *Departamento de Historia Contemporánea* na *Facultad de Comunicación* da *Universidad de Sevilla* e especialista na pesquisa de temáticas dos movimentos sociais ibero-americanos estudantis (CARRILO-LINARES, 2006). Inclusive, a tese do historiador registra o movimento estudantil dos anos 1965 a 1977 na *Universidad de Sevilla* (CARRILO-LINARES, 2008).

Sob a orientação do professor doutor Francisco Javier García-Delgado, com especial interesse, fizeram-se pesquisas na base de dados livre Google Acadêmico, tendo em conta as seguintes buscas (simples e combinadas): “movimentos estudantis”, “maio de 1968”, “ideologia”, “contracultura”, “agitação estudantil” para Espanha, México, Colômbia e Brasil, inclusive com as palavras-chave no idioma espanhol. Sobre as documentações localizadas, priorizou-se que:

- a) Fossem específicas sobre os movimentos na cronologia estabelecida (décadas de 1960 e 2000).
- b) Fossem publicações em revistas ou monografias especializadas.
- c) Tivessem sido publicadas no período 2000-2020.
- d) Abordassem casos particulares relacionados com o contexto internacional.

- e) Estivessem publicadas em português e/ou espanhol (idiomas de referência para o estudo).

Acevedo-Tarazona e Samacá Alonso (2011, p. 112) analisaram uma série de investigações e sugeriram novos enfoques metodológicos, tomando em consideração outros elementos e pontos de vista: “[...] *Pensar al movimiento estudiantil más allá de la primera página de los periódicos, aproximándolo a cuestiones más profundas y complejas [...]*”. Nesse sentido, Salazar (2018) compreende os eventos de maio de 1968 na Espanha com base em publicações de periódicos diários.

Assim, a imprensa foi abordada mais além das manchetes, tomando como referência quatro periódicos do Ceará (arquivos da hemeroteca da Biblioteca Municipal de Fortaleza e hemeroteca do Instituto do Ceará) e um periódico da Espanha:

- a) *Unitário*: Órgão dos Diários Associados. Fundado em 1903, editado em Fortaleza. Período consultado: 2 de abril a 12 de maio de 1968.
- b) *Gazeta de Notícias*: Matutino independente. Fundado em 1927, editado em Fortaleza. Período consultado: 2 de abril a 31 de maio de 1968.
- c) *Tribuna do Ceará*: Matutino independente. Fundado em 1957, editado em Fortaleza. Período consultado: 29 de abril a 28 de maio de 1968.
- d) *O Povo*: Diário do grupo de comunicação *O Povo*. Fundado em 1928, editado em Fortaleza. Período consultado: 2 a 26 de maio de 1968.
- e) *ABC de Madrid*: Diário espanhol fundado em Madri em 1º de janeiro de 1903. Período consultado: 1º a 31 de maio de 1968.

A consulta presencial em Fortaleza foi realizada entre janeiro e abril de 2019, revisando edições no papel dos diários *Unitário*, *Gazeta de Notícias*, *Tribuna do Ceará* e edições microfilmadas do periódico *O Povo*. A pesquisa presencial nos arquivos virtuais da hemeroteca da Biblioteca da *Universidad de Huelva*, Espanha, ocorreu em janeiro de 2020.

A Revolta das Saias, ME de maio de 1968 em Fortaleza citado por Maria do Carmo Moreira Serra Azul, a Cacau, foi pesquisada em notícias que ocuparam as páginas dos principais jornais da cidade praticamente durante todo o mês de maio de 1968.

Encontra-se ainda parte dos resultados desta pesquisa publicados em anais de eventos acadêmicos e periódicos científicos (SUCUPIRA; VASCONCELOS,

2017; SUCUPIRA; VASCONCELOS, 2020; SUCUPIRA; VASCONCELOS; BRANDENBURG, 2018, SUCUPIRA; VASCONCELOS; MATOS, 2019).

A opção pela observação não participante (MARIETTO, 2018) partiu de reflexão e senso estratégico. Na primeira aproximação ao lócus da ocupação, Faced (2016), integrantes advertiram para que não fossem geradas imagens, e a pesquisadora concluiu ser oportuno, inclusive, privar-se dos registros escritos. Assim, o Diário de Campo se encontra na página do Facebook “Ocupação Faced – UFC”, de onde foram retirados os informes aos estudantes, a agenda com a programação de atividades pedagógicas e culturais da ocupação, bem como outros documentos.

Os documentos orais estão em acordo com a Nova História (BARROS, 2011; CARDOSO, 2000; DELORY-MOMBERGER, 2008; FERRAROTTI, 2014; LE GOFF, 1992; THOMPSON, 1992) e os testemunhos e narrativas colhidos de entrevistas abertas semiestruturadas complementam as fontes da pesquisa, inclusive se constituem em principal referência para revisitar as histórias das ocupações do IFI (1968) e da Faced (2016) e compreender o fenômeno.

A matrícula da pesquisadora facilitou o livre acesso ao lócus durante a pesquisa no campo, inclusive para dormir lá algumas noites, juntamente com os grupos. Mesmo discreto, o contato direto e contínuo de imersão na cotidianidade dos amotinados enriqueceu a base empírica.

A descoberta do ME e da ocupação do IFI (1968) começou em uma manhã no lócus da ocupação da Faced (2016), durante diálogo informal com um servidor da UFC que solicitava aos ocupantes a permissão para acesso ao seu escritório no interior do Departamento de Educação. Ao expor a intenção e os objetivos acadêmicos, a pesquisadora foi sugestionada a entrevistar o responsável pela antiga livraria, localizada na entrada da Faced, o qual teria, segundo a informação, protagonizado protestos estudantis no contexto pós-golpe de 1964.

Com o acercamento da pesquisadora à fonte e com a manifestação de seu desejo de registrar suas memórias, ele a encaminhou ao irmão. Nas entrevistas, o casal José Machado Bezerra e Maria do Carmo Moreira Serra Azul, Cacau, revisitaram as memórias dos movimentos que protagonizaram no passado: a ocupação do IFI (1968) e a Revolta das Saias (1968), respectivamente.

À procura de documentos para enriquecer a fonte de dados do inédito ME, buscavam-se outros protagonistas e coetâneos da ocupação no IFI, em 1968,

até que um terrível infortúnio cruzou o destino deste trabalho. No dia 26 de abril de 2019, a pesquisadora foi dar o último adeus à admirável aguerrida militante e diletíssima amiga Maria do Carmo Moreira Serra Azul, lamentavelmente. No velório e, posteriormente, na missa de sétimo dia, o professor José Machado reencontrou amigos antigos, alguns dos quais apresentou à pesquisadora, recomendando que estabelecesse posterior contato para gravar entrevista.

Para surpresa da pesquisadora, dias depois, o professor José Machado fez contato telefônico para dizer que, subitamente, havia lembrado de vários outros nomes daquele período, os quais foram anotados, tendo sido alguns deles localizados. No percurso desta pesquisa, aconteceram dois encontros, os quais se consideram históricos, em junho de 2019, reunindo ex-estudantes e ex-professores do curso de Física da UFC em 1968. Alguns não se encontravam havia décadas e os fios das memórias daquele período foram essenciais para a tessitura da história da ocupação do IFI (1968).

Em 2020 e 2021, durante a pandemia da Covid-19, a pesquisadora foi agraciada ainda com duas entrevistas, realizadas de modo remoto e virtual. A professora doutora Maria Clélia Lustosa Costa¹⁰ apresentou à pesquisadora o professor Walmick Vieira, que protagonizou o ME de ocupação do IFI (1968) e concedeu entrevista via Google Meet em 3 de dezembro de 2020. Além de dar apoio tecnológico para a realização da entrevista citada, a professora doutora Adryane Gorayeb¹¹ apresentou à pesquisadora o professor doutor Henry Campos¹², o qual facilitou o contato com Matheus Figueiredo Pereira, dirigente do DCE-UFC e à frente da greve da UFC (2016), quem respondeu ao questionário de perguntas sobre o movimento da UFC via WhatsApp¹³ em 8 de fevereiro de 2021.

Em acordo com Furet (1996 *apud* CARDOSO, 2000, p. 84), o uso científico de documentos orais através da narrativa histórica possibilita “[...] a

¹⁰ Maria Clélia Lustosa Costa, graduação em Geografia pela UFC, mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pela *Université Sorbonne Nouvelle – Paris III*.

¹¹ Adryane Gorayeb, bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 2, professora associada II do Departamento de Geografia da UFC, pós-doutorado pela *Texas A&M University System (Tamus)*, Estados Unidos.

¹² Henry de Holanda Campos é médico pela UFC, mestre em Nefrologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutor em Nefrologia pela USP, pós-doutor em Imunologia dos transplantes e professor titular de Clínica Médica do Departamento de Medicina Clínica da Faculdade de Medicina da UFC. Além de pró-reitor de extensão e vice-reitor por dois mandatos, o professor doutor Henry Campos foi reitor da UFC no período 2015-2019.

¹³ A pesquisadora enviou perguntas pela rede social no dia 8 de fevereiro de 2021 e recebeu as respostas no dia seguinte.

reconstrução de uma experiência vivida no tempo [...]”, entre lacunas, esquecimentos e silêncios (LE GOFF, 1992; THOMPSON, 1992).

As memórias de protagonistas e coetâneos dos MEs de 1968: a Revolta das Saias, a ocupação do IFI (1968) e a ocupação da Faced (2016) conservam as informações “[...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1992, p. 423) e enriquecem a análise dos significados e aprendizagens (DELORY-MOMBERGER, 2008).

O Quadro 1 demonstra a coleta de documentos orais e inclui o ano das entrevistas, a duração das gravações, o volume de entrevistas e de entrevistados em cada ano e o ME ao qual as narrativas se referem.

Quadro 1 – Ano das entrevistas, tempo de gravação, número de entrevistas e de entrevistados e ME correspondente

| Ano das gravações | Tempo das gravações | Número de entrevistas | Número de entrevistados | Referência de ocupação |
|-------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|
| 2016 | 9min49s | 01 | 1 | Geografia/UFC (2016) |
| 2017 | 01h06min1s | 01 | 01 | IFI (1968) |
| | | | 01 | Revolta das Saias (1968) |
| | 23h13min | 17 | 17 | Faced (2016) |
| 2019 | 2h8min18s | 02 | 05 | IFI (1968) |
| | 36min07s | 01 | 01 | Faced (2016) |
| 2020 | 43min12s (via Google Meet) | 01 | 01 | IFI (1968) |
| 2021 | Via WhatsApp | 01 | 01 | UFC/Faced (2016) |

Fonte: Elaboração própria (2021).

Entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2021, foram feitas 24 entrevistas com 26 protagonistas e coetâneos de MEs na UFC, IFI e Faced e do ME das normalistas do Colégio Justiniano de Serpa, em Fortaleza. A primeira entrevista foi feita com um dos ativistas do movimento de ocupação do curso de Geografia da UFC e a gravação aconteceu no dia 14 de dezembro de 2016, o dia em que o DCE-UFC convocou assembleia que pautou o fim das ocupações estudantis dos cursos.

Em janeiro de 2017, uma única entrevista coletou documentos orais de dois importantes MEs – o movimento Revolta das Saias (1968) e a ocupação estudantil do IFI (1968) – e as entrevistas seguiram, durante o primeiro semestre deste ano, com a coleta das narrativas de 17 participantes da ocupação da Faced (2016).

Em fevereiro de 2019, foi possível entrevistar mais um dos ativistas que protagonizaram a ocupação da Faced (2016); em junho deste ano, a pesquisadora logrou êxito no esforço de promover dois encontros com protagonistas e coetâneos do movimento de ocupação do IFI (1968), em que foram feitas gravações dos documentos orais.

Em dezembro de 2020, o cenário de pandemia da Covid-19 restringiu a circulação na capital cearense e a pesquisadora entrevistou o protagonista do movimento de ocupação do IFI (1968) através do Google Meet. Em fevereiro de 2021, foi preciso recorrer mais uma vez ao apoio da internet ao entrevistar, via WhatsApp, o dirigente do DCE-UFC que esteve no comando de greves e ocupações do ME da instituição, em 2016.

No total, os documentos coletados, entre as gravações com o dispositivo móvel e a entrevista via Google Meet, perfazem em torno de 28 horas, além da entrevista via WhatsApp, na qual a pesquisadora enviou perguntas ao entrevistado, as quais foram respondidas através da rede social, com mensagens escritas e envio de áudio gravado.

As memórias da Revolta das Saias e da ocupação do IFI (1968) se encontram entre quatro entrevistas realizadas com sete protagonistas e coetâneos e uma entrevista, via Google Meet, em 2020. Dos movimentos de ocupação da UFC em 2016, há 19 gravações: entre dez graduanda(o)s, sete pós-graduanda(o)s e um secundarista, estes protagonistas da ocupação da Faced (2016), uma entrevista com um graduando de Geografia em 2016, o Departamento que deflagrou as ocupações da UFC, e a entrevista via WhatsApp com o dirigente do DCE-UFC em 2021.

As entrevistas abertas e semiestruturadas com protagonistas e coetâneos dos movimentos Revolta das Saias e das ocupações do IFI (1968) e da Faced (2016) recuperaram memórias e representações que possibilitam a compreensão dos eventos que dispararam os protestos, bem como desdobramentos das manifestações estudantis.

O destaque de práticas educativas não formais e informais na ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016) tem acordo com a finalidade do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faced da UFC. O enfoque nos fatores que diferenciam a educação para a formação política também procura compreender singularidades, em que distinções evidenciam semelhanças e convergências,

inclusive no que tange ao amadurecimento da experiência ativista e transformações tecnológicas da cultura militante.

O ato de entrevistar para fins acadêmicos requer habilidades inatas, mas Ferrarotti (2014) chama a atenção para a escuta paciente e sensível, a postura empática e a atitude respeitosa. O planejamento na produção de fontes orais inclui o respeito a preceitos éticos (ESTEVES, 2014) e a procedimentos técnicos prévios, em acordo com Bahamonde-Rodríguez, Pérez-Mora e García-Delgado (2018, p. 52): “[...] *de acuerdo con la aprehensión del problema planteado: el tipo de preguntas, si son cerradas, semiabiertas o abiertas [...]*”.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio da ferramenta de gravação do dispositivo móvel de comunicação telefônica para análise em função dos objetivos e questões norteadoras (ALBERTI, 2005; ATAÍDE, 2006; MEIHY; HOLANDA, 2015).

As entrevistas semiabertas estruturadas seguiram um roteiro que buscou memórias, sentidos, significados e sentimentos dos ocupantes diante da experiência da ocupação. Durante a exploração dos temas elencados, buscava-se perceber aspectos da formação política e experiência no ativismo estudantil, as motivações para a adesão à sublevação, as vivências no cotidiano da ocupação, as memórias marcantes, as aprendizagens, a avaliação das conquistas e o posicionamento político.

As memórias da resistência de 29 de novembro de 2016, em Brasília, e da ocupação do Departamento de Educação da UFC foram destacadas para os militantes, que foram surpreendidos pela repressão violenta na capital federal, bem como para os que ficaram na ocupação do curso e participaram da assembleia que teve como pauta crucial a permanência ou não dos estudantes secundaristas na ocupação. Ressaltam-se, ademais, a percepção dos militantes acerca do ME, a acolhida da comunidade universitária na volta à rotina acadêmica e as perspectivas para a continuidade na militância estudantil.

Sobre as entrevistas com protagonistas e coetâneos dos MEs de ocupação do IFI (1968) e da Revolta das Saias, o(a)s narradore(a)s ficaram mais livres para que as lembranças pudessem fluir e as recordações aflorassem naturalmente, uma vez que se tratava de, literalmente, resgatar reminiscências e recordações perdidas ou recuperar tesouros mnemônicos trancados nos escaninhos das memórias mais longínquas.

O trabalho de transcrição seguiu no gabinete. Transcrever entrevistas não é apenas registrar o falado; implica captar silêncios, perscrutar sentidos e reaver sentimentos. Uma hora de gravação pode significar 18, 20 ou até mais horas, durante o trabalho de transcrição, a depender da qualidade do áudio, do ritmo da fala e do volume da dicção do entrevistado. O esforço envolve incontáveis pausas e seguidos retornos no mecanismo de reprodução, a fim de capturar cada palavra, captar emoções e compreender o não dito nos silêncios das narrativas. A tarefa é extenuante e requer paciência e sensibilidade, mas é fundamental para reunir representações das fontes.

A maior parte das transcrições foi feita em 2020, sendo remetidas aos entrevistados via *e-mail*, juntamente com os arquivos da gravação das entrevistas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com o disposto na Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

O TCLE observa as regras da ética na pesquisa e contém o tema da pesquisa, os objetivos da tese e as discussões a serem desenvolvidas a partir dos dados coletados. A maior parte dos *e-mails* retornou consentindo o uso dos documentos orais, com exceção do *e-mail* enviado a dois entrevistados: um estudante secundarista e um dos entrevistados no curso de Pedagogia da UFC.

Os TCLEs dos protagonistas e coetâneos dos MEs de 1968 se encontram nos Apêndices A e B. O professor Rodger Franco Rogério autorizou o uso das narrativas através de *e-mail*, que se encontra no Anexo B. O professor Alfredo Néelson Cabral Serejo concordou em conceder os dados, via WhatsApp, de acordo com o Anexo C. E o consentimento do professor Vicente Walmick Almeida Vieira se encontra gravado na entrevista concedida via Google Meet. Os TCLEs de Francisco Arnaldo Lopes Bezerra e Matheus Figueiredo Pereira, respectivamente, integrante do Centro Acadêmico do curso de Pedagogia e dirigente do DCE-UFC, ambos no exercício de 2016, encontram-se nos Apêndices C e D.

Entre os estudantes que participaram dos movimentos de ocupação da UFC e da Faced (2016) e autorizaram o uso dos documentos orais, alguns permitiram a divulgação de seus nomes, mas outros preferiram o anonimato, desta forma optou-se por preservar a identidade de todos. Eles se encontram denominados como “G” para “graduando” e “PG” para “pós-graduando”, termos a que se acresceu um número cardinal, mas seguindo uma ordem de tempo, em razão

da data do calendário em que foram feitas as gravações. Por exemplo, o primeiro graduando citado aparece como G1 e o primeiro pós-graduando, PG1. Os demais, sucessivamente, acompanham o critério de ordem crescente.

O uso científico de documentos orais se apoia em postulados da Escola dos *Annales*. A Nova História valoriza o teor histórico dos dados colhidos nas narrativas biográficas e ressignifica a abordagem de problemáticas factuais, ao propor que “[...] as temporalidades poderiam dialogar a partir da mediação do historiador” (BARROS, 2011, p. 183-184). A História Oral espera “[...] fazer uma história alternativa à história oficial” (SUCUPIRA, 2015, p. 21) e mais democrática, conforme Barros (2011, p. 187): “[...] Presente e passado são distintos, contudo, para além de estarem atravessados de vida e humanidade [...] ligam-se entre si através do problema”. Alberti (2005, p. 155) explica que esta metodologia serve para produzir:

[...] fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

A entrevista aproxima a intimidade do entrevistado numa relação de amizade, empatia e confiança (VILLAS-BOAS, 2014), mas “[...] cada entrevista biográfica é uma interação social complexa, um sistema de papéis de esperas, de injunções, de normas e valores implícitos” (FERRAROTTI, 2014, p. 73). As perguntas abertas seguiram o roteiro de dados destacados na revisão prévia das teorias, mas os entrevistados ficaram livres para flutuar entre as recordações, porque a (re)constituição do vivido desperta para o que elas representam, em termos de sentidos e significados (FERRAROTTI, 2014).

A escolha de gravar os relatos das ocupações da UFC (2016) no cenário da ocupação se baseou na praticidade, uma vez que, em sua maioria, os ativistas eram acadêmicos na instituição. A primeira entrevista aconteceu no Departamento de Geografia, horas antes da assembleia de estudantes que decidiu pelo fim das greves e ocupações, e foi seguida das demais, durante os anos letivos de 2017 e de 2019, em corredores, salas de aula e demais espaços da universidade, principalmente nos intervalos entre aulas. Uma entrevista aconteceu no curso de História da UFC e outra distante, em uma praça de alimentação de um bairro da cidade. As entrevistas com os protagonistas e coetâneos da ocupação do IFI (1968) aconteceram nas residências.

Marcar na universidade, inclusive, foi mais cômodo para os entrevistados e mais fácil para coletar os dados, mas o transcurso do trabalho demonstrou que revisitar fatos estando imerso no lugar em que estes ocorreram intensificava os sentidos da recordação, estimulava lembranças e acentuava emoções. Libertas de amarras, dos corações abertos (PATAI, 2010), livres voavam as memórias, em acordo com Vasconcelos (1998, p. 19):

[...] como se a entrevista pudesse de alguma forma reviver momentos, quando as lembranças passam a ser não somente lembranças, mas feixes de instantes, pedaços de realidades que não podem mais ser apalpadadas, pois se evaporam entre os dedos.

Segundo Patai (2010, p. 20), importa considerar a intersubjetividade da técnica, uma vez que a oralidade:

[...] não nos chega numa forma inalterada: pessoas abrindo seus corações diretamente aos nossos ouvidos. Ao contrário, a existência da história oral depende da intervenção de um entrevistador que coleta e apresenta uma versão das histórias colhidas. Nem mesmo as histórias existem puras e imutáveis em alguma esfera externa às vicissitudes da interação humana. Muito pelo contrário. [...] as fitas resultantes devem ser entendidas como um ponto de intersecção entre duas subjetividades – a delas e a minha, as suas visões culturais e as minhas, as suas memórias e as minhas perguntas, a sua percepção de si e a minha própria, as suas hesitações e as minhas palavras ou gestos de estímulo (ou vice-versa, algumas vezes), e muito, muito mais.

Em Pollak (1989), memória representa tudo que é vivido e sentido, e Martinho Rodrigues (2011) pondera: ela constrói a história, agindo sobre o passado já vivido, mas as recordações não são espontâneas, acrescenta Abrahão (2006), elas emergem em dadas circunstâncias. Vasconcelos (2011, p. 28) as especifica: “[...] A memória exalta e destaca elementos-chaves que se expressam na oralidade. Marca os pontos que se fixam em volumes de lembranças prontas a emergir dos escaninhos mais profundos de sua alma [...]”.

Para Abrahão (2006), lembranças surgem de forma intencional. Os fatos passados se sobrepõem aos mais recentes e as memórias são passíveis de serem selecionadas. Mesmo motivado a revisitá-las, por alguma razão, o entrevistado escolhe esquecer e até recorda, mas sem agrado. Todavia, a narrativa biográfica transformadora e significativa acontece quando a “[...] expressão de reconstrutividade memorial [...] realmente ressignificava o fato no momento da enunciação” (ABRAHÃO, 2006, p. 151).

Nesse sentido, as recordações do ativismo estudantil e das ocupações privilegiaram determinados fatos em detrimento de outros, conforme o que foi (des)agradável, (ir)relevante ou transformador. Sobre os poderes de criação das memórias, Agostinho (2001, p. 54) revela:

[...] Quando aí estou, peço que me seja apresentado àquilo que quero: umas coisas surgem imediatamente; outras são procuradas durante mais tempo e são arrancadas dos mais secretos escaninhos; outras, ainda, precipitam-se em tropel e, quando uma é pedida e procurada, elas saltam para o meio como que dizendo: Será que somos nós?

O autor corrobora Abrahão (2006) e descreve o esforço de apanhar o guardado. No movimento de abrir e fechar os compartimentos do palácio das memórias, à procura do que quer encontrar, elas despontam e insistem:

Será que somos nós? E eu afasto-as da face da minha lembrança, com a mão do coração, até que fique claro aquilo que eu quero e, dos seus escaninhos, compareça na minha presença. Outras coisas há que, com facilidade e em sucessão ordenada, se apresentam tal como são chamadas, e as que as [*sic*] vêm antes cedem lugar às que vêm depois, e, cedendo-o, escondem-se, para reaparecerem de novo quando eu quiser. Tudo isto acontece quando conto alguma coisa de memória. (AGOSTINHO, 2001, p. 54).

Desse modo, infere-se que as memórias que marcaram o ativismo estudantil em 1968 se encontravam presas no abismo do tempo à espera do seu resgate (literalmente!), as quais retornaram trazendo a ressignificação de sentidos e emoções. Postulados em Bergson (1999) reduzem a memória à imagem do passado, mas Sucupira e Martinho Rodrigues (2015, p. 45) complementam: “[...] Nela estão os significados para os registros que se tem, impregnados de afetividade e subjetividade, pois a memória perpetuada é sempre a memória sob um determinado ponto de vista ou estado de espírito [...]”.

O que foi vivido e sentido por protagonistas e coetâneos dos MEs de 1968 e de 2016 está guardado em “[...] vastos palácios e planícies da memória” (AGOSTINHO, 2001, p. 53), e o trabalho do historiador é semelhante ao do arqueólogo, que escava a densa camada dos acontecimentos no tempo para criar uma história nova. Os silêncios e narrativas (des)(en)cobrem não só vestígios de realidades, também os:

[...] tesouros de inumeráveis imagens veiculadas por toda a espécie de coisas que se sentiram. Aí está escondido também tudo aquilo que pensamos, quer aumentando, quer diminuindo, quer variando de qualquer modo que sejam as coisas que os sentidos atingiram, e ainda tudo aquilo

que lhe tenha sido confiado, e nela depositado, e que o esquecimento ainda não absorveu nem sepultou [...]. (AGOSTINHO, 2001, p. 53-54).

Araújo (2014, p. 26) ressalta a validade do uso de fontes orais e a “[...] vivificação da própria história, por intermédio da memória que se materializa nas falas”, ou as tessituras de realidades cujos detalhes fogem às formalizações da escrita, ou se quedam inconfessáveis, mas estão lá nos meandros de vivências e aprendizagens que marcarão vidas, quiçá, gerações (ARAÚJO, 2014). Contudo, concorda-se com Xavier, Ferreira e Matos (2018, p. 27), quando afirmam que “[...] o saber científico deve ser usado para proporcionar o desenvolvimento humano [...]”.

Basicamente, o método histórico para a produção de conhecimento compreende duas operações: análise e síntese (BARROS, 2011). Diante dos contextos e elementos dos movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016), os dados destacados das fontes primária e secundária foram compreendidos frente às questões problemáticas levantadas. Conseqüentemente, o confronto e a comparação do conjunto dos resultados ressaltaram a evolução dos MEs no tempo, atentando para o que os caracterizou e distinguiu: convergências, semelhanças e diferenças.

O confronto dos documentos coletados buscou “[...] *la demostración y las distintas relaciones existentes, empezando por la causa y efecto*” (MORLINO, 2010, p. 131), em acordo com Sosa-Londoño (2018, p. 37), “[...] *con el fin de identificar regularidades y disparidades en los factores contextuales [...] donde se originó el ciclo de movilizaciones estudiantiles*”, assim como as particularidades relacionadas com a evolução dos movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016) ao longo do tempo, ou seja, compreenderam-se as especificidades de cada um dos movimentos.

A análise se voltou para a estrutura que comunica cada uma das ocupações, partindo da hipótese de semelhança de dados, de forma que “[...] *las similitudes relevantes de los casos a comparar [...] sirvan como la base orientadora para determinar las diferencias entre cada uno*” (KOCKA, 2002, p. 49 *apud* SOSA-LONDOÑO, 2018, p. 38), evidenciando o padrão de dados que recorreram por um lado e por outro, os dados que são particulares a cada descrição e as lacunas de comunicação. Os questionamentos orientaram a etapa hermenêutica com base na metodologia comparada, mas o tratamento dos dados

relativos a MEs em dois tempos distintos se preocupou com a “[...] necessidade vital de evitar o anacronismo” (BARROS, 2011, p. 189).

Se a “[...] história comparada pode ser pensada como uma modalidade historiográfica marcadamente complexa [...]” (SANTOS, 2015, p. 1), concorda-se com Solano, Manso e Novaes (2014, p. 11): “A realidade, se existe, tem muitas vozes”, e acrescenta-se Barros (2011, p. 258): “Um mundo sem narrativas é um mundo sem vida”.

Diante das narrativas de militantes e coetâneos que protagonizaram os movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016), utilizou-se o método comparado analítico em Santos (2014) para problematizar o fenômeno que atravessa duas realidades histórico-sociais distintamente situadas: no espaço, no tempo, na elaboração de representações, nas práticas sociais e nas histórias de vida, “[...] procurando estabelecer analogias, identificar semelhanças, diferenças e peculiaridades [...]” (SANTOS, 2014, p. 2).

A descrição comparativa buscou avançar no conhecimento da evolução dos MEs ao longo do tempo e iniciou caracterizando os contextos e elementos (fatores, causas e desdobramentos) de cada um dos movimentos de ocupação: IFI (1968) e Faced (2016), bem como as motivações dos estudantes para o engajamento, as causas defendidas, os procedimentos adotados e os resultados das lutas estudantis. Em seguida, fez-se a comparação entre os elementos destacados, identificando convergências, semelhanças e diferenças entre contextos, fatores, causas e desdobramentos dos dois movimentos de ocupação, com o fim de sintetizar a análise.

A síntese reuniu os dados levantados para discussão, com base nas reflexões dos elementos destacados dos movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016), resultando na descrição comparativa em um todo coerente, restabelecendo um caminho com alternativas metodológicas para os estudos historiográficos. Igualmente, o ponto de chegada dos estudos apontou as limitações da pesquisa e perspectivas de avanço no estudo do objeto, assim como os horizontes acadêmicos.

2 MARCO TEÓRICO: MAIO DE 1968 E A ATUALIDADE

Durante a Guerra Fria, a disputa entre capitalistas e socialistas implicava conquistar territórios e defendê-los de ameaças. Em janeiro de 1968, o novo secretário-geral do Partido Comunista tcheco, Alexander Dubcek, propôs superar a burocracia comunista e reformar o sistema a partir da imprensa representativa das classes trabalhistas, da organização operária e da liberdade de informação (FUENTES, 2008). A transição rumo à democracia socialista uniu a sociedade pelo direito ao voto secreto, mas despertou a ira soviética.

Em agosto de 1968, os russos enviaram tropas a Praga para sufocar a revolução e destituir Dubcek (FUENTES, 2008). Os jovens tchecos resistiram bravamente, ora deitados em frente aos tanques, ora lançando coquetéis molotov contra as tropas. Em abril de 1969, “[...] o socialismo democrático foi formalmente enterrado na Tchecoslováquia” (FUENTES, 2008, p. 137) e Dubcek foi destituído, mas a Primavera de Praga lançou a semente que floresceu no movimento estudantil (ME) ocidental. A revolução dos jovens franceses no emblemático maio de 1968 inspirou outros levantes pelo mundo.

O maio de 1968 foi um marco para os MEs, os quais se destacaram, entre os movimentos sociais urbanos (VENTURA, 2018). A rebelião dos jovens encontrou no meio acadêmico a condição e o entorno adequados para os protestos contra o *establishment*.

A revisão dos MEs na América Latina e Europa destaca o movimento dos estudantes espanhóis que enfrentaram a ditadura franquista pela democracia e autonomia universitária (CARRILO-LINARES, 2008), o movimento dos estudantes mexicanos na *Universidad Autónoma de México* (Unam) e no *Instituto Politécnico Nacional* (IPN) em 1968 (DELGADO, 2013), o *Programa Mínimo de los Estudiantes Colombianos*, de 1968 a 1971, na Colômbia (ACEVEDO-TARAZONA, 2012, 2015; SOSA-LONDOÑO, 2018), e a revolta das normalistas do Colégio Estadual Justiniano de Serpa (JS) (RAMALHO, 2002), que ocupou as páginas dos diários – *Gazeta de Notícias* (1968), *Tribuna da Imprensa* (1968), *O Povo* (1968) e *Unitário* (1968) – no mês de maio de 1968.

No século XXI, os novos MEs se aliam ao *ciberativismo* (LÉVY, 2000) e à cultura da internet para florescer entre *blogueiros* e redes sociais. Na Espanha, o Movimento 15-M começou com uma pequena rede de cidadãos *Indignados* em um

grupo no Facebook e cresceu nas ruas do país (CASTELLS, 2017). Em 2012, o México vivenciou o movimento #YoSoy132 (FERNÁNDEZ PONCELA, 2014; FERNÁNDEZ PONCELA *et al.*, 2014). Nos anos de 2007 a 2011, ressurgiu a revolta estudantil na *Universidad del Valle*, na Colômbia (SOSA-LONDOÑO, 2018). No Brasil, secundaristas paulistas e paulistanos ocuparam as escolas em 2015 contra a proposta de reorganização da rede que previa o fechamento de dezenas de escolas (GROPPO; SILVEIRA, 2020; PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016; SOUZA; CATANI, 2019).

2.1 Os MEs das décadas de 1960 e 1970

O ano de 1968 foi revolucionário (ACEVEDO-TARAZONA, 2004; SALAZAR, 2018). Desde o Quartier Latin, em Paris, as pinturas nos muros espalhavam no mundo a mensagem dos jovens: “[...] *Prohibido prohibir y seamos realistas, pidamos lo imposible*” (SOSA-LONDOÑO, 2018, p. 34); “[...] *‘haz el amor y no la guerra [...]’*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2004, p. 172). Os protestos começaram com a ocupação das ruas e universidades frente ao “[...] ensino esclerosado e anacrônico” (SOARES; PETARNELLA, 2009, p. 339) e a certos valores da sociedade de consumo (FLEITES-MARCOS, 2009).

No apogeu da Guerra Fria, os Estados Unidos aplicavam a estratégia de desenvolvimento do bloco capitalista. Entre as diretrizes, transferência de recursos financeiros e apoio tecnológico para promover o avanço de indicadores sociais e econômicos nos países alinhados com a ideologia, mas os planos estadunidenses iam muito além: expandir as políticas liberais e conquistar mercados para suas multinacionais (FERRER, 1998). A estratégia de expansão educacional teve êxito. Entre 1960 e 1970, os países que investiram na oferta de educação formal elevaram suas matrículas, como demonstra Moraes Freire (2008, p. 131; 141): “[...] no fim da Segunda Guerra, havia menos de 100 mil estudantes na França. Em 1960 eram mais de 200 mil e, nos dez anos seguintes, esse número triplicou para 651 mil. [...]. [...] Em 1968, o Brasil tinha quase 300 mil alunos no Ensino Superior [...]”.

Esse processo supõe uma progressiva democratização do ensino superior nos países subdesenvolvidos, que culminou nos anos de 1980 (PUDAL, 2018). Apesar das diferenças socioeconômicas e culturais, Acevedo-Tarazona (2004) assevera que os estudantes da década de 1960 possuíam perfil e

comportamento semelhantes: classe média e média alta, vivência sob governos autoritários e ideais pacifistas. Na academia, o contato com as ideias marxistas ampliou as reflexões acerca das contradições da sociedade e alimentou os espíritos juvenis com o sonho de construir uma sociedade alternativa.

A rebeldia e o senso crítico, associados à consciência de classe, despertaram nos jovens o sonho da revolução, gestado em reuniões nos *campi* e escolas secundárias. As assembleias estimulavam o debate democrático, a defesa do bem-estar social, a solidariedade frente às injustiças do Estado capitalista e o ataque ao imperialismo, fazendo crescer a utopia da revolução (PUDAL, 2018). Na Espanha, na década de 1960, os universitários enfrentaram a ditadura franquista pela autonomia universitária e abriram o caminho para a conquista da democracia.

2.1.1 Em 1968 – O ME na Espanha

Semelhantes aos pares em várias partes do mundo, os universitários espanhóis da década de 1960 eram os “[...] *jóvenes de indumentaria hippie, inconformistas que entraban en contacto con el marxismo y [...] las teorías incendiarias [...]*” (CARRILO-LINARES, 2008, p. 86). O ativismo estudantil se relacionou com o anseio por democracia, insatisfações com o currículo e problemas com a gestão e o corpo docente, mas reitores, decanos e catedráticos combatiam a politização dos estudantes e puniam a indisciplina com rigor, usando a inteligência para perseguir militantes (SALAZAR, 2008).

O ativismo evoluiu “[...] animado pelo PCE¹⁴” (CARRILO-LINARES; CARDINA, 2012, p. 648) e por experiências “[...] *ocurridas en otros distritos o países (EE.UU., Alemania, Francia, Italia, etc.)*” (CARRILO-LINARES, 2008, p. 92). A luta pela democracia amadureceu, com destaque para o triênio de 1967 a 1969.

A crise de maio de 1968 na Espanha é alvo de estudos na *Universidad de Asturias* e na *Universidad de Oviedo* por Fleites Marcos (2009, p. 163), que pesquisou notícias da imprensa nos diários de Madri e Barcelona, destacando três fases do fenômeno: “[...] *El llamado ‘conflicto estudiantil’ que duró hasta el 13 de mayo, para*

¹⁴ O Partido Comunista Espanhol (PCE) foi fundado em 15 de abril de 1920. Durante muito tempo, o PCE foi a principal força organizada contra a ditadura de Franco, cujo regime perseguiu, encarcerou, torturou e assassinou muitos membros. Em 1977, durante a transição democrática, o partido voltou à legalidade.

pasar después a su ‘fase social’ y, por último, la ‘crisis política’ a partir del día 27, apogeo y final del Mayo francés”. Em princípio:

[...] las autoridades franquistas mostraron un gran temor ante la posible extensión de las revueltas a España e intentaron establecer un cordón sanitario sobre las noticias procedentes de Francia, que la prensa española no tardó en romper aprovechando la nueva libertad, consecuencia de la ley Fraga de 1966. (FLEITES MARCOS, 2009, p. 163).

O rompimento definitivo com o franquismo partiu dos universitários de Madri e Barcelona, assevera Ysàs (2007), e Carrilo-Linares (2008) aponta a agitação de 1964 e 1965 que expulsou os catedráticos da *Universidad de Madrid*, encerrando o Sindicato Espanhol Universitário (SEU): “[...] *Era la primera y única vez durante todo el franquismo que un movimiento de oposición abierta conseguía acabar con una institución del régimen*” (CARRILO-LINARES, 2015, p. 57).

Em 1966, o *Sindicato Democrático de Estudiantes Universitarios de Barcelona* (SDEUB) institucionalizou a autonomia dos universitários. O processo de criação era democrático: os delegados das faculdades gestavam a reforma nas *Reuniones Coordinadoras Preparatorias* (RCP) e o *Congreso Nacional de Estudiantes* (CNE) certificava a constituição de cada novo *Sindicato Democrático de Estudiantes* (SDEU) (CARRILO-LINARES, 2008).

O ME na *Universidad de Madrid* modificava a rotina acadêmica, e a narrativa de José Álvarez Cobelas (2004 *apud* SALAZAR, 2018, p. 190) assevera: “[...] *hasta las once se podía dar clase [...]. A las once se celebraba la asamblea que finalizaba con la entrada de la policía o con manifestación [...]*”.

No ano letivo 1967-1968, a tensão entre estudantes e autoridades ficou evidente na palestra de abertura, em 3 de outubro de 1967. O discurso do catedrático de Farmacologia Gabriel Sánchez de la Cuesta Gutiérrez (*apud* CARRILO-LINARES, 2008, p. 96) enfatizou o descontentamento: “[...] *En neste nuevo curso 1967-68 abre sus puertas la Universidad española bajo el signo ingrato de la difamación [...]*”.

A IV RCP de Madri aconteceu entre 10 e 12 de outubro, com delegados das universidades de Barcelona, Sevilha e Santiago de Compostela avaliando reuniões e corrigindo erros. Sevilha não constituiu o sindicato, mas avançou nos planos, consolidando um programa de ação e destacando lideranças. O estudante de Direito e delegado de informação Rafael Senra, comunista, era vigiado de perto pelo serviço de inteligência governamental, porque as autoridades sabiam das

reuniões com membros do ME francês que antecederiam as articulações dos universitários na Espanha (CARRILO-LINARES, 2008).

A agitação do início de novembro coincidiu “[...] *con una llamada a la huelga nacional efectuada por las CC.OO.*”¹⁵ (CARRILO-LINARES, 2008, p. 101). Os ativistas madrilenhos enfrentaram o ataque de policiais armados e cães adestrados e da extraordinária V RCP de Madri saíram deliberações: apressar a constituição dos sindicatos universitários, ampliar a representação nacional e criar a secretaria de articulação permanente em cada zona e em nível nacional, o *Sindicato Democrático de Estudiantes de España* (SDEE) (CARRILO-LINARES, 2008).

Os estudantes se queixavam da falta de recursos financeiros e o:

[...] carácter vitalicio de las cátedras. Especialmente cuando esos catedráticos no cumplían bien con su deber. Llegaban tarde a las clases o [...] no iban [...] descuidaban las tutorías o no asistían a las citas concertadas; trataban con desdén a sus estudiantes; no se preparaban las lecciones e improvisaban, o si los hacían, sus apuntes amarillentos estaban trasnochados; ponían notas injustas – a veces se llegaba a la absurda situación de que nadie aprobaba la asignatura [...] incluían materia que no habían explicado [...]. (SALAZAR, 2018, p. 191).

Em dezembro, a Câmara aberta na Faculdade de Direito de Sevilha informou o ocorrido nos conflitos de Madri: confrontos, destruição de patrimônio público, fechamento da instituição e detenção de líderes, dois deles de Sevilha. A plenária deliberou criar o sindicato, e Camilo Tejera, da Faculdade de Direito, entregou ao reitor José António Calderón o documento para formalizar o sindicato da *Universidad de Sevilla* nos moldes do sindicato da *Universidad de Madrid*, mas o reitor não acatou, alegando não estar certo de ser esta a vontade da maioria (CARRILO-LINARES, 2008).

O reitor se apoiou na opinião pública, que reconhecia a legitimidade das reivindicações, mas repudiava os atos radicais, como fechamento de vias, destruição de patrimônio e queima de automóveis, a exemplo dos ocorridos em janeiro de 1968; e os diários ratificavam: “[...] *uno de los vestíbulos de la Facultad había prendidos de las paredes varios carteles injuriosos, cuyos textos reprobaban la mayoría de las estudiantes*” (ABC DE MADRID¹⁶, 8 maio 1968).

¹⁵ As CCOOs integravam o movimento operário comunista e tiveram início na década de 1960, resistindo ao regime franquista. Atualmente é a principal central sindical do país, com milhões de afiliados e dezenas de milhares de delegados representantes de empresas e centros profissionais.

¹⁶ Criado em 1903. Periódico conservador monárquico e católico, mas nunca foi um periódico franquista. Distribuído em toda a Espanha, com uma edição desde Madri e outra desde Sevilha. Distribuição diária.

Em janeiro, o clima era de aparente tranquilidade, mas os estudantes da *Universidad de Madrid* foram surpreendidos com a perda das matrículas e o fechamento da universidade por dois meses. Eles se articularam e promoveram manifestações de protestos e os colegas sevilhanos, em solidariedade, fizeram atos e uma greve pacífica das turmas do Direito, com a solicitação formal de apoio dos catedráticos do Claustro¹⁷.

Em 14 de janeiro de 1968, a II Assembleia Aberta da *Universidad de Sevilla* era ilegal (CARRILO-LINARES, 2008), mas atraiu os estudantes da Escola Técnica Superior para fortalecer os planos da VI RCP. No dia seguinte, circulou o folheto das CCOOs de Sevilha clamando a união de trabalhadores e estudantes contra a ditadura, e o reitor Calderón Quijano reportou ao governo a situação acadêmica crítica, recebendo “carta branca” para agir. Os discentes enfrentaram a tensão e a assembleia do dia 18 de janeiro reafirmou a luta pelo direito à representatividade na gestão da universidade (CARRILO-LINARES, 2008).

A greve nacional de estudantes foi gestada em Madri no dia 21 de janeiro e aconteceu cinco dias depois. Em 3 de fevereiro, a *Facultad de Filosofía y Letras de Sevilla* distribuiu boletins clandestinos, folhetos e cartazes em diversas faculdades convocando a Câmara de Câmaras, que foi proibida de acontecer e dispersada pela brigada policial, mas o grupo se dirigiu ao jardim da Faculdade de Direito e foi acolhido por Rafael Senra. Entre as tentativas de solução pacífica, Carrilo-Linares (2008, p. 115) destaca uma reunião em 17 de fevereiro com alunos, professores, professores adjuntos, catedráticos, o decano e a delegada Carmen Romero “[...] (con un porcentaje mayoritario de mujeres)”; e outra, quatro dias depois, em que o catedrático de Fundamentos de Filosofia Jesús Arellano Catalán, preocupado, escreveu ao decano da faculdade propondo uma representação democrática que solucionasse o impasse.

O regime respondeu à proposição de solução pacífica com mãos de ferro, estabelecendo regras para o disciplinamento da conduta estudantil e uso da força repressiva específica, a *Policía de Orden Universitario* (CARRILO-LINARES; CARDINA, 2012), em ação desde janeiro de 1968.

¹⁷ Em 1968, “Claustro” se referia ao conjunto dos professores, que pode ser de um departamento, centro ou universidade, e não era, necessariamente, um organismo formal. Na atualidade, nas universidades espanholas todos os organismos incluem também pessoal de administração, de serviços e de alunos.

“El Mayo que fue en marzo [...]” (CARRILO-LINARES, 2008, p. 133) diz respeito ao março de 1968, fatídico para o ME em Sevilha. A VI RCP aconteceu com grandes manifestações e boletins clandestinos, sob a liderança dos delegados da Faculdade de Direito em torno da formação do sindicato de Sevilha para compor o órgão de representação nacional dos discentes (SDEE), mas o auge da subversão se deu a partir do dia 26 de março, disse Carrilo-Linares (2008).

Centenas de estudantes de diversas faculdades e escolas se concentraram na Faculdade de Direito da Universidade de Sevilha e marcharam para a porta do reitorado com cartazes que exigiam liberdade de expressão, de reunião e de associação. Na rua, impediram a circulação com gritos de palavras de ordem “[...] ‘*abajo la ditadura*’, ‘*libertad*’, ‘*democracia*’ o ‘*Universidad para los obreros*” (CARRILO-LINARES, 2008, p. 143).

Os protestos atravessaram os muros da universidade e ganharam as ruas, interrompendo o tráfego para distribuir panfletos e propagandas que eram confeccionadas nas copiadoras pela delegação da *Escuela de Aparejadores*¹⁸. A força policial se acercou com toques de corneta, reprimindo a manifestação, e enquadrou um grupo de oito estudantes acusados de alterarem a ordem pública (CARRILO-LINARES, 2008).

No dia seguinte, uma equipe da brigada político-social foi à *Escuela de Aparejadores* para apreender farto material impresso e fazer mais detenções. Os estudantes montaram barricadas com o mobiliário, recebendo a brigada da universidade com pedras, e o reitor chamou a polícia armada, mas o diretor não permitiu a entrada.

No dia 28, assembleias coordenadas em todas as escolas e faculdades aprovaram uma “[...] *magna demostración de fuerza del movimiento estudiantil*” (CARRILO-LINARES, 2008, p. 146) junto com um plano articulado de manifestações envolvendo mais de mil estudantes.

Os discentes usaram estratégias para enfrentar a repressão policial. Em grupos, serpenteavam entre as vias, com agilidade e rapidez, gritando palavras de ordem, por diversos pontos da cidade. Eles se manifestavam e se dispersavam, confundindo as forças policiais equipadas com caminhões, carros-pipa e cavalos. Para fugir da cavalaria, o grupo próximo ao reitorado se refugiou na universidade,

¹⁸ Escola Técnica Superior de Engenharia de Edificação.

mas, quando a polícia chegou para prendê-los, encontrou a Faculdade de Direito vazia, porque estudantes captaram a comunicação e alertaram os companheiros. Um grupo atraía a força policial, enquanto outros se moviam nas ruas, ampliando o raio e a força da ação.

Diante da conjuntura, “[...] *el Consejo de Ministros del 29 de marzo, presidido por Franco*” (CARRILO-LINARES, 2008, p. 147), reuniu-se para avaliar o avanço da resistência estudantil e, no dia 30, uma nota do governador Utrera Molina informou a sanção imposta a Camilo Tejera e mais 35 jovens, que foram condenados a pagar multa devido à alteração da ordem pública nos dias 27, 28 e 29 (ABC DE MADRID, 30 mar. 1968).

No dia seguinte, foi a *Junta de Gobierno de la Universidad* que aplicou sanções a 23 estudantes, por alteração da ordem acadêmica e desordens. As punições iam da suspensão da matrícula por dois cursos consecutivos à expulsão definitiva da academia, incluindo a proibição da entrada em qualquer um dos centros (ABC DE MADRID, 31 mar. 1968).

O incêndio na Faculdade de Arquitetura de Roma, a tentativa de incêndio em Sorbonne, a ocupação da Faculdade de Ciências Sociais de Trento, na Itália, e os gravíssimos enfrentamentos no dormitório da *Universidad Patricio Lumumba*, de Moscou, entre nigerianos e biafranos, ocuparam o *ABC de Madrid* de 2 de abril, além da conjuntura na Espanha: “*Las facultades sevillanas clausuradas hasta después de Semana Santa*”; “*Solicitud para que se levanten las sanciones impuestas a estudiantes de Santiago*” (ABC DE MADRID, 2 abr. 1968).

A greve que mobilizou a *Universidad de Santiago*, “[...] *desde hace veintitantos días*” (ABC DE MADRID, 2 abr. 1968) foi em solidariedade aos colegas punidos. Em Barcelona, o gabinete de imprensa informou a normalidade e ameaçou atos de indisciplina com a “[...] *correcta aplicación que el Reglamento de Disciplina Universitaria*” (ABC DE MADRID, 2 abr. 1968).

Em 3 de maio de 1968, o *ABC de Madrid* e o *La Vanguardia* informaram a suspensão das sanções aos 13 universitários de Santiago, mas os estudantes da Faculdade de Farmácia continuavam o “[...] *‘paro académico*” (ABC DE MADRID, 3 maio 1968) por melhorias na formação superior.

Enquanto na Espanha o *La Vanguardia* trazia na capa do dia 7 de maio a abertura da *Universidad de Madrid*, “[...] *tras cuarenta días de cierre*” (SALAZAR, 2018, p. 131), dez mil estudantes parisienses enfrentavam milhares de policiais e o

movimento avançava para os arredores da capital francesa (UNITÁRIO, 8 de maio de 1968).

Escritos clandestinos que circularam no outono daquele ano emblemático mostraram um currículo desconectado das demandas do povo, condenando discentes ao ato simples de “[...] ‘contemplar’ la sociedad, es decir, a ‘estudiar’” (ARGULLOL-MURGADAS, 1977, p. 86). A luta dos estudantes espanhóis para adequar os currículos às necessidades da sociedade encontrou eco no ano de 1968 na sociedade mexicana, quando estudantes, trabalhadores e intelectuais da sociedade vivenciaram a tragédia de Tlatelolco, ao exigirem mais democracia no país.

2.1.2 Em 1968 – O ME no México (Universidad Autónoma de México e Instituto Politécnico Nacional)

Em 2 de outubro de 1968, o cenário na *Plaza de las Tres Culturas* era dramático, na narrativa de Fuentes (2005). Milhares de mexicanos massacrados – centenas de mortos e milhares de feridos – e a revolta das vítimas que sobreviveram ao massacre de Tlatelolco, ante o desprezo de autoridades desumanas:

Nadie tiene derecho a reconocer un cadáver. Nadie tiene derecho a transportar a una persona muerta. No habrá quinientas procesiones fúnebres en esta ciudad mañana. Lanza los cadáveres a la fosa común. Que nadie los reconozca. Desaparece con ellos. [...] [...] ¿a quién crees que estás engañando? [...] atrévete a mirarnos, somos millones, 30 millones de mexicanos menores de 25 años, ¿crees que nos seguirán engañando? [...] ¿Dónde está la democracia [...]? ¿Un país donde sesenta personas tienen más dinero que 60 millones de ciudadanos? ¿Dónde está la libertad? [...]. (FUENTES, 2005, p. 145; 147-148).

No auge da Guerra Fria, os mexicanos denunciaram as consequências trágicas das distorções do sistema capitalista: aumento das desigualdades sociais, concentração de riqueza e exclusão social. A “*matanza de Tlatelolco*” (FUENTES, 2005) é o clímax da narrativa que apontou até onde pode chegar a máquina do governo para se afirmar, reprimir e massacrar, diante de opositores.

Esta história inicia a partir dos anos 30 e 40 do século XX¹⁹. Naquela época, o México havia sido destino do exílio da intelectualidade da esquerda republicana espanhola, grande parte da qual participava do *staff* estatal,

¹⁹ Este processo se prolonga na segunda metade do século XX, com a chegada de exilados políticos da América Latina após os golpes de estado (PALMA MORA, 2003).

especialmente da Universidade (PALMA MORA, 2003). Essa configuração sociopolítica com peculiaridades locais levou a uma forte ideologização de segmentos da sociedade. Ao contexto se soma o sucesso da Revolução Cubana, que renovou o ideal comunista na juventude mexicana (DELGADO, 2013).

Na década de 1960, a Juventude Comunista Mexicana (JCM) teve uma notável participação na vida política. Em 1963, foi fundada a *Central Nacional de Estudiantes Democráticos* (CNED), com o apoio do Partido Comunista Mexicano (PCM), para organizar os estudantes de todas as ideologias democráticas e conectá-los com os ideais do partido. A criação da CNED foi seguida pela formação da rede de federações regionais, que expandiu o alcance da ação do partido, assim “*Tanto la CNED como la JCM tomaron fuerza durante los años 1962-1964*” (DELGADO, 2013, p. 54).

O presidente Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) foi eleito democraticamente pelo *Partido Revolucionario Institucional* (PRI). Durante o século XX, a hegemonia do partido no país é indiscutível: o acrônimo apresentou todos os chefes do Executivo de 1928 a 2000, mas a CNED se opôs ao governo de Díaz Ordaz e às “[...] *federaciones estudiantiles oficialistas del PRI*” (DELGADO, 2013, p. 49).

A ascensão socialista no continente acendeu o debate das contradições e as vias possíveis de superação. Os estudantes da Unam e do IPN concordavam quanto à necessidade de lutar, mas não havia consenso sobre ideologias e métodos de combate. As divergências quanto à abordagem do pensamento e ação política dividiram o ativismo estudantil entre a “jovem” e a “velha” esquerda (DELGADO, 2013).

Os estudantes da ala tradicional, leais ao PCM, queriam construir a revolução por etapas, mobilizando a classe trabalhadora e pressionando o sistema com greves, mas enfrentavam a crítica da ala radical, que apoiava a luta armada, “[...] *aunque pocos las tomarían, siendo, en realidad, la bohemia y la contracultura los elementos principales*” (DELGADO, 2013, p. 49).

Incontestemente, contudo, é a ação da juventude comunista na democratização do país (DELGADO, 2013). Os estudantes foram destacados protagonistas na luta contra a preeminência do PRI e o autoritarismo (DELGADO, 2013). Mobilizações na Ciudad de México, Michoacán, Puebla, Nuevo León, Sinaloa e Guerrero foram epicentros de lutas. A matança no comício de 17 de maio de 1967 em Atoyac “[...] *provocó que Lucio Cabañas, miembro del Partido Comunista Mexicano, y sus*

seguidores organizaran la guerrilla que se convirtió en el Partido de los Pobres” (DELGADO, 2013, p. 54).

A crise de 1968 começou em 22 de julho, nos confrontos entre estudantes das Vocacionales 2 e 5 e do IPN e Isaac Ochoterena (IO), escolas privadas e preparatórias para o ensino superior, mas vinculadas à Unam. Novos enfrentamentos no dia seguinte aprofundaram a tensão quando a polícia interveio, deixando vários estudantes feridos (ALLIER-MONTANA, 2009).

Delgado (2013, p. 57) afirma que “[...] *La colaboración entre la Dirección Federal de Seguridad y su homónima estadounidense la CIA fue estrecha*” na perseguição aos inimigos. Díaz Ordaz se mostrou “[...] *un declarado anticomunista*” (DELGADO, 2013, p. 50) e acusou os conflitos estudantis de 22 e 23 de julho de 1968 de serem parte de “[...] *una ‘conjura’, proveniente del Partido Comunista Mexicano (PCM) y otras organizaciones de izquierda*” (ALLIER-MONTANA, 2009, p. 293) para boicotar os Jogos Olímpicos de 1968.

É razoável que o *establishment* político tenha capitalizado a tensão estudantil para erradicar um suposto mal, mas estudos em Allier-Montana (2009) não apoiam as suspeitas das agências, inclusive porque a autora reduz o papel dos jovens comunistas a meros atores de protestos, com o acordo de Delgado (2013, p. 53), para quem um PCM “[...] *débil y sin registro electoral [...]*” teria, no máximo, importância secundária nas agitações estudantis. Contudo, a rinha transcendeu a dimensão estudantil e repercutiu na sociedade, que sofria com a miséria decorrente da distribuição desigual das riquezas, característica das distorções da economia capitalista.

No levante de 26 de julho de 1968, os estudantes na *Ciudad de México* protestavam, devido à violência dos granadeiros²⁰, que fizeram a repressão dos conflitos nos dias 22 e 23. Os estudantes da CNED e JCM exigiam a saída dos responsáveis pela violência policial, além da liberação dos estudantes detidos e o direito de se expressarem para exaltar a Revolução Cubana²¹, que, segundo eles, aconteceu “[...] *con los permisos correspondientes por parte de las autoridades del Distrito Federal*” (DELGADO, 2013, p. 67), mas a posição oficial foi outra.

²⁰ Granadeiro é um soldado especializado no lançamento de granadas.

²¹ A Revolução Cubana, ou Movimento 26 de Julho, foi o movimento de guerrilha liderado por Fidel Castro, que derrubou o ditador Fulgêncio Batista em 1º de janeiro de 1959.

[...] Una manifestación organizada por los estudiantes del Instituto Politécnico Nacional como protesta por la intervención de los granaderos contra alumnos de las vocacionales 2 y 3, coincidió con la efectuada por los integrantes de las Juventudes del Partido Comunista Mexicano que celebraban de esta manera el aniversario del asalto al cuartel Moncada, en Cuba, por Fidel Castro. La primera había sido autorizada y la segunda no. [...]. (DELGADO, 2013, p. 69).

A *Dirección Federal de Seguridad* (DFS) havia alertado Díaz Ordaz acerca da suspeita de conspiração, e a manifestação do dia 26 de julho confirmava o perigo da “[...] *conspiración internacional comunista*” (DELGADO, 2013, p. 69). Para os agentes, os conflitos de 22 e 23 de julho subvertiam a ordem para sabotar os Jogos Olímpicos de outubro (DELGADO, 2013), e a imprensa fortaleceu na opinião pública a tese do perigo representado pelos jovens comunistas, com apoio da Igreja Católica, elite e organizações de direita.

Não havia, contudo, prova concreta para a acusação, e a declaração do jornalista e ativista do PCM ao Canal 6 de julho de 1968 em *La Conexión Americana* esclareceu fatos:

Se ha dicho que el PC era muy activo, sí es cierto, pero quizá seríamos mil quinientos, dos mil militantes ¡en todo el país!, entonces hablar de que nos podíamos levantar en armas, que podíamos hacer una revolución e incluso una revuelta era una locura verdadera. Eran luchas totalmente, por algo que se llamaba, y que se potenció después en la época de Echeverría, por la apertura democrática. (DELGADO, 2013, p. 70).

O argumento fazia sentido. Em um país com quase 50 milhões de habitantes seria muito difícil para 2.000 militantes comunistas levarem a cabo uma revolução, mas as autoridades vasculharam o Comitê Central do PCM em busca de evidências, enquanto os líderes do partido afirmavam que os conflitos de 22 e 26 de julho foram “[...] *producto de toda una provocación gubernamental en contra de los militantes del PCM*” (DELGADO, 2013, p. 73) e enfraqueciam os argumentos de governantes e da imprensa corporativista.

Com o aumento da tensão, o semanário comunista *La Voz de México* (LVM) de 4 de agosto de 1968 denunciou a manobra do governo nos eventos de 22, 23 e 26 de julho para criminalizar o PCM e negou o que qualificou de “[...] *calumnias y provocación por parte de las autoridades*” (DELGADO, 2013, p. 75), mas o governo apontou até detalhes: “[...] *los disturbios habían sido decididos en la Conferencia Tricontinental celebrada en La Habana en 1966 (La teoría de la*

conjura comunista internacional), con la participación de comunistas mexicanos” (DELGADO, 2013, p. 75).

Os eventos seguintes tiveram lugar de maneira vertiginosa. Os estudantes ocuparam as *Preparatorias* 1, 2 e 3 da Unam na madrugada de 27 de julho e resistiram até o dia 29, quando granadeiros e policiais militares armados com bazucas tomaram os prédios e prenderam os estudantes. Os estudantes do IPN que se uniram ao movimento foram reprimidos duramente (DELGADO, 2013).

No dia 30 de julho de 1968, o PCM publicou nota de repúdio ao autoritarismo do governo na revista marxista *Historia y Sociedad*; no dia seguinte, Javier Barros Sierra, reitor da Unam, respondeu com bandeira a meio mastro na *Ciudad Universitaria* (CU) “[...] en señal de luto por la violación de la autonomía en los días anteriores” (DELGADO, 2013, p. 78) e liderou a marcha de discentes e docentes, da CU a Coyoacán e de volta à CU, em uma grande manifestação que completou um percurso total de cerca de sete quilômetros e levou Díaz Ordaz a sinalizar uma trégua (DELGADO, 2013).

O Conselho Nacional de Greve (CNH) foi criado com delegados das escolas, membros da JCM, da CNED, da *Federación de Estudiantes Campesinos Socialistas de México* e do PCM (DELGADO, 2013) e as reivindicações traziam seis pontos: 1. A liberdade dos presos políticos; 2. A revogação dos artigos 145 e 145 bis do Código Penal Federal, que definia o delito de dissolução social e autorizava a abordagem a civis; 3. A extinção do Corpo de Granadeiros; 4. A remoção dos chefes de polícia; 5. A indenização às famílias dos mortos e feridos nos conflitos; e 6. A responsabilização dos culpáveis pela violência contra os estudantes (DELGADO, 2013).

Nessa altura, a divisão entre estudantes de esquerda e de direita intensificou a disputa. O grupo de apoio ao governo defendia autonomia, acusando os opositores de conspiradores comunistas, mas a esquerda cresceu em número e expandiu o alcance dos protestos para todo o país, motivando a celebração do que o PCM chamou de movimento popular estudantil (DELGADO, 2013). A JCM conclamou a união do povo para renovar a *Revolución*²², fracassada porque não trouxe mudanças, não resolveu o problema agrário, não promoveu a democracia nem a redução da desigualdade.

²² Conflito armado no México, entre 1910 e 1920, que tentou modificar o sistema político e social, no contexto de instabilidade política após a saída do ditador Porfirio Díaz, no poder de 1876 a 1911.

Em 13 de agosto de 1968, aconteceu uma grande manifestação, desde a *Plaza Casco de Santo Tomás* até o *Zócalo*, e alguns acreditaram que a mobilização estudantil era suficientemente forte para vencer a resistência do governo e aprovar as demandas, mas a repressão também recrudescceu e os organismos do PCM na Unam e do IPN usaram as páginas da revista *Historia y Sociedad* para reafirmar a ditadura, insistindo na renovação da resistência popular (DELGADO, 2013).

Passados oito dias, o PCM publicou na revista *Historia y Sociedad* nota em favor da democracia, apelo ao diálogo com CNH e fim dos conflitos, com a liberdade imediata dos estudantes detidos durante os conflitos de 26 de julho. Pelo fim da violência, liberou o governo para decidir sobre as reivindicações, reiterando a intenção da classe política e estudantil de pôr fim ao conflito (DELGADO, 2013).

A manifestação de 27 de agosto de 1968 foi entendida como provocação. Os estudantes levantaram uma bandeira vermelha e preta, e o governo acusou o movimento de “[...] *antimexicano y comunista*” (DELGADO, 2013, p. 98), mandando soldados para dissipar a multidão e conclamando trabalhadores para uma “[...] *supuesta reparación a la bandera*” (DELGADO, 2013, p. 98), mas houve confusão, porque “[...] *los ahí acarreados no quisieron cooperar con el acto oficialista*” (DELGADO, 2013, p. 98). A violência da repressão do governo se convertia em indignação popular.

Em 1º de setembro de 1968, um relatório oficial denunciou um plano subversivo para boicotar os Jogos Olímpicos, e o governo advertiu que iria até as últimas consequências para garantir a ordem (DELGADO, 2013). Seis dias depois, ocorreu uma reunião estudantil em Tlatelolco e, dois dias depois, o reitor da Unam declarou o fim dos enfrentamentos políticos, defendeu a paz e rogou à comunidade o fim das disputas, uma vez que as demandas haviam sido cumpridas, segundo ele “[...] *en lo esencial, por el ciudadano Presidente de la República, en su último informe*” (DELGADO, 2013, p. 102), mas o CNH respondeu ao reitor Barros Sierra com a “Manifestación del Silencio”, em 13 de setembro, “[...] *con 100 mil ciudadanos amordazados*” (FUENTES, 2005, p. 145).

A resposta ao protesto silencioso do povo chegou em 19 de setembro, com a tropa do exército ocupando a CU e prendendo mais de 100 estudantes. Os delegados do CNH escaparam e o PCM utilizou páginas do periódico *Excélsior* para denunciar a brutalidade do governo e o ataque à autonomia universitária e às liberdades democráticas (DELGADO, 2013). A LVM de 22 de setembro destacou no

título da matéria: “*Represión, Constitución y Autonomía Universitaria Pisoteadas*” (DELGADO, 2013, p. 104).

A invasão da CU com uso da força teve apoio do PRI, e a tensão levou a confrontações no *Colegio de México*, metralhado por forças policiais. Em 23 de setembro de 1968, o reitor da Unam entregou sua renúncia, mas ela foi rejeitada e uma batalha entre estudantes e policiais, no *Casco de Santo Tomás*, deixou várias pessoas mortas e o edifício ocupado pelo exército (DELGADO, 2013). A *Unidad Profesional de Zacatenco* e a *Vocacional 7* também foram ocupadas, apesar da resistência estudantil: “[...] *El IPN era militarmente ocupado, así como encarcelados los maestros Eli de Gortari, Manuel Marcué Pardiñas y la pintora Rina Lazo entre otros*” (DELGADO, 2013, p. 105).

No dia 1º de outubro de 1968, a assembleia na reitoria da CU reiterou a greve e a união do PCM com a JCM, destacando a greve de fome dos presos políticos. O PCM acusou o governo de violação de direitos civis e de fazer execuções sumárias, inclusive todos os mortos do dia anterior eram testemunhas da violência (DELGADO, 2013).

O fatídico 2 de outubro de 1968 começou com uma reunião entre representantes do governo e membros do CNH. Na parte da tarde, três dos quatro oradores eleitos pelo CNH para falar com os estudantes formavam parte da JCM, segundo Delgado (2013, p. 106):

Florencio López Osuna (JCM) de la Escuela Superior de Economía del IPN, José David Vega Becerra (JCM) de la Escuela Superior de Ingeniería Textil del IPN (él hablaba cuando se inició la balacera), seguidos de dos que ya no hablaron, José González Sierra y Miguel Eduardo Valle Espinosa (JCM) de la Escuela Nacional de Economía de la UNAM, quien informaría sobre la huelga de hambre de los presos políticos.

O massacre ocorreu na Praça das Três Culturas, na seção de Tlatelolco, e matou um número indeterminado de estudantes, provavelmente centenas (ALLIER-MONTANA, 2009; DELGADO, 2013; FUENTES, 2008). A carnificina da matança de Tlatelolco é tema de trabalhos científicos e literários, e Guzmán (2011) apresenta, inclusive, a dimensão da reprodução de obras já publicadas e um número de testemunhos dos eventos da tragédia. Conforme ele aponta, havia, até 2007, “[...] 55 reimpressões da primeira edição de *La noche de Tlatelolco* de Poniatowska e 10 da segunda edição, de 1998, assim como os 612 testemunhos que dão suporte às obras do historiador” (GUZMÁN, 2011, p. 57).

A prisão massiva de militantes do PCM e JCM pelo exército foi brutal e humilhante. Os estudantes foram obrigados a passar através de uma cerca humana feita com soldados uniformizados e foram golpeados com murros e golpes de fuzil, sob gritos de: “*Comunistas, rojos hijos de la chingada*” (DELGADO, 2013, p. 106).

Entre os massacrados da matança de Tlatelolco, jovens estudantes e universitários que expõem, a seguir, as narrativas em Delgado (2013, p. 107-108), com parte das vivências no dia 2 de outubro de 1968:

[...] Arnoldo Martínez Verdugo [...]: El 2 de octubre estuve oyendo la balacera por teléfono; los compañeros se habían apoderado de un teléfono público en la Plaza para garantizar la comunicación... ya teníamos mucha desconfianza sobre lo que iba a pasar el 2 de octubre... y estaba yo comunicándome con ese compañero, de un teléfono público, cuando empieza la balacera. Una cosa horrible. [...] Arturo Martínez Nateras [...]: Los comunistas rusos me rescataron de aquella masacre. La delegación soviética a las olimpiadas empezó a llegar. Una brigada de adelantados me salvó de sufrir en carne propia aquella masacre. La dirección de la JCM había concertado una reunión con el jefe de la delegación soviética que era el camarada Sergei Pablov, quien durante muchos años había sido el Secretario General del KOMSOMOL, es decir, de la Unión de Juventudes Comunistas de la URSS [...] me adentré en el edificio y allí estaban ya Marcos Leonel Posadas Segura, Armando Real Mena, Antulio Ramírez Romero, Raúl Salmerón (de cinco, cuatro egresados de una misma generación de un curso en la URSS). [...] Mientras tanto el Estado masacraba a los jóvenes indefensos. Los rusos me salvaron.

De acordo com Delgado (2013), os que ficaram em lugar seguro puderam narrar os detalhes do massacre, como Arnoldo Martínez Verdugo e Arturo Martínez Nateras, este último pôde contar, inclusive, com a ajuda providencial de colegas membros da delegação russa de esporte, que estavam no país para os Jogos Olímpicos.

Para centenas de jovens, restou apenas o corpo empilhado junto aos demais, como o caso do jovem Santiago III (FUENTES, 2005). Laura, a avó de Santiago III, encontrou o corpo desnudo do neto no necrotério improvisado, estirado sobre uma tábua de madeira e junto com os outros que haviam sido mortos na matança da Praça das Três Culturas, em acordo com a narrativa em Fuentes (2005, p. 155-156):

[...] eran singulares: no había rostro como otro, ni un cuerpo idéntico a otro, ni posturas uniformes. Cada bala dejaba una flor diferente en el pecho, la cabeza, el muslo del joven asesinado, cada sexo de un hombre era un descanso diferente, cada sexo de una mujer, una herida singular, esa diferencia era el triunfo del joven sacrificado venciendo una violencia impune que ella sabía que estaba absuelta de antemano [...]. Cuando reconocieron el cadáver de Santiago en la morgue improvisada, Lourdes se arrojó llorando sobre el cuerpo desnudo de su joven esposo, pero Laura

acarició los pies de su nieto y colgó una etiqueta en el pie derecho de Santiago: SANTIAGO III 1944-1968 UN MUNDO POR HACER.

A narrativa de Fuentes (2005) eternizou o drama de Laura, a avó de Santiago III, que foi uma das centenas de vítimas, mais um de tanta(o)s corajosa(o)s mexicana(o)s a quem se negou o gesto humano de entregar os corpos às suas famílias. Laura pôde ver o corpo do neto, segundo Fuentes (2005, p. 154), “[...] *Como una concesión al abogado Don Dantón [...] pudieron verlo, pero no lo recogieron ni lo enterraron. No habría excepciones [...]*”.

Duas semanas depois do massacre de estudantes, o presidente Díaz Ordaz inaugurou os Jogos Olímpicos com uma revoada de pombas da paz; em acordo com Fuentes (2005) e Guzmán (2011), o presidente estava satisfeito. Allier-Montana (2009) recordou que em 1971 o presidente Luis Echeverría Álvarez, secretário de governo de Díaz Ordaz em 1968, anunciou uma abertura democrática, revogou os artigos 145 e 145 bis da Constituição Federal e concedeu liberdade a estudantes e militantes presos em 1968. Inclusive, ele libertou presos que haviam participado do movimento dos ferroviários nos anos de 1958 e 1959 (ALLIER-MONTANA, 2009).

O engajamento estudantil pela autonomia universitária, pela ampliação da oferta e qualidade do ensino superior público e gratuito e por mais participação democrática não é exclusividade da história da educação espanhola e mexicana em 1968. O mundo testemunhou ainda o drama vivido pelos estudantes colombianos que enfrentaram a violência institucional do autoritário governo e lutaram bravamente pela democracia para o país.

2.1.3 De 1968 a 1971: MEs na Colômbia e “El Programa Mínimo de los Estudiantes Colombianos”

O sistema universitário colombiano foi concebido pelos liberais no século XIX e entregue para a Igreja pelos conservadores no início do século XX (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). As políticas governamentais de reestruturação deram lugar a disputas ideológicas da Guerra Fria e o sistema se alinhou com os interesses estadunidenses. A primeira reforma liberal teve lugar nos anos 30, enquanto a segunda, “[...] *sin duda la más importante, se presentó con la reforma modernizadora de los años sesenta y setenta*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2015, p. 103).

Desde a década de 1940, a expansão da educação superior a partir da “[...] *hibridación de los modelos educativos europeo, norteamericano y de promoción de educación técnica*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2012, p. 372) coincidiu com a fundação de 24 universidades, entre públicas (14) e privadas (10) (JIMÉNEZ; FIGUEROA, 2000). Entre 1950 e 1967, houve um aumento no número de estudantes. “[...] *Hacia 1974 había en Colombia 142.000 estudiantes matriculados: cerca de 75.500 en universidades públicas y 66.500 en universidades privadas*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2015, p. 104).

A massa de novos técnicos y tecnólogos (ACEVEDO-TARAZONA, 2015), “[...] *en una dinámica desconocida hasta el momento, un dinamismo de ‘hambre de industrialización’ y de procesos de modernización de la sociedad [...]*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2012, p. 377), surgiu nas universidades regionais, desde a metade do século XX e nas décadas seguintes, muitos deles com uma visão de educação “técnico-científica”, a exemplo da *Universidad Industrial de Santander* (UIS) (ACEVEDO-TARAZONA, 2015).

Entre 1962 e 1968, surgiu o *Fondo Universitario Nacional* (FUN) e a *Asociación Colombiana de Universidades* (inicialmente Ascu, depois Ascun), “[...] *que significaron un incremento de la autonomía para las universidades regionales bajo control de una entidad de carácter privado [...]*”. No caso da UIS, o período 1962-1968 teve a gestão do reitor Rodolfo de Low Maus, que introduziu o modelo norte-americano de educação para o trabalho, além de convênios com a Fundação Ford e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Não obstante o bom desempenho do gestor acadêmico, a política local determinou a saída de Low, acusado de promover ideias comunistas (ACEVEDO-TARAZONA, 2012).

A Aliança para o Progresso (ACEVEDO-TARAZONA, 2015) foi um amplo programa estadunidense cooperativo, proposto em 1961, na gestão do presidente John F. Kennedy, destinado a acelerar o desenvolvimento da América Latina e conter o avanço socialista. Em acordo com as diretrizes estadunidenses, em 1964, Rudolph Atcon mostrou o Plano Básico da reforma de Patiño²³ na *Universidad Nacional de Colombia* (UNC), para modernizar a estrutura acadêmica. No currículo dos conteúdos de Ciências Sociais, a formação voltada para a realidade e

²³ Recebeu o nome do reitor da *Universidad Nacional de Colombia*, José Félix Patiño Restrepo.

percepção das contradições ampliou a consciência crítica e o pensamento esquerdista da elite intelectual (ACEVEDO-TARAZONA, 2015).

O Plano Básico continha objetivos relacionados com a expansão da oferta de educação superior de qualidade e a criação da agência federal para coordenar o processo, o *Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior* (ICFES), que definiu a educação superior como direito e serviço público (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). Por outro lado, o documento vinculou o ativismo estudantil com vandalismo e subversão, afirmando que a minoria violenta e destrutiva era treinada fora do país com táticas específicas de desordem institucional e violência (ACEVEDO-TARAZONA, 2015).

O *Programa Mínimo de los Estudiantes Colombianos* é a materialização do grito anti-imperialista e traduziu o anseio da comunidade estudantil de todo o país (PARDO; URREGO, 2003). Começou tímido, com protestos isolados, em 1968 (ACEVEDO-TARAZONA, 2015), mas, em 1971, Pardo e Urrego (2003, p. 7) asseveram que “[...] *todas las universidades públicas estaban cerradas*” e boa parte das instituições privadas, acrescenta Hernández-Arteaga (2007). Na privada *Universidad La Gran Colombia* (UGC), os protestos envolviam conflitos entre diretores e professores, também na *Universidad de Los Andes* (ULA). As discordâncias tinham relação com a democracia universitária (PARDO; URREGO, 2003).

Em maio de 1969, o clima permaneceu especialmente tenso na comunidade universitária. Acevedo-Tarazona (2015) recorda os protestos estudantis contra o imperialismo estadunidense representado na interferência de organismos internacionais, como Fundação Ford e Fundação Rockefeller. A agitação na UNC levou ao fechamento da *Universidad de Antioquia* (UA) no mês de julho. Inclusive houve protestos na UIS relacionados com financiamentos e na *Universidad de Caldas* a favor da autonomia universitária e contra arbitrariedades do “[...] *presidente Lleras al nombrar unilateralmente al rector*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2015, p. 108).

As comunidades acadêmicas de todo o país se revoltaram, mas o destaque vai para o movimento que expulsou a Fundação Ford do Departamento de Sociologia da UNC, o mais significativo no começo da luta anti-imperialista. O alvoroço envolveu estudantes que acusaram de espionagem os membros dos corpos de paz da *Universidad del Valle* (UV), seguido dos protestos na UNC e na ULA e da greve que paralisou a emblemática UIS em abril (ACEVEDO-TARAZONA, 2015; CRUZ RODRÍGUEZ; 2016; SOSA-LONDOÑO, 2018). Na violenta manifestação em

Bogotá, “[...] sectores adversos a las demandas del movimiento estudiantil tomaron los enfrentamientos como un argumento a favor de la represión del estudiantado” (RUIZ, 2002, 119-120 *apud* CRUZ RODRÍGUEZ, 2016, p. 211).

Misael Fastrana Borrero inaugurou seu governo em 1970, sob tensão generalizada. Hernández-Arteaga (2007) informa que os distúrbios evoluíram para outros setores da sociedade: povos indígenas, trabalhadores, professores de educação básica e camponeses, tendo sido as manifestações duramente reprimidas, com uso de força policial (ACEVEDO-TARAZONA, 2015).

Em 1968, a destituição do FUN, que passou a ser considerado ilegal, promoveu abalos na estrutura organizativa dos universitários a nível nacional (ACEVEDO-TARAZONA, 2012), “[...] *El año de 1971 comenzó desde sus primeros días con una intensa agitación en varias universidades del país*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2015, p. 108) e o ativismo das esquerdas regionais em 1971 é descrito por Pardo e Urrego (2003, p. 1) como “[...] *la mayor movilización de estudiantes en la historia de Colombia*”.

A organização dos universitários estava debilitada, como explicam Acevedo-Tarazona e Gómez Silva (2000): a *Asociación Universitaria de Santander* (Audes), desde 1968, não mais controlava a distribuição de dormitórios, alimentos e assistência médica aos estudantes da UIS e, com o fim da FUN, as representações regionais assumiram o protagonismo do movimento (ACEVEDO-TARAZONA, 2012).

Em fevereiro de 1971, estudantes da *Universidad del Cauca* (UC) se manifestavam, enquanto na UV estudantes e professores, em greve, exigiram a renúncia do reitor, a saída da Igreja e do setor privado do Conselho Universitário e o fim da interferência internacional na concessão de créditos educativos da instituição (ACEVEDO-TARAZONA, 2015; PARDO; URREGO, 2003). A greve chegou à *Universidad Tecnológica de Pereira* e à UA; na UIS, os estudantes enfrentaram a força policial durante os protestos contra o imperialismo e pela saída do reitor Carlos Viviesca Pinzón (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). Nos enfrentamentos de 26 de fevereiro, “[...] *un saldo de más de 20 muertos. De inmediato el gobierno declaró, por medio del decreto 250, el estado de sitio en todo el país*” (PARDO; URREGO, 2003, p. 1).

O mês de março começou tenso. Na assembleia que reuniu estudantes da UIS e o comitê de greve, expediu-se o comunicado exigindo a renúncia do reitor (ORDÓÑEZ BURBANO, 2007) e os estudantes da UNC se rebelaram em

solidariedade aos colegas na UV (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). Entre 3 e 16 de março, os protestos levaram o governo a impor toque de recolher em Cali, Medellín, Popayán, Bucaramanga e a ameaçar com prisão de 30 a 180 dias atos subversivos, além de proibir a greve nas universidades, segundo *El Espectador*, de Bogotá, publicado em 5 de março de 1971, mas os decretos não impediram as manifestações, incluindo as de Bogotá e Armenia (PARDO; URREGO, 2003). O governo contou com determinados veículos da imprensa diária para difundir a informação, tratando as medidas arbitrárias como necessárias para restabelecer a ordem e a autonomia da reitoria (PARDO; URREGO, 2003).

O fator que disparou a greve nacional de 4 de março foi a declaração do presidente Fastrana Borrero (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). Para justificar a decretação de estado de sítio, ele culpou o movimento estudantil e os subversivos de obstruírem a ordem legal nacional (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). Além da repressão estatal com expulsões, prisões e enfrentamentos violentos com a força policial, o governo emitiu o Decreto 580 garantindo o poder de ordenar a suspensão das atividades docentes e acadêmicas das instituições em nível médio e superior, em nível nacional, departamental (estadual) e municipal (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). Ademais:

[...] el Ministro de Defensa, Hernando Correa Cubides, sindicó públicamente a Marcelo Torres, Leonardo Posada y Morris Ackerman como los principales agitadores y señaló que el propósito fundamental de las reivindicaciones propuestas era entorpecer la realización de los Juegos Panamericanos y el secuestro de los extranjeros que vendrían a competir [...]. (PARDO; URREGO, 2003, p. 3).

O decreto tratava de uma prática comum dos tempos da Guerra Fria, a perseguição com o argumento de caça a terroristas, mas as autoridades constituídas convenceram a opinião pública de que aqueles protestos eram atos isolados de guerrilheiros treinados por forças externas para perturbar a paz da nação (PARDO; URREGO, 2003). Os estudantes responderam com uma nota mais dura e exigiram a revogação dos contratos com estrangeiros e mais investimentos de recursos públicos para financiar a educação superior. No comunicado da UNC de 12 de março, já constavam princípios do *Programa Mínimo de los Estudiantes Colombianos*, em cuja redação participaram 28 universidades (ACEVEDO-TARAZONA, 2015).

O programa adicionou demandas de caráter político, administrativo e acadêmico que vinham de protestos de 1968 (ACEVEDO-TARAZONA, 2015). Os

termos da reforma foram debatidos no *II Encuentro Nacional Universitario* em Bogotá, nos dias 13 e 14 de março (HERNÁNDEZ-ARTEAGA, 2007) e ratificados no *III Encuentro Nacional Universitario* em Palmira, em 14 de abril. No *V Encuentro*, o Programa apoiou a reabertura da UNC e das instituições que permaneciam fechadas, a liberdade de estudantes detidos e a proposta de um congresso nacional. O *VI Encuentro* ocorreu em junho, em Medellín, e o lema foi “*Reforma Universitaria y Revolución Socialista*” (HERNÁNDEZ-ARTEAGA, 2007, p. 48), no qual se configuraram a *Plataforma de Reforma Universitaria* e os pontos do *Programa Mínimo del Movimiento Nacional Estudiantil*.

O documento contava com seis pontos relacionados com representatividade universitária, autonomia, garantia de investimentos públicos, controle de mensalidades nas instituições privadas, independência na pesquisa acadêmica, interferência na escolha de reitores, revisão dos contratos com estrangeiros, retirada da Fundação Ford da *Universidad del Valle*, direito à organização política e reabertura da Faculdade de Sociologia da *Universidad Javeriana* (PARDO; URREGO, 2003).

A situação era de colapso universitário: a UA havia sido fechada em abril e reaberta em junho, mas convocou uma nova greve. Em julho, a *Universidad de Tunja* permaneceu fechada; a *Universidad de Nariño*, em férias forçadas desde abril, retornou, por determinação do governo, mas sofreu ocupação militar em julho. Igual crise foi registrada na *Universidad del Cauca*, *Manizales*, *del Atlántico*, *Pedagógica* e *Medellín*, “[...] en las universidades de Cartagena e Industrial de Santander, los estudiantes lucharon incansablemente, hasta muy avanzado el segundo semestre” (PARDO; URREGO, 2003, p. 10-11).

Em junho, o governo emitiu o Decreto 1259 expandindo o poder a reitores, que podiam castigar com sanções acadêmicas, administrativas e disciplinares, o que motivou os estudantes a ironizarem a lei, taxando-a de “*decreto rector-policía*”, dizem Pardo e Urrego (2003). No referendo de agosto na UNC, 34.000 votos expulsaram parte da gestão e o reitor Santiago Fonseca. Considerado antidemocrático, ele expulsou líderes estudantis e despediu os professores, provocando a revolta na comunidade e a adesão de trabalhadores simpáticos ao movimento (PARDO; URREGO, 2003).

Em meados do mesmo mês, várias associações de docentes se reuniram e aprovaram um projeto de lei com seis capítulos, coincidindo com o Programa

deliberado nas reuniões de estudantes. O Secretário do Comitê Coordenador dos Claustros²⁴ pontuou que, “[...] *con la vigencia del Decreto 1259, la crisis universitaria entró en una fase definitiva caracterizada entre otras circunstancias por la unificación de profesores y estudiantes de todo el país [...]*” (PARDO; URREGO, 2003, p. 13-14).

Acevedo-Tarazona (2015) avaliou como “incontrolável” a crise, com greve geral nas instituições de todo o país, motivando o governo a emitir o Decreto 2070 e garantindo à comunidade estudantil em Bogotá e Medellín a experiência de cogoverno das universidades, ou seja, a participação de docentes e discentes nos Conselhos Superiores na UNC, em novembro de 1971, e na UA, em janeiro de 1972.

Ao assumirem a direção universitária, os discentes lograram uma conquista sem precedentes nos MEs da Colômbia, porém o proveito foi de duração curta, pois em “[...] *finales de mayo de 1972 regresaron los rectores del gobierno, y con ellos, la suspensión de la participación ampliada de estudiantes y profesores en los Consejos Superiores*” (ACEVEDO-TARAZONA, 2015, p. 109). O ME continuou disperso e debilitado, pelo corte de verbas governamentais aos órgãos das universidades e redução da representação estudantil nos Conselhos da UNC e da UA (ACEVEDO-TARAZONA, 2015).

O autoritarismo enfrentado pelos colombianos recorreu na revisão dos MEs do Brasil. Depois do golpe civil-militar de 1964 (NAPOLITANO, 2014), o regime militar recrudesciu a força repressiva, mas enfrentou a resistência da classe de discentes, incluindo as secundaristas do Colégio Estadual Justiniano de Serpa. Na capital cearense, as normalistas enfrentaram a arbitrariedade da diretora Adísia Sá²⁵ e lutaram contra a expulsão da presidente do grêmio estudantil Mirtes Semeraro de Alcântara Nogueira²⁶, no emblemático mês de maio de 1968.

²⁴ Claustros são conselhos diretivos.

²⁵ Adísia Sá, bacharel em Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará (1954), licenciada pela Faculdade de Filosofia do Ceará (1962). Foi jornalista da *Gazeta de Notícias*, *O Estado*, *O Dia* e *O Povo*. Foi professora na Universidade de Fortaleza (Unifor) e professora titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo se aposentado como professora titular da UFC e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em 1968, era diretora do Colégio Estadual Justiniano de Serpa. Atualmente é colunista do jornal *O Povo* e comentarista na rádio *O Povo CBN*, *Tempo FM* e *TV Fortaleza*.

²⁶ Mirtes Semeraro de Alcântara Nogueira militou na organização revolucionária AP e integrou a diretoria do Centro de Estudantes Secundaristas do Estado do Ceará (Cesc). Em maio de 1968, Mirtes estava presidente do grêmio estudantil do JS e participou da sublevação estudantil contra a cobrança de taxas escolares. Ela foi expulsa do JS e perseguida por forças militares, mas escapou e passou a militar na clandestinidade. Em 2 de outubro de 1968, em São Paulo, Mirtes participou da Batalha da Maria Antônia, o embate entre estudantes da Faculdade Mackenzie vinculados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e universitários da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) (JOSÉ, 2013).

2.1.4 Em 1968 – O ME no Brasil e o caso da Revolta das Saias

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 (NAPOLITANO, 2014) coincidiu com o giro ditatorial de outros países sul-americanos, alerta Krischke (1979, p. 82): “Argentina (1966), Peru (1968), Bolívia (1968), Equador (1971), Uruguai (1972), Chile (1973)”, mas o destaque vai para a crítica da Igreja ao imperialismo estadunidense e às “[...] forças reacionárias que atuavam na política latino-americana” (KRISCHKE, 1979, p. 85). Na década de 1960, a Igreja Católica foi esteio da boa conduta social e sua história se confunde com a memória política fortalecida (KRISCHKE, 1979).

A narrativa de Maria do Carmo Moreira Serra Azul (5 jan. 2017, entrevista), a Cacau, descortina a história singular da militante aguerrida que abraçou o ativismo contra as injustiças sociais. As reminiscências mesclam convicções pessoais com ilusões políticas e ampliam a compreensão de simbolismos e significados das histórias de vida.

Meu pai era advogado... Sociedade igualitária. A Igreja dizia: ‘Deus criou o mundo e não deixou inventário. Se Deus disse que é pai de todos, todo mundo tem que ser igual. Cristo dividiu o pão, o peixe [...]’. Foi o primeiro socialista. A gente queria o socialismo cristão. Minha irmã e eu... a gente queria o socialismo de Cristo contra as injustiças. Nossa militância começou em [19]67. A JEC serviu de escola de base; tinha panfleto. A Ação Católica gerou a Ação Popular. (SERRA AZUL, 5 jan. 2017, entrevista).

As memórias de Cacau contemplam os elevados valores cristãos que reforçaram seus ideais humanitários, mas Parente (1999, p. 191) recorda a participação decisiva da Igreja Católica no Ceará para o sucesso do Integralismo²⁷ na década de 1930 “[...] como organizadora política de setores significativos da sociedade civil”. Orientada pelo nacionalismo de extrema direita, a Ação Católica (AC) foi fundada na Era Vargas, em 1935, porém girou para a esquerda em 1947, após a chegada de D. Hélder Câmara, “[...] que logo renegaria o fascismo [...] sensibilizado pela problemática social, até tornar-se verdadeiro símbolo do clero progressista” (RIDENTI, 1998, p. 3).

Na década de 1950, a AC contava com a elite estudantil na articulação nacional dos jovens, através da Juventude Universitária Católica (JUC) e da

²⁷ Doutrina política espiritualista ultranacionalista, corporativista, conservadora e de extrema direita, inspirada no fascismo italiano, no integralismo lusitano e na Doutrina Social da Igreja Católica. A Ação Integralista Brasileira surgiu em 7 de outubro de 1932 e foi dissolvida em 10 de novembro de 1937; a bandeira com fundo azul e um disco branco trazia um sigma maiúsculo (Σ) como símbolo.

Juventude Estudantil Católica (JEC) na militância de secundaristas (RIDENTI, 1998). A ideologia que norteou a formação do movimento remontava à doutrina medieval da Igreja: reconhecimento da falibilidade humana, respeito às instituições e transformação das consciências individuais pelo bom exemplo (RIDENTI, 1998).

Nos anos 1950, estudantes esquerdistas e direitistas disputavam o controle da União Nacional dos Estudantes (UNE)²⁸. De “1950 a 1956, a entidade esteve nas mãos de setores ligados à União Democrática Nacional (UDN), o partido de direita mais importante da época” (RIDENTI, 1998, p. 9), mas as contradições sociais e lutas de classes do contexto da década de 1960 despertaram novos atores para o ativismo.

A ala mais à esquerda da JUC rompeu com a AC para formar a Ação Popular²⁹ (AP), “[...] nascida sob signo cristão, mas crescentemente influenciada por idéias [sic] marxistas, até chegar ao maoísmo” (RIDENTI, 1998, p. 8). Recorda Serra Azul – Cacau (5 jan. 2017, entrevista):

As freiras apoiavam a ditadura. Chegou um padre para lecionar, deu uma palestra e disse: ‘Os militares estão dizimando os índios’, e mostrava slides. A ditadura jogava um contra o outro, tribos rivais juntas para uma matar a outra. Dizimaram índios, sindicatos rurais [...]. Entrei na JEC com 13 anos. Já queríamos o socialismo. A Igreja fazia os contatos e passava para a AP, clandestino... Na AP, que se afastou da Igreja e assumiu o marxismo, entrei com 15 anos.

Em 1967, Cacau compunha o corpo discente do Colégio da Imaculada Conceição e militava no ME fazendo:

[...] pichamento, com piche mesmo, não saía fácil, e na base do ‘boca a boca’ [...]. Eu era da diretoria do Centro de Estudantes Secundaristas do Estado do Ceará, a entidade que representava os estudantes. Confeccionava carteirinhas. Eu era da tesouraria. A Mirtes foi estudar no Colégio da Imaculada Conceição. O movimento era ilegal, mas o Cesc era legal. A gente fazia panfletagem, não gostava de injustiça. O Liceu era muito atuante, o movimento secundarista era muito atuante. Quem dirigia a UNE era a Ação Popular. (SERRA AZUL, 5 jan. 2017, entrevista).

No emblemático maio de 1968, Ramalho (2002, p. 250) recorda a batalha entre normalistas e a diretora do JS: “[...] se relacionou a uma campanha de arrecadação de fundos, realizada pelo grêmio estudantil, para custear a publicação de um jornal” (RAMALHO, 2002, p. 250). Serra Azul – Cacau (5 jan. 2017, entrevista) esclarece: “[...] o movimento era contra o pagamento da taxa escolar... era o acordo

²⁸ A UNE foi fundada em 11 de agosto de 1937 e representa os estudantes brasileiros, sendo uma das principais representantes dos alunos do ensino superior do país.

²⁹ Organização política de esquerda extraparlamentar criada em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte com militantes estudantis da JUC, JEC e outras agremiações da AC.

do MEC [Ministério da Educação] com o governo americano para privatizar. A taxa era simbólica, só para iniciar. O movimento era contra, como eu e muitos”.

Cacau estudava no JS quando as estudantes do turno vespertino se insurgiram contra a direção em apoio à presidente do grêmio, que contestava a cobrança e a destinação da taxa escolar. O protesto envolvia um objetivo maior: a luta contra a ameaça de privatização do ensino. O movimento ocupou as ruas da capital e as páginas dos diários.

A notícia mais badalada na imprensa da época: a ‘Revolta das Saias’, porque eram só mulheres. Foi a passeata em solidariedade à Mirtes, que estava contra a cobrança de taxas, era o projeto de privatizar o ensino. Adísia Sá era a diretora da escola indicada pela ditadura. A Mirtes perguntava para que era o dinheiro da taxa, e a Adísia dizia que era para o grêmio. Daí a Mirtes disse: ‘Então, me dá o dinheiro que vou fazer assembleia para perguntar o que é para fazer, para ver o destino para o dinheiro’. Adísia disse que não, que o grêmio ia fazer o jornal. Daí a Adísia compra mesa de ping-pong. Mirtes disse: ‘Que história é essa, o dinheiro não era do grêmio?’. Ela expulsa a Mirtes. (SERRA AZUL, 5 jan. 2017, entrevista).

Em 1968, o autoritarismo recrudescer a perseguição a comunistas, enquanto estreitava os laços com o império estadunidense. Pina (2008) destaca os acordos de colaboração entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), na implementação da Lei nº 5.540/1968, que ajustou o sistema brasileiro de educação aos padrões estadunidenses, mas houve resistência.

Na avaliação de Moraes Freire (2008, p. 134), “[...] Não surpreende que a década de 1960 tenha se tornado a década da agitação estudantil” contra o poder estabelecido. Reis Filho (1998, p. 29) expõe a resistência:

[...] 200 mil jovens, cerca de 0,5% da população do país [...]. O movimento não se limitou ao Rio de Janeiro e a São Paulo, nem foi conduzido apenas por universitários. [...] Em função, aliás, das lutas destes estudantes é que se deu o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, um dos principais estopins que abriram a sucessão de manifestações e passeatas que agitaram o país em 1968 [...]. Esta dimensão, a da participação dos secundaristas, é duplamente importante [...], os secundaristas desempenharam um papel decisivo em importantes capitais estaduais, como, por exemplo, Belo Horizonte, Goiânia, Fortaleza, Vitória, Salvador, Maceió etc. A rigor, a história destes centros ainda está muito mal contada – e compreendida.

Em Fortaleza, o *Unitário* (UT) publicou a manchete “Govêrno [sic] decide proibir as manifestações de rua” (UT, 2 de abril de 1968) para conter a revolta de

estudantes cearenses depois da tragédia do Rio de Janeiro³⁰. A truculência da repressão militar elevou a tensão social e a “marcha dos cem mil”³¹ reuniu estudantes e diversos segmentos sociais nas ruas do Rio de Janeiro. Em Fortaleza, destaca-se o protesto das estudantes do JS contra a cobrança de taxas escolares.

Cacau recordou que o grupo insurgente dirigido pela presidente do grêmio, Mirtes Nogueira, acusou a diretora de autoritária e, no clímax dos enfrentamentos, Adísia Sá expulsou a estudante da instituição. “*O grêmio foi extinto e todos ficaram clandestinos. A escola ficou parada uns 45 dias, porque ninguém aceitava Adísia. Aí ela saiu. Naquela época, a gente entrava na escola e fazia todo mundo sair para a rua: também Adísia não fica*” (SERRA AZUL, 5 jan. 2017, entrevista).

A força do sentimento solidário e de coletividade unia o grupo pela causa e todas as estudantes saíam às ruas. Na ausência de fontes oficiais, infere-se que a expulsão aconteceu muito próximo a 2 de maio, a julgar pela data que foi publicada a “Nota Oficial do Centro de Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC)” na *Gazeta de Notícias* (GN), em 3 de maio de 1968:

CESC PROTESTA CONTRA EXPULSÃO DE ALUNA NO JUSTINIANO DE SERPA – O Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará iniciou ontem uma campanha para exigir revogação do ato da direção do Colégio Estadual Justiniano de Serpa, que expulsou do estabelecimento a aluna Mirtes Nogueira, presidente do grêmio do colégio. Acentua a diretoria do CESC em nota oficial que os estudantes desenvolverão intensa campanha até que a aluna seja novamente admitida naquele colégio oficial. A nota do CESC classifica a expulsão como um ‘fato que demonstra claramente a tentativa de diretores de colégios de impedirem a organização dos estudantes em torno [sic] de seus grêmios para lutar contra falhas do nosso sistema de ensino, consequência das estruturas arcáicas [sic] em que vivemos.

A GN de 7 de maio de 1968 informou: “Polícia evitou passeata do Cesc contra direção do Justiniano de Serpa”. Na crise da tarde anterior, Adísia Sá chamou a polícia para evitar que “[...] os dirigentes do Cesc conclamassem as alunas do turno da tarde para uma manifestação pública de protesto contra a expulsão de Mirtes”. Na matéria (GN, 7 de maio de 1968), “[...] alunos do Liceu, do JS e outros estabelecimentos, além dos diretores do Cesc”, tentaram o diálogo com Adísia Sá,

³⁰ Edson Luís de Lima Souto, belenense de 18 anos de idade, foi assassinado em 28 de março de 1968 no Rio de Janeiro por uma ferida de bala no peito pelo comandante da tropa da polícia militar enquanto protestava contra o aumento do preço da comida servida no Calabouço, o refeitório estudantil. O assassinato do estudante gerou comoção nacional e foi seguido de intensos protestos e mobilizações em todo o país (DA SILVA, 2018).

³¹ Refere-se ao movimento de 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro com grande participação popular, na “sexta-feira sangrenta” de 21 de junho, quando houve um conflito no protesto dos estudantes na frente da sede do *Jornal do Brasil* que terminou com três mortos, dezenas de feridos e milhares de presos (DE SOUSA, A.; DE SOUSA, L., 2018).

mas a diretora pedira que “[...] aguardassem alguns minutos para que pudesse ser iniciado o debate [...]”; pouco tempo depois, chegou um grupo de policiais e tentou prender a aluna Mirtes Nogueira” (GN, 7 de maio de 1968). O grupo ocupou a escola para evitar a prisão, e o Cesc informou que “[...] tentará um mandado de segurança para obter sua reintegração” (GN, 7 de maio de 1968). Observam-se a ausência de diálogo e a reação repressiva, que denotaram o autoritarismo do sistema, mas também a esperança no funcionamento das instituições democráticas.

Ademais, a atitude solidária dos estudantes do Liceu do Ceará ao movimento do JS lhes rendeu punições e expulsões, segundo a GN de 8 de maio de 1968:

[...] Também no Colégio Municipal, como em outros colégios públicos, são expulsos ou suspensos os líderes que se levantam representando os interesses [sic] estudantis em favor de melhores condições de ensino, pela liberdade de organização em seus grêmios. [...] a expulsão da aluna [...] teve [sic] por motivo ‘esta estudante defender os interesses [sic] do Grêmio ao procurar receber o dinheiro daquela entidade gasto arbitrariamente pela Direção do colégio.

As ruas de Fortaleza foram tomadas pela revolta das normalistas, que discordavam da expulsão da Mirtes. Nas páginas dos diários da capital, as notícias do movimento disputavam espaço com os importantes eventos sociopolíticos e estudantis internacionais de maio de 1968 (ACEVEDO-TARAZONA, 2015; DELGADO, 2013; ROMO, 2017; SALAZAR, 2018; SOSA-LONDOÑO, 2018).

O dia 10 de maio foi tenso, como se pode constatar adiante:

Alunas da escola normal protestam em passeata contra a punição de colega [...] ruidosa passeata à Rua Liberato Barroso, concentraram-se na Praça do Ferreira, onde se fizeram ouvir algumas oradoras [...] Agente do DOPS³² – que acompanhava discretamente o movimento desde a praça Gustavo Barroso – interveio, tentando convencer as alunas a irem para casa [...] as meninas reagiram de maneira pouco feminina (feio). (OP, 10 de maio de 1968).

A Polícia do Estado acompanhou a subversão da ordem e a imprensa ressignificou o conceito de feio para “pouco feminino”. O professor Alcântara Nogueira, pai de Mirtes, reuniu-se com o secretário de educação para solucionar a crise; as normalistas buscaram o apoio dos estudantes universitários e a imprensa

³² Departamento de Ordem Política e Social (Dops), criado em 30 de dezembro de 1924 e instituído em 17 de abril de 1928 pela Lei nº 2.304 para reorganizar a Polícia do Estado. Atuou principalmente durante o Estado Novo e a ditadura militar, com a função de assegurar e disciplinar a ordem militar no país.

mostrou o prédio do JS rodeado pelos guardas municipais armados com bombas de gás lacrimogênio (OP, 10 de maio de 1968).

A manchete “Expulsão de Miriam [*sic*] causa protestos das normalistas” (TC, 10 de maio de 1968) trocou o nome da Mirtes Semeraro de Alcântara Nogueira e descreveu a passeata: “[...] principais ruas do perímetro central, concentrando-se em frente ao prédio da Assembleia Legislativa”.

Com um JS dividido, as estudantes do turno da manhã se uniram em torno do apoio à Adísia Sá, enquanto as rebeldes do turno da tarde lutavam para reincorporar Mirtes Nogueira. A GN (10 de maio de 1968) anunciou:

Recrudescer o protesto contra expulsão do JS [...]. Um contingente da Polícia Militar foi solicitado pela direção do colégio para fazer um cordão de isolamento e impedir o ingresso de pessoas estranhas [*sic*] aos corpos docente e discente [...] o Secretário de Educação [...] e o diretor do Departamento de Ensino de Segundo Grau, João Damasceno, estiveram em contato com os estudantes na tentativa de estabelecer um diálogo [...].

O conservador UT (11 de maio de 1968) noticiou de maneira distinta: “Colégio volta às aulas e aluna é transferida”. No interior, em formato inusual (letras vermelhas): “Solucionada crise da escola normal com retorno [*sic*] às aulas” (UT, 11 de maio de 1968), trazia detalhes da “[...] grandiosa festa de eleição de Miss Ceará de 1968” (UT, 11 de maio de 1968). Abaixo, com as letras usuais: “Escolha de Miss Ceará 68 marcada para 8 de junho” (UT, 11 de maio de 1968), mas o texto se referia aos eventos críticos no JS trazendo uma versão diferente da realidade conjuntural:

As alunas da Escola Normal aceitaram a solução encontrada pelo Secretário de Educação, professor Ubirajara Índio do Ceará, para a crise que envolvia a direção [...] e a estudante Mirtes Nogueira, expulsa por desrespeito à autoridade da diretoria [...]. (UT, 11 de maio de 1968).

Segundo o diário, o secretário de educação instalou a mesa de despacho no JS, “[...] com as alunas da Escola e conhecendo de perto os seus problemas [...] posteriormente será encontrado um novo colégio para que a estudante Mirtes Nogueira seja matriculada” (UT, 11 de maio de 1968). Contudo, houve disputa de narrativa.

A *Tribuna do Ceará* (TC) de 11 e 12 de maio de 1968 contradizia o UT: “Pai de Mirtes não recebeu transferência”. Segundo a matéria, ao menos até o dia anterior, “[...] o prof. Alcântara Nogueira não havia comparecido ao JS para apanhar sua transferência ordenada pela direção do colégio” (TC, 12 de maio de 1968),

mencionando a “possível substituição” (TC, 12 de maio de 1968), mas Adísia declarava desconhecer tal possibilidade.

No dia seguinte, *O Povo* (OP, 13 de maio de 1968) anunciou: “Renunciou Adísia Sá [...] porque soube, na noite anterior, que o nome de seu substituto na direção do JS já estaria no bolso das autoridades do ensino” e se antecipou, mas as estudantes que apoiavam a diretora não aceitaram a decisão e foram à imprensa protestar na redação: “[...] mais de trezentas alunas” (OP, 13 de maio de 1968) que cruzaram o centro da cidade gritando palavras de ordem: “[...] queremos Adísia, ela é a maior” e anunciaram greve “[...] até a volta de Adísia” (OP, 13 de maio de 1968).

Em 14 de maio de 1968, a GN destacou a reunião entre empresários estadunidenses e vietnamitas pelo fim da guerra no país asiático com Paris em plena greve geral, conforme o título: “Debates da paz se iniciam em Paris em pé de Guerra” (Figura 1).

Figura 1 – *Gazeta de Notícias* (14 de maio de 1968): “Debates da paz se iniciam em Paris em pé de guerra”



Fonte: *Gazeta de Notícias* (14 de maio de 1968).

De acordo com Burke (2004, p. 175), “Toda imagem conta uma história”, e a foto na primeira página atesta a importância dada à mobilização que entrou para a história como a Revolta das Saias (GN, 1968; OP, 2019). A nota abaixo da imagem destaca os argumentos do grupo contrário à saída da diretora, que foi à redação da GN para hipotecar “[...] irrestrita solidariedade à professora Adísia Sá” (GN, 1968).

O JS estava dividido, e a GN (14 de maio de 1968) confirmava: “Grupos antagônicos de estudantes realizaram passeata ontem à tarde”. A renúncia de

Adísia Sá e o decreto de recesso escolar por parte da Secretaria de Educação deram nova dimensão ao movimento. As estudantes do turno da manhã foram para as ruas em marcha para declarar o apoio à diretora, e as do turno da tarde tiveram a adesão dos colegas do Liceu para fazer o “[...] o enterro simbólico da Diretora demissionária” (GN, 14 de maio de 1968). A administração do Liceu aportou uma patrulha da PM “fortemente armada” próximo à instituição, mas os *liceístas* levantaram cartazes e fizeram discursos, até que “[...] forçaram o deslocamento da patrulha” (GN, 14 de maio de 1968).

No dia seguinte, a GN (15 de maio de 1968) informou à população sobre a suspensão das aulas para a produção da lista tríplice para escolha do novo diretor do JS, conforme o Regulamento Interno do Colégio, e antecipava nomes: “José Alencar Sobreira, Arcelino Marcílio, Aníbal Craveiro e José Sobreira de Amorim”.

Os professores do JS aderiram aos movimentos: “106 professores pedem manutenção de Adísia Sá no JS” (GN, 16 de maio de 1968); “Professores querem a manutenção de Adísia” (OP, 16 de maio de 1968). O protesto que começou com as estudantes do turno da tarde e incorporou as estudantes do turno da manhã agora se somava ao protesto do corpo docente. Na versão, Adísia Sá:

[...] pediu demissão do cargo, afirmando que tinha tomado conhecimento de um ‘complot’ para substituí-la [...] os professores redigiram um memorial, que já conta com assinaturas de 106 dos 180 mestres da casa, solicitando sua permanência [...] durante a reunião da congregação do JS, um grupo de alunas colocou-se em frente ao portão principal da escola gritando ‘Queremos Adísia Sá’. No portão posterior [...] outro grupo gritava ‘Abaixo Adísia Sá’ [...] o Diretor Interino, Professor Marcilio Portela, informou que as aulas serão reiniciadas na próxima semana. (GN, 16 de maio de 1968).

A notícia do OP (16 de maio de 1968) corroborou o imbróglio: “O governo aceitou a renúncia de Adísia, mas professôres [*sic*] e alunas dizem não”, mas já era tarde.

[...] dona Adísia Sá, na tarde de ontem, se [*sic*] apresentou à direção da ‘Gazeta de Notícias’ [...] voltará ao ‘batente’, como redatora de ‘GN’. Também se apresentou à direção do Segundo Grau, como professora concursada do Estado, na cadeira de Filosofia [...]. (OP, 16 de maio de 1968).

As semanas seguintes foram ocupadas com os preparativos para a eleição da nova diretoria da representação secundarista cearense. A GN (28 de maio de 1968) destacou: “Eleita a nova diretoria do Cesc” e a composição: no cargo

de Tesoureira Geral: Ana Fonseca e como 1ª Tesoureira: Maria do Carmo Serra Azul, a Cacau, do JS.

Sobre o fim da crise no JS, a TC (28 de maio de 1968) ainda publicou notas nos dias 17, 21, 25 e 26 sobre o anúncio do novo diretor, até que no dia 28: “Diretor da escola normal surge hoje”, mas o professor José Alencar Sobreira assumiu a direção do JS discretamente, com o silêncio da imprensa. Ele suspendeu a cobrança da taxa e pôs fim à Revolta das Saias, mas não esqueceu as insurgentes, conforme Serra Azul – Cacau (5 jan. 2017, entrevista): “[...] botaram o professor Sobreira como interventor. Ele era mais esperto. Ele dizia: ‘Não sou besta para mexer em boca de formigueiro. Se afastar do formigueiro, eu pego’. Ele me pegou”.

Neste ponto da narrativa, Cacau silencia, como se a memória enveredasse por compartimentos estanques (AGOSTINHO, 2001) e sentidos, de súbito, subtraíssem a narrativa. A visita a vivências passadas promove a releitura de percepções. Vasconcelos e Araújo (2016, p. 17) alertam que “[...] o silêncio e o esquecimento são também reveladores de conflitos [...]” e sugerem respeito ao silêncio do esquecimento (RICOEUR, 2007). Entretanto, Cacau era nobre guerreira e muito segura das próprias convicções, além de combativa, corajosa e vitoriosa. De pronto, retomou os fios da memória e recuperou a teia da história.

Adísia denuncia Mirtes para os órgãos de repressão, daí a Mirtes fugiu do Ceará³³. A Polícia Federal cercou o quartirão da casa dela. A polícia invadiu a casa dela. Ela fugiu com 16 anos. Ela se escondeu na casa de um militar da Marinha. O cara tinha umas crianças, e ela saiu no carro, vestida de babá, como camuflagem. O pai dela era procurador, tinha conhecimento e a tirou do Ceará. (SERRA AZUL – CACAU, 5 jan. 2017, entrevista).

A lembrança da companheira fugindo da perseguição trouxe à tona as dificuldades enfrentadas e Cacau relembrou o drama dos militantes de esquerda que haviam enfrentado o regime. Naqueles tempos de forte repressão e violência institucionalizada, muitos desapareceram nos porões da ditadura cruelmente torturados, sumariamente executados, ou foram eliminados sem direito sequer a sepultamento digno (GODOY, 2014).

Quando eu fui presa, eles não queriam saber da minha participação no movimento estudantil, só no movimento clandestino. Para eles, o movimento estudantil era secundário, as organizações de esquerda queriam fazer uma revolução socialista, implantar o socialismo, o movimento estudantil era secundário. (SERRA AZUL – CACAU, 5 jan. 2017, entrevista).

³³ Ao se referir a “fugiu do Ceará”, a narradora está antecipando fatos que ainda irá narrar.

Enquanto o cerco se fechava contra os que se opunham ao governo, Mirtes conseguiu fugir e escapou da prisão. Cacau foi perseguida por forças policiais e presa por agentes da ditadura. No cárcere, Cacau foi barbaramente torturada e enfrentou severos castigos; o tratamento que os militares impunham aos militantes dos movimentos clandestinos de oposição à ditadura.

A exemplo de tantos jovens do seu tempo, Cacau idealizou uma sociedade com igualdade de direitos e se perfilou na frente dos combatentes estudantis que lutaram contra injustiças sociais históricas no país. Na luta por seus ideais, Cacau venceu batalhas, haja vista a vitória do movimento das normalistas, que logrou êxito na destituição de Adísia Sá da direção do JS. Entretanto, Cacau chamou a atenção dos agentes policiais, não pelo ativismo no ME, mas pela proeminência da liderança contra a ditadura, tendo sido perseguida e presa, sofrendo as torturas dos agentes policiais.

A luta pelas liberdades democráticas que marcou a vida de Cacau e das normalistas do JS, em 1968, também fez parte da utopia de incontáveis jovens em todos os continentes. Os anos seguintes demonstraram que a revolução da informação e comunicação englobou a sociedade na comunicação em rede, uma nova esperança para os agentes dos movimentos sociais no século XXI.

2.2 Os novos MEs dos anos 2000

Após a crise financeira mundial de 1929, o Estado-Providência substituiu a doutrina liberal com a tarefa de organizar a economia e promover o bem-estar social. Longe de alcançar o êxito, ao longo dos anos agravaram-se os problemas sociais, inclusive nas economias desenvolvidas, concordando com Santos (2013, p. 28): “30% dos americanos estão excluídos de qualquer esquema de segurança social. [...] Na década de oitenta morreram de fome em África mais pessoas que em todas as décadas anteriores do século”.

Em 1990, agentes de organismos multilaterais e estadunidenses se reuniram em Washington e anunciaram um ajuste estrutural no sistema, com uma série de políticas macroeconômicas para a América Latina (RABELO *et al.*, 2006). Medidas econômicas como abertura da economia, austeridade fiscal, redução dos gastos públicos nas áreas sociais, privatização de serviços estatais e desregulamentação de leis trabalhistas desgastaram o tecido social, gerando

grandes crises no sistema (FURTADO; MARTINS; ROCHA, 2017), e a popularização do acesso à internet inscreveu os movimentos sociais dos anos 2000 no contexto da cibercultura³⁴ (CASTELLS, 2017).

No século XXI, o planeta está imerso na revolução comunicacional, conectado na rede (CASTELLS, 1999). A sociedade vivencia intensas transformações da economia globalizada: fluxo intenso do capital financeiro, troca de informação e comunicação cultural. Nos anos 2000, a crise financeira acompanha as grandes manifestações de massas e uma grave tensão no tecido social que, na avaliação de Castells (2017, p. 9), “[...] fazia eco à minha experiência pessoal como veterano do movimento de Maio de 1968 em Paris”.

Em outubro de 2008, o artista islandês foi para a frente do prédio do Parlamento da Islândia expressar sua indignação ante as contradições do sistema cantando para uma pequena plateia transeunte (CASTELLS, 2017), e o protesto irreverente foi capturado por anônimos, caindo na rede digital. Em questão de dias, o movimento ganhou corpo e volume nas ruas com o painel apelidado “Revolução das Panelas” (CASTELLS, 2017) e impactou as eleições de 2009. Partidos conservadores no poder desde 1927 foram derrotados e, pela primeira vez na história do país, Jóhanna Sigurðardóttir (2009-2013), uma homossexual assumida, galgou o posto de primeira-ministra, representando a social-democracia (CASTELLS, 2017).

A revisão dos MEs dos anos 2000 destaca, em 2011, na conjuntura de “eurocrise”, o Movimento 15-M, na Espanha, que começou nas redes sociais e tomou ruas e praças com o protesto dos *Indignados* (CASTELLS, 2017; COCA; RÍO; TALEGO-VÁZQUEZ, 2014).

Em 2012, universitários mexicanos usaram a internet para denunciar a frágil democracia dos meios de comunicação no México, no movimento que ganhou as ruas com a bandeira *#YoSoy132* (CASTELLS, 2017; FERNÁNDEZ PONCELA, 2014; FERNÁNDEZ PONCELA *et al.*, 2014). De 2007 a 2011, na Colômbia, a revolta estudantil dos universitários na *Universidad del Valle* lutou contra impactos de políticas neoliberais no sistema educacional (RABELO *et al.*, 2006; SOSA-LONDOÑO, 2018) e, no Brasil, em 2015, o movimento de secundaristas brasileiros que ocuparam escolas e ruas de São Paulo em repúdio à proposta de reorganização

³⁴ O termo “cibercultura” tem o sentido sociocultural que advém de uma relação de trocas entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônicas surgidas na década de 1970, graças à convergência das telecomunicações com a informática.

do sistema de ensino médio que previa fechar dezenas de instituições escolares paulistas (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016; SOUZA; CATANI, 2019).

2.2.1 Em 2011 – O Movimento 15-M, os Indignados na Espanha

Nos anos 2000, os novos movimentos sociais florescem e se comunicam globalmente, impulsionados na cibercultura das redes de comunicação digital. Na praça Tahrir, Cairo, Egito, em 25 de janeiro de 2011, as palavras de ordem na primeira manifestação de massa enalteciam a revolução tunisiana³⁵ que encerrou a ditadura de Ben Ali e, em 17 de dezembro de 2011, quando os “[...] nova-iorquinos ocuparam espaços públicos em torno de Wall Street [...] chamaram seu primeiro acampamento de praça Tahrir, da mesma forma que os ocupantes da praça Catalunya, em Barcelona” (CASTELLS, 2017, p. 33).

A ocupação dos espaços públicos na Espanha compõe a série de manifestações sociais que fazem resistência à deterioração da democracia, no conjunto das crises globais que acompanham políticas econômicas neoliberais, ecoando protestos do Norte da África e da América do Norte. Em 2011, os espanhóis indignados levantam a bandeira da democracia e lutam contra o ataque aos seus direitos ocupando os espaços públicos do país.

Desde 2009, as políticas adotadas para enfrentar os efeitos da bolha financeira estadunidense nas economias mundiais elevaram o endividamento de governos e entidades privadas de Estados europeus. Em maio de 2010, o presidente Zapatero (2004-2011), do *Partido Socialista Obrero Español*³⁶ (PSOE), anunciou um plano para conter a crise econômica na Espanha: redução de 5% dos salários dos funcionários, congelamento do valor das aposentadorias e reforma do mercado de trabalho, efetivada em setembro de 2010, através da Lei nº 35/2010 (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014).

³⁵ A Revolução de Jasmim é uma sucessão de manifestações ocorridas de dezembro de 2010 a janeiro de 2011 na Tunísia, tendo culminado na deposição do presidente da república Zine el-Abidine Ben Ali, que ocupava o cargo desde 1987.

³⁶ A Espanha adota o sistema de monarquia constitucional hereditária com um regime de democracia parlamentar regido pela Constituição de 1978. Fundado em 1879, o PSOE é um dos principais partidos, à frente do governo de 1982 a 1996 com Felipe González e de 2004 a 2011 com José Luis Rodríguez Zapatero. Em 7 de janeiro de 2020, o líder do PSOE, Pedro Sánchez, foi reeleito como presidente para o governo de coalizão *Unidas Podemos* (coligação eleitoral formada por *Podemos*, *Esquerda Unida* e outros partidos de esquerda).

Não obstante as iniciativas governamentais e o sacrifício feito pelo povo para alavancar a economia e abrir postos de trabalho na Espanha, em 2011 a “[...] eurocrise está a todo vapor na Espanha. O desemprego atinge 22%, e 47% entre os jovens”, Castells (2017, p. 99) informa. Desde a grande crise de 2008³⁷, as economias vinham sofrendo o aprofundamento da dívida pública dos países da Zona do Euro³⁸ com consequências na deterioração do estado de bem-estar social do povo, com perda de postos de trabalho e cortes na renda, nos salários e nas pensões.

Nos anos 2000, o desemprego persiste como uma das faces mais cruéis do fracasso absoluto das políticas de ajuste estrutural da doutrina neoliberal. Afora a diminuição dos postos de trabalho, consequência da automatização da produção, concordando com Bezerra (2006), as reformas trabalhistas cortam direitos dos trabalhadores e aprofundam o abismo de problemáticas sociais, inserindo nas relações sociais e de trabalho a forma do *precariado*, uma espécie de proletário precarizado. O prejuízo no tecido social é ainda maior quando o *precariado* envolve os jovens e adultos profissionalizados, ou com boa escolaridade, que são subjugados pela dinâmica da economia sob más condições de relações salariais e de trabalho, pois “[...] aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses” (CASTELLS, 2017, p. 20), sem apreço à ética do coletivo e ao bem-estar social.

Com quase metade dos seus jovens desempregados, as medidas de austeridade anunciadas na Espanha pelo governo não foram bem acolhidas pelo povo, menos ainda na classe dos trabalhadores, que respondeu com uma grande manifestação, em forma de greve, articulada pelos sindicatos (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014).

Diante da Greve Geral de 29 de setembro de 2010, de acordo com Coca, Río e Talego Vázquez (2014), em vez de negociar, o governo escolhe avançar no ataque aos direitos e, em 2011, “[...] revertendo sua promessa eleitoral de 2008, promove cortes orçamentários cada vez mais profundos nas áreas de saúde,

³⁷ Nos anos 2000, bancos estadunidenses contrataram grande volume de empréstimos com pessoas que não pagaram as dívidas. Papéis das dívidas foram adquiridos por investidores do mundo todo, principalmente da Europa. Em 15 de setembro de 2008, marco da crise, a instituição financeira estadunidense Lehman Brothers anunciou falência e bolsas no mundo inteiro despencaram. Os governos de vários países injetaram bilhões em bancos, mas o socorro não foi suficiente para evitar uma grande recessão, falências e altas taxas de desemprego, principalmente entre os mais jovens.

³⁸ Fazem parte da Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Grécia e Espanha.

educação e serviços sociais” (CASTELLS, 2017, p. 99). O contra-ataque da sociedade veio pelas redes sociais.

Na análise de Santos (2013, p. 253), desde a década de 1980, a sociologia se volta para os sujeitos dos novos movimentos de luta por emancipação e destaca “[...] um novo paradigma social”. É neste sentido que se entende que “[...] as novas tecnologias de informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade” (CASTELLS, 1999, p. 57) e que o ativismo no ambiente da cibercultura integra o novo paradigma, ressignificando a resistência da sociedade contra as opressões.

O Movimento Espanhol de 15 de maio de 2011, o 15-M, surgiu desde o Facebook, com um grupo que reuniu cidadãos descontentes de Madri, Barcelona, Jerez e outras cidades, segundo Castells (2017). Alguns já eram ativistas em defesa da liberdade na internet, outros lutavam por justiça global e havia os que protestavam contra as consequências sociais da crise financeira, “[...] encorajados pelo exemplo da Islândia” (CASTELLS, 2017, p. 99). Nas redes, o movimento evoluiu para o grupo de debate e ação no Facebook denominado “Democracia Real Ya”³⁹ (CASTELLS, 2017), ou simplesmente DRY (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014), criada em 7 de março de 2011 para agregar o ativismo na luta pela democracia e cidadania.

Com quase meio milhão de curtidores no Facebook em setembro de 2020, o grupo que adere ao DRY levanta a bandeira da real democracia e se manifesta em nome da classe trabalhadora, das causas dos trabalhadores, na defesa da soberania popular e princípios do marxismo.

De acordo com o depoimento feito por um dos precursores da plataforma a Castells (2017, p. 100), o movimento reuniu os *blogs* de anônimos em diferentes cidades e evoluiu para os fóruns presenciais, “[...] às vezes, como em Barcelona, eles se reuniam pessoalmente todas as manhãs de domingo” em torno do debate dos problemas da sociedade, como a fragilidade dos bens democráticos e a ameaça de mais perdas materiais.

No calor da disputa eleitoral municipal de 22 de maio de 2011, a rede convocou a grande manifestação nas ruas para acontecer uma semana antes do pleito, segundo Castells (2017, p. 100), com a seguinte chamada: “Democracia Real Ya! Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros”.

³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/asociaciondry>. Acesso em: 30 set. 2020.

Na avaliação de Coca, Ríó e Talego Vázquez (2014), a luta por democracia, representatividade e cidadania uniu os espanhóis ao 15-M, mas Castells (2017) recorda que o desalento com a política também foi motivo de revoltas populares. O povo percebeu as verdadeiras intenções dos políticos, que dão as costas para as demandas da sociedade e se submetem inteiramente aos interesses do poder econômico. Os autores concordam, entretanto, que o 15-M foi vanguarda das manifestações de massa que se estenderam por semanas, de forma independente.

Castells (2017) descreve um emblemático 15-M, com dezenas de milhares de pessoas mobilizadas em grandes cidades da Espanha: Madri, Barcelona, Valência e outras dezenas mais, e o marco das ocupações de espaços públicos. Em Madri, na praça *Puerta del Sol*, a multidão permaneceu concentrada “[...] debatendo o significado de democracia real” (CASTELLS, 2017, p. 101). Na noite seguinte, a praça Catalunya, em Barcelona, também foi ocupada, e outras pessoas foram chegando, encorajadas pelos amigos e pelas mensagens enviadas pelo Twitter⁴⁰ (CASTELLS, 2017).

Importa recuperar a afirmação de Castells (2017, p. 101) dando conta que o 15-M “[...] foi ignorado pela mídia” para destacar a indiferença dos veículos de comunicação de massa na Espanha diante das grandes manifestações e ocupações. A postura antidemocrática da mídia corporativa reforça a crença de que a orientação editorial dos veículos está alinhada com os interesses do poder político e econômico, mas, por outro lado, evidencia o poder de mobilização e repercussão das redes sociais.

O *Wi-Fi*⁴¹ facilitou a comunicação nas redes e adensou as ocupações. As centenas de milhares de pessoas, muitas dormindo, muitas chegando durante o dia, para participar de debates e manifestações, destaca Castells (2017), muitas, inclusive, nas comissões organizadas para cuidar da logística da ocupação, como instalações sanitárias, água e alimentos, até meados de junho “[...] *en las plazas de todas las ciudades y muchos pueblos de la geografía española*” (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014, p. 123).

⁴⁰ Rede social e servidor para *microbloggin*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, por meio do *website* do serviço, por mensagens de texto e por *softwares* específicos de gerenciamento.

⁴¹ Marca registrada da *Wi-Fi Alliance*. O termo “*Wi-Fi*” é usado frequentemente como sinônimo para a tecnologia. É utilizada por produtos certificados que pertencem à classe de dispositivos de rede local sem fios. Para se ter acesso à internet através de rede *Wi-Fi*, deve-se estar no raio de ação ou abrangência de um ponto de acesso ou local público onde opere rede sem fios e usar dispositivo móvel com capacidade de comunicação sem fio.

Não obstante a abrangência em mais de cem cidades espanholas (CASTELLS, 2017, p. 102), o poder de comunicação das redes sociais ampliou a relevância global do 15-M de maneira impressionante: “[...] um movimento de ocupação que em poucos dias se espalhou para cerca de oitocentas cidades do mundo”, o que também ressalta a perspectiva da dimensão geográfica de negação da política, em particular contra a má política.

Recorda-se que o 15-M aproveitou a agitação do momento que precedeu as eleições para potencializar o impacto dos protestos, e o Tribunal Eleitoral declarou ilegais as ocupações, mas não houve meios de retirar as pessoas das ruas e praças, pois a cada ameaça mais pessoas aderiam, tornando impraticável a dispersão do povo. Os candidatos e partidos políticos não se intrometeram, receando ainda maiores efeitos negativos (CASTELLS, 2017).

A convocatória de 28 de agosto de 2011 foi assinada por cidadãos “indignados” (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014, p. 123), daí o outro apelido que marcou o movimento. Integrantes dos principais partidos, no governo (PSOE) e na oposição (Partido Popular – PP), concordaram em emendar a Constituição, inserindo dispositivos para reduzir o déficit e priorizar o pagamento da dívida pública (CASTELLS, 2017). A grande manifestação de 29 de agosto de 2011 aconteceu diante do Parlamento, com apelos à democracia e rejeição aos políticos, inclusive a exigência de um *referendum* e o direito de arbitrar sobre pagamento a banqueiros às custas do sofrimento do povo (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014).

Segundo Arrais Neto (2006, p. 27), o papel central do fluxo financeiro no financiamento das dívidas públicas dos países “[...] conseguiu restaurar a liderança econômica dos Estados Unidos” na perspectiva global, em função da sua posição relevante nos assentos das principais agências internacionais de empréstimos e financiamentos e do poder estadunidense de interferir na soberania dos Estados.

Nos anos 2000, o neoliberalismo expressa a hegemonia dos capitalistas financeiros. Os especuladores investem quantias vultosas em títulos de dívidas públicas negociadas a altas taxas de juros que são liquidadas, em sua maior parte, com o sacrifício das classes trabalhadoras, que têm parte da riqueza que geram usada para remunerar o capital investido pelos financistas. Este cenário socioeconômico e político gera um círculo vicioso, em que as economias se tornam cada vez mais dependentes dos ditames liberais, ao mesmo tempo que se agravam as condições sociais internas dos Estados.

A percepção das contradições do neoliberalismo parece ser mundial, pois Castells (2017) observa a manifestação global de 15 de outubro de 2011 a partir do ativismo de internautas de Barcelona. A convocação reuniu cerca de 500 mil pessoas em Madri, 400 mil em Barcelona e “[...] centenas de milhares de manifestantes em 951 cidades de 82 países do mundo todo, sob o *slogan* ‘Unidos pela mudança global’” (CASTELLS, 2017, p. 103).

O movimento social que começou na greve de trabalhadores, em setembro de 2010, cresceu pelas redes sociais e se converteu na maior manifestação da Espanha, desde o fim da ditadura franquista (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014), em 15 de maio de 2011, motivando milhares de pessoas em centenas de cidades de dezenas de países, de acordo com Castells (2017, p. 104), e com apoio de “[...] pelo menos $\frac{3}{4}$ da população espanhola”.

Com mais de 46 milhões de habitantes na Espanha, Castells (2017) se refere a uma pesquisa nos dias 1 e 2 de junho de 2011 que apontou 66% de entrevistados se dizendo simpáticos ao 15-M, ou seja, uma massa expressiva de jovens, universitários, graduados, desempregados e pessoas de todas as idades e classes sociais que se identificaram com os protestos. Ademais, a adesão aos protestos das pessoas da terceira idade ressalta a reação negativa diante da política que congelou aposentadorias e pensões para pagar o prejuízo dos banqueiros.

Em acordo com as análises em Castells (2017), o 15-M impactou profundamente a cultura política, modificando a percepção dos espanhóis acerca dos valores da vida que realmente importam. A decepção com a atitude dos políticos, indiferentes ao povo, e com a cultura da acumulação, que leva à concentração da riqueza às custas do sofrimento do povo, mostrou outra perspectiva para uma vida em sociedade, baseada em uma cultura de cooperativismo, rede de trocas e solidariedade, moeda social e ética bancária (CASTELLS, 2017).

O 15-M mostrou o anseio popular pela vida inserida na cultura democrática, mas sob uma democracia verdadeiramente autêntica. Pelas palavras de ordem ecoadas nos protestos: “‘Outra política é possível’, ‘Pessoas unidas funcionam sem partidos’, ‘A revolução estava em nossos corações e agora enche as ruas’, ‘Trazemos um novo mundo em nossos corações’, ‘Não sou contra o sistema, o sistema é que é contra mim’” (CASTELLS, 2017, p. 113), percebe-se a descrença nas instituições democráticas, ao menos na forma em que elas se encontram, ao

mesmo tempo denota-se a esperança de mudar através da luta popular, sentimento vivenciado também no México em 2012.

Ademais, a abertura da economia e os programas de privatizações favorecem grandes corporações financeiras e empresariais, bem como o imperialismo capitalista, mas a resistência popular recrudesce nos movimentos sociais em rede, a exemplo do que ocorreu no México em 2012, contra o duopólio televisivo e político.

2.2.2 Em 2012 – O ME mexicano #YoSoy132

O movimento #YoSoy132 teve início com o ativismo de universitários mexicanos no contexto da disputa pela presidência do México, em 2012, e Castells (2017, p. 184) assim o define: “[...] é uma das experiências mais interessantes de movimento social em rede, porque aborda diretamente a conexão entre os meios de comunicação de massa convencionais e a política institucional [...]”.

No México, o duopólio televisivo (Televisa e Televisión Azteca) controla a comunicação de massa do país “[...] diretamente conectado com os interesses empresariais dominantes e com a elite política” (CASTELLS, 2017, p. 185). O PRI é uma das principais legendas e emplacou todos os presidentes, de 1928 a 2000 (DELGADO, 2013). O seu principal adversário é o conservador Partido de Ação Nacional (PAN), que chegou à presidência do país nos últimos anos (CASTELLS, 2017). Menos relevante, o Partido Revolucionário Democrático (PRD) controla alguns governos estaduais e municipais na Cidade do México, mas “[...] está afastado do poder nacional por fraudes eleitorais flagrantes”, pontua Castells (2017, p. 185).

Em 2012, a campanha para a presidência era desafiadora, diante dos graves problemas sociais e econômicos. A conjuntura estava muito crítica, em particular para a parcela jovem do eleitorado, insatisfeita com a ineficácia das políticas públicas e com a falta de postos de trabalho e de vagas no ensino superior. A tensão crescia, ademais, porque os jovens não vislumbravam propostas para solucionar estas e outras problemáticas socioeconômicas em nenhum programa de candidatos à presidência, conforme Fernández Poncela *et al.* (2014).

Castells (2017), Fernández Poncela (2014) e Fernández Poncela *et al.* (2014) estão de acordo quanto aos eventos que antecederam o movimento #YoSoy132. Em 11 de maio de 2012, um painel organizado por alunos da Escola de Comunicação da *Universidad Iberoamericana* (UIA) reuniu universitários e o

candidato do PRI, Enrique Peña Nieto, em plena campanha eleitoral. Ao ser questionado acerca de acontecimentos passados em 2006⁴² em San Salvador Atenco, quando era governador do estado do México, as suas justificativas não bastaram para conter a agitação estudantil, e Enrique Peña Nieto deixou o *campus* escoltado, “[...] enquanto centenas de jovens continuavam a manifestar sua rejeição às políticas corruptas do PRI” (CASTELLS, 2017, p. 185).

Alguém gravou a confusão de 11 de maio na UIA e publicou a gravação na internet, postagem que *viralizou*⁴³ nas redes sociais (CASTELLS, 2017). O duopólio televisivo ficou ao lado do candidato do PRI, tentando minimizar a importância dos acontecimentos na opinião pública. Na versão oficial, a agitação na UIA teria sido armação política de poucos infiltrados que sequer seriam alunos da universidade (CASTELLS, 2017). Diante da provocação, 131 estudantes da UIA publicaram um vídeo três dias depois no YouTube⁴⁴ (FERNÁNDEZ PONCELA, 2014), no qual se mostravam, diziam seus nomes, expunham suas identificações estudantis e afirmavam sua independência política e o apartidarismo do protesto (CASTELLS, 2017).

Em cerca de horas, milhares visualizaram o vídeo, conforme Castells (2017), e o resultado da pesquisa de Fernández Poncela *et al.* (2014) realizada um ano depois dos acontecimentos corrobora tal fato. Em 2013, na Cidade do México, a pesquisa envolveu 600 pessoas, mulheres e homens, com idade entre 18 anos e mais de 45 anos. Quando perguntada(o)s se conheciam o #YoSoy132, “[...] 83% de la población [...] dijo que sí lo conocía o había oído hablar de él” (FERNÁNDEZ PONCELA *et al.*, 2014, p. 92), ou seja, um ano depois dos acontecimentos, em um universo de 600 pessoas, 497 se recordavam do movimento.

Em 15 de maio de 2012, o protesto na *hashtag* #YoSoy132⁴⁵ representou a voz que se somava com as 131 vozes no vídeo dos estudantes da UIA. Na internet, o movimento #YoSoy132 falou pelas vítimas de feminicídio, pelos povos indígenas, pelos jornalistas vítimas da violência, trabalhadores e camponeses explorados e pelas minorias da diversidade sexual, jogando na rede a crise política, econômica e social do México e as mazelas do tecido social: altos índices de pobreza e violência, falta de justiça, desigualdade e limitado acesso à Educação.

⁴² Em 3 de maio de 2006, um grupo com dezenas de vendedores de flores tentava vender seus produtos no mercado de Texcoco, San Salvador Atenco, estado do México, a cerca de 30 quilômetros da Cidade do México, mas a polícia impediu, enfrentando o grupo com violência e prisões.

⁴³ Na internet, o termo “viralizar” se refere à propagação rápida de algo, semelhante ao efeito viral.

⁴⁴ O YouTube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t6lgxa-7fim>. Acesso em: 21 set. 2020.

O #YoSoy132 atacou o duopólio de comunicação, exigindo liberdade de expressão, informação imparcial e pluralidade dos meios de comunicação, com livre concorrência. A mensagem de rejeição a Enrique Peña Nieto citou a falta de transparência no processo eleitoral, pediu transmissão de debates em cadeia nacional pelas duas principais redes e o compromisso de todos os candidatos com o fim do duopólio de televisão, terminando com os jovens apelando à democracia, por mais democracia, mas uma “democracia autêntica” (#YoSoy132, 2020).

O protesto *viralizou* nas redes e foi para as ruas nas grandes passeatas na Cidade do México. Em 19 de maio de 2012, “[...] 30 mil pessoas saíram em passeata na praça Zocalo (a principal da cidade) contra Peña Nieto” (CASTELLS, 2017, p. 186). Além disso, motivou a organização política dos estudantes. Em 30 de maio de 2012, a assembleia na Unam, a principal do país, debateu estratégias de enfrentamento ao ataque neoliberal, discutiu propostas para superar as problemáticas e, principalmente, “[...] resgatar a liberdade de expressão, rejeitando a manipulação das redes nacionais de televisão” (CASTELLS, 2017, p. 186). Sobre as acusações dos estudantes, Fernández Poncela (2014, p. 135) informa que “[...] *Los medios poderosos quizás no se vieron conmovidos, pero sí movidos, y tuvieron que incluir notas que precisamente los cuestionaban*”.

Não obstante o esforço do poderoso duopólio televisivo para destruir a organização dos jovens, o protagonismo estudantil autodenominado independente cresceu no ambiente das eleições presidenciais. Na campanha eleitoral de 2012, o #YoSoy132 publicou vídeos em que denunciou irregularidades da campanha e chegou a realizar um debate entre os candidatos, que não foi aderido por Enrique Peña Nieto, como era esperado (CASTELLS, 2017). As inúmeras reuniões em diversas universidades públicas e privadas do país geravam as pautas que iam para o debate e votação nas assembleias interuniversitárias (FERNÁNDEZ PONCELA, 2014).

A aprovação do engajamento no #YoSoy132, contudo, não foi unânime no meio universitário, e a controvérsia girou em torno da pouca organização das reuniões e do excesso de ativismo nas redes sociais, conforme o testemunho em Fernández Poncela (2014, p. 136, grifo da autora): “[...] *‘revolucionarios de Facebook que todo el día estan ahí y no van a las marchas, igual los de Twitter que todo el día están ‘tuiteando’ y realmente no hay ningún tipo de acción*”. Também no ME, o engajamento social repercute em interesses comuns convertidos em ações

coletivas, mas, internamente, a dinâmica do grupo enfrenta dilemas, divergências, conflitos e confrontos, como orienta Sosa-Londoño (2018).

Por certo, nem a força da mobilização social na rede (CASTELLS, 1999), articulada com o ativismo estudantil e alimentada pela insatisfação do povo frente a deficiências do sistema político e econômico, contradições do neoliberalismo e corrupção de políticos, foi suficiente para “[...] reverter a *blitz* da mídia” (CASTELLS, 2017, p. 186) em torno do PRI, e Enrique Peña Nieto venceu as eleições em 2012. Contudo, Fernández Poncela (2014) compreende que o movimento impactou a consciência dos mexicanos, e Castells (1999, 2017) ressalta o poder transformador das redes.

Para Castells (1999, p. 446), “[...] A Rede é a Rede [...]”, tem a vantagem de transcender distâncias, é acessível financeiramente, dissemina informações rapidamente e é capaz de aprofundar a comunicação entre as pessoas e os diversos grupos sociais. Das publicações nas redes sociais às grandes passeatas nas ruas do México, o movimento demonstrou o ponto débil do monopólio da informação e o povo mexicano tomou consciência da força das redes sociais como alternativa viável para enfrentar a manipulação da mídia televisiva, que já não é o único canal de informação e comunicação.

Ademais, o movimento #YoSoy132 semeou a solidariedade na população e despertou “[...] *la primavera mexicana*” (BASAVE, 2012 *apud* FERNÁNDEZ PONCELA *et al.*, 2014), concordando com Castells (2017, p. 187): “[...] em 2014, por todo o México, surgiram grupos a partir do #YoSoy132 [...] as sementes da mudança estão plantadas [...] crescem [...] segundo a lógica rizomática que caracteriza os movimentos sociais em rede”.

2.2.3 De 2007 a 2011 – O ME na Colômbia (Universidad del Valle)

Em acordo com a doutrina neoliberal do Consenso de Washington, o programa de governo do César Gaviria (1990-1994) realizou o ajuste estrutural para a abertura da economia da Colômbia. A reforma constitucional orientada pela equipe econômica redefinia o conceito de Educação e a responsabilidade do Estado na oferta do ensino superior. De acordo com as novas diretrizes governamentais, a Educação perdeu o *status* de direito fundamental para se tornar uma mercadoria (SOSA-LONDOÑO, 2018).

Sobre a mercantilização da educação, Souza, J. e Souza, F. (2017, p. 257) resumem: “[...] saída de cena do Estado, as relações econômicas danosas e o prolongamento do modelo econômico neoliberal [...] transferiu-se para o indivíduo a responsabilidade sobre sua educação”. Na Colômbia, a Lei nº 30/1992 estabeleceu o novo marco regulatório do sistema nacional de ensino superior, mantendo a autonomia universitária e os mecanismos de vigilância (SOSA-LONDOÑO, 2018), mas deixou livre o mercado de ensino superior para comercialização e exploração pelas instituições públicas e pela iniciativa privada.

A abertura do mercado de Educação foi defendida com base na necessidade de ampliar as fontes de recursos de manutenção e investimentos para o setor. Pela lei, o governo estabeleceu o rateio dos gastos e dos investimentos da formação superior, permitindo a abertura de novas instituições privadas, dando o direito às instituições públicas de negociarem programas de educação e captando recursos com os respectivos governos locais (SOSA-LONDOÑO, 2018).

Na década de 1990, afirma Segundo (2006, p. 225), “[...] o alvo fundamental do Banco Mundial é auxiliar o governo americano na execução da sua política externa”. A educação nos países periféricos se constituía em mercadoria, ou seja, mais uma variável econômica, e não, “[...] de fato, em um direito social a ser alcançado por todos” (SEGUNDO, 2006, p. 223). Na Colômbia, César Gaviria atendia às diretrizes neoliberais dos organismos multilaterais para os países latino-americanos, que orientavam a mercantilização da educação e a privatização do ensino superior (SEGUNDO, 2006).

É certo que a nova política educacional coincidiu com o crescimento das matrículas no ensino superior colombiano, corroborando Sosa-Londoño (2018). Houve aumento do número de egressos do ensino secundário no terceiro grau e a elevação da qualificação do corpo docente, com mais doutores formados, mas a conta não fechava, porque os recursos financeiros eram insuficientes para suprirem as despesas, inclusive para ampliar a oferta de educação gratuita à população (SOSA-LONDOÑO, 2018).

Álvaro Uribe Vélez foi mandatário na Colômbia de 2002 a 2006 e de 2006 a 2010. O governo de Uribe se concentrou em financiar a demanda pela educação superior, assinando acordos com agências multilaterais e concedendo crédito educativo, mas Sosa-Londoño (2018) observa o aumento do endividamento e o inconformismo estudantil. A categoria se revoltou ao ver que a oferta de ensino

superior gratuito não crescia e grandes somas de recursos destinados ao financiamento da educação superior pública foram depositados em fundos de pensões, o que “[...] profundizaba la crisis financiera de las Instituciones de Educación Superior” (SOSA-LONDOÑO, 2018, p. 46).

Com base na pesquisa documental em plataformas virtuais, como Facebook e *blogs*, além de entrevistas com coetâneos, Sosa-Londoño (2018) aborda a intensa agenda de mobilização dos estudantes entre 2007 e 2011, citando ao menos seis grandes encontros estudantis em nível nacional, os *Encuentros Nacionales de Estudiantes Universitarios* (SOSA-LONDOÑO, 2018), que organizaram a resistência estudantil diante da crise financeira nas instituições de ensino superior.

O governo de Álvaro Uribe Vélez recebeu o apoio da comunidade universitária, de estudantes e de reitores para o projeto da ministra da Educação, que alterava o modelo de financiamento da educação superior estabelecido na Lei nº 30/1992, mas não houve tempo para análise da proposta e o projeto foi arquivado, à espera de análise do governo seguinte (SOSA-LONDOÑO, 2018).

A visão contraditória entre organismos financiadores do desenvolvimento dos países emergentes e estudiosos das problemáticas sociais, a partir da implantação das políticas de ajuste estrutural impostas pelo neoliberalismo, aparece em Lima (2006). Enquanto governos e agências financiadoras apontam a crise econômica dos países latino-americanos como o motivo dos ajustes estruturais impostos, os defensores da garantia de direitos básicos culpam as medidas neoliberais para o aumento da exclusão e das desigualdades sociais (LIMA, 2006).

Oliveira (2006) ressalta a mudança de orientação nos relatórios da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), dos anos de 1950 aos anos 2000. Fundada em 1948 para auxiliar nos processos de desenvolvimento dos países emergentes, os relatórios dos anos de 1950 e 1960 da Cepal recomendavam políticas econômicas e sociais para o incremento da industrialização fundamentadas na reforma agrária e para a formação básica e profissional (OLIVEIRA, 2006). Nos anos de 1990, a Comissão se aproximou da doutrina neoliberal e defendeu reformas para o sistema educativo em acordo com a abertura da economia internacional. Nos anos 2000, definitivamente alinhada à agenda neoliberal, a Cepal (2005b, p. 14 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 239) apoiou a “[...] participación del sector privado y avances en la eficiencia del Estado”.

O economista Juan Manuel Santos foi ministro de Comércio Exterior da Colômbia no governo de César Gaviria, em 1991, e ministro da Defesa no governo de Álvaro Uribe Vélez. Na presidência do país por dois mandatos consecutivos, Juan Manuel Santos assumiu o governo de 2010 a 2018 com o plano de desenvolvimento “*Prosperidad para Todos*” (SOSA-LONDOÑO, 2018, p. 147). A sua política de modernização do sistema público de educação para torná-lo competitivo levou à criação de instituições de ensino superior voltadas para a lucratividade.

A reforma da educação superior no país foi assumida pela ministra da Educação María Fernanda Campo. Em 30 de outubro de 2011, ela enviou ao Congresso o Projeto de Lei nº 115/2011 (SOSA-LONDOÑO, 2018) para alterar a Lei nº 30/1992 e solucionar os problemas financeiros e de investimentos na educação superior, mas só aprofundou a crise entre governo e comunidade estudantil. O desacordo dos estudantes com a política educacional aparece na mensagem do programa da categoria para o período de 2010 a 2012:

[...] El Presidente Santos asegura [...] el continuismo en las políticas sociales de Uribe incluida la política para la Educación Superior [...] la Unidad y la Movilización de todos los sectores Universitarios son requisito indispensable para frenar la ola neoliberal en la Educación Superior (Programa único de representación estudiantil período 2010-2012, 2010, apud SOSA-LONDOÑO, 2018, p. 48).

Também na Colômbia, de acordo com Santos (2013, p. 31), “[...] os problemas mais absorventes são, como nunca, problemas de natureza econômica”. Em 2010, a agenda de mobilizações da classe estudantil destacou o impacto negativo da política econômica implantada no sistema educacional e levantou a categoria contra a “onda neoliberal” que ameaçava a oferta de educação superior pública e gratuita no país.

Diante das ameaças à oferta de ensino superior público e gratuito, Sosa-Londoño (2018, p. 148) apresenta as diversas tentativas de organização dos estudantes no intervalo entre 1999 e 2010 e aponta dois pontos da “[...] estrutura de oportunidades políticas” para os movimentos entre 2007 e 2011: o inconformismo diante do *Plan Nacional de Desarrollo* de César Gaviria e a realocação dos recursos da educação superior nos fundos de pensão que ele promoveu, além dos efeitos da Lei nº 30/1992 como um todo, que recrudescer sua investida neoliberal no sistema educacional durante o governo de Juan Manuel Santos.

Em 2 de março de 2011, cresceu o movimento na UV. Os estudantes se reuniram para debater o perigo iminente de privatização do sistema educacional e os prejuízos do uso dos recursos nos fundos de pensão para os investimentos em Educação (SOSA-LONDOÑO, 2018). Além da análise da conjuntura crítica como um todo, a assembleia discutiu pautas locais, como a crise na cafeteria central, o acesso a equipamentos do centro desportivo da universidade (estádio e piscina olímpica) e o plano de ação da direção acerca dos espaços públicos e segurança (SOSA-LONDOÑO, 2018).

Certamente, o mês de março de 2011 foi agitado para o ME na UV. As assembleias deliberaram a formação da agremiação regional nos moldes da representação estudantil nacional, a *Mesa Amplia Nacional Estudiantil* (Mane) estabelecida no *Encuentro Nacional de Estudiantes na Universidad Nacional de Colombia*, em Bogotá, nos dias 19 e 20 de março de 2011, e, em 24 de março de 2011, pela primeira vez, segundo Sosa-Londoño (2018), a assembleia de estudantes da UV deliberou a adesão a uma agenda de mobilizações, afirmando sua disposição de manter a defesa contra os ataques neoliberais à educação superior.

Entende-se que a organização dos estudantes colombianos na luta pela oferta de ensino público e gratuito no seu país está em curso, junto com o avanço do neoliberalismo na América Latina. As políticas de austeridade fiscal e privatização dos serviços públicos seguem destruindo direitos ao acesso a bens fundamentais e o próprio Estado de bem-estar social.

Os principais alvos do protesto estudantil dos mexicanos foram o duopólio partidário e televisivo, a falta de transparência dos processos eleitorais e denúncias de corrupção no meio político, mas ressalta-se a movimentação de segmentos, inclusive, em face da problemática na tessitura social que acompanha as políticas governamentais neoliberais nos países periféricos. No Brasil, entre novembro e dezembro de 2015, secundaristas ocuparam centenas de escolas em todo o estado de São Paulo pelo direito à educação gratuita e contra a proposta de reorganização da rede estadual de ensino.

Ventos de mudança sopraram de 2007 a 2011, no ME colombiano que ressurgiu com força, principalmente entre os universitários da *Universidad del Valle*. De fato, os jovens se organizaram para protestarem contra as ameaças à democracia, em especial, contra os efeitos das políticas neoliberais antipopulares, tais que ampliam a abertura do mercado da Educação à iniciativa privada,

promovendo a mercantilização de um direito fundamental e aprofundando a exclusão social.

2.2.4 Em 2015 – O ME dos secundaristas em São Paulo, Brasil

Em acordo com Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 26, grifo dos autores), “[...] as Jornadas de Junho abriram um ciclo de *protestos* do qual o levante secundarista é parte [...]”. Os autores se referem ao ME de ocupação das escolas estaduais de São Paulo em 2015 inserido no contexto das manifestações de massas de 2013 que culminaram no fim da era de governos progressistas⁴⁶ (SOUZA, 2016, 2017). Trata-se das “[...] glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas jornadas de junho”⁴⁷ (SOUZA, 2016, p. 87) contra o aumento das passagens. Melhor dizendo, “[...] quando os ativistas foram acusados de provocar turbulência por um aumento de apenas R\$ 0,20, a resposta foi: ‘Não é pelos R\$ 0,20, é por nossos direitos’” (CASTELLS, 2017, p. 179).

As jornadas de junho tiveram início em 1º de janeiro de 2013 com a passeata em Porto Alegre, quando centenas se manifestaram contra o aumento das passagens. As redes sociais capilarizaram o movimento repercutido nos protestos de fevereiro a maio de 2013 (CASTELLS, 2017). Em 6 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL), o grupo Anonymous e a Mídia Ninja usaram as redes sociais para reunir “20 mil manifestantes” (CASTELLS, 2017, p. 178) na principal avenida paulista, mas o protesto foi duramente reprimido pela força policial.

Em 13 de junho de 2013, os manifestantes ergueram barricadas no centro de São Paulo e se levantaram contra a corrupção do governo e o desperdício de verbas públicas em obras para a Copa do Mundo de 2014 (CASTELLS, 2017). Dois dias depois, mais confrontos e muita violência marcaram a inauguração do estádio de Brasília. Parte do Congresso foi ocupada e houve danos ao patrimônio público. Castells (2017, p. 178) afirma que foi aí que a “[...] mídia mudou a cobertura que fazia do movimento, ignorando as demandas e concentrando-se nos atos de violência”.

⁴⁶ Luiz Inácio Lula da Silva teve dois mandatos presidenciais, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2011, e Dilma Vana Rousseff, igualmente, de 2011 a 2014 e de 2015 a 2016, quando foi destituída do cargo pelo *impeachment*.

⁴⁷ Também conhecidas como Manifestações dos 20 centavos: protestos de grande repercussão nacional e internacional que surgiram para contestar os aumentos nas tarifas do transporte público.

Para Lopes (2016, p. 120), a cobertura das jornadas de junho de 2013 pela “[...] máquina de propaganda partidária [...]. Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado)” foi além da divulgação dos protestos contra o aumento das passagens nos transportes públicos paulistas e serviu a interesses político-partidários de opositores do governo para amplificar a rejeição à Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Na passeata de 20 de junho de 2013, destaca Castells (2017, p. 179), “1,5 milhão de pessoas em São Paulo” protestaram contra a corrupção na política. A presidenta Dilma Rousseff considerou o apelo popular, prometeu revisar as tarifas dos serviços públicos e pediu o cancelamento dos aumentos das passagens, inclusive anunciou verbas extras para os gastos públicos com transportes, serviços urbanos, saúde e educação (CASTELLS, 2017), mas os protestos populares se direcionaram a outras pautas.

A pressão das ruas, em junho de 2013, derrubou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, que facilitava a “[...] execução de acordos ilegais pelo Congresso” (CASTELLS, 2017, p. 179) e na comemoração do Dia da Independência⁴⁸, e o povo foi para as ruas contra a corrupção política, principalmente depois que uma votação no Congresso manteve o pagamento do salário de Natan Donadon, um deputado que se encontrava preso, condenado por desviar dinheiro público (CASTELLS, 2017).

De várias cidades surgiram listas com nomes de corruptos. Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin foi apontado como “[...] suspeito de contratos ilegais para a construção do sistema de metrô” (CASTELLS, 2017, p. 180). Após um 2013 de grandes manifestações de massas em todo o Brasil, 2014 e 2015 foram anos diferentes para o ME. Os atos de protesto continuaram ocorrendo, mas perderam seu caráter de massas e voltaram a ter como foco pautas específicas dos estudantes.

Em 23 de setembro de 2015, o governo anunciou uma reestruturação da rede pública estadual de São Paulo e, “[...] nesse processo, 94 escolas seriam disponibilizadas para finalidade incerta” (SOUZA; CATANI, 2019, p. 481). A população se indignou, segundo Cavalcante e Junqueira (2017, p. 190), porque o governador

⁴⁸ A Independência do Brasil é comemorada em 7 de setembro.

Geraldo Alckmin anunciou a proposta “[...] sem diálogo prévio com setores sociais relacionados”. Groppo e Silveira (2020, p. 15) corroboram, acrescentando: “[...] não apenas fechar escolas e alterar a vida de milhares de estudantes e famílias, mas de fazer isso de modo unilateral e sem abrir canal de diálogo”.

No entendimento de Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 22), a essência do pensamento neoliberal está na raiz da proposta educacional: “[...] desconcentração, descentralização, publicização, privatização, terceirização, controle e avaliação dos serviços prestados pelo Estado”, conforme orientação dos organismos multilaterais, desde os anos de 1990, de enquadrar a oferta de serviços públicos estatais na lógica empresarial (CARDOZO, 2006).

No entanto, a lógica de racionalização dos serviços públicos não considera o custo social envolvido. O fechamento de uma escola pode significar demissões em massa e perda de oportunidades de trabalho e de renda para milhares de famílias de funcionários temporários e terceirizados. Em São Paulo, nos anos de 1990, ocorreu semelhante processo de reorganização escolar, quando foram fechadas “[...] 155 escolas e demitidos 20 mil professores”, dizem Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 24).

Ademais, ao serem fechadas unidades de ensino, estudantes e professores são diretamente atingidos. O sistema vai realocá-los das unidades fechadas para outros equipamentos distantes das suas residências (CAVALCANTE; JUNQUEIRA, 2017), arriscando o orçamento familiar das famílias e mesmo inviabilizando, financeiramente, a manutenção do estudante na nova escola.

Entende-se que a oferta do serviço público em localização favorável reduz gastos com passagens de transportes: por exemplo, considerando a dimensão do estado de São Paulo, com mais de 44 milhões de habitantes distribuídos em 645 municípios divididos em 14 regiões (SOUZA; CATANI, 2019), o anúncio da medida pode “[...] alterar a vida de milhares de estudantes e famílias” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 15), podendo levar à evasão escolar e prejuízos incalculáveis para o desenvolvimento e futuro dos jovens.

Diante da proposta de reorganização das escolas, em 9 de novembro de 2015, secundaristas da Escola Estadual Diadema, na Região do Grande ABC (SOUZA; CATANI, 2019), iniciaram um grande movimento de ocupações estudantis: “[...] em 2015 e início de 2016”, conforme Groppo e Silveira (2020, p. 15), com a “[...] ocupação física de mais de 200 escolas” (CAVALCANTE; JUNQUEIRA, 2017, p. 66),

mais precisamente “[...] 239 em todo o estado” (SOUZA; CATANI, 2019, p. 481), “[...] durante cerca de 60 dias”, apontam Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 24).

O movimento social autônomo e de autogestão que esteve à frente na ocupação das escolas paulistas é assim definido porque é independente, utiliza táticas de desobediência civil e tem caráter de horizontalidade, ou seja, as decisões são tomadas coletivamente em assembleias (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016). Nas assembleias, os ocupantes organizavam a rotina da ocupação, tomavam decisões e debatiam outras questões problemáticas: falta de investimentos nas escolas, corrupção política e desvio de verbas da merenda escolar (CAVALCANTE; JUNQUEIRA, 2017).

Não obstante a lista de demandas dos amotinados, a mídia tradicional se posicionou a serviço do poder político-financeiro (SOUZA, 2016) e o “[...] discurso mais utilizado para anunciar ou debater a reorganização escolar na *Folha de S. Paulo* não foi o discurso dos estudantes” (SANTORO, 2016 *apud* SOUZA; CATANI, 2019, p. 478), como afiança pesquisa em Santoro (2016, p. 6 *apud* SOUZA; CATANI, 2019, p. 478):

Em 48 dias analisamos o total de treze matérias publicadas nas páginas do jornal impresso da *Folha de S. Paulo*, todas sobre a reorganização de escolas do estado e algumas com esse pano de fundo [...] dentre essas treze, apenas quatro matérias contaram com alguma fala dos alunos, os mais afetados na reorganização.

A internet “[...] é a rede que liga a maior parte das redes” (CASTELLS, 1999, p. 431), e “[...] o movimento dos estudantes no Chile, iniciado em maio de 2011 e que se estendeu a 2014” (CASTELLS, 2017, p. 168), conecta-se com as ocupações paulistas de 2015. Dissidentes do MPL, o coletivo que ocupou ruas e avenidas de São Paulo nas jornadas de junho em 2013 formou o coletivo “Mal-Educado” (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016), que atuou no movimento secundarista de 2015 e até publicou nas redes⁴⁹ uma versão do panfleto do ME chileno (CASTELLS, 2017), bastante difundido entre os estudantes das escolas paulistas ocupadas (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016).

Noutra via, Groppo e Silveira (2020) observam que o engajamento nas ocupações desloca os jovens da categoria etária para a categoria política. Neste sentido, a informação de Souza e Catani (2019, p. 483) – “[...] Estudantes do *Liceo*

⁴⁹ Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

Statale Virgílio, em Roma (Itália), ocuparam a escola e mostraram solidariedade ao movimento de São Paulo” – destaca a intersubjetividade e o sentimento classista entre romanos e paulistas.

Depois de resistirem, “[...] em média, quarenta dias ocupando os espaços escolares” (SOUZA; CATANI, 2019, p. 481), o Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015, foi revogado por meio do Decreto nº 61.692, de 4 de dezembro de 2015. Diante da luta estudantil, o plano de reorganização da rede foi interrompido, com o apoio da Defensoria Pública do Estado e a intervenção do Ministério Público (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016). É verdade que as ocupações expuseram mazelas do sistema educacional, vindo também a impactar a consciência política dos jovens. Ao ampliarem as pautas com o debate de problemáticas sociais urgentes, como racismo e homofobia, os jovens avançaram no aperfeiçoamento das relações democráticas na escola.

Nos anos 2000, democracias estabelecidas enfrentam desafios relacionados a crises de legitimidade dos representantes eleitos pelo voto popular e ao fracasso das políticas econômicas neoliberais no tecido social, devido a índices elevados de desemprego e leis que desmontam o estado de bem-estar social instituído. No Brasil, como em outros países, também a democracia se fragiliza, mas a cultura digital ganha força nas redes sociais.

Na *blogosfera* da internet, os agentes sociais do século XXI agregam grupos e comunicam protestos e manifestações, entre passeatas e ocupações de ruas, praças e espaços urbanos. Em 2011, nos Estados Unidos, o movimento *Occupy Wall Street* demonstrou, na prática, a democracia direta (CASTELLS, 2017) e os indignados do movimento 15-M, na Espanha, exigiram “democracia real já!” (COCA; RÍO; TALEGO VÁZQUEZ, 2014).

Concorda-se com Santos (2013, p. 335) quando afirma que é preciso “[...] abrir um novo horizonte de possibilidades e a era da informação oferece a oportunidade para a superação das contradições”. A popularidade da internet e a massificação do uso das novas tecnologias de informação e comunicação agregam as pessoas e ampliam o alcance das mensagens, localmente e globalmente. Nesse sentido, a Educação ocupa um lugar central na formação para a emancipação e também é o tema do terceiro capítulo.

3 RUPTURAS DEMOCRÁTICAS E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

O capítulo anterior revisitou diferentes contextos sociopolíticos dos anos de 1960, 1970 e 2000, bem como dados de crises sociais e agitações estudantis relacionadas com a agenda capitalista estadunidense e interferência nas democracias. Observa-se que o modelo neoliberal, com enfoque globalizado, rentista e transnacionalizado, concentra a riqueza nas mãos de poucos privilegiados, a despeito da massa de excluídos que apenas sobrevive, privada de segurança habitacional e alimentar, bem como de direitos humanos fundamentais (SANTOS, 2013).

Esta problemática degrada a cultura democrática e a civilização avança concomitante a verdadeiras tragédias humanitárias, que vão do drama da “[...] autoimolação contra a humilhação” (CASTELLS, 2017, p. 34) à calamidade social que vitima milhões em situação de rua nas cidades de países periféricos e semiperiféricos, desgastando o tecido humano com seguidas crises relacionadas a políticas governamentais desencontradas das demandas do povo, críticas à legitimidade da representatividade (SANTOS, 2013) e ascensão de governos antidemocráticos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Dos anos 1940 aos anos 2000, dentre os 25 presidentes do Brasil, apenas cinco foram eleitos pelo voto popular e governaram até o fim dos mandatos: Eurico Gaspar Dutra (31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951), Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), Fernando Henrique Cardoso com dois mandatos (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003), igualmente, Luiz Inácio da Silva (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011) e Dilma Vana Rousseff, que concluiu o primeiro mandato (1º de janeiro de 2011 a 1º de janeiro de 2014) e foi reeleita.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff se uniu ao grupo de presidentes depostos pelo Congresso Nacional, via *impeachment* ou golpe de Estado. Por outra parte, o presidente Washington Luís foi deposto por militares em 24 de outubro de 1930; o presidente Júlio Prestes foi impedido de tomar posse em razão da Revolução de 1930⁵⁰; e o presidente Getúlio Vargas foi deposto por integrantes da alta cúpula das Forças Armadas em 29 de outubro de 1945.

⁵⁰ A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados brasileiros de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, o qual derrubou o presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impedindo a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, e pondo fim à República Velha.

Em 1955, deputados e senadores precisaram de poucas horas para decidirem pelo afastamento de Café Filho, assim como de Carlos Coimbra da Luz (WESTIN, 2016), cujo governo foi de 8 a 11 de novembro de 1955 e sucumbiu no Movimento de 11 de novembro, liderado pelo general de brigada Henrique Teixeira Lott (FICO, 2016).

Em 1º de abril de 1964, o presidente João Goulart foi afastado pelo golpe civil-militar e Fernando Collor de Mello, em 1992, tornou-se o primeiro governante brasileiro a se submeter à Lei nº 1.079/1950, a Lei do *impeachment*, enfrentando o trâmite completo do processo e sendo afastado, definitivamente, em 29 de dezembro de 1992.

Este capítulo contextualiza períodos de duas rupturas democráticas, com realce em políticas educacionais e atenção a semelhanças e convergências entre os contextos. Nos anos de 1950, o esforço governamental para fazer a reforma agrária e promover justiça social se relaciona com o golpe civil-militar de 1964 (NAPOLITANO, 2014), que resultou em crescimento econômico, mas seguido de concentração do capital, modelo de desenvolvimento que se prolongou pelos anos seguintes.

Nos anos 2000, ascenderam governos mais progressistas e as políticas distributivistas resultaram no bem-estar social das massas, incluindo o amplo programa de inclusão no ensino superior, mas às custas da crise político-econômico-ideológica (NAPOLITANO, 2016), que culminou no golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; PRONER *et al.*, 2016; SOUZA, 2016). A partir da ruptura democrática, o neoliberalismo avançou nas estruturas do Estado, impondo um teto para gastos sociais, seguido da modificação do arcabouço legal que protegia direitos constitucionais históricos.

3.1 O golpe civil-militar de 1964: as reformas constitucionais e os impactos na Educação

Em Dreifuss (1981), o segundo governo de Getúlio Vargas (de 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954) é dividido em três fases. De 1951 a meados de 1953, o presidente teve apoio da classe empresarial e de investimentos estadunidenses, mas falhou na tentativa de conter a inflação; a partir de meados de 1953, Getúlio Vargas contou com o apoio de João Goulart no Ministério do Trabalho para equacionar interesses de oligarquias e empresários com necessidades das

classes trabalhadoras, mas setores militares criticaram as políticas trabalhistas, inaugurando a fase final da administração.

[...] A terceira fase foi inaugurada sob considerável pressão militar, pressão esta fortemente apoiada por empresários e pelo governo americano. Esta fase foi na verdade uma longa sucessão de manobras getulistas defensivas e com propósitos definidos e limitados, manobras que foram intensamente atacadas no Congresso e na imprensa por políticos mordazes e agressivos, como Carlos Lacerda, figura de proa da UDN⁵¹ do Rio de Janeiro; essa fase culminou com um golpe de Estado e suicídio de Getúlio Vargas em 1954. (DREIFUSS, 1981, p. 32).

João Belchior Marques Goulart, o popular Jango, foi um quadro destacado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁵², “[...] membro do Diretório Nacional desde maio de 1952” (NAPOLITANO, 2014, p. 28). A breve passagem de Jango pelo Ministério do Trabalho, de junho de 1953 a fevereiro de 1954, é notável por sua política conciliadora nos conflitos entre empregados e patrões e na defesa da liberdade, posicionando-se contra o “atestado ideológico” (NAPOLITANO, 2014) exigido de dirigentes sindicais.

Na Era Vargas⁵³, no governo Dutra⁵⁴ e na ditadura civil-militar (PEREIRA, 2019), o atestado ideológico, em tese, foi um documento burocrático, uma espécie de “salvo conduto político” expedido pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), mas, na prática, serviu para dominar consciências e reprimir adversários políticos e lideranças de esquerda, com o argumento de combater o comunismo e abolir as ideologias no meio sindical (PEREIRA, 2019), as contrárias ao regime, naturalmente.

As fichas nominais dos considerados subversivos continham “[...] dados das polícias políticas” (PEREIRA, 2019, p. 2) coletados em delações, operações de

⁵¹ União Democrática Nacional (UDN), partido político fundado em 7 de abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965, de orientação conservadora e frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas.

⁵² Partido fundado por Getúlio Vargas e seu ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho em 15 de maio de 1945, extinto pelo Ato Institucional (AI) nº 2 em 1965. Após a anistia, em 1979, o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 a 1985), último do período da ditadura militar, restaurou o pluripartidarismo no processo de abertura política. Leonel Brizola, ao voltar do exílio, organizou a reestruturação do partido, mas houve uma acirrada disputa pelo nome, pela sigla e pela legenda do PTB entre o grupo de Brizola e o de Ivete Vargas. A sobrinha de Getúlio Vargas venceu a causa, e o grupo de Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

⁵³ Período da história do Brasil entre 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos de forma contínua. Compreende o Governo Provisório, o Governo Constitucional e o Estado Novo.

⁵⁴ Marechal Eurico Gaspar Dutra foi o 16º presidente do Brasil, de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951.

vigilância, apreensões e outras ações do Dops; a simples existência do nome em uma ficha nos arquivos impediria a expedição do documento (PEREIRA, 2019).

O ministro João Goulart inaugurou um paradigma mais democrático de relações entre Estado e trabalhadores, mas contrariou irremediavelmente a direita conservadora ao propor “[...] aumento substantivo no salário mínimo, em um momento de amplas mobilizações operárias, como a famosa ‘Greve dos 300 mil’⁵⁵ em 1953” (NAPOLITANO, 2014, p. 28) contra a carestia.

O “[...] famoso memorando dos Coronéis assinado em fevereiro de 1954 por mais de oitenta oficiais influentes” (DREIFUSS, 1981, p. 32) repudiou a ascensão social da classe trabalhadora. João Goulart renunciou ao cargo no Ministério do Trabalho em 22 de fevereiro de 1954, mas o aumento do salário mínimo foi garantido no Decreto nº 35.450, de 1º de maio de 1954, agravando a crise no governo.

Na Guerra Fria, a estabilidade política era frágil para o governante que não se alinhasse com os interesses imperialistas. Dreifuss (1981) se refere à controvérsia durante a criação da Petrobras⁵⁶ e à luta⁵⁷ pelo monopólio estatal da exploração, refino e transporte do minério, que dividiu o Brasil entre nacionalistas, defensores do monopólio brasileiro e “entreguistas”, do lado dos investidores estrangeiros (DREIFUSS, 1981; NAPOLITANO, 2014), entre os últimos, os economistas Roberto de Oliveira Campos e Eugênio Gudin (DREIFUSS, 1981).

Concorda-se com Dreifuss (1981, p. 33), quando afirma que em 1954 a democracia brasileira foi vítima de uma “[...] conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas” e contrários à política de Getúlio Vargas, que enfrentou seguidos ataques midiáticos nos jornais e rádios.

Para Souza (2016), as poucas famílias que dominam a comunicação de massa no Brasil são “lacaio” dos ricos, a serviço do grande capital nacional ou estrangeiro. Getúlio apoiou Samuel Wainer e o *Jornal Última Hora*, fiéis ao trabalhismo (NAPOLITANO, 2014), mas *Estado de São Paulo*, dos Mesquita, *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, *Diários Associados*, de Assis

⁵⁵ Em março de 1953, a Greve dos 300 mil reuniu tecelões, metalúrgicos, madeireiros, gráficos, vidreiros e diversas categorias profissionais em protesto contra o alto custo de vida e os baixos salários.

⁵⁶ Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. foi fundada em 3 de outubro de 1953 no governo de Getúlio Vargas. Em 2011, a Petrobras figurava entre as cinco maiores petrolíferas de capital aberto do mundo.

⁵⁷ Refere-se à Campanha do Petróleo patrocinada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, cujo lema – “O petróleo é nosso!” – foi originalmente pronunciado por Getúlio Vargas por ocasião da descoberta de reservas de petróleo no estado brasileiro da Bahia.

Chateaubriand, e *O Globo*, dos Marinho, não pouparam o ataque ao governo, à imagem do político e ao caráter pessoal do cidadão (NAPOLITANO, 2014).

Emparedado pela mídia, Getúlio Vargas recusou-se a renunciar e tirou a própria vida em 24 de agosto de 1954. O vice-presidente, Café Filho⁵⁸, assumiu a administração do país e nomeou para o Ministério da Fazenda o economista liberal Eugênio Gudín Filho, o qual encabeçou o novo plano de governo com diretrizes econômicas de privilégios explícitos e exclusivos para empresas estrangeiras (DREIFUSS, 1981).

Em 17 de janeiro de 1955, a Instrução nº 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), abriu o caminho para as multinacionais importarem equipamentos “[...] por um preço 45% abaixo das taxas e isentando-as da ‘cobertura cambial’ necessária à importação de maquinário, benefício este não disfrutado por firmas brasileiras” (DREIFUSS, 1981, p. 33). Por certo, as vantagens cambiais às multinacionais redundaram em expansão do parque industrial brasileiro. No governo de Juscelino Kubitschek (JK), de 1956 a 1961, o Brasil vivenciou uma “[...] euforia desenvolvimentista, embalado pelo ‘plano de metas’ e pelo *slogan* ‘50 anos em 5’” (SAVIANI, 2008, p. 292), mas havia uma contradição de ideologias subjacente na sociedade, avalia Saviani (2008).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) recebeu o apoio de JK para promover a ideologia nacional-desenvolvimentista, enquanto empresários se organizaram pela divulgação da ideia de interdependência e de doutrina da segurança nacional, com apoio institucional da Escola Superior de Guerra (ESG), segundo Saviani (2008).

A contradição de ideologias está no cerne da crise sociopolítica que emergiu na finalização do processo de industrialização e independência da importação de manufaturas. O empresariado nacional e estrangeiro, apoiado por setores das classes médias, empenhou-se em manter o *establishment*, mas o operariado e as forças de esquerda queriam a “[...] nacionalização das empresas estrangeiras, controle da remessa de lucros, *royalties* e dividendos e as reformas de base (tributária, financeira, bancária, agrária e educacional)” (SAVIANI, 2008, p. 293).

⁵⁸ João Fernandes Campos Café Filho foi vice-presidente do Brasil de 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954, função que assumiu em paralelo com a de presidente do Senado Federal, tendo sido presidente do Brasil de 24 de agosto de 1954 a 8 de novembro de 1955.

Desde maio de 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) já atuava contra as ideias nacional-desenvolvimentistas. Em 29 de novembro de 1961, “[...] foi fundado o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Ipes) por um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, articulados com empresários multinacionais e com a ESG” (SAVIANI, 2008, p. 294). Com o apoio comunicacional de um aparato envolvendo imprensa, rádio e televisão, o Ipes atuou formando opinião no Congresso e entre as camadas populares: operários, estudantes e camponeses (SAVIANI, 2008).

Não obstante o esforço midiático e institucional que uniu setores do empresariado, das Forças Armadas e da classe média conservadora em torno de ideias favoráveis ao domínio econômico imperialista, nos setores populares preponderavam, diuturnamente, os reflexos das trágicas consequências advindas da concentração da riqueza, desigualdade social e econômica e abismo educacional, de acordo com análise de Dreifuss (1981, p. 36):

No final da década de cinquenta, a luta de classes irrompia [...]. O desenvolvimento industrial e a urbanização haviam transformado a psicologia e a consciência coletiva das classes trabalhadoras, enfraquecendo o domínio ideológico que as classes dominantes tinham sobre as subordinadas. Além disso, as Ligas Camponesas, que haviam aparecido em meados da década de cinquenta, mobilizavam os trabalhadores rurais, e as primeiras tentativas eram feitas no sentido de sindicalizar as massas trabalhadoras rurais. O final da década de cinquenta testemunhou o florescer de atividades sindicais e de organizações de classes trabalhadoras, assim como de uma intensa mobilização estudantil e de debates no interior das Forças Armadas [...] em torno da questão do nacionalismo com uma tônica distributivista.

Em 1960, votava-se separadamente para presidente e para vice-presidente. Jânio Quadros venceu a eleição presidencial com apoio da UDN⁵⁹ e João Goulart foi eleito vice-presidente pelo PTB. A governança de Jânio Quadros foi curta, de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961, mas de realizações, no mínimo, curiosas, considerando sua aliança com históricos conservadores. A sua política de atos inusitados e medidas audaciosas confrontou interesses e opiniões dentro e fora do país (BENEVIDES, 1999).

O presidente ampliou a cooperação com a África e inovou, em 1961, nomeando o primeiro embaixador afrodescendente da história para a embaixada de Gana e Argentina, o escritor Raimundo Sousa Dantas, de acordo com Benevides

⁵⁹ Partido político brasileiro fundado em 1945, de orientação conservadora e opositora às políticas e à figura de Getúlio Vargas, caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico e oposição ao populismo.

(1999). Ademais, ousou ao restabelecer relações diplomáticas com nações socialistas em plena Guerra Fria e surpreendeu a todos quando se posicionou contra a interferência norte-americana em Cuba, no episódio da Baía dos Porcos⁶⁰ (BENEVIDES, 1999).

Jânio Quadros proibiu as lutas de galos, o uso de biquíni nos concursos de *misses* televisionados e o lança-perfume em bailes de carnaval (NAPOLITANO, 2014), mas ultrapassou os limites do aceitável ao conceder a Ernesto Che Guevara⁶¹ a honraria da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul⁶², “[...] Mesmo que essa condecoração fosse o resultado da liberação, por parte do líder da Revolução Cubana, de sacerdotes católicos condenados ao fuzilamento em Cuba [...]”, conforme Napolitano (2014, p. 32).

O vice-presidente estava em missão no exterior quando Jânio Quadros renunciou à presidência, em 25 de agosto de 1961. A participação das Forças Armadas na vida política do Brasil é histórica (GERMANO, 2011) e o “[...] Brasil foi governado, de fato, por uma junta militar [...]” (NAPOLITANO, 2014, p. 32). Diante da crise, o marechal Henrique Teixeira Lott, um legalista, afirmou que garantiria a posse, porém divulgou manifesto que confirmava a divisão nas Forças Armadas, “[...] conclamando as ‘forças vivas do país’” (NAPOLITANO, 2014, p. 33).

Na defesa da Constituição, ficaram a sociedade civil, parte da imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o trabalhista Leonel Brizola, entrincheirado no Palácio Piratini⁶³ (NAPOLITANO, 2014).

⁶⁰ O episódio da Baía dos Porcos, localizada no Sul da ilha, foi uma tentativa frustrada de invasão empreendida em abril de 1961 por um grupo paramilitar de exilados cubanos anticomunistas. O grupo teve apoio das forças armadas americanas, treinamento de combate e direção da ação pela *Central Intelligence Agency* (CIA), a agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos, responsável por fornecer informações de segurança nacional. O objetivo da operação era derrubar o governo socialista de Fidel Castro, mas as forças armadas cubanas, treinadas e equipadas pela União Soviética e nações aliadas, derrotaram os combatentes do exílio em três dias.

⁶¹ Ernesto Guevara de la Serna, conhecido como Che Guevara, foi guerrilheiro, político, jornalista, escritor e médico. Nasceu em Rosário, na Argentina, e foi um dos ideólogos e comandantes da Revolução Cubana (1953 a 1959), que levou a um novo regime político em Cuba. Che Guevara impulsionou a instalação de grupos guerrilheiros em vários países da América Latina. Entre 1965 e 1967, lutou no Congo e na Bolívia, onde foi capturado e assassinado sumariamente pelo exército boliviano, em colaboração com a CIA, em 1967.

⁶² A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul é uma comenda que o presidente do Brasil atribui a personalidades estrangeiras. Foi criada como Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul em 1º de dezembro de 1822 por Dom Pedro I, menos de três meses após a independência, como símbolo do poder imperial.

⁶³ Palácio Piratini é a sede do Poder Executivo do estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Mediante o acerto de um grande acordo político, o “Congresso Nacional rechaçou o pedido de impedimento do vice-presidente por 299 votos contra 14” (NAPOLITANO, 2014, p. 34), concedendo a posse a João Goulart, em 7 de setembro de 1961, na agora República Parlamentarista do Brasil⁶⁴.

A utopia reformista de Jango marcou a estética da arte engajada (CASTRO; VIANA; CASTRO, 2014), com a UNE à frente do Centro Popular de Cultura (CPC). Universitários ativistas “[...] tentavam levar o conhecimento e a cultura às classes populares” (MOTTA, 2014, p. 68), expressando com linguagens artísticas o drama da desigualdade social. Em 1962, a Bossa Nova é modelo de canção engajada, assim como o Cinema Novo e o realismo do filme *Cinco vezes favela*, “[...] junção de cinco curtas-metragens que apresentavam o tema da favela, sob diversas perspectivas” (NAPOLITANO, 2014, p. 23).

Em 13 de março de 1964, Jango defendeu a ideia de uma nova Assembleia Nacional Constituinte para um grande público do Rio de Janeiro em frente à Central do Brasil (NAPOLITANO, 2014).

Além de sugerir que o parlamentarismo não era a solução para os problemas do país, Goulart encampava a demanda por uma Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em outubro daquele ano, visando à reforma constitucional e à desobstrução para as ‘reformas de base’ nomeadas no discurso: reforma agrária, bancária, eleitoral, tributária, sem falar na regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes. (NAPOLITANO, 2014, p. 35).

O líder das ligas camponesas, deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi enfático: “A reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (NAPOLITANO, 2014, p. 36), mas a elite burguesa, setores da classe média, conservadores da Igreja Católica e os “ultraconservadores” (MOTTA, 2014) reagiram com “[...] caudalosas ‘Marchas da Família, com Deus pela Liberdade’”⁶⁵ (GERMANO, 2011, p. 51), a fim de “[...] desestabilizar politicamente o governo de João Goulart” (MACHADO; FIALHO, 2014, p. 55).

De um lado, interesses econômicos nacionais e multinacionais de domínio das riquezas naturais brasileiras e a grande imprensa (MOTTA, 2014), contrários à

⁶⁴ O parlamentarismo no Brasil vigorou em dois períodos: de 1847 a 1889 e de setembro de 1961 a janeiro de 1963.

⁶⁵ Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o nome comum de uma série de manifestações públicas ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964 em resposta ao que foi considerado, por militares e setores conservadores da sociedade, uma ameaça comunista representada por grupos radicais e pelo discurso em comício realizado pelo presidente João Goulart em 13 de março de 1964.

gestão distributivista de Jango; de outro lado, as forças democráticas e nacionalistas se manifestando nas ruas para passar as reformas de base, pela defesa da soberania e por justiça social, contudo:

[...] Contrariando tais expectativas, a burguesia 'nacional' assistiria passivamente e até mesmo apoiaria a queda de João Goulart, condenando na prática a sua alternativa sócio-econômica [*sic*] distributiva e nacionalista e ajudando, a despeito de sua própria condição, a ancorar firmemente o Estado brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais. (DREIFUSS, 1981, p. 38).

Concorda-se com Germano (2011, p. 51), quando afirma que “[...] a revolta dos sargentos em setembro de 1963, em Brasília, considerada quebra de hierarquia, o anticomunismo, o combate acirrado à reforma agrária [...]” estão no bojo dos acontecimentos que culminaram no golpe civil-militar de 1964 (NAPOLITANO, 2014). Os golpistas anunciaram a vacância presidencial com Jango ainda em território nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2015), dando início ao governo ditatorial⁶⁶.

No arcabouço dos instrumentos de repressão, os processos de Inquérito Policial Militar (IPM) (GERMANO, 2011) enquadraram a arte engajada e o CPC foi fechado (GERMANO, 2011; NAPOLITANO, 2014), acusado de subverter a ordem. No âmbito da educação, universidades foram objeto de intervenção militar (GERMANO, 2011; MOTTA, 2014) e “[...] o Decreto-Lei nº 477/69 reprimia duramente qualquer possibilidade de crítica política” (GERMANO, 2011, p. 111).

O processo a que se submetia o acusado era sumário: professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime eram demitidos e interditados em qualquer instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e proibidos de ingressar em qualquer universidade por três anos (MOTTA, 2014).

A modernização dos sistemas de educação se inscreve no contexto de crise econômica, controle ideológico (GERMANO, 2011), interesses geopolíticos, abertura do mercado (SAVIANI, 2008), modernização do ensino (MOTTA, 2014) e políticas voltadas para concentração da renda (SANTOS, 2005).

No pano de fundo das reformas educacionais, ressaltam-se o contexto da Guerra Fria e a luta do império pelo controle ideológico. De um lado, o governo formado pelos militares golpistas, suas teses conspiratórias, com base na ideia de

⁶⁶ A ditadura militar brasileira, ou Quinta República, inscreve-se no período histórico da Guerra Fria, de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

inimigo interno e ameaça comunista (DREIFUSS, 1981); do outro lado, os interesses econômicos estadunidenses, apoiados no empresariado nacional e internacional, de afirmação do capitalismo e das políticas econômicas liberais (SANTOS, 2005).

Recorda-se que o Brasil havia alcançado sua industrialização nos anos finais da década de 1950, demandando recursos humanos cada vez mais qualificados para alavancar o desenvolvimento. Essa configuração socioeconômica proporcionou a expansão do mercado de educação à formação de funcionalismo especializado, no âmbito empresarial privado e estatal, ao mesmo tempo que impulsionou camadas médias da população a buscarem acesso à educação como meio de ascensão social e manutenção de *status* (SANTOS, 2005).

A ineficiência estrutural da educação institucionalizada “[...] herdada da crise econômica gestada na década de 1950 e agravada no início da década de 1960” (SANTOS, 2005, p. 12) foi considerada pelo general Artur da Costa e Silva⁶⁷, ao elaborar o plano com redução das despesas e captação de recursos com parceiros externos, para dar continuidade ao desenvolvimento (SANTOS, 2005).

Além dos convênios com fundações privadas estadunidenses, como a Fundação Rockefeller, “[...] pioneira no interior da universidade brasileira” (SANTOS, 2005, p. 106), a reforma dos sistemas de ensino contou com a assinatura dos acordos MEC-Usaid⁶⁸. A *United States Agency for International Development* (Usaid) foi criada em 1961, no governo de John F. Kennedy, para desenvolver projetos vinculados à Aliança para o Progresso⁶⁹ (MOTTA, 2014) e financiar a modernização das máquinas estatais dos aliados latino-americanos.

Os acordos Usaid são a expressão do capitalismo internacional periférico com os “[...] ideais empresariais do *American way of life*” (SANTOS, 2005, p. 107), visto por Motta (2014, p. 110) como “[...] a encarnação máxima da ameaça imperialista” de acumulação de capital a partir dos mercados latino-americanos.

⁶⁷ O general Artur da Costa e Silva governou de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, período conhecido como “milagre econômico brasileiro”, que duraria de 1968 a 1973, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita* e a criação de empresas, agências e programas de educação, como a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Movimento Brasileiro de Educação (Mobral) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

⁶⁸ A partir de 1964, o Ministério da Educação (MEC) e a *United Agency for International Development* (Usaid) celebraram convênios secretamente, os acordos MEC-Usaid, tornados públicos em novembro de 1966 e implementados em 1968, com a Lei nº 5.540.

⁶⁹ Aliança para o Progresso, ou *Alliance for Progress* (inglês), ou *Alianza para el Progreso* (espanhol), foi um amplo programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo que visava frear o avanço do socialismo no continente.

A propósito, recordam-se diversos estudos (ACEVEDO-TARAZONA, 2012, 2015; CRUZ RODRÍGUEZ, 2016; DELGADO, 2013) que abordam grandes Movimentos Estudantis (MEs) na América Latina, os quais apontam, entre causas e fatores das crises, as reformas educacionais com base na Plataforma Aliança para o Progresso, em função do caráter intervencionista e privatista subjacente no bojo da proposta de assessoramento técnico.

A interferência estadunidense na educação brasileira é anterior ao Estado Militar, mas, “[...] Antes de 1964, os projetos da Usaid enfrentaram adversários dentro da própria máquina estatal [...]” (MOTTA, 2014, p. 119). Consumado o golpe, contudo, a agência se afirmou na condução da política educacional brasileira e os acordos MEC-Usaid se destacaram na reformulação do sistema educativo, da estrutura dos sistemas às grades curriculares, em todos os níveis de ensino (SANTOS, 2005).

Em dezembro de 1964, o Ipes organizou um simpósio para apresentar “[...] novos estudos de economia da educação” (SAVIANI, 2008, p. 295), em acordo com pressupostos para formação de recursos humanos voltados para o aumento da produtividade e da renda, impactando todos os níveis da educação escolar: capacitação prática já na escola primária, ensino médio profissionalizante e ensino superior articulado com interesses de mercado: mão de obra qualificada e quadros dirigentes para as empresas (SAVIANI, 2008).

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, comprimiu os anteriores nove anos iniciais em oito e definiu, entre as diretrizes da educação, o caráter utilitário de preparação para o trabalho, expresso nos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino.

O curso primário, anteriormente concluído em cinco anos, e o ginásio, em quatro, ficaram em uma única seriação, renomeados como primeiro grau (1º grau), com a duração de oito anos. O antigo científico foi fundido com o clássico e passou a ser denominado segundo grau (2º grau), com duração de três anos (GERMANO, 2011; MOTTA, 2014) e aprofundamento em determinada ordem de estudos para atender a aptidões específicas do aluno, o ensino médio profissionalizante.

O currículo foi reformulado. Matérias tiveram a carga horária reduzida, como História e outras, e outras foram consideradas obsoletas e suprimidas, como Filosofia, Latim e Educação Política, que saíram da grade. A Educação Moral e Cívica se tornou obrigatória em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino e foi inserida a matéria Organização Social e Política Brasileira (OSPB), de

teor ideológico autoritário e de exaltação do nacionalismo. Inclusive, o currículo de cunho ideológico⁷⁰ se estendeu ao ensino superior e à pós-graduação, com a denominação de “Estudos de Problemas Brasileiros” (GERMANO, 2011, p. 134).

A articulação do currículo com o mercado de trabalho fica evidente no artigo 6º da Lei nº 5.692/1971: “As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas [sic]”, isentando as empresas parceiras de quaisquer responsabilidades no que tange ao vínculo empregatício, “[...] mesmo que se remunerere o aluno”.

Os convênios com agências estadunidenses garantiram os recursos para ampliar o acesso da população aos sistemas de ensino, mas não é possível afirmar que os projetos educacionais foram bem-sucedidos do ponto de vista da escolarização. Nas décadas de 1960 e 1970, os empréstimos do Banco Mundial foram direcionados para a educação de 2º grau, conforme Cardozo (2006), mas o Brasil manteve índices de baixa escolaridade. Até a década de 1970, “[...] quase 30% das crianças de 7 a 14 anos não tinham acesso à escola [...]” (GERMANO, 2011, p. 167). A Lei nº 5.692/1971 trouxe a obrigatoriedade do ensino de 1º grau e generalizou o ensino profissionalizante no 2º grau, promovendo a expansão da matrícula “[...] de aproximadamente 40% entre 1973-1985” (GERMANO, 2011, p. 169), mas não resultou em melhores índices de aprendizagem.

Para se ter ideia do aumento da taxa de repetência na primeira série do 1º grau, os números saltaram de “[...] 27,2% em 1973 para 34,2% em 1983” (GERMANO, 2011, p. 170). Em 1984, os excluídos do sistema, notoriamente pobres, pretos, pardos e índios (GERMANO, 2011), nunca estudaram ou ficaram na escola por no máximo até quatro anos e representaram “[...] 60,6% da população economicamente ativa” (GERMANO, 2011, p. 170, grifo do original).

A Lei nº 5.692/1971, igualmente, não logrou êxito no que concerne à educação para a emancipação humana. Ao se concentrar na “[...] sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau” (GERMANO, 2011, p. 180), a política educacional do regime militar optou por se curvar a imperativos econômicos impostos pelo grande capital, corroborando Germano (2011).

⁷⁰ Em 1925, a Reforma Rocha Vaz, além de se contrapor às ideias da Escola Nova, de forma reacionária e conservadora criou a instrução “Moral e Cívica” em caráter obrigatório, mantendo o controle ideológico sob o Estado.

Conforme Souza (2017), o abismo da desigualdade social e econômica no Brasil é imenso e acompanha toda a história do país, desde a sua fundação. Entretanto, o trágico cenário social não mudou, diante da administração militar: “[...] em 1980, 56% da população era constituída de pobres (39%) e de indígenas (17%) [...]” (GERMANO, 2011, p. 267), que representam milhões de brasileiros privados de direitos democráticos fundamentais, como saúde e educação.

Em plena era da informação e com a sociedade conectada em rede (CASTELLS, 1999, 2013), o volume de iletrados na sociedade é determinante para a desigualdade social e econômica do país. Além de desafio para o poder público, o problema é grave empecilho para a emancipação de milhões de brasileiros e brasileiras na faixa etária de 15 anos ou mais (BRAGA; MAZZEU, 2017), que se encontram afastada(o)s da cultura comunicacional por não possuírem autonomia leitora e escritora, com prejuízos incalculáveis para suas vidas, principalmente no que tange à realização pessoal.

Na história da república, a crise educacional é um projeto (SAVIANI, 2007), com destaque para o problema do analfabetismo. Na década de 1960, a mazela envolvia 39,7%, ou 15,9 milhões, dos mais de 40 milhões de brasileiros na faixa etária de 15 anos ou mais (BRAGA; MAZZEU, 2017). Após o golpe, a tarefa de resolver o grave problema foi prejudicada, principalmente porque importantes educadores foram exilados pela ditadura, ou tiveram seus trabalhos interrompidos.

Entre os desterrados estavam o educador Paulo Freire, mentor do Plano Nacional de Alfabetização, Darcy Ribeiro, ministro da Educação no governo de João Goulart, Anísio Teixeira, intelectual do Movimento da Escola Nova⁷¹, e o sociólogo Florestan Fernandes, que voltou ao país somente após a anistia e chegou a participar na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Diante dos números alarmantes de analfabetismo, Costa e Silva publicou o Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, que instituiu a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos. Na prática, porém, o Mobral foi

⁷¹ Escola Nova, também chamada Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino brasileiro surgido no fim do século XIX, inspirado nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, que ganhou força na primeira metade do século XX.

implementado somente três anos depois, no governo Médici⁷², com “[...] um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais”⁷³ (SAVIANI, 2008, p. 296), que se mostrou insuficiente para vencer o desafio de erradicar a mazela.

Após um século de república, o percentual de pessoas analfabetas retrocedeu, é verdade, mas ainda é o dobro, em números absolutos. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015 demonstram a problemática. No ano de 1900, eram 65,3%, ou cerca de seis milhões e trezentas mil pessoas; em 2010, no entanto, os 9,6% ainda representaram um número em torno de treze milhões e novecentas mil pessoas (BRAGA; MAZZEU, 2017).

O Estado Militar, contudo, foi eficiente para atender aos interesses políticos e econômicos do império. Sob o “[...] discurso de valorização da educação escolar” (GERMANO, 2011, p. 106), a ditadura abriu o setor educacional para o capital privado nacional e internacional (GERMANO, 2011; MOTTA, 2014; SAVIANI, 2008), ajustou o currículo nos moldes do imperialismo estadunidense e submeteu a pesquisa científica aos ditames do capital financeiro.

A influência colonizadora no pensamento brasileiro remonta ao século XIX, “[...] para instalar a Escola de Minas de Ouro Preto, sob a direção do francês Henri Gorceix; na criação da USP⁷⁴, nos anos 1930, professores franceses tiveram papel de proa” (MOTTA, 2014, p. 110).

Em 1965, a crítica estadunidense ao modelo educacional europeu confrontou catedráticos e dominou o debate, quando professores paulistas se manifestaram contra o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, que fez críticas ao “[...] ‘atraso’” do ensino superior brasileiro, segundo ele, inspirado em obsoleto modelo europeu” (MOTTA, 2014, p. 125).

⁷² O general Emílio Garrastazu Médici presidiu o Brasil de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974, período que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, caracterizado pelo crescimento de 55,84% do PIB (média de 11,16%) e 42,15% da renda *per capita* (média de 8,43%), mas triplicando a dívida externa e com aumento da concentração de renda.

⁷³ Em 1974, a pesquisadora tinha 12 anos e recorda que residia próximo à rodovia BR-364, em Porto Velho, à época, capital do território federal de Rondônia. Cursava o 1º grau quando foi selecionada pela escola para atuar como monitora do Mobral, sendo responsável por formar a turma de alfabetizando, entre moradores residentes cerca da sua residência. O poder público forneceu material, como cartilhas, cadernos e um lampião a gás, pois as aulas eram noturnas. Havia uma pausa para o lanche, que era oferecido pelo programa, mas não houve formação específica para a prática. Uma supervisora aparecia, esporadicamente, mas não intervinha. No final do período determinado, a avaliação externa considerou alfabetizados, inclusive, apenas quem foi capaz de escrever o próprio nome.

⁷⁴ Universidade de São Paulo (USP), fundada em 25 de janeiro de 1934 e mantida pelo governo do Estado brasileiro de São Paulo.

Roberto de Oliveira Campos foi ministro do Planejamento no governo Castello Branco⁷⁵, de 1964 a 1967, ocasião em que “[...] definiu a política econômica do regime militar e implementou suas principais medidas” (SAVIANI, 2008, p. 296). Em 1968, Roberto Campos foi o principal consultor do Fórum do Ipes, realizado de 10 de outubro a 14 de novembro do mesmo ano. O Fórum discutiu 11 temas educacionais, segundo Saviani (2008), dos quais seis envolveram aspectos da reforma do ensino superior.

A Reforma Universitária nº 5.540/1968 não obteve consenso nos círculos do poder, “[...] apenas a certeza de que a área era estratégica” (MOTTA, 2014, p. 70). A substituição do sistema de cátedras pelo modelo acadêmico estadunidense, composto de departamentos, institutos e centros, “[...] fez parte dos planos de desenvolvimento engendrados pela Aliança para o Progresso” (SANTOS, 2005, p. 105), com o apoio de parte da categoria estudantil.

Por um lado, os universitários “[...] defendiam a extinção da figura do catedrático” (SAVIANI, 2008, p. 311), ao mesmo tempo, por outro, criticavam a ingerência imperialista nas políticas educacionais do Brasil. Quadros docentes influentes, como Valnir Chagas⁷⁶ e Newton Sucupira⁷⁷, viam com bons olhos a reforma, mas houve resistência entre professores tradicionalistas, a exemplo do próprio ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda⁷⁸, que era catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (MOTTA, 2014).

O governo do general Artur da Costa e Silva tem destaque no que se refere à “[...] ascensão da ‘linha dura militar’” (GERMANO, 2011, p. 127). O Atestado Ideológico, outrora instrumento de repressão, extinto por Getúlio Vargas na Lei nº 1.667, de 1º de setembro de 1952, foi reeditado por Costa e Silva, no Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 (PEREIRA, 2019).

⁷⁵ O general Humberto de Alencar Castello Branco governou o Brasil de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

⁷⁶ O professor Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (1921-2006) atuou no Conselho Federal de Educação de 1962 a 1976, tendo sido um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB) e um dos principais autores da Reforma Universitária de 1968.

⁷⁷ O professor, filósofo e advogado Newton Lins Buarque Sucupira, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi secretário da Educação Superior do Ministério da Educação e membro do Conselho Nacional de Educação. O marco legal que possibilitou o crescimento da pós-graduação no Brasil, Parecer CFE nº 977/1965, de 3 de dezembro de 1965, é conhecido como Parecer Sucupira, em alusão ao seu relator.

⁷⁸ Flávio Suplicy de Lacerda foi ministro da Educação de 15 de abril de 1964 a 8 de março de 1965, no governo do general Humberto de Alencar Castello Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967).

Pelo Decreto, estavam proibidos atos e falas públicas de exaltação da ideologia dos partidos políticos cassados⁷⁹ e que fosse defendida por entidades de classe contrárias ao interesse nacional (PEREIRA, 2019). Além disso, a burocracia ressuscitou o instrumento que passou a valer como exigência para a emissão de diversos documentos.

[...] o porte de arma, habilitação de motorista, habilitação para seguranças privados, habilitação de detetives particulares, ingresso no serviço público, ingresso em empresas privadas, registros de empresas, cargos eletivos em sindicatos, saída e entrada no país, ingresso no magistério estadual e municipal, licença para caça, etc. (PEREIRA, 2019, p. 9).

As imposições do regime não se limitaram à dimensão ideológica. A Constituição de 1967, em vigor desde 15 de março daquele ano, modificou o repasse das contribuições dos entes federados para o financiamento da oferta de ensino, eliminando a vinculação orçamentária que obrigava a União, estados e municípios a destinarem percentuais mínimos (entre 10% e 20%) para a educação (SAVIANI, 2008) e revogando o direito à gratuidade do ensino, “[...] presente em todas as nossas cartas constitucionais, desde a primeira outorgada por Dom Pedro I, em 1829” (SAVIANI, 2008, p. 299).

Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1, “[...] também conhecida como Constituição de 1969 porque redefiniu todo o texto da Carta de 1967, restabeleceu a vinculação de 20%, mas apenas para os municípios” (SAVIANI, 2008, p. 298). A Emenda ratificou a disposição do poder público de mercantilizar a educação, nos termos: “[...] ‘o Poder Público substituirá gradativamente o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição que a lei regulará’” (SAVIANI, 2008, p. 299).

Por certo cresceram as matrículas no ensino superior. “Em 1960, por exemplo, a matrícula em nível universitário correspondia a 95.691 alunos; em 1986, alcançava o montante de 1.418.196, segundo dados do MEC” (COELHO, 1988, *apud* GERMANO, 2011, p. 151). Igualmente, o plano de acumulação de capital foi exitoso, haja vista o aumento do número de instituições privadas de ensino superior ao final da ditadura.

⁷⁹ Entre 1966 e 1979, o Brasil tinha apenas dois partidos legais, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida.

[...] em 1988 [...] a rede oficial de ensino superior (federal, estadual e municipal) respondia por apenas 33,03% das 447.300 vagas oferecidas anualmente ao país, enquanto as 66,97% restantes pertenciam a instituições de ensino particular. (GERMANO, 2011, p. 151).

As estatísticas demonstram a opção política do regime militar, expressando em números os resultados da política neoliberal do governo. No tecido social, os efeitos foram trágicos para a população mais carente, que sentiu aprofundar ainda mais o abismo de desigualdade social, econômica e educacional. Para os privilegiados da sociedade, contudo, as políticas dos governos militares foram favoráveis, garantindo o aumento da concentração de renda, assevera (GERMANO, 2011).

[...] de acordo com o IBGE, a participação na renda dos 10% mais ricos subiu de 44,9% em 1981 para 51,5% em 1989. Os mais ricos de todos, 1% da população, chegaram a concentrar, em 1989, 17,3% da renda. Em contrapartida, os 10% mais pobres tiveram um decréscimo na participação da renda passando de 0,9% em 1981 para 0,7% em 1989. (*Folha de S. Paulo*, 14-11-1990:B-1 *apud* GERMANO, 2011, p. 269).

A abertura do mercado de educação institucional favoreceu a ampliação da riqueza aos já ricos, mas fracassou na democratização do acesso aos necessitados. Nesse sentido, a “[...] desnacionalização da educação implicada nos acordos MEC-Usaid” (MOTTA, 2014, p. 95) expôs a opção do governo militar em atender aos interesses do capital, a despeito da responsabilidade de oferecer ensino gratuito e de qualidade à população carente, despertando os movimentos populares, inclusive da categoria estudantil (MOTTA, 2014).

O revolucionário maio de 1968 (ACEVEDO-TARAZONA, 2004; VENTURA, 2018) iniciado pelos estudantes franceses repercutiu mundialmente, inclusive no Brasil, onde explodiu uma crise educacional, “[...] escancarada com a tomada das escolas superiores pelos estudantes, em junho de 1968” (SAVIANI, 2008, p. 296), e agravada pela adesão operária, com grandes paralisações de Contagem, Minas Gerais, e Osasco, São Paulo, que foram capitalizadas pelo Estado Militar para aplicar o golpe fatal na democracia.

Em 13 de dezembro de 1968, a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁸⁰ foi “[...] sem dúvidas um divisor de águas” (MOTTA, 2014, p. 148), o

⁸⁰ O AI-5 foi emitido pelo general Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. No mesmo dia em que foi decretado o AI-5, também foi decretado o fechamento do Congresso Nacional, reaberto somente em outubro do ano seguinte. Pelo AI-5, o presidente podia decretar intervenção nos estados e municípios, suspensão de direitos políticos, *habeas corpus*, em casos específicos, foro

período do “pode tudo” (GERMANO, 2011, p. 66). O AI-5 sufocou a resistência da militância contrária ao regime, suprimiu a indústria de cultura popular brasileira, com censura estrita, incluindo policiais nas redações e listas do que era proibido e permitido informar.

No contexto repressivo de 1969, foram criados o Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), responsáveis por concentrar operações de vigilância, perseguição e prisão, institucionalizando a violência contra os dissidentes políticos, incluindo torturas e assassinatos, em nome da segurança nacional (GERMANO, 2011; GODOY, 2014; MOTTA, 2014; VASCONCELOS; ARAÚJO, 2016).

De acordo com Napolitano (2014, p. 290), “[...] a transição brasileira foi longa, tutelada pelos militares, com grande controle sobre o sistema político”, desde o governo Geisel⁸¹, prosseguindo no governo do general Figueiredo⁸², que abriu para o regime democrático, concedendo ampla anistia.

Desde 28 de agosto de 1979, a Lei nº 6.683 absolveu os dissidentes do regime que haviam tido seus direitos cassados, mas, igualmente, perdoou membros do governo que haviam sido apontados por torturados, acusados de prisões e diversos crimes, alimentando a celeuma entre críticos da ditadura e os militares favoráveis ao regime (NAPOLITANO, 2014). Em 22 de novembro de 1979, a reforma política que extinguiu o MDB e a Arena restabeleceu o pluripartidarismo e o retorno de antigos partidos à cena política brasileira.

A Nova República⁸³ chegou junto com o governo Sarney⁸⁴, com destaque para a promulgação da Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, concebida no contexto geopolítico e econômico de “[...] financeirização, a desregulamentação do mercado, a regionalização, a crise do Estado de Bem-Estar Social e a reestruturação produtiva” (CARDOZO, 2006, p. 202), ou, dito por Castells (2017, p. 43), o “[...] fracassado modelo de criação de riqueza especulativa”.

privilegiado, direito de votar e ser votado em eleições sindicais e suspensão de diversas prerrogativas.

⁸¹ O general Ernesto Geisel (Arena) presidiu o país de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.

⁸² O general João Batista Figueiredo (Arena) presidiu o país de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.

⁸³ A Nova República é o período que se seguiu ao fim da ditadura militar.

⁸⁴ José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, eleito vice-presidente de Tancredo de Almeida Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral. José Sarney, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o partido que sucedeu o MDB, assumiu a presidência interinamente após a internação de Tancredo Neves e definitivamente em 21 de abril de 1985, em virtude da morte do presidente eleito.

Em 15 de março de 1990, Fernando Affonso Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil, comprometido com a doutrina neoliberal e uma política de estímulo a importações e privatizações, mas decidiu renunciar em 1992, após ser afastado para responder ao processo de *impeachment*.

O governo de Fernando Henrique Cardoso⁸⁵ (FHC) se destacou pelo Plano Real, controle da inflação e agenda neoliberal, com medidas de estímulo ao rentismo, forte programa de privatizações e venda de empresas estatais. Em 2003, o sociólogo entregou o comando do Brasil ao PT⁸⁶, de Luiz Inácio Lula da Silva⁸⁷. Lula deu continuidade às pautas neoliberais, mas concentrou esforços políticos em favor de políticas distributivistas e mecanismos de redução da desigualdade social, com destaque para um amplo programa educacional. Em 2010, Lula entregou a faixa presidencial a Dilma Rousseff, que foi reeleita em 2014 e governou até 2016.

3.2 O golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 e a Ponte para o Futuro

O sucesso do Plano Real deu a FHC o apoio popular, mas o programa neoliberal de financeirização da economia a “[...] taxas de remuneração únicas via taxa Selic” (SOUZA, 2016, p. 48) demonstrou a opção do governante do PSDB quanto a políticas para ricos ou pobres. A organização partidária de setores progressistas, contudo, vinha se consolidando no país.

Desde a sua fundação, na década de 1980, o PT assumiu a defesa do projeto socialista-democrático, mas foi depois de três tentativas frustradas⁸⁸ e quando abandonou o discurso socialista radical, adotando um tom mais moderado (GREEN; QUINALHA, 2016), que o ex-sindicalista e ex-metalúrgico venceu a disputa para a presidência em 2002, com “61,3% dos votos” (GREEN; QUINALHA, 2016, p. 182).

O PT elegeu Lula com expressiva aprovação nas urnas, todavia, no parlamento, a situação do governo era de minoria partidária, e o presidente optou

⁸⁵ FHC, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido político de centro, surgido da combinação da social-democracia, democracia cristã e liberalismo econômico e social.

⁸⁶ Partido fundado em 10 de fevereiro de 1980. O PT integra um dos maiores movimentos de esquerda da América Latina.

⁸⁷ Luiz Inácio da Silva, popularmente Lula, do PT, partido fundado por um grupo heterogêneo de militantes de oposição à ditadura militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação, corrente teológica cristã nascida na América Latina depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres.

⁸⁸ Lula se candidatou nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.

por um acordo com os partidos menores, concordando com Souza (2016), uma coalizão precária para pôr em prática um “[...] programa social-democrata moderado, sem desafiar o capitalismo” (GREEN; QUINALHA, 2016, p. 182), comprometido com a doutrina neoliberal, mas buscando soluções para as mazelas da desigualdade social e econômica (SOUZA, 2016).

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e as políticas dos governos petistas “[...] significaram talvez o maior esforço de inclusão social da classe marginalizada” (SOUZA, 2016, p. 82). O sociólogo se refere aos aumentos do salário mínimo acima da inflação, programas de transferência de renda, ações afirmativas, cotas sociais e um amplo conjunto de políticas educacionais, incluindo a expansão da oferta de educação em duas das regiões mais carentes de ensino superior, as regiões Norte e Nordeste do Brasil, contribuindo para “[...] a constituição de um tecido social menos desigual” (PAULANI, 2016, p. 72).

Entre 2003 e 2014, a criação de 18 novas universidades e 173 *campi* favoreceu a interiorização da educação superior pública. As plataformas de ensino a distância, os sistemas de avaliação da educação superior, a oferta de bolsas, os planos de assistência e as políticas de financiamento democratizaram o acesso à universidade e resultaram em expressivo crescimento das matrículas.

Para se ter ideia, na região Nordeste foram mais 94% e na região Norte mais 76% de novos graduandos inscritos, com impacto positivo em histórica desigualdade de acesso à educação superior, de acordo com o balanço publicado no portal do Ministério da Educação (MEC) pela Secretaria de Educação Superior (SESu)⁸⁹. As políticas petistas, contudo, alinharam-se com o programa neoliberal. Em seu primeiro mandato, Lula aprovou a renovação da Emenda Constitucional (EC) da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que desde 1994 retirara dezenas de bilhões de reais dos recursos destinados a estados, distritos e municípios (DAVIES, 2016). No final do governo, porém, Lula aprovou a EC nº 59/2009 e o fim gradual da incidência da DRU até a sua extinção, em 2011.

A reforma administrativa do Estado agradou o setor empresarial, especialmente no que se refere à abertura de mercados. Nesse sentido, o

⁸⁹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download_&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 10 nov. 2020.

presidente Lula regulamentou as Parcerias Público-Privadas⁹⁰ (PPP), incluindo a Reforma Universitária, cujo programa foi “[...] presidido e orquestrado pelo grande capital” (ROCHA, 2006, p. 261).

Destacam-se o Programa Universidade para Todos (Prouni)⁹¹, lançado no primeiro mandato de Lula e ampliado pela política de cotas, e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)⁹², política do governo FHC que foi consolidada na era Lula com alguma modificação, “[...] em 2007 se diferenciou (não totalmente) ao ser ampliado e contemplar estudantes de mestrado e doutorado em instituições privadas” (DAVIES, 2016, p. 41).

Em vigor desde 1996, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) foi substituído, através da EC nº 53/2006, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O rateio entre os três níveis da administração foi mantido, mas o novo programa contempla educação infantil e educação de jovens e adultos (EJA), além do ensino fundamental. Ademais, a EC nº 59/2009 ampliou direitos, ao tornar obrigatória a última etapa da educação básica (LIMA; MACIEL, 2018).

Com fins de ampliar o acesso ao ensino universitário, o Decreto nº 6.096/2007, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e a Lei nº 12.688/2012 favoreceu, inclusive, instituições particulares de ensino, que puderam renegociar dívidas tributárias, convertendo até 90% delas em bolsas de estudos, através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proles).

As administrações petistas se destacam ainda pelas políticas compensatórias e de reparação (MOURA, 2019), como a Lei nº 10.639/2003, que inovou o currículo, ao regular o ensino da história e da cultura afro-brasileira e

⁹⁰ De acordo com a Lei nº 11.079/2004, pelas PPPs, o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, ou seja, mediante pagamento, setores privados prestam determinados serviços ao setor público.

⁹¹ O Prouni, instituído pela Lei nº 11.096/2005, é um programa que oferece bolsas de estudo em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior.

⁹² O Fies é um programa do Ministério da Educação instituído pela Lei nº 10.260/2001 para conceder financiamento a estudantes em cursos superiores ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa.

africana em todos os níveis da educação básica para todas as instituições de ensino (JESUS; ARAÚJO; CUNHA JÚNIOR, 2013). No mesmo ano, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) pavimentou o caminho que culminou no Estatuto da Igualdade Racial, efetivado pela Lei nº 12.288/2010.

Assim, o governo Dilma deu continuidade às ações afirmativas. A Lei nº 12.711/2012 estabeleceu a política de cotas, que reserva metade das vagas nas universidades e institutos federais de ensino a estudantes pretos, pardos e indígenas oriundos de escolas públicas e com renda familiar bruta igual ou inferior a um e meio salário mínimo (MOURA, 2019).

Recorda-se que os investimentos em políticas públicas de geração de emprego e aumento do poder de consumo foram possíveis na maior parte do período dos governos progressistas graças a uma conjuntura externa favorável garantida pela valorização de *commodities* minerais e agrícolas e pelo superávit da balança comercial (GREEN; QUINALHA, 2016), que levaram o país ao “[...] maior período de crescimento [...] em período democrático, desde Juscelino Kubitschek” (SOUZA, 2016, p. 46).

Nesse sentido, a recuperação da cadeia produtiva de petróleo e gás contribuiu para gerar mais vagas, o aumento do consumo foi favorecido pelo crédito fácil e o PIB brasileiro cresceu acima da média mundial, provocando “[...] uma onda de otimismo que o país não conhecia há décadas” (SOUZA, 2016, p. 82), mas à sombra do “[...] racismo de classe que remonta às nossas origens escravocratas” (SOUZA, 2016, p. 83).

No Brasil, as classes e as frações das classes não convivem pacificamente, corroborando Boito Júnior (2016). Ainda que setores da elite acumulem riqueza com medidas de estímulo ao rentismo e à concentração da renda, as políticas distributivistas incomodam e levam a conflitos, muitas vezes “mascarados” por discursos anti-inflacionários e de combate à corrupção (BOITO JÚNIOR, 2016). De acordo com Souza (2016, p. 47), o Brasil nunca teve um “projeto de sociedade” encabeçado pelas classes dominantes e concretizado por partidos de elite, nem no governo do sociólogo FHC.

Ademais, a ascensão social das camadas populares suscita um preconceito social das elites e da classe média tradicional que é histórico (DREIFUSS, 1981; NAPOLITANO, 2014). Os setores da política conservadora se aproveitam das conjunturas que disparam o acirramento dos conflitos de classes

para interromper projetos governistas progressistas, porque contam com o apoio de determinadas instituições democráticas e da imprensa tradicionalista e corporativista (SOUZA, 2015).

No Brasil, a mídia conservadora se comunica com a massa em acordo com os interesses das elites políticas e econômicas (DREIFUSS, 1981; NAPOLITANO, 2014; SOUZA, 2015, 2016, 2017). Em 2005, a exploração midiática do “mensalão”⁹³ (SOUZA, 2016), que estremeceu o governo Lula, foi posteriormente capitalizada pela Operação Lava Jato⁹⁴ e, inclusive, usada por setores da oposição política (SOUZA, 2016) para manipular a opinião pública contra o governo durante o processo do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (GUIMARÃES, 2016).

Na democracia brasileira, o “[...] legislativo é deixado à pulverização e à fragmentação dos mais variados interesses, quase sempre corporativos e operados na sombra dos bastidores” (SOUZA, 2016, p. 49). Nesse cenário, o Executivo fica à mercê de acordos e negociações e a governabilidade da nação é vulnerável a crises políticas, corroborando Napolitano (2016).

O PMDB⁹⁵ é um dos principais partidos políticos no Congresso, mas tem a imagem associada ao clientelismo e ao fisiologismo, com uma política do “[...] ‘toma lá dá cá [...] as tenebrosas transações’” (NAPOLITANO, 2016, p. 58), desconectadas dos interesses específicos de toda a sociedade. Nessa perspectiva, Souza (2016, p. 49) afirma que “[...] tanto o PSDB quanto PT, quando no poder, tiveram que conviver com a chantagem”.

⁹³ O mensalão foi o neologismo utilizado pelo deputado federal Roberto Jefferson em entrevista que deu ressonância nacional se referindo à mesada paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Em 2005, o escândalo de compra de votos do mensalão ameaçou derrubar Lula da presidência.

⁹⁴ A Operação Lava Jato teve início em 17 de março de 2014, com um conjunto de investigações, algumas controversas, em andamento pela Polícia Federal do Brasil. O nome da operação se deve ao uso de um posto de combustíveis para movimentar valores de origens ilícitas, na primeira fase da operação.

⁹⁵ O MDB foi criado em março de 1966 para ser uma oposição branda à Arena, partido da ditadura, dando alguma legitimidade ao governo militar. A Lei nº 6.769/1979 extinguiu MDB e Arena e determinou o uso do termo “Partido” na denominação das agremiações políticas. O PMDB foi criado sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães, que defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com um programa feito por cientistas políticos, como FHC. Aos poucos, o PMDB foi perdendo apoio. Em 1980, o PT levou o apoio de grande parte dos movimentos sociais e de esquerda e, em 1988, após a crise em que o PMDB foi acusado de fisiologista e clientelista, FHC, então líder *peemedebista* no Senado, deixou o partido e fundou o PSDB. Em 2017, com a imagem abalada por escândalos de corrupção e adoção de medidas impopulares, com a chegada de Michel Temer à presidência, o partido decide retornar ao nome original, MDB.

Em 2010, Lula deixou o governo “[...] como o presidente mais popular da história brasileira” (GREEN; QUINALHA, 2016, p. 183), elegendo para concorrer à sucessão a economista Dilma Rousseff, que nunca havia participado de disputas para cargos eletivos, mas, no período petista, esteve à frente do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil. O PT lançou Dilma Rousseff em uma candidatura com Michel Temer, do PMDB, o “[...] vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista” (ALENCASTRO, 2016, p. 20).

A coalizão PT/PMDB venceu a união de centro-direita do PSDB com “56% dos votos” (GREEN; QUINALHA, 2016) e o novo governo assumiu o país em um contexto “[...] de celebração e esperança” (SOUZA, 2016, p. 53), na contramão do mundo, que sofria os efeitos econômicos e sociais da grande crise financeira de 2008 (CASTELLS, 2017).

O perfil mais técnico do que político da economista pesou na opção arriscada de “[...] romper o acordo rentista” (SOUZA, 2016, p. 53) e trazer o regime de juros para patamares mundiais. A manobra política visava a atrair os investimentos para atividades produtivas e a gerar mais empregos, inclusive vagas qualificadas, mas a presidenta não contou com a “[...] classe de capitalistas, que sempre se caracterizou pelo roubo de curto prazo e pela ausência de qualquer projeto nacional” (SOUZA, 2016, p. 54).

Durante os anos que sucederam o período ditatorial (1964-1985), o processo de industrialização do Brasil não avançou, ao contrário, “[...] A indústria de transformação, que em 1985 detinha participação de 21% do PIB, é reduzida para 17% do PIB, em 2003, e 11%, em 2014” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016). As lacunas na estrutura industrial contribuíram para a difícil conjuntura econômica de 2012, em que “[...] a economia tinha arrefecido e o desemprego voltou” (GREEN; QUINALHA, 2016, p. 183).

Por outro lado, entre 2003 e 2014, programas e políticas voltadas para a educação superior elevaram o nível educacional da massa de jovens, contudo eles não encontraram vagas qualificadas de trabalho e se voltaram contra o governo (SINGER, 2016) e o partido de representação dos trabalhadores. A corrosão de confiabilidade abriu o espaço para o avanço da direita conservadora, nos termos de Boito Júnior (2016, p. 28): “[...] o capital internacional e a fração da burguesia a ele integrada iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma [...]”.

No seu segundo mandato, Dilma encontrou o país dividido e o desafio de enfrentar a problemática do ajuste fiscal, em um contexto de desvalorização internacional das *commodities*. Ademais, Dilma optou por uma política de desonerações para favorecer o setor privado, contando com a contrapartida em investimentos nos setores produtivos, que levariam à geração de empregos, mas quem venceu foi a elite rentista, “[...] o juro voltou a subir, em abril de 2013 [...]” (SOUZA, 2016, p. 54) e o governo enfrentou o ataque sistemático da “[...] máquina de propaganda partidária [...]. Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado)” (LOPES, 2016, p. 120), que usaram os acontecimentos políticos de junho de 2013 para recrudescer o ataque ao governo.

Em 6 de junho aconteceu a primeira das manifestações que ficaram conhecidas como jornadas de junho de 2013⁹⁶, ou a “Primavera Brasileira”, segundo Nassif (2016). Os protestos começaram em São Paulo, com o Movimento Passe Livre (MPL) à frente do povo contra o aumento das passagens e a favor da tarifa zero para o transporte municipal, mas se espalharam por capitais e cidades brasileiras durante o mês com a pauta modificada para o combate à corrupção.

As manifestações foram amplificadas na mídia monopolista e manipuladas por setores da política nacional. Para Nassif (2016), até organismos internacionais, como o *Federal Bureau of Investigation* (FBI)⁹⁷, aproveitaram-se dos amplos movimentos sociais anticorrupção para atender a interesses da indústria petrolífera estadunidense. Nesse contexto sociopolítico-econômico, inserem-se, inclusive, os fatos que levaram à deposição de Dilma Rousseff (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; PRONER *et al.*, 2016; SOUZA, 2015, 2017).

Acerca das jornadas de junho de 2013, Souza (2016) analisa que as manifestações sociais estão no bojo da crise política, porém Mattos, Bessone e Mamigonian (2016) se referem a uma conspiração para derrubar o governo e destruir a imagem do PT. Em 5 de junho de 2013, o jornalista Glenn Greenwald utilizou o *The Guardian* para denunciar o programa de vigilância estadunidense que atuava dentro e fora do país, causando um constrangimento para o Estado brasileiro.

⁹⁶ Os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos.

⁹⁷ É uma unidade de polícia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, servindo tanto como uma polícia de investigação quanto como um serviço de inteligência interno.

Em 1º de setembro de 2013, a reportagem na Rede Globo que citou documentos da *National Security Agency* (NSA)⁹⁸ para revelar que “[...] os Estados Unidos monitoravam as comunicações da Presidenta Dilma e de seus assessores próximos em 2011” (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p. 16) levou a uma crise diplomática repercutida na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 24 de setembro de 2013, ocasião em que Dilma usou o discurso de abertura para denunciar a invasão da soberania brasileira (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016).

Em 1º de janeiro de 2014, Dilma Rousseff inaugurou o segundo mandato concedido pelo voto popular, enfrentando o declínio do crescimento econômico, reflexo, na economia interna, do agravamento da crise financeira internacional (CASTELLS, 2013). Acerca da corrosão da base social petista, Boito Júnior (2016, p. 28-29) analisa:

Entre 2006 e 2012, o campo neodesenvolvimentista reinou, enquanto o campo neoliberal ortodoxo permaneceu na defensiva. A partir de 2011, com o prolongamento da crise do capitalismo internacional e também em decorrência de medidas políticas internas, o crescimento econômico brasileiro entrou em declínio. [...] contradições presentes desde a formação da frente exacerbaram. O sindicalismo, que vinha desde 2004 incrementando a luta grevista e obtendo ganhos salariais crescentes, elevou suas exigências a partir de 2012-2013 [...], afastando a grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista. [...] A baixa classe média fora contemplada com medidas democratizantes do acesso à universidade – a política de cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Porém, os novos diplomados não encontraram no mercado de trabalho os empregos que julgavam garantidos. Essa insatisfação eclodiu nas ruas em junho de 2013. Os próprios beneficiários do neodesenvolvimentismo começavam a retirar seu apoio a essa política.

Outra perspectiva para a conjuntura crítica do fim da administração petista, em acordo com Napolitano (2016, p. 57-58; 60-62), considera uma crise de natureza política, econômica e ideológica:

[...] esgotamento do chamado ‘modelo político’ brasileiro pós-1985, baseado no ‘presidencialismo de coalizão’ [...]. Os ministérios e os milhares de cargos de confiança são distribuídos conforme as demandas destas ‘supermaiorias’ parlamentares que formam a base do governo, comprometendo a própria racionalidade administrativa do Estado [...]. A crise econômica [...]. Depois de colher os frutos da valorização das *commodities* no mercado internacional, a economia brasileira se viu ameaçada diante da crise internacional que explodiu em 2008 [...]. A cerejinha do bolo da crise foi a operação Lava Jato, que paralisou os

⁹⁸ A agência de segurança dos Estados Unidos.

grandes negócios de Estado, entre estatais e empreiteiras. A partir do susto das ruas, em 2013 [...] a crise econômica se agravou, dando munição à imprensa de oposição para criticar a administração petista [...] o eterno embate entre direita e esquerda, cujos epicentros no sistema partidário brasileiro seriam o PT e o PSDB [...] a ruptura da classe média com o petismo foi crescendo, alimentada sistematicamente pela imprensa de direita [...].

Em 2 dezembro de 2015, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi acolhido sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal. Faltaram elementos comprobatórios, mas sobraram interesses particulares e motivações políticas (LÖWY, 2016). O processo que levou o país ao caos foi “[...] Instaurado por ato do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como uma retaliação ao governo por não ter apoiado sua defesa no processo administrativo que corria contra ele na Comissão de Ética” (QUINALHA, 2016, p. 131).

Em 2016, do caos político e social despontavam as manifestações que confrontavam as teses da ruptura institucional denunciada como golpe parlamentar-jurídico-midiático (PRONER *et al.*, 2016). Defesas contundentes fundamentadas na Constituição contradiziam a acusação, ressaltando a fragilidade da sustentação jurídica e os vícios de origem (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016). Nesse sentido, recuperam-se as colocações em Semer (2016, p. 108):

[...] Basta lembrar que o movimento pelo *impeachment* começou antes da posse da presidenta. Desde o início, tratou-se da pena à procura de um crime. Ao fim, são desvios orçamentários, frutos de uma alteração de entendimento do TCU, com efeitos ilícitamente retroativos, que maquiaram a deposição como afastamento, instalando no poder aquele que, presidente em exercício, praticara idênticos atos aos inquinados de ilegais [...].

Não obstante a polêmica em torno do processo, a ruptura institucional foi consumada. Dilma Rousseff foi afastada definitivamente e o vice-presidente, Michel Temer, assumiu com um novo plano de governo (PMDB, 2015), a Ponte para o Futuro, anunciado para a implementação em caráter de emergência. Tratava-se do programa de governo que fora derrotado na eleição que alçou Dilma Rousseff e Michel Temer ao segundo mandato governista (PAULANI, 2016). A ruptura institucional de 2016 se enquadra no contexto da nova geração de golpes não convencionais para aprofundar a doutrina neoliberal nas democracias, usando táticas de guerras híbridas (COSTA, 2019).

Nesse sentido, a plataforma do governo pós-*impeachment* se destacou pelo seu caráter neoliberal em todas as dimensões do Estado: austeridade na

economia, financeirização do capital, celeridade nas privatizações e alterações constitucionais no estado de bem-estar social, com mudanças nas leis de proteção de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. O argumento político principal se apoiou no déficit fiscal:

[...] em primeiro lugar, acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e educação. [...]. Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais [...]; a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios. [...] é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentadas [...]. (PMDB, 2015, p. 9-11).

Assim, o governo enviou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com a lei de teto para os gastos públicos primários. A PEC nº 241/2016⁹⁹ foi aprovada na Câmara dos Deputados, seguindo para o Senado como PEC nº 55/2016, sendo igualmente aprovada, constitucionalizando o limite do orçamento social do Governo Federal por 20 anos, sem nenhum prejuízo para o pagamento da dívida pública, que se mantém integral.

De acordo com a EC nº 95/2016, a cada ano, os investimentos serão corrigidos apenas pela inflação do ano anterior, sem aumento real no orçamento da saúde, educação, previdência, segurança pública, defesa do meio ambiente, manutenção de estradas e até salários de servidores públicos.

Ao se desobrigar de gastos com políticas sociais, sem mexer no montante dispensado para a amortização da dívida pública, o governo transferiu a responsabilidade da conta para o povo, principalmente a classe menos favorecida, principal beneficiária dos serviços públicos, e livrou da conta os mais ricos, pois a lei não cita “[...] reforma tributária e/ou tributação de grandes fortunas e/ou término de isenção tributária sobre ganhos financeiros e lucros enviados ao exterior” (PAULANI, 2016, p. 74).

Frente a mazelas históricas do tecido social, como fome e desemprego, o governo anunciou modificações na Constituição de 1988. A reforma trabalhista eliminou garantias dos trabalhadores e a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, alterou a Constituição, dispondo sobre o trabalho temporário e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, as quais ampliaram o

⁹⁹ No Senado, foi tramitada como PEC nº 55/2016, aprovada e promulgada pela EC nº 95/2016.

alcance do regime de terceirização e fragilizaram ainda mais as relações de trabalho, em especial para as mulheres (SILVA, 2020).

O resgate da agenda neoliberal que fracassou no pleito de 2014 ficou claro, diante da plataforma do novo governo, no sentido de ampliar e acelerar a política de privatizações, destacando a abertura comercial e a busca de acordos regionais, incluindo concessões na área de petróleo com prioridade para “[...] Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles [...]” (PMDB, 2015, p. 18).

Nesse sentido, Bandeira (2016, p. 253) aponta os interesses das grandes corporações financeiras estadunidenses ao denunciar que “[...] ‘Wall Street está por trás da crise brasileira’ [...] ‘o objetivo das ações externas contra o Brasil é quebrar a economia e comprar as empresas estatais a preço de banana’”. A afirmativa reforça a tese de golpe contra a democracia brasileira e acrescenta a interferência estrangeira no processo da ruptura.

A mídia tradicional deu apoio às novas políticas do governo pós-*impeachment*, mas o governo enfrentou forte rejeição popular (ALLAN, 2016). A contranarrativa na teia digital movimentou *sites*, *blogs* e redes sociais, que sobrepuseram um discurso independente, denunciando a manobra política e expondo o desmonte da Constituição de 1988. De acordo com especialistas, as reformas precarizam o trabalho e destroem o estado de bem-estar social, em prol do fortalecimento das doutrinas neoliberais (SINGER, 2016).

Importa destacar que a Constituição Cidadã foi concebida no processo de redemocratização, ouvindo demandas da sociedade e de movimentos sociais e procurando contemplar direitos e garantias fundamentais. Em seu artigo 205, a Carta Magna assegura: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2016).

Em um país como o Brasil, de dimensões continentais e históricas desigualdades sociais e econômicas, inclusive, entre as regiões, a política educacional bem-sucedida pode transformar realidades e modificar estruturas, em nível social e econômico. Entretanto, os efeitos da EC nº 95/2016 no financiamento da oferta da educação pública ignoram os deveres do Estado, ficando para as famílias “[...] o ônus da educação dos seus filhos” (GAMA, 2016, p. 424).

Os sistemas educacionais, inclusive, envolvem uma expressiva teia humana, em que dezenas de milhões de brasileiros, entre estudantes de todos os níveis, educadores e demais profissionais e colaboradores, são favorecidos com a dinâmica da prestação de serviços, sejam estudantes, qualificando-se para a vida social e produtiva, ou trabalhadores, desempenhando inúmeras funções e gerando riqueza.

Se as políticas educacionais progressistas proporcionaram salto educacional quantitativo e qualitativo, com perspectiva de redução das desigualdades e projeção internacional do país, do ponto de vista geopolítico, e as lutas sociais contribuíram para conquistas de mais direitos, após a ruptura de 2016, “[...] o atual bloco de poder exerce seu comando de costas para os interesses da maioria da população, mas de braços abertos às elites” (LIMA; MACIEL, 2018, p. 5).

O Plano Nacional de Educação (PNE), exercício 2014-2024, havia garantido 7% do PIB para a educação até o final do decênio, além dos “[...] 75% dos *royalties* do Pré-Sal¹⁰⁰ revertidos para a educação” (GAMA, 2016, p. 423), mas o avanço dos investimentos nas políticas sociais não está assegurado, uma vez que o governo Temer estendeu aos investidores estrangeiros a prioridade na exploração e refino do petróleo brasileiro.

A própria Lei do Teto dos Gastos já é um empecilho à ampliação do percentual do PIB para a educação, prejudicando as metas do PNE 2014-2024 e comprometendo o aporte de recursos para criação, reforma e modernização de equipamentos para escolarização, montagem de laboratórios, pesquisa acadêmica, extensão universitária, pagamento dos profissionais da educação e até formação inicial e continuada dos professores (LIMA; MACIEL, 2018).

O argumento de equilibrar as contas, como imperativo para a Lei do Teto de Gastos Primários, não procede, pois, nos últimos anos, os gastos primários têm sido bastante inferiores ao arrecadado, e a real motivação é a “lógica parasitária” (LIMA; MACIEL, 2018) de banqueiros e empresários que esperam ganhar com suas operações transnacionais, favorecidas ainda mais pela baixa tributação do capital especulativo. A reforma educacional do governo Temer tem relação com a crise do

¹⁰⁰ Área de reservas petrolíferas que fica debaixo de uma profunda camada de sal, formando uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho. Ela é chamada de pré-sal devido à escala geológica de tempo, ou seja, ao tempo de formação do petróleo.

capital, os interesses da elite financeira do país e os meios para garantir acumulação do capital e concentração da riqueza.

A política educacional que entrou em vigor com a Medida Provisória (MP) nº 746/2016 gerou controvérsia entre pesquisadores e educadores. O governo argumentou com a urgência para a resolução de problemas, todavia enfrentou a crítica da sociedade, que apontou os retrocessos nos direitos adquiridos e o caráter antidemocrático da MP, imposta sem o amplo debate entre todos os atores sociais da educação nas diversas áreas do conhecimento (LIMA; MACIEL, 2018).

Na MP nº 746/2016 estão as bases da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com alterações na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e na Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundeb, a política educacional que regula, inclusive, o financiamento da educação pública e gratuita.

Entre os ganhos para o currículo propostos na MP nº 746/2016 e mantidos na Lei nº 13.415/2017, observa-se o aumento progressivo da carga horária anual. No currículo do ensino médio em tempo integral, as atuais 800 horas mínimas anuais aumentam para o máximo de 1.400 horas, progressivamente, em até cinco anos, e pelo menos 5.000 horas anuais, desde 2 de março de 2017.

Contudo, ao limitar a carga horária dedicada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em, no máximo, 1.800 horas do total da carga horária do ensino médio, corroborando Lima e Maciel (2018), a reforma representa retrocesso a direitos e prejuízos para a formação escolar, privilegiando o currículo que trata da parte diversificada em detrimento da formação básica comum.

Por outro lado, entende-se que o artigo 20 da Lei nº 13.415/2017 impacta a Política de Fomento na medida em que acentua, no que tange à dotação, que os recursos financeiros correspondentes ao apoio financeiro dependem de “[...] limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual” e sabe-se que a EC nº 95/2016 representa claro entrave a novos investimentos.

A Lei nº 13.415/2017 converteu a MP nº 746/2016 e alterou o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu inciso IV, tornando aptos à docência:

[...] profissionais com notório saber reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou

experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas, em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do *caput* do art. 36 [ou seja, para atuar na formação técnica e profissional]. (BRASIL, 2017).

A lei revoga a obrigatoriedade da formação inicial para o exercício do magistério e admite o *status* subjetivo do título de notório saber¹⁰¹, que é requerido para a docência no percurso da formação técnica e profissional em escolas de ensino médio em tempo integral. Não se trata apenas de flexibilização da obrigatoriedade da formação em instituto de nível superior como exigência para a docência na educação básica, medida regulamentada desde a Constituição de 1988; a Lei nº 13.415/2017 abre precedente para o sucateamento dos cursos de licenciatura, conseqüentemente, para a desvalorização do professor licenciado.

É necessário destacar que a reforma do governo Temer impactou a Lei nº 11.161/2005, no que se refere a políticas educacionais favoráveis ao desenvolvimento social no âmbito da integração. Trata-se do parágrafo 4º do artigo 35-A da Lei nº 13.415/2017:

Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente, o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

O parágrafo 2º do artigo 35-A da Lei nº 13.415/2017 fragiliza a BNCC. Em vez de fazer referência à inclusão obrigatória das disciplinas, o texto limita a grade em “[...] estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. A reforma foi vista como ataque à democratização de conhecimentos e retrocesso de importante política educacional, com a perda de direitos outrora assegurados, e provocou polêmicas entre educadores e manifestações de repúdio da sociedade acadêmica e civil, incluindo o documento publicado pelos membros da Associação Brasileira de Hispanistas (ABH, 2016).

Entende-se que a retirada da obrigatoriedade da oferta de ensino da língua espanhola esvazia o currículo da educação básica dos conteúdos que promovem a apropriação do estudante ao contexto continental predominantemente

¹⁰¹ Em acordo com diretrizes da Universidade Federal do Ceará (UFC) para a atribuição de títulos e honorarias, “[...] o título de notório saber será requerido por quem possua alta qualificação, demonstrada por experiência e desempenho que o coloque em destaque intelectual no país, em sua área de conhecimento, e que tenha realizado trabalhos reconhecidamente relevantes para o saber, na forma do que for regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)” (UFC, 2009).

de língua hispânica, sob o prisma linguístico, cultural, político e econômico, suscitando críticas quanto aos impactos negativos frente a interesses do Mercado Comum do Sul (Mercosul)¹⁰².

No contexto sociopolítico caótico pós-golpe de 2016, a tensão na sociedade entre ideologias opostas acirrou a disputa de narrativas no campo da educação. Nesse aspecto, os setores conservadores da política recrudesceram propostas e programas relacionados a ideias de suposta “desideologização” da prática educacional em espaços institucionais, conforme Furtado, Martins e Rocha (2017).

A polêmica entre educadores e pesquisadores acerca do Projeto de Lei (PL) nº 867/2015 diz respeito à intenção de alterar a LDB, regulamentando bases para o que seria uma escola sem partido, projeto fortemente criticado nos círculos sociais democráticos por ser “[...] visto como um cerceamento das liberdades de opinião e de pensamento crítico dentro do ambiente escolar” (FURTADO; MARTINS; ROCHA, 2017, p. 120).

Em 24 de novembro de 2016, Miguel Nagib, advogado e autor da proposta inicial do projeto Escola sem Partido, participou de debate com a comunidade acadêmica na Universidade Estadual do Ceará (UECE), em acordo com Furtado, Martins e Rocha (2017). Ao defender sua proposição, citou a neutralidade da práxis docente, mas, diante de questionamento da plateia, admitiu que a proposta “[...] é um projeto ideológico, tanto quanto a Constituição Federal, que se mostra ideológica quando garante o pluralismo de ideias [...]” (FURTADO; MARTINS; ROCHA, 2017, p. 121).

Ora, a premissa de neutralidade nas relações mediadas pela educação sucumbe diante da função intrínseca da prática educativa como um dos meios de construção de subjetividades, incluindo ferramentas de socialização. Melhor dizendo: a educação formal é um meio de apropriação dos conhecimentos sistematizados acumulados historicamente, assim como dos fundamentos das marcas singulares dos indivíduos, incluindo o conjunto de crenças e valores, ou seja, as bases ideológicas para se relacionar com o mundo social (FREIRE, 2009; LIBÂNEO, 2005).

Diante do exposto, observa-se que, não obstante as naturais diferenças, os contextos em que se inserem as rupturas democráticas no golpe civil-militar de

¹⁰² Organização intergovernamental de integração econômica fundada em 26 de março de 1991, no Tratado de Assunção, composta por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O acordo estabelece livre-comércio intrazona, união aduaneira e política comercial comum entre os países-membros.

1964, denominado Revolução de 1964 pelos setores golpistas, e no golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, conduzido como *impeachment* pelas instituições democráticas, possuem pontos em comum, e o estudo que segue se dedica a compreender aspectos inter-relacionados entre os supracitados eventos.

3.3 Semelhanças e diferenças diante dos contextos

A fim de facilitar a compreensão das singularidades e intersecções entre elementos, causas e fatores que envolvem os golpes de 1964 e de 2016, bem como os desdobramentos das rupturas no tecido social, especialmente no campo da educação, é que se opta por analisar os dados sistematicamente, dispondo-os entre as conjunturas críticas que envolvem o Brasil nos anos em que a democracia foi golpeada pela ruptura civil-militar de 1964 e o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 e entre as categorias: sociocultural, política, econômica e políticas educacionais.

Os dados evidenciam diferenças próprias de eventos que ocorrem em tempos distintos, mas apontam convergências nos contextos das rupturas democráticas de 1964 e 2016, assim como nos desdobramentos. Uma diferença substancial diz respeito ao regime de governo pós-ruptura: no golpe civil-militar de 1964, os militares assumiram diretamente o comando do país, entretanto a ruptura de 2016 ocorreu travestida de *impeachment*, com o vice-presidente sendo diplomado para dar continuidade ao governo, porém observam-se pontos em comum. Um ponto em comum diz respeito ao controle das mentes. O antigo Atestado Ideológico da Era Vargas foi reeditado no Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, mas, guardadas as especificidades intrínsecas a contextos autoritários e democráticos, de maneira similar, entendem-se as intenções no PL nº 867/2015, que propõe incluir o programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional. Atenta-se para o fato de que a discussão acerca da liberdade de expressão, ou não, no âmbito da educação formal se prolonga entre os 22 projetos de lei¹⁰³ enviados ao Congresso Nacional entre 2014 e 2020.

¹⁰³ O PL nº 867/2015 foi apensado ao PL nº 7.180/2014, assim como outros 21: PL nº 7.181/2014; PL nº 6.005/2016; PL nº 502/2019; PL nº 246/2019; PL nº 1.859/2015; PL nº 5.487/2016; PL nº 10.577/2018; PL nº 10.659/2018; PL nº 8.933/2017; PL nº 9.957/2018; PL nº 5.854/2019; PL nº 3.168/2020; PL nº 10.997/2018; PL nº 1.189/2019; PL nº 2.692/2019; PL nº 5.039/2019; PL nº 258/2019; PL nº 375/2019; PL nº 3.674/2019; PL nº 3.741/2019; e PL nº 4.961/2019.

Diferentemente, percebe-se a tentativa de ideologizar por meios institucionais somente no contexto do golpe civil-militar de 1964, com a busca por apoio popular para ideias e propostas econômicas, ora da parte do governo, com o Iseb, com ideologias nacional-desenvolvimentistas, ora do lado dos empresários nacionais, internacionais, investidores e setores das forças armadas, com Ipes e Ibad, com as teorias da interdependência e doutrina de segurança nacional. Atualmente é recorrente a atuação da mídia oficial alinhada com os interesses dos grupos de poder econômico-financeiro, protagonizando a comunicação de massa por trás dos ataques sistemáticos contra governos que praticam políticas inclusivas e distributivistas. De forma sensacionalista e seletiva, os monopólios de comunicação se utilizam do conjunto dos meios de comunicação de massa para manipular a sociedade, capitalizando revoltas sociais legítimas para mobilizar setores específicos da sociedade contra o governo e os partidos políticos. Nas passeatas intituladas Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, elites foram às ruas contra a suposta ameaça comunista, sufocando o apelo popular às reformas de base, assim como nas jornadas de junho de 2013, iniciadas em São Paulo, contra o aumento de passagens, que ganharam as ruas de cidades em todo o país, com o mote do combate à corrupção, antecedendo a Operação Lava Jato, crucial no apoio popular e fidelização da massa crítica contra Dilma Rousseff e o PT.

No golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, observa-se a novidade estadunidense da ofensiva democrática não convencional articulada com o uso de táticas de guerra híbrida¹⁰⁴ (COSTA, 2019), capitalizando a fragilização política do governo e explorando as crises econômica, política e ideológica para promover o caos social. Após a ruptura democrática, o vice-presidente, Temer, alinhado com os interesses estadunidenses, usou o argumento de grave crise fiscal e econômica para justificar as alterações na Carta de 1988 que revogaram direitos civis e garantias de bem-estar social, mas preservaram os lucros do sistema capitalista-financeiro-rentista, integralmente.

Nos anos 2000, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) se constituem como alternativa comunicacional para a contranarrativa e resistência democrática. Em 2016, a mídia independente emerge do dinâmico,

¹⁰⁴ Guerras híbridas fazem parte do conjunto de estratégias não convencionais dos Estados Unidos com a finalidade de enfraquecer o poder de qualquer país que represente perigo à hegemonia estadunidense. As táticas de guerra híbrida exploram vulnerabilidades: políticas, econômicas, militares e psicológicas.

acessível e ubíquo ambiente digital como meio não oficial para as narrativas em torno do golpe. A teia composta pelas redes sociais, *sites* e *blogs* assume a difusão, a mobilização da resistência e/ou a amplificação da disputa das narrativas, nacional e internacionalmente, bem como a análise crítica dos desdobramentos da ruptura democrática.

Acerca dos contextos geopolíticos mundiais, nos anos de 1950 e 1960, o mundo vivenciava a Guerra Fria, e a democracia brasileira foi golpeada com o argumento de aniquilar o inimigo interno, a ameaça comunista. Os anos 2008 e 2009 demarcam o início da grande crise do capitalismo no século XXI, que chegou com força ao Brasil por volta do segundo mandato de Dilma Rousseff, cujos efeitos na economia serviram às forças reacionárias politicamente para legitimar a destituição da presidenta.

Em 1961, a CNBB, a UNE e parte da imprensa se uniram em favor da posse de João Goulart e um grande acordo no Congresso garantiu a posse juntamente com a mudança do regime de governo para o parlamentarismo. Depois do golpe civil-militar de 1964, a ala ultraconservadora da Igreja Católica abandonou o pacto democrático e apoiou a ditadura militar. Em 2016, igualmente a UNE apoiou o governo da presidenta Dilma Rousseff, todavia a bancada de evangélicos neopentecostais participou do concerto congressista que apoiou a abertura do processo de *impeachment*, não obstante a fragilidade do argumento apresentado ao ser apontado o crime de responsabilidade.

A luta de classes é histórica no Brasil, assim como o preconceito das elites. A aproximação com o continente africano e a valorização da cultura afro-brasileira encontram pontos em comum nas crises sociais e políticas dos anos 1950, 1960 e 2000. Nos anos de 1960, Jânio Quadros nomeou o primeiro embaixador afrodescendente para as embaixadas de Gana e Argentina e estreitou relações com a África. Nos governos progressistas, recordam-se a Lei nº 12.289/2010, que instituiu a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), as políticas compensatórias em favor de milhões de brasileiros que saíram da extrema pobreza, instrumentos legais de afirmação da cultura africana e afro-brasileira, por exemplo, a Lei nº 10.639/2003, aumentos reais do salário mínimo e ascensão social dos mais pobres, de maioria afrodescendente.

Acerca das lutas de classes na década de 1950, a crise gerada pela proposta de dobrar o salário mínimo causou repulsa entre militares de alta patente e derrubou o ministro João Goulart. Em 1964, o presidente Jango tentou fazer a reforma agrária, taxar as remessas dos lucros das multinacionais aos seus países de origem, entre outras medidas de redução das desigualdades sociais e econômicas, mas caiu, novamente. Após 2003, as políticas desenvolvimentista-distributivistas dos governos progressistas preservaram os lucros dos capitalistas rentistas, mas a proposta de reduzir os juros bancários a patamares internacionais está na conjuntura do *impeachment* polêmico de Dilma Rousseff.

A força sindical é uma constante na história das lutas políticas dos operários, e a criação do PT nos anos de 1980 fortaleceu a representatividade da classe trabalhadora. Contudo, as grandes manifestações sociais nas décadas de 1950, 1960 e 2000 se diferenciam em função do crescimento populacional e distribuição demográfica no território. Nos anos de 1950 e 1960, percebe-se a organização política do campo, com as Ligas Camponesas engrossando o coro pelas Reformas de Base, em 1964. Como consequência do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil, a partir da década de 1960, a população deixou de ser predominantemente rural; nos anos 2000, as mobilizações sociais são protagonizadas pelas massas urbanas, com a participação de coletivos e pautas que fragmentam as lutas enfocando temas específicos, como diversidade sexual, meio ambiente e feminismo.

O estudo realça o interesse dos grandes grupos internacionais na exploração das riquezas naturais do Brasil e recorre ao foco econômico das crises sociais e políticas, com realce na agitação em torno da Petrobras, desde sua criação, em 1953. Antes de se suicidar, Getúlio Vargas deixou uma carta-testamento citando os poderosos interesses de castas privilegiadas, “[...] ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e humildes”¹⁰⁵. Igualmente, o capital multinacional junto ao nacional se aliou com a grande imprensa contra o programa distributivista de João Goulart. Após sua queda, em 1964, recorda-se a Instrução 113 da Sumoc com privilégios exclusivos para as multinacionais.

¹⁰⁵ Disponível em: https://istoe.com.br/10990_a+verdadeira+carta+testamento+de +getulio+vargas/. Acesso em: 1º jan. 2021.

As ECs sobre recursos para a educação são um ponto em comum nos contextos revisitados. Em 17 de outubro de 1969, o governo militar assinou a EC nº 1/1969, a qual modificou a Constituição de 1967 a fim de eliminar a vinculação de recursos do orçamento da União para a educação. O governo Lula inovou a política orçamentária em 11 de novembro de 2009 e a EC nº 59/2009 reduziu anualmente o percentual da DRU incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, deixando-o nulo, em 2011. Ao romper a democracia, em 2016, a EC nº 95/2016 inaugurou a plataforma do governo Temer, no que tange à vinculação orçamentária, estabelecendo um teto para os gastos primários, entre eles, a educação.

Após a ruptura de 1964, as premissas liberais imperialistas orientaram a política econômica que foi seguida pelos militares, incluindo a abertura do mercado com privilégios às multinacionais, tomada de empréstimos nas agências multilaterais e grandes investimentos em infraestrutura, endividando o país, concentrando a riqueza e aprofundando a desigualdade social e econômica. Os governos progressistas deixaram um legado de inclusão social, incluindo democratização do acesso ao ensino superior e acesso ao consumo a uma massa outrora marginalizada, mas a ruptura de 2016 recrudescer o liberalismo sob novos termos: neoliberalismo, “ultraliberalismo” e globalização neoliberal. Inclusive, o novo regime de acumulação do capital é livre dos vínculos sociais e políticos que outrora garantiram algum bem-estar social.

Educação e cultura foram áreas estratégicas, após o golpe civil-militar de 1964, haja vista o controle ideológico nos currículos e nos instrumentos legais: IPMs, atos e decretos que cercearam a liberdade de expressão, perseguiram e condenaram civis, estudantes e professores, no CPC e nas universidades. Após a ruptura de 2016, o caráter democrático do governo Temer não lhe permitiu exercer o controle ideológico pela força institucional, mas a campanha político-midiática de desmoralização do PT e da sua plataforma política polarizou a disputa dos congressistas, tanto os da base governista como os da oposição, entre dezenas de projetos que propuseram reformar as leis, diretrizes e bases da educação, com ideias conservadoras e progressistas.

A ampliação do acesso à educação é outro aspecto percebido em todos os contextos, da educação básica ao ensino superior. No entanto, o conjunto de políticas e programas de acesso à graduação é diferencial dos governos

progressistas, os quais reduziram históricas desigualdades sociais, raciais e territoriais, todavia, de modo semelhante ao período do governo militar, os governos petistas fortaleceram o mercado privado de educação e concentraram a riqueza gerada entre poucos privilegiados.

Nota-se que é uma constante alinhar o sistema educacional brasileiro e o currículo escolar aos ditames imperialistas e de interesse do empresariado, inclusive no que tange à abertura de mercados, privatização e globalização. A EC nº 1/1969 abriu o precedente para a concessão de bolsas de estudos mediante restituição e a mercantilização da educação foi consolidada e ampliada ao longo dos anos, principalmente no período dos governos progressistas. O governo Temer, contudo, priorizou a reforma do ensino médio e o currículo técnico-profissionalizante em detrimento dos conteúdos crítico-reflexivos e voltados para a emancipação, além de abrir um precedente para que pessoas com apenas o notório saber possam exercer a livre docência no ensino técnico e profissionalizante, suscitando polêmica entre profissionais da educação e militância política de oposição às suas medidas, vinda da categoria estudantil progressista.

A organização política dos estudantes da UFC é histórica, bem como a oposição estudantil a governos antidemocráticos e medidas políticas antipopulares. O capítulo a seguir aborda fatos, documentos e narrativas em torno de conjunturas críticas envolvendo dois MEs de ocupação dos cursos da UFC, em 1968 e em 2016.

No regime pós-golpe civil-militar de 1968, a ocupação do curso de Física por estudantes, movimento coordenado com a sublevação dos pares no Instituto de Física (IFI) da USP e com a UNE e na ruptura democrática de 2016, quando graduandos e pós-graduandos do Departamento de Educação aderiram ao ciclo de MEs na UFC e ocuparam a Faculdade de Educação (Faced) em protesto contra o governo Temer e a proposta de teto para os investimentos públicos em educação.

4 CONJUNTURAS CRÍTICAS E ATIVISMO ESTUDANTIL NA UFC

As memórias do reitor Martins Filho¹⁰⁶ estão disponíveis em três versões. No prefácio da obra original *O outro lado da história*, o autor afirma “[...] narrar fatos ignorados, revelar incompreensões e injustiças, registrar a tática e a estratégia [...] para dirimir obstáculos e solucionar situações difíceis” (MARTINS FILHO, 1983). Ao publicar a edição abreviada, “[...] contendo tudo aquilo e tão somente aquilo indispensável [...]” (MARTINS FILHO, 1996b), o reitor privilegiou capítulos com memórias do ativismo estudantil na instituição.

Entre as memórias caras ao reitor, no ano de 1947, os estudantes da Faculdade de Direito¹⁰⁷ se mobilizaram para pleitear a criação de uma universidade para o estado e, no período letivo de 1962, a categoria discente estava articulada com a União Nacional dos Estudantes (UNE) na vanguarda da luta estudantil nacional para garantir ao corpo discente o quórum de representação e voto em instâncias deliberativas dos órgãos colegiados de Escolas e Centros (MARTINS FILHO, 1983, 1996a, 1996b; SUCUPIRA; VASCONCELOS, 2020).

Às recordações impressas do reitor Martins Filho acrescentam-se documentos que abordam dois contextos tumultuados pelo ativismo dos estudantes. Em 1968, a crise estudantil no Instituto de Física (IFI)¹⁰⁸ (BOL-UNIV-CEARÁ, 1968) e, em 2016, quando graduandos e pós-graduandos do curso de Pedagogia¹⁰⁹ ocuparam a Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Ceará (UFC), em protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016 do presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que assumiu após o *impeachment* de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁰⁶ Antônio Martins Filho foi o primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e esteve à frente da direção da instituição por 12 anos consecutivos, de 1955 a 1967.

¹⁰⁷ A Faculdade de Direito surgiu como Academia Livre de Direito do Ceará em 21 de fevereiro de 1903, sendo estadualizada pela Lei nº 717, de 8 de agosto de 1903, e reunida às Escola de Agronomia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia com a finalidade de instituir a Universidade do Ceará, na Lei nº 2.373/1954.

¹⁰⁸ A Resolução nº 95, do Conselho Universitário, de 2 de dezembro de 1960, criou o Instituto de Física, oficializado pelo Decreto nº 62.279, de 20 de fevereiro de 1968. No Decreto nº 71.882, de 2 de março de 1973, o Departamento de Física passou a integrar o Centro de Ciências da UFC.

¹⁰⁹ O curso de Pedagogia da UFC começou a funcionar no primeiro semestre de 1963, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), criada pela Lei nº 3.866/1961. Em 16 de dezembro de 1968, foi fundada a Faculdade de Educação da UFC e, em 1976, foi criado o mestrado acadêmico em Educação. Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFC é vinculado à Faced e integra o sistema nacional de pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado.

Para além de acrescentar documentos originais à historiografia dos movimentos estudantis (MEs) na UFC, intenta-se compreender a evolução do fenômeno, entre nuances da cultura e tecnologia. Assim, discutem-se semelhanças e convergências entre os movimentos no IFI (1968) e na Faced (2016) ante contextos, subjetividades, métodos de lutas políticas, desdobramentos das crises e resultados práticos do ativismo estudantil.

4.1 Lócus do estudo: contextualização histórica da UFC, do IFI e da Faced

Agitais, neste momento, jovens estudantes cearenses, o problema da fundação de vossa Universidade e seria desnecessário dizer-vos com que simpatia vos acompanha os passos o governo federal. (Professor Clemente Mariani Bittencourt¹¹⁰, ministro da Educação e Saúde Pública no governo Dutra¹¹¹).

Em 1947, a frase em epígrafe é fragmento do discurso do ministro da Educação e Saúde Pública na Faculdade de Direito do Ceará, “[...] a propósito de uma solicitação do alunado, que, através de um documento com quase dez mil assinaturas, pleiteava uma Universidade para o Ceará” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 15-16). Ressalta-se o apelo dos jovens cearenses para acessar o ensino superior e o olhar governamental ao pleito, visto como o problema.

O professor catedrático e doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará entendeu a advertência na mensagem do ministro, cujas palavras lhe causaram “profunda impressão” (MARTINS FILHO, 1996b) e das quais inferiu a dimensão da luta a ser travada para que os cidadãos no estado do Ceará conquistassem a instituição federal de ensino superior.

As memórias do reitor Martins Filho reconstituem os seguidos entraves burocráticos superados e, diante da inércia política, ressaltam a paciência requerida do educador para concretizar o propósito. Não obstante os seguidos percalços, em 16 de dezembro de 1954¹¹², os cearenses celebraram a fundação da Universidade do Ceará. Após sete anos do início das diligências, o pleito no abaixo-assinado de

¹¹⁰ Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), em 1946, Clemente Mariani deixou a Câmara para assumir a pasta da Educação e Saúde Pública no governo do general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD).

¹¹¹ Marechal Eurico Gaspar Dutra, presidente do Brasil de 1946 a 1951.

¹¹² A Universidade do Ceará foi criada oficialmente pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954. Em 1965, a Lei nº 4.759, de 20 de agosto, dispôs sobre a denominação atual, Universidade Federal do Ceará, seguindo a padronização das universidades e escolas técnicas da União vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura e sediadas nas capitais dos estados de todo o país.

1947 foi alcançado, mas os anos seguintes trouxeram mais desafios para a instituição.

Desde 22 de dezembro de 1938, a UNE¹¹³ defende a universidade pública e os interesses da categoria discente no Brasil, ainda que sob viés político-partidário (MÜLLER, 2010). Em 1962, a articulação em torno da luta estudantil aconteceu no Estado parlamentarista do governo João Goulart e teve como foco o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/1961¹¹⁴.

O princípio do artigo 78¹¹⁵ das Diretrizes determinou participação discente nas instâncias de decisão das instituições, de acordo com este termo: “O corpo discente terá representação, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações¹¹⁶ e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades”.

O imbróglio ocorreu pelo fato de a lei não ter definido medidas de representatividade discente e a lacuna abriu um precedente para que os estudantes arbitrassem o tema segundo os próprios parâmetros democráticos: “[...] entendiam os estudantes que o critério legítimo seria de 50% de professores e 50% de estudantes, na composição de todos os órgãos colegiados [...]” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 118).

No contexto tumultuado de 1962, o reitor Martins Filho (1983, p. 216) foi “[...] informado, em caráter sigilar, de importantes reuniões [...] promovidas pelos líderes da União Nacional dos Estudantes – UNE [...] para o grande movimento que iria ser deflagrado [...]”. Tratava-se da assembleia da UNE, em Porto Alegre, na qual os estudantes deliberaram não menos do que um terço de representação e de votos em todos os órgãos colegiados, “[...] inclusive o Conselho Universitário” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 118), de acordo com o reitor, “[...] conforme ocorria no Uruguai, no México e em Cuba” (MARTINS FILHO, 1996a, p. 132), porém ele avaliou se tratar de matéria de ordem estatutária, a ser pautada por ocasião da reforma do Estatuto (MARTINS FILHO, 1983).

¹¹³ Organização política e estudantil e uma das principais representantes dos estudantes do ensino superior no Brasil.

¹¹⁴ A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no contexto do período parlamentarista do governo do presidente João Goulart.

¹¹⁵ Este artigo, juntamente com outros da lei, foi revogado pelo Decreto-Lei nº 464/1969.

¹¹⁶ A Congregação é o órgão deliberativo superior aos Conselhos Departamentais e ao Conselho Universitário.

Para o reitor Martins Filho, o alunado era bem-vindo nas decisões “[...] sem aceitar, obviamente, que eles viessem a participar na proporção de um terço, das congregações, dos Conselhos Departamentais e do próprio Conselho Universitário” (MARTINS FILHO, 1983, p. 226); sobre cumprir o artigo 78, ele afirmou: “[...] Todo o meu esforço resultou em vão [...]” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 119). As memórias do reitor não mencionam tratativas de acordo com o corpo discente, mas atas de sessões do Conselho Universitário (Consuni) registram fragmentos da história.

Na 71ª Sessão Ordinária (SO) do Consuni de 15 de janeiro de 1962, o magnífico reitor reuniu-se com conselheiros diretores e representantes de departamentos, escolas e faculdades e comunicou a composição da “[...] comissão de professores e técnicos da Universidade para preparar o anteprojeto de reforma do Estatuto” (CONSUNI, 15 de janeiro de 1962), destacando a urgência de adequar as normas da instituição ao disposto na LDB nº 4.024/1961. Na lista dos presentes à sessão, observa-se a ausência do presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e/ou representante do corpo discente.

Na mesma sessão foram eleitas ainda as comissões técnicas para o exercício de 1962: a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Ensino e Legislação. Esta última se incumbiu das normas de aferição do aproveitamento acadêmico das diversas escolas e faculdades, antes da apreciação do tema em posterior reunião do Consuni.

De acordo com Martins Filho (1996b), o DCE enviou solicitação de reunião prévia com o Consuni, que alegou não poder se antecipar ao trabalho da supracitada Comissão, mas, apoiado pelos titulares dos Diretórios Acadêmicos (DAs), o presidente do DCE exigiu solução para a questão da representação nas instâncias de deliberação coletiva, inclusive o cumprimento do estabelecido em Assembleias Gerais da UNE.

Na 72ª SO do Consuni, o conselheiro Manlio Silvestre Fernandes, presidente do DCE, participou da pauta que concentrou diversos temas de interesse do corpo discente, inclusive, o “Encontro de líderes universitários com o diretor do ensino superior” (CONSUNI, 9 de fevereiro de 1962, p. 2). A respeito da pauta citada, o presidente do DCE relatou encontro no Rio de Janeiro, na segunda quinzena de janeiro de 1962, com o diretor do ensino superior, professor Durmeval Trigueiro, e com estudantes, e o debate do “[...] problema da reforma universitária

[...] a nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, com as diversas falhas que infelizmente apresenta [...] problemas da autonomia universitária [...]” (CONSUNI, 9 de fevereiro de 1962). Em nome do DCE, o presidente destacou ainda a visita à sede da UNE e o clima de “[...] muita compreensão e interêsse [*sic*] pelos problemas coletivos, numa perfeita coordenação de esforços, sumamente útil à classe estudantil. [...]” (CONSUNI, 9 de fevereiro de 1962, p. 3).

A 73ª SO cita o conselheiro Luiz Cruz de Vasconcelos, representante da Faculdade de Direito, que comunicou o fim da tarefa da Comissão Especial, sugerindo normas para adequar à LDB nº 4.024/1961, bem como “[...] um esboço [*sic*] sobre o processo de verificação do rendimento escolar [...]” (CONSUNI, 16 de março de 1962, p. 6-7), e propôs o envio de cópias do documento para cada escola ou faculdade, a fim de que as sugestões fossem apreciadas, antes que a Comissão elaborasse o anteprojeto de resolução.

Embora conste o nome do conselheiro Manlio Silvestre Fernandes na lista dos presentes à sessão acima referida, que tratou do “[...] convênio a ser celebrado com o Diretório Central dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes para o funcionamento em 1962, do restaurante universitário [...]” (CONSUNI, 16 de março de 1962, p. 3), o documento não informa a sua assinatura, ou de outro representante do corpo discente.

A 74ª SO informa que o conselheiro Manlio Fernandes solicitou adiar a pauta que trataria de diversos processos relacionados com rendimento escolar, sugerindo que os casos fossem apreciados em reunião prévia na qual “[...] comparecessem os presidentes dos Diretórios Acadêmicos, os senhores Diretores das Escolas e Faculdades e o conselheiro Luiz Cruz de Vasconcelos, diretor do Departamento Jurídico” (CONSUNI, 26 de abril de 1962, p. 13), e a sugestão foi aceita, conforme o documento.

Na ata da 75ª SO do Consuni de 12 de maio de 1962, o conselheiro Manlio Silvestre Fernandes sequer figura na lista dos presentes que analisaram o Processo de nº 5.834, referente ao Memorial do DCE de estudantes da Universidade do Ceará, com as reivindicações da categoria.

No que concerne à pesquisa, o grau de relevância da fonte justifica transcrever parte do documento, em especial, trechos que se referem à petição apresentada pelo reitor Martins Filho aos conselheiros:

[...] como era de conhecimento dos senhores Conselheiros, os estudantes de nossa Universidade estavam promovendo um movimento no sentido de conseguir, em reforma do estatuto, uma maior participação do corpo discente nos órgãos colegiados: Conselhos Departamentais, Congregações e Conselho Universitário. Anunciara-se, desde o princípio, que se a classe não fosse atendida, seria deflagrada uma 'greve de ocupação', isto é, os alunos tomariam conta das escolas. Posteriormente, chegou à Reitoria o memorial constante do processo em pauta. Esse [sic] documento, em um de seus itens que o Reitor considerava essencial para a discussão no Conselho Universitário, estipulava 'o mínimo aceitável' de participação da classe estudantil: 'O mínimo aceitável pela classe, como garantia daquela participação efetiva, é a representação de um terço [sic] do total de todos os órgãos colegiados da Universidade. Vossa Magnificência [sic] e o corpo docente por certo compreenderão, com isto, que nós já transigimos ao máximo, poupando-nos o constrangimento de examinar qualquer contraproposta, desde já, inaceitável. Esperamos que Vossa Magnificência e o Conselho Universitário compreenderão que nós estamos renunciando a um direito e não mascateando uma reivindicação. É o máximo que nos é lícito transigir, sob pena de traição à classe universitária' [...]. (CONSUNI, 12 de maio de 1962, p. 3-4).

Após a leitura, o reitor Martins Filho destacou aos presentes a importância das decisões do Consuni para os rumos da Universidade do Ceará. Isto porque a instituição conjugava interesses de dois tipos de escolas: aquelas incorporadas, mantidas pelo Governo Federal, e as escolas agregadas, uma mantida pelo governo estadual e outras por entidades privadas, com patrimônio e administração independentes. No tema em questão, uma das escolas agregadas era favorável ao pleito dos estudantes.

[...] – a Escola de Serviço Social – deliberara isoladamente, antes de definir-se este [sic] Conselho, pela participação dos alunos, na proporção de um terço, em seus órgãos colegiados. Presente a Diretora da referida Escola, Prof. Maria Áurea Bessa, esclareceu que no seu estabelecimento aquilo era norma que há algum tempo se seguia oficiosamente [...]. (CONSUNI, 12 de maio de 1962, p. 5).

Por certo, não houve entendimentos entre o egrégio conselho e o DCE da Universidade do Ceará. O Movimento Estudantil (ME) passou para a história como “*greve do terço*” (ARAÚJO, 2006; MARTINS FILHO, 1996b), por ser esse o quórum mínimo exigido pela categoria para representação com direito a voto em todos os órgãos colegiados, conforme o reitor: “[...] no dia 22 de maio daquele ano de 1962, transformou-se em realidade a ameaça dos estudantes: todas as portas das escolas e faculdades amanheceram lacradas [...]” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 119).

A reitoria foi fechada, “[...] mediante autorização expressa do Conselho Universitário” (CONSUNI, 23 de junho de 1962, p. 2), e o reitor despachava na própria residência, de onde acompanhava o movimento e informava o Governo

Federal (MARTINS FILHO, 1983) acerca da “[...] greve universitária cearense, que logo se estendeu a todo o país” (CONSUNI, 13 de agosto de 1962, p. 2).

Na 76ª SO do Consuni, o conselheiro Ailton Gondim Lóssio, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, informou: “[...] os estudantes que estavam ‘ocupando’ o prédio da Faculdade de Odontologia haviam se retirado deixando aquelas dependências praticamente abandonadas” (CONSUNI, 23 de junho de 1962, p. 1-2). Segundo o documento, o reitor comunicou a reabertura da reitoria e a viagem ao Rio de Janeiro para entregar, a tempo, o novo Estatuto da Universidade.

Os ecos cariocas da *greve do terço* estão na 77ª SO do Consuni. O ministro Antônio Ferreira de Oliveira Brito¹¹⁷ viajava para “[...] Brasília no dia 23 de junho, logo depois o seu Gabinete e todo o segundo andar do Palácio da Cultura estavam sendo ocupados pelos estudantes” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 125).

Em reunião com os conselheiros, o reitor informou que, do 25 ao 27 de junho, os estudantes permaneceram ocupados com “[...] alto-falantes, cartazes, equipamento médico para medir a pressão arterial dos transeuntes, etc. [...]” (CONSUNI, 13 de julho de 1962, p. 1), quando, “[...] por ordem do Sr. Presidente da República, o exército fizera sair os estudantes” (CONSUNI, 13 de julho de 1962, p. 1).

A agitação estudantil na Universidade do Ceará se alastrou no país e as autoridades dimensionavam a extensão do movimento. Na UFC, a articulação dos grevistas recrudesciu e insurgentes impediram o “[...] funcionamento de vários institutos que já haviam voltado às suas atividades normais” (MARTINS FILHO, 1983, p. 234), demandando providências urgentes:

[...] os estudantes acabavam de fechar os Institutos, recentemente abertos pelos seus Diretores [...] a conveniência de oficiar novamente ao Sr. Governador do Estado¹¹⁸ reiterando o pedido de garantias [...] de reabrir todos os estabelecimentos de ensino e pesquisa. (CONSUNI, 13 de julho de 1962, p. 4).

O reitor Martins Filho se dirigiu a Brasília em busca de ajuda e foi recepcionado pelo ministro da Educação e Cultura, o professor Roberto Lyra¹¹⁹, segundo o mandatário acadêmico, “[...] com quem, aliás, tive alguns encontros não

¹¹⁷ Ministro da Educação e Cultura de 8 de setembro de 1961 a 11 de julho de 1962, no governo parlamentarista de João Goulart.

¹¹⁸ Parsifal Barroso, eleito em sufrágio universal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), governou o estado do Ceará de 25 de março de 1959 a 25 de março de 1963.

¹¹⁹ Ministro da Educação e Cultura de 12 de julho de 1962 a 14 de setembro de 1962, no governo parlamentarista de João Goulart.

amistosos. Pareceu-me [...] muito inclinado para a esquerda [...]" (MARTINS FILHO, 1996b, p. 129).

No mesmo sentido, o reitor avaliou a responsabilidade das partes na crise: "[...] Se houve erro, foi da parte dos estudantes, que, influenciados pelos agentes de Cuba e de Moscou, procuraram tumultuar a Universidade" (MARTINS FILHO, 1996b, p. 132). O olhar tendencioso do reitor da Universidade do Ceará estava alinhado com o dos pares mandatários.

De acordo com Martins Filho (1996b, p. 126, grifo do autor), "[...] a famosa *greve do terço*, irrompida com tanta intensidade na Universidade do Ceará, já havia chegado ao Ministério da Educação e Cultura", e Brasília havia participado diretamente da operação em que tropas do Exército ocuparam diversas unidades universitárias, "[...] assegurando o reinício pacífico das atividades administrativas" (CONSUNI, 13 de agosto de 1962, p. 7).

A entrada de forças militares na UFC se deu nas primeiras horas do dia 27 de julho de 1962, inclusive no Clube dos Estudantes Universitários (CEU)¹²⁰, "[...] dominado pelos líderes da União Estadual dos Estudantes – que sintonizavam perfeitamente com o sectarismo ideológico da União Nacional dos Estudantes – UNE, com sede no Rio de Janeiro. [...]" (MARTINS FILHO, 1983, p. 136).

No momento em que chegava ao fim o movimento que se prolongava havia mais de dois meses na UFC, entre greves e ocupações de faculdades e centros de ensino, o reitor Martins Filho embarcava em uma aeronave em Brasília rumo ao Rio de Janeiro. No mesmo voo, o ministro da Guerra, general Néelson de Melo, comunicou o andamento da operação: “Meu reitor, a operação-ocupação já foi realizada. Agora o Exército só deixará a Universidade quando o Senhor solicitar. Foi uma pena que o meu amigo tivesse demorado tanto em me procurar [...]" (MARTINS FILHO, 1983, p. 238).

A crise estudantil mobilizou uma força-tarefa, incluindo o primeiro-ministro Brochado da Rocha¹²¹, os ministros da Educação e do Trabalho, além de representantes do Conselho Federal de Educação (CFE), com o objetivo de debater o imbróglio que havia dado origem à sublevação, não obstante a posição do ministro

¹²⁰ O CEU tinha por finalidade agrupar atividades assistenciais, culturais e desportivas. O Restaurante Universitário (RU) foi criado a partir do CEU, em 1957, para fornecer alimentação subsidiada aos discentes.

¹²¹ Francisco de Paula Brochado da Rocha foi primeiro-ministro do Brasil de 12 de julho de 1962 a 18 de setembro de 1962, no período parlamentarista do governo do presidente João Goulart.

Roberto Lyra de “[...] fortalecer a posição dos estudantes, já então derrotados [...]” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 132).

Entre os presentes à 78ª SO do Consuni, o conselheiro Cláudio Narcélio Miranda Bezerra foi apresentado como representante da classe estudantil junto ao Conselho pelo vice-reitor Renato de Almeida Braga, assegurando a todos as boas relações entre estudantes e os órgãos superiores da universidade, “[...] pois se tratava de um jovem portador de excelentes qualidades sociais [...]” (CONSUNI, 13 de agosto de 1962, p. 2).

Para o vice-reitor, o representante discente estava adequado por ser “portador de excelentes qualidades sociais”, mas, para o conselheiro professor Luiz Cruz de Vasconcelos, os estudantes grevistas intencionavam “desmoralizar e demolir as instituições universitárias”. Acerca da tese, ele teceu suas considerações extemporâneas.

[...] Como, então, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu Art. 78, assegurou a sua representação nos mencionados órgãos, entenderam que essa representação se fizesse na proporção de um terço (1/3) dos componentes dos aludidos órgãos. Daí por que a greve passou a ser conhecida como greve de 1/3. Eis, porém, que, paulatinamente, foi-se vendo que o problema da participação constituiu unicamente um pretexto para a greve, pois que passaram os estudantes a fazer uma campanha de descrédito contra as Universidades, suas instituições e seus professores [sic]. Baixaram a retaliações pessoais, ataques injuriosos e deturpações das atividades universitárias. Nem o Reitor e o Conselho Universitário escaparam à sanha dos grevistas. O objetivo, pois, da greve não era alcançar a arguida representação de 1/3, mas desmoralizar e demolir as instituições universitárias, com finalidades que pouco a pouco vão se revelando pelos últimos acontecimentos do país. (CONSUNI, 13 de agosto de 1962, p. 4).

Aos argumentos, o conselheiro Luiz Cruz de Vasconcelos acrescentou o editorial do jornal sulista reproduzido por *O Unitário*¹²² de 5 de agosto de 1962, com o título “UNE, Instrumento Vermelho” (CONSUNI, 13 de agosto de 1962), o qual, segundo ele, bem descrevia a politização da UNE e a influência de uma minoria estudantil organizada sobre a maioria dos universitários cearenses, o que resultou em uma greve de cunho mais político do que reivindicatório (CONSUNI, 13 de agosto de 1962).

Na sequência, ele invocou o testemunho do conselheiro Cláudio Narcélio Miranda Bezerra, presente à sessão, acerca da nota publicada na imprensa pelo

¹²² O jornal *O Unitário* foi fundado em 8 de abril de 1903, com os redatores João Brígido dos Santos e Hermenegildo de Brito Firmeza, encerrando suas atividades em 1918 para ressurgir em 15 de fevereiro de 1935, em sua segunda fase.

Comando da Greve com “[...] referências desairosas ao Reitor e ao Conselho Universitário” (CONSUNI, 13 de agosto de 1962, p. 5), na qual constava assinatura do presidente do DCE sem que tenha sido autorizada por ele, o que, segundo o documento, resultou em denúncia, da parte do referido representante discente, e nota subsequente do veículo de imprensa, com a retratação do equívoco (CONSUNI, 13 de agosto de 1962).

Em 20 de agosto de 1962, aconteceu o Fórum de Reitores de Brasília, no qual se tratou da reforma estatutária para fixar “[...] conveniente representação estudantil nos órgãos colegiados¹²³, sendo desaconselhada qualquer alteração da LDB” (MARTINS FILHO, 1996a, p. 133). Na ocasião, os reitores asseguraram a volta à normalidade universitária e recomendaram acatar a sugestão do CFE, no sentido de prorrogar o ano letivo.

Diante do exposto, entende-se que o Fórum de Reitores de Brasília se ocupou das questões de representação e voto da categoria discente nos órgãos colegiados, avaliou e deliberou o tema com base em critérios que lhe convieram (MARTINS FILHO, 1996a), sem a participação de representação da classe estudantil no debate do tema. É razoável inferir, portanto, o caráter arbitrário que revestiu o processo de definição da representação estudantil nos colegiados das universidades, assim como ressentimentos que, eventualmente, possam ter restado após o desfecho da crise.

Nesse sentido, ressalta-se a confissão em Martins Filho (1996b), em que o reitor admite incômodo diante de líderes estudantis e da UNE, a intenção deliberada de controlar a transferência de recursos financeiros aos DAs, enfraquecendo a representatividade estudantil, e a disposição para o ativismo no espectro político contra a ideologia esquerdista.

A partir da *greve do terço*, que me deixou marca indelével, o meu comportamento como Reitor passou por uma série de modificações. Tornei-me muito precavido na aplicação de recursos extraordinários, em relação aos diretórios acadêmicos. Passei a tratar com muita reserva o alunado em

¹²³ No Estatuto da UFC, em seu artigo 99 consta: “O corpo discente será representado nos colegiados da Universidade, com direito a voz e voto, nos seguintes termos: I. Nos colegiados deliberativos superiores, na forma do que for definido na constituição de cada um deles; II. Nos colegiados dos Centros e Faculdades, na proporção de 1/5 (um quinto) do total dos seus membros com direito a voto. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior. No Capítulo III, o Art. 38 estabelece a representação do corpo discente em colegiados, estabelecimentos isolados de ensino superior e em comissões constituídas, de acordo com o parágrafo 3º: ‘A representação estudantil não poderá exceder de um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões’.

geral e senti que estava sendo tomado de uma espécie esquisita de alergia em relação a alguns líderes estudantis, notadamente os da União Nacional dos Estudantes, com sede no Rio de Janeiro. [...] Lutei abertamente contra o então Ministro da Educação e Cultura, Professor Roberto Lyra, com o propósito deliberado de divulgar a sua pronunciada tendência esquerdista. (MARTINS FILHO, 1996b, p. 134).

Em 4 de março de 1966, o Consuni deliberou a constituição de uma Vice-Reitoria para Assuntos Estudantis e outra Vice-Reitoria para Assuntos Culturais (MARTINS FILHO, 1996b). A decisão de transformar vice-reitores em pró-reitores foi uma inovação da Universidade do Ceará adotada por todas as universidades brasileiras, que passaram a ser dirigidas por um colegiado administrativo, em acordo com Martins Filho (1996b). Em 9 de fevereiro de 1967, a Assembleia Universitária transmitiu o cargo de reitor ao vice-reitor, professor Renato Braga¹²⁴, “[...] que passou a responder pelo expediente da Reitoria, até a nomeação e posse do Reitor Fernando Leite¹²⁵, ocorridas, respectivamente, nos dias 15 e 22 de fevereiro” (MARTINS FILHO, 1996a, p. 212).

Em 1968, o reitor Fernando Leite enfrentou o ativismo estudantil nos Institutos Básicos (IBs) da UFC, especialmente no IFI, porém, antes de revisitar eventos da referida crise estudantil, importa situar a criação dos IBs e do IFI, assim como o percurso de constituição do curso de Pedagogia da UFC, em conformidade com os interesses específicos desta pesquisa.

Oficialmente instalada desde 25 de junho de 1955, a UFC trilhava o caminho rumo à expansão acadêmica e criava os IBs: Matemática e Física em 1960 e Química em 1961. A propósito, retoma-se a Resolução nº 95, de 2 de dezembro de 1960, o documento que criou o IFI com a finalidade de “[...] promover e coordenar, em íntima conexão com as Escolas e demais Institutos de ciência e tecnologia, o estudo e aperfeiçoamento da Física Pura e Aplicada [...] nos setores de Pesquisa, Ensino e Extensão”.

O professor José Evangelista Moreira¹²⁶ (professor José Evangelista) é engenheiro civil de formação, mas guarda lembranças da época de fundação do IFI.

¹²⁴ Raimundo Renato de Almeida Braga, engenheiro agrônomo (1927) pela Escola de Agronomia do Ceará (UFC), professor universitário, conselheiro e diretor da Escola de Agronomia (1938), participou da fundação do Instituto de Zootecnia da UFC. Foi secretário dos negócios da agricultura e obras públicas (1945) e deputado estadual pelo PSD por duas legislaturas (1946 a 1954).

¹²⁵ Fernando Leite, professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia e representante no Consuni da UFC. Reitor da instituição de 1967 a 1971.

¹²⁶ José Evangelista de Carvalho Moreira, graduado em Engenharia Civil (1960) pela UFC, mestre em Física (1964) pela *University of Illinois*, Estados Unidos, doutor em Física (1975) pela *University of Copenhagen* (Dinamarca), sendo professor titular do Departamento de Física da UFC.

No início do curso, o professor José Evangelista (26 jun. 2019, entrevista) ainda não atuava como professor: “*Não, eu ainda não era; era o Normando*¹²⁷”, e o professor Milton Ferreira de Souza¹²⁸, que não era físico de formação. Segue adiante mais um trecho da fala do professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista):

*Não, da Engenharia, ele foi professor da Engenharia. Ele e Newton Braga*¹²⁹ *foram para a Engenharia. Aí, quando fizeram os Institutos Básicos, eles passaram para o Instituto Básico. Chegaram lá brigaram. O Newton Braga brigou com o Milton Ferreira, aí o Milton Ferreira pegou as coisas dele ‘tudim’ e levou lá para a Engenharia e foi ser professor. Foi quando eu me formei. Aí ele me botou como instrutor; naquele tempo chamava instrutor. Eu fiquei até que ele foi preso. [Em] [19]64 ele foi preso. [...].*

No dia seguinte ao golpe de 1964, o sistema se ocupou de enfraquecer a resistência, inclusive de democratas do meio intelectual, corroborando Gorender (1987, p. 70), que se refere à prisão de “mais de dez mil pessoas” entre o pessoal do serviço público civil. O professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) recordou o episódio em que a força militar se impôs contra o professor Milton Ferreira: ocasião em que ele afrontou militares, posicionou-se do lado do amigo e sofreu as consequências da escolha:

[...] O Homero... teve uma confusão com o Homero que foi assim: 64, golpe... pá, pá, pá, etc., aí prenderam o Milton Ferreira e o Miguel Cunha, que eram professor da Engenharia, eu era estudante... Não! Eu já estava formado, eu era instrutor do Milton Ferreira [...]. Aí teve uma reunião, eles já estavam de volta, né? O departamento era de Química, Física e Matemática, lá na Engenharia. Aí o Milton... Sim... Tinham botado para fora o Miguel Cunha. O Milton, muito ingênuo, pede um voto de desagravo ao fato do Miguel Cunha ter sido exonerado. É claro que todo professor lá era de direita na Engenharia, né? Quem votou a favor? Eu, o próprio Milton, claro, foi quem sugeriu, e o Haroldo. Só nós três. Quem é que era o secretário? O Homero. Aí o que aconteceu foi o seguinte: lá pelas tantas, veio a história que o Milton também ia ser exonerado por causa disso, por causa desse pedido, qualquer coisa assim, uma desculpa qualquer. Eu procurei o Homero: ‘Homero, como é que...’ – Sim, porque isso veio lá dos milicos – ‘Como é que os milicos souberam disso aí? A reunião foi aqui, não teve outra reunião, ninguém nem discutiu’. ‘Não, eu dei a ata para eles’. ‘Como a ata, rapaz? Você deu a ata? Ninguém assinou essa ata; tem que ser discutida. Você não pode fazer isso. Essa ata é espúria. Ninguém ouviu o que está escrito lá’. ‘Mas eu sou uma pessoa honesta, sei da minha idoneidade’.

¹²⁷ Raimundo Alberto Normando foi bacharel em Física (1957) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor na UFC por três décadas. Atuou como presidente da Comissão Coordenadora de Vestibular (CCV), pró-reitor de graduação e vice-reitor. O professor figura entre os fundadores da Universidade do Estado do Ceará (UECE).

¹²⁸ Milton Ferreira de Souza, graduação em Bacharelado em Química (1953) pela UFRJ, doutorado em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Aposentado pela USP, professor emérito e professor visitante desta instituição.

¹²⁹ O conselheiro Newton de Almeida Braga é vice-presidente da Comissão Central de Pesquisa, na ata do Consuni de 28 de junho de 1968.

O professor José Evangelista revisitou memórias da formação dos Institutos Básicos (IBs) da UFC e do início da própria carreira docente, como instrutor de ensino, mas vieram à tona lembranças da perseguição pós-golpe de 1964, a punição por divergir do governo e as implicações decorrentes da opção política. O professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) recuperou a recordação da união dos amigos, prevalecendo em torno da luta pela sobrevivência; a coragem e o empreendedorismo do grupo de cientistas notáveis foram destacados quando a competência acadêmica suplantou divergências ideológicas, no calor da implantação da ditadura militar:

O Milton também foi exonerado. Aí nós fizemos uma fábrica de giz, mas fazia [também] um monte de equipamento [útil] para o ensino de Física... É... Laboratório, que era o que a gente sabia fazer. O Milton, o Haroldo; estavam lá o Antônio Barros, que era o mecânico, o Barreto, S. Raimundo, que era o eletrotécnico. Todo mundo era sócio. A firma que nós fizemos lá era firma de comunista, todo mundo era sócio, não podia dar certo [risos]. Era completamente romântica. A realidade era a seguinte. A gente tinha lá os produtos; fomos oferecer aos colégios nossos produtos; colégio nenhum queria comprar, para variar. Aí fomos... O Haroldo foi oferecer lá no Colégio Militar, aí o professor lá gostou muito e tal; recomendou para eles comprarem, não sei quê, aí veio uma carta do oficial dizendo que não deviam comprar, porque naquela firma ali era tudo subversivo. Aí o que aconteceu mesmo foi o seguinte: o comandante lá do Colégio Militar disse para o Haroldo: 'Haroldo, é o seguinte, eu tenho essa carta aqui dizendo que vocês são subversivos, que eu não devia comprar o material de vocês. Agora é o seguinte: eu vou chamar o professor de Física e perguntar se o material é bom; se ele disser que o material é bom, eu compro'. E comprou. Foi, talvez, um dos poucos colégios da cidade que compraram o Colégio Militar. O comandante lá era uma pessoa séria. O resultado é que não deu certo a nossa fábrica. O Milton foi embora. Durante algum tempo, ganhamos dinheiro no cursinho, que era do Miguel Cunha e do próprio Milton.

O professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) estava presente no encontro dos coetâneos do IFI da década de 1960 e recordou detalhes do cursinho histórico: “[...] era no Castelo Branco”, recebendo a confirmação do professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista): “[...] no Castelo Branco, que era para dar dinheiro para esse povo que havia perdido o emprego”; e completou o professor José Machado Bezerra (14 jun. 2019, entrevista), dirigindo-se para a pesquisadora: “[...] faz parte da história, você deve colocar isso. Era o curso Castelo Branco, localizado na esquina entre as ruas Dom Manuel com Costa Barros”.

O professor Milton Ferreira não construiu a carreira acadêmica no quadro de docentes da UFC, não emplacou a fábrica de materiais pedagógicos para ensino de Física, tampouco o curso Castelo Branco, idealizado com os amigos, não logrou êxito na cidade, mas os acontecimentos foram favoráveis ao destino do engenheiro,

cientista e professor, conforme o relato do professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista):

[...] Naquele tempo era muito complicado. O Milton Ferreira foi a maior sorte porque ele saiu daqui e foi para São Carlos no momento que São Carlos estava se expandindo, aí pegou exatamente o momento certo. Fez o doutoramento dele lá, como professor; terminou sendo diretor do Departamento de Física lá, enfim, até se aposentar.

Na UFC, o Decreto-Lei nº 62.279, de 20 de fevereiro de 1968, estruturou a instituição em 16 unidades de estudos básicos e de aplicação, com escolas, faculdades e institutos divididos em órgãos setoriais. O IFI ficou no Centro de Ciências, junto com os institutos de Matemática, Química, Geociências e Biologia, até 2 de março de 1973, quando o Decreto nº 71.882 reduziu a estrutura institucional a seis centros, entendidos como coordenações de departamentos. Assim, o Departamento de Física integra o Centro de Ciências e o Departamento de Educação integra o Centro de Humanidades.

Corroborando o acima exposto, Chaves (2014, p. 21) ressalta que a implantação do curso de Pedagogia no Brasil envolve um percurso de “[...] muitas histórias de lutas, indefinições, crises de identidade e interesses sociais”. O pesquisador destacou o contexto revolucionário da década de 1930 e a efervescência cultural em torno da criação de importantes universidades brasileiras¹³⁰ para a inserção da Pedagogia no âmbito da educação superior do Brasil.

Em 1937, a Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, organizou a Universidade do Brasil, constituída de escolas e faculdades. A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade Nacional de Educação surgiram para desenvolver a cultura (filosófica, científica, literária e artística), formar quadros para o magistério e as altas funções da vida pública, bem como preparar profissionais para as atividades de nível superior.

Pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras passou à denominação de Faculdade Nacional de Filosofia, abarcando quatro seções fundamentais (Filosofia, Ciências, Letras e

¹³⁰ A Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1934, sendo a maior do Brasil e uma das maiores instituições de ensino superior da América Latina, mas não foi a primeira, na historiografia do país. No final do século XXVII, a instituição Estudos Gerais da Bahia já existia, mas não foi reconhecida oficialmente como uma universidade. A primeira universidade foi a Escola Universitária Livre de Manaus, fundada em 1909 e denominada Universidade Federal do Amazonas (Ufam), desde 2002. Em seguida, vieram a Universidade Federal do Paraná (UFP), em 1912, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1920.

Pedagogia), com a missão de preparar trabalhadores para as diversas atividades, inclusive técnicas, formar os candidatos ao magistério (do ensino secundário e normal) e realizar pesquisas nos vários domínios da cultura.

Na ocasião, a prática educativa nas turmas de estudos iniciais competia a professores habilitados ao magistério com formação em nível médio em Institutos com modalidade de curso normal, conforme Freitas (2014), que, em 1957, frequentou a Escola de Aplicação anexa ao Instituto Justiniano de Serpa, em Fortaleza, Ceará. Do contrário, o ensino era exercido por professores leigos¹³¹ do país, “[...] sendo o Nordeste a região com incidência mais acentuada” (FREITAS, 2014, p. 46). A problemática motivou o Ministério da Educação (MEC) a elaborar um programa para o treinamento desses professores em todo o território nacional.

Na Resolução nº 54, de 17 de novembro de 1958, o reitor Martins Filho instituiu no calendário de comemorações do aniversário de fundação da universidade o Seminário Anual dos Professores. As reuniões organizadas por três anos consecutivos são consideradas por ele “[...] os acontecimentos mais importantes de toda a existência da Universidade do Ceará” (MARTINS FILHO, 1983, p. 178).

O I Seminário nos departamentos e nas escolas, com início em março de 1959 (MARTINS FILHO, 1983), foi coordenado pelo diretor do Departamento de Educação e Cultura e membro da Comissão Central, professor Valnir Chagas¹³², movimentando professores, técnicos assistentes e instrutores na troca dos conhecimentos elaborados na universidade. No Seminário Geral, discutiram-se recomendações técnico-científicas e o “temário organizado pela Comissão Central” (MARTINS FILHO, 1983, p. 177).

Os Anais Científicos do I Seminário Anual dos Professores recomendaram a criação da FFCL a fim de corrigir “[...] uma falha que representava flagrante mutilação em nossa estrutura” (MARTINS FILHO, 1983, p. 179). Na solicitação ao MEC, máxima importância foi dada àquela que considerou a “[...] escola central da Universidade” (MARTINS FILHO, 1983, p. 179), destinada a preparar profissionais para a atuação didática e para a pesquisa, a habilitar o orientador educacional das

¹³¹ A expressão “professor leigo” se refere ao trabalhador da educação dos anos iniciais do ensino fundamental que não tem a formação na modalidade normal (antigo magistério).

¹³² Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (1921-2006). Membro do Consuni, diretor do Departamento de Educação e Cultura e da FFCL da UFC. Autor de diversas publicações no âmbito da Didática de Ensino, incluindo Didática Especial de Línguas Modernas (1957). Atuou no CFE de 1962 a 1976. Foi um dos autores da Reforma Universitária de 1968 e da LDB nº 5.692/1971 e um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB). Professor da Faced por várias décadas.

escolas de ensino médio e a promover a “[...] Participação da Universidade em todos os movimentos que visem à valorização da profissão de professor secundário” (CHAVES, 2014, p. 29).

O Decreto-Lei nº 3.866, de 25 de janeiro de 1961, que criou a FFCL da Universidade do Ceará, expressa no “Parágrafo único. O Regimento a que se refere este artigo disciplinará as várias Seções de Filosofia, Ciências, Letras e Educação [...] tendo em vista as [...] necessidades da região em matéria de professores de nível médio, especialistas em Educação e pesquisadores”.

Na 79ª SO do Consuni, o professor Hesíodo de Queiroz Facó assumiu interinamente a direção da FFCL. O Conselho apresentou a lista tríplice para a direção daquela faculdade e assumiram o professor Hesíodo Facó e a professora Amélia Alba Nogueira Moreira, respectivamente, representante e suplente da Congregação FFCL, porque o professor Valnir Chagas estava impossibilitado de permanecer no cargo, em virtude de estar como membro do CFE (CONSUNI, 6 set. 1962, p. 2).

Em 1963, o curso de Pedagogia teve sua aula inaugural ministrada pela professora Zélia Sá Viana Camurça (BRANDÃO; MACIEL; BEZERRA, 2014). O departamento para formar o especialista em Educação está no Regimento de 1964 da FFCL e, em 16 de dezembro de 1968, a Faced foi fundada, funcionando, a princípio, com um departamento (Teoria e Fundamentos), tendo sido acrescentado posteriormente o Departamento de Métodos e Técnicas.

Ao revisitar o percurso de constituição da UFC, foram privilegiadas as histórias relacionadas ao IFI e à Faced, porque esses centros de ensino figuram na historiografia com MEs relevantes: a ocupação estudantil no IFI (1968) e a ocupação de graduandos e pós-graduandos na Faced (2016). A pesquisa conta com a revisão da bibliografia relacionada ao ME cearense (FREITAS, 2001; MAIA JÚNIOR, 2008; RAMALHO, 2002), documentos primários (CONSUNI, 1968; BOL-UNI-UFC, 1968) e dados mnemônicos oriundos de fontes orais.

4.2 Prelúdios do ME na UFC e no IFI (1968)

Os caminhos que revisitam o passado, a história e a memória são complementares e dependentes entre si, mas não se confundem (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Diante dos subsídios, ao historiador não cabe fazer juízo de valor

ou apontar (de)méritos nem compete ao ofício mostrar verdades conclusivas. A história espera para ser tecida com as ferramentas que aproximam fatos e os instrumentos que permitem a visão objetiva. Os contextos devem ser compreendidos, interpretados e até ressignificados, mas sem a pretensão de apoiar premissas da teleologia (LE GOFF, 1992).

A memória, individual ou coletiva (HALBWACHS, 1990), ao contrário, é subjetiva e reencontra o passado permeada de sentidos, afetos e emoções. Além de significados próprios, as revivências relativizam o vivido e se encontram com fatos e figuras entre juízos de valor, (in)certezas e (des)crenças (AGOSTINHO, 2001; BERGSON, 1999; MARTINHO RODRIGUES, 2011; VASCONCELOS; ARAÚJO, 2016).

Nessa perspectiva, as memórias de coetâneos do IFI da década de 1960 reencontram vultos e revisitam contextos, reconstituindo histórias da fundação dos IBs da UFC com o olhar na tumultuada conjuntura sociopolítica e estudantil de anos que seguiram a instauração do regime militar. A pesquisa recupera fatos que marcaram agitações em Fortaleza, desdobramentos de crises enfrentadas pela Universidade e o protagonismo político de discentes e docentes do curso de Física da UFC no ano de 1968.

No contexto da Guerra Fria e principalmente após a Revolução Cubana¹³³, os Estados Unidos se empenharam pela hegemonia do mundo, que se encontrava polarizado entre liberais-democratas e comunistas (KRISCHKE, 1979). Nas décadas de 1960/1970, a divisão se afirmou com a falência dos governos democráticos e a substituição por regimes militares; “Brasil (1964), Argentina (1966), Peru (1968), Bolívia (1968), Equador (1971), Uruguai (1973), Chile (1973), [...] uma resposta à exaustão da democracia liberal nesses países” (KRISCHKE, 1979, p. 82).

Em 31 de março de 1964, foi dado o golpe de Estado no Brasil, que culminou no dia seguinte. Em 1º de abril de 1964, o golpe civil-militar¹³⁴ (NAPOLITANO, 2014) encerrou o governo democraticamente eleito de João Goulart,

¹³³ O dia 1º de janeiro de 1959 foi a culminância do Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, que destituiu o ditador de Cuba, Fulgêncio Batista. A data marca historicamente a Revolução Cubana.

¹³⁴ A historiografia brasileira considera que o golpe e a ditadura que se seguiu tiveram caráter civil-militar, porque houve apoio de segmentos importantes da sociedade: grandes proprietários rurais, burguesia industrial paulista, grande parte das classes médias urbanas (que compunha cerca de 35% da população total do país) e o setor conservador anticomunista da Igreja Católica (na época, majoritário na Igreja), que promoveu uma série de passeatas dias antes do golpe e a maior delas, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964.

instaurando o militarismo e dividindo a sociedade brasileira entre os direitistas, que apoiavam o governo militar, e os esquerdistas, que lutavam contra a ditadura instaurada. Os conceitos de direita e esquerda no âmbito da ação política estão postos aqui em acordo com Bresser (2006 *apud* COELHO, 2011, p. 33):

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas.

Para outra perspectiva acerca da ideologia esquerdista e suas múltiplas manifestações na forma política, Coelho (2011, p. 33) recorre a Gorender (1998) nos seguintes termos:

[...] conceito referencial de movimento e idéias [*sic*] endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes.

No dia 2 de abril de 1964, o Clube do Estudante Universitário estava cercado pela polícia, concordando com Maia Júnior (2008, p. 2021), para conter a revolta de populares apoiadores do presidente deposto: “[...] Logo nos primeiros momentos da intervenção militar o movimento estudantil foi alvo das preocupações pelas autoridades”, especialmente o dos universitários, destacado na nota publicada pela 10ª Região Militar, no jornal *O Povo*, em que o apelo à paz e ordem dirigiu-se especialmente àqueles estudantes (MAIA JÚNIOR, 2008).

No auge da Guerra Fria, o Brasil vivenciou o governo de poder ditatorial com a influência imperialista nos assuntos internos (NAPOLITANO, 2014). As reformas educacionais partiam de agências estatais estadunidenses a partir de teorias que envolviam progresso econômico, controle político e domínio cultural (MOTTA, 2014). Em 1968, os agentes brasileiros encarregados da política de educação superior articulavam com as instituições de ensino o padrão de cobrança da anuidade escolar.

Na 142ª SO do Consuni também estavam presentes Newton de Almeida Braga, vice-presidente da Comissão Central de Pesquisa, João de Paula Monteiro Ferreira e Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, presidente e representante do DCE, respectivamente. Na pauta, a orientação do MEC para pagamento das anuidades

“[...] que já vinham sendo cobradas pelas universidades em virtude de dispositivo constitucional, reproduzido expressamente pela Lei de Diretrizes e Bases [...]” (CONSUNI, 2 fev. 1968, p. 2). Nesse contexto, a categoria estudantil na UFC se movimentava para resistir à agenda educacional de privatização do ensino superior (RAMALHO, 2002).

A tensão estudantil citada por Ramalho (2002) vai ao encontro das recordações da professora Maria José Sales Auto Moreira¹³⁵ (professora Mazé, 26 jun. 2019, entrevista), quando rememorou o tumultuado ano letivo de 1968 na UFC: “[...] o que eu me lembro: realmente naquela época estava uma efervescência, de uma forma geral [...]”. O professor Machado (19 jun. 2019, entrevista) observou que eram os movimentos dos estudantes, e a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) concordou: “[...] naquele tempo existia muito movimento, os estudantes promoviam muitos encontros [...]”.

Os jovens se encontravam no Centro de Fortaleza, na Praça da Faculdade de Direito, também conhecida como Praça Clóvis Beviláqua e Praça da Bandeira, onde, “[...] tradicionalmente, aconteciam os acampamentos dos estudantes excedentes, do vestibular [...] Desalojados dos jardins da Reitoria [...]” (BARROSO, 2019, p. 149). O caldeirão político fervia de ativistas revolucionários que panfletavam o material de suas organizações (AP, PC do B, PCBR¹³⁶, Quarta Internacional¹³⁷) entre os excedentes que reivindicavam abertura de novas vagas nas Escolas e Faculdades (BARROSO, 2019).

No mês em que o regime militar comemorava o quarto aniversário no poder, a crise estudantil se alastrava pelo país, entre descontentes com o governo e aprovados dos vestibulares que lutavam para fazer valer o direito às vagas na educação superior. Em 23 de março de 1968, a Faculdade de Filosofia da USP “[...] continuava fechada por tempo indeterminado” (MORAES, 1989, p. 138), ocupada pelos excedentes que exigiam as matrículas.

No final do Concurso de Habilitação para o ano letivo de 1968 na UFC, restaram 67 vagas ociosas. Na 250ª SE, os conselheiros abordaram o problema e as

¹³⁵ Maria José Sales Auto Moreira é professora aposentada do Departamento de Física da UFC.

¹³⁶ Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), criado em 1968 por Mário Alves, Manuel Jover Teles e Apolônio de Carvalho, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia a luta armada para derrubar o regime militar e implantar o governo revolucionário (ABREU, 2021).

¹³⁷ “A história da Quarta Internacional é a de uma resistência molecular’, sendo os trotskistas ‘relegados a um gueto histórico, resistiram como reserva moral e intelectual do marxismo revolucionário’” (BIANCHI, 2012, p. 372 *apud* MEUCCI, 2015, p. 20).

opções de aproveitamento das vagas dos cursos que superestimaram inscrições. Entre outros, o curso de Matemática, por exemplo, ofereceu 70 vagas para 20 inscritos. No curso de Física, foram 40 vagas para 29 inscritos; no de Ciências Estatísticas, houve apenas cinco inscritos para 40 vagas.

Na 249ª SE, o presidente do DCE já havia atentado para o problema dos “[...] cêrca [sic] de quinze (15) estudantes de Agronomia e de quarenta (40) postulantes à Faculdade de Medicina” (CONSUNI, 14 fev. 1968) que permaneciam acampados na reitoria à espera de solução para o problema das respectivas matrículas, “[...] Tendo em vista, porém, que elementos em condições mais ou menos semelhantes haviam sido matriculados” (CONSUNI, 14 fev. 1968, p. 8).

Para resolver o problema, foi aprovado o critério de preenchimento das vagas ociosas com candidatos que não haviam zerado em nenhuma disciplina e havia obtido no mínimo a nota três em Português, em acordo com a ata da 250ª SE (CONSUNI, 29 fev. 1968, p. 7). Na mesma reunião, os presentes tomaram conhecimento da programação oficial do dia seguinte: a Assembleia Universitária de abertura dos cursos.

Para proferir a Aula Magna, em 1º de março de 1968, no auditório da Faculdade de Direito, o reitor Fernando Leite convidou o comandante da 10ª Região Militar, o general Dilermando Gomes Monteiro (BARROSO, 2019; RAMALHO, 2002).

Ao iniciar sua conferência, versando sobre ‘O papel do Estudante e a Segurança Nacional’ [...], foi interrompido por um aparte do presidente do DCE, João de Paula Ferreira, que protestou contra o fato de o general ter sido convidado para dar aula de sapiência, em vez de ser um professor, e também contra o tema abordado. Ato contínuo, retirou-se acompanhado de duas dezenas de universitários [...]. (RAMALHO, 2002, p. 244).

Em uma cerimônia oficial da UFC, a principal representação do corpo discente desafiou as máximas autoridades: militar e institucional. Em 2 de março de 1968, a 143ª SO do Consuni debateu a sanção disciplinar ao DCE, na presença do presidente João de Paula Monteiro Ferreira e do representante Carlos Augusto Diógenes Pinheiro. Antes, os acusados fizeram jus ao contraditório.

O presidente do DCE justificou a atitude em questão alegando ter sido deliberada pelo corpo discente em assembleia conjunta com os DAs, ou seja, o ato partiu de decisão coletiva. Ele desejou ainda esclarecer mais um fato:

Chegou ao nosso conhecimento que a atitude de ontem à noite constituiu um movimento liderado pelos excedentes de 1968, enfim, por elementos estranhos aos meios universitários. Cumpre afirmar, nesta oportunidade, que o DCE e os Diretórios Acadêmicos só convidaram estudantes universitários para aquela sessão [...]. (CONSUNI, 2 mar. 1968, p. 8-9).

Na sessão que decidiu a punição da rebeldia estudantil, o reitor Fernando Leite recorreu ao Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967¹³⁸, editado para enquadrar a representação estudantil consoante a política ditatorial, e propôs ao Conselho a suspensão por seis meses do DCE e dos DAs solidários à insubordinação. O reitor Fernando Leite quis ainda que o presidente do DCE, João de Paula Monteiro Ferreira, fosse declarado “[...] ‘persona non grata’ à Universidade Federal do Ceará” (CONSUNI, 2 mar. 1968, p. 9).

Punidos com a suspensão, “[...] O DCE e os Diretórios Acadêmicos passaram a atuar na ilegalidade” (BARROSO, 2019, p. 160) nos comícios-relâmpago dentro dos ônibus, nas praças e avenidas e nas passeatas, a exemplo da manifestação do dia 14 de março, em que o comício aconteceu nas praças José de Alencar e do Ferreira, com os estudantes exaltando Che Guevara e Ho Chi Minh¹³⁹, enquanto queimavam bandeiras dos Estados Unidos (BARROSO, 2019).

Devido à sanção disciplinar, a 252ª SE do Consuni registrou a ausência de representação estudantil, mas a sessão aprovou o anteprojeto de normas para as eleições dos DAs e do DCE, com o “[...] obrigatório exercício do voto por todo estudante matriculado” (CONSUNI, 26 abr. 1968, p. 10).

A 145ª SO do Consuni pautou o problema dos excedentes da Faculdade de Medicina. A liminar do juiz federal do Ceará garantiu o direito à matrícula, mas estava anulada com base nos “[...] graves inconvenientes à ordem administrativa e universitária, pelas dificuldades materiais que envolve [...]” (CONSUNI, 9 maio 1968, p. 16). Inclusive, os conselheiros tomaram conhecimento da eleição dos representantes da categoria discente da UFC para o ano letivo de 1968, que se mostrou extraordinariamente agitado.

¹³⁸ Revogado pela Lei nº 6.680/1979.

¹³⁹ Ho Chi Minh foi revolucionário, político, escritor, poeta e jornalista vietnamita, tendo sido um dos maiores responsáveis pela libertação do Vietnã do colonialismo francês e do imperialismo estadunidense no século XX (VISENTINI, 2019).

4.3 Histórias da ocupação do IFI (1968)

A reunião de coetâneos do IFI revisitou histórias da fundação do curso de Física. “62, início foi 62” com professores, lembrou o professor Machado (19 jun. 2019, entrevista); “[...] começou Newton Braga, Milton Ferreira”, apontou a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista); “[...] e o Normando”, completou o professor José Evangelista (26 jun. 2019, entrevista), mas foi apartado; “[...] não, o Normando veio depois”; “Normando já ‘tava’ em 68”, disse o professor Machado (14 jun. 2019, entrevista); e o professor Serejo (26 jun. 2019, entrevista) lembrou: “Newton Braga fazia temporada na França”.

“A Física era ali, em frente àquela igreja, como é mesmo o nome daquela igreja?”, perguntou o professor Machado à esposa Maria do Carmo Moreira Serra Azul, a saudosíssima Cacau, na entrevista concedida pelo casal de ativistas em 5 de janeiro de 2017. Ela respondeu “Igreja dos Remédios”, e ele trouxe detalhes da instalação dos IBs:

Atrás da reitoria da UFC. O primeiro prédio era o curso de Química; o do meio era o da Matemática; e o último era o da Física. Os cursos de Matemática, Física e Química foram fundados em 1962 por professores vindos de Rio, São Paulo, Minas Gerais e Bahia... até 1968, o terceiro e quarto ano da graduação, pelo menos no curso de Física, eram feitos em São Paulo [...]. (MACHADO, 14 jun. 2019, entrevista).

O engenheiro José Evangelista é privilegiado, com uma memória prodigiosa. Como instrutor no IFI em 1964 e professor adjunto, a partir de 1967, o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) recorda que foi professor de Rodger Franco de Rogério (professor Rodger Rogério) no curso de Física, em 1966, a quem pergunta: “[...] mas quando teve a confusão você já era professor, né?”, sendo respondido pelo professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista): “É, nessa época eu era”.

O professor Rodger Rogério é físico por formação acadêmica, mas artista por talento e destino: “[...] grande compositor, cantor e artista de cinema, estrela do nosso cinema!”, destacou o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista), se dirigindo ao anfitrião do encontro. A admiração foi construída junto à parceria com o amigo, como se pode constatar na seguinte fala do professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista): “[...] a gente era parceiro musical; ele fazia a música, eu fazia

a letra. Em 67, concorreremos no Festival [...]”, mas o professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista) corrige: “68. 68, 69. 69 foi aquele do [inaudível] [...]”.

Diante da carreira vitoriosa e da biografia que ostenta um repertório de produções premiadas, a pesquisadora provocou os sentimentos do professor Rodger Rogério acerca da trilha artística. Os olhos dele brilharam e o sorriso preencheu a face: “*Cinema? Ave Maria! Melhor coisa do mundo! Estive em muitos. Bacurau, Greta Garbo, Pacarrete*” (ROGÉRIO, 14 jun. 2019, entrevista).

Na temporada que passou em São Paulo, em 1972, o mestre em Física Rodger Franco Rogério¹⁴⁰ foi nomeado professor no Departamento de Física da USP, antes, porém, ele figurou na Ata da 252ª SE do Consuni e na lista de aprovados na sessão para atuar no IFI como auxiliar de ensino, junto com o de “*Gilberto de Matos Gualberto, Josué Mendes Filho*¹⁴¹ e *Alfredo Néelson Cabral Serejo* [professor Serejo]¹⁴²” (CONSUNI, 26 abr. 1968, p. 5).

A efeméride apontada na ata do Consuni marca o início da carreira docente do professor Serejo (26 jun. 2019, entrevista) na UFC, mas como voluntário. “[...] *É, em 68, como voluntário, fui ganhar dinheiro. Havia uma promessa de contrato, aí nós começamos: eu, o Josué e o Rodger dando aula; depois de alguns meses, saiu uma bolsa*”.

Aos poucos, chegaram mais docentes, segundo o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) – “*A Celita era professora*” – e o professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) acrescentou: “[...] *é, era professora de Mecânica. Mecânica 1*”. Na memória do protagonista da ocupação do IFI (1968) restam lembranças da convivência acadêmica com a professora Celita, cuja personalidade forte é lembrada pelo professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista) com uma expressão metafórica da cultura cearense: “*Carne de tetéu*¹⁴³”.

O excessivo rigor acadêmico da professora Celita está na memória dos antigos alunos: “*Ele ‘tá’ falando da Celita Germano, Celita Germano. A Celita era uma*

¹⁴⁰ Rodger Franco de Rogério, mestre em Física (1970). Professor nomeado para o Departamento de Física da USP, ator, compositor e músico, com diversas participações em álbuns e produções cinematográficas: *Bacurau* (Prêmio do Júri, no Festival de Cannes de 2019), *Pacarrete*, entre outros.

¹⁴¹ Josué Mendes Filho, professor emérito do Departamento de Física da UFC. Em 2010 foi condecorado com a Medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico do Ministério da Ciência e Tecnologia, classe de comendador.

¹⁴² Alfredo Nelson Cabral Serejo é bacharel em Física (1967) pela UFC, mestre em Física (1973) pela UnB, doutor em Física (1986) pela *Universität Osnabrueck*. Foi professor na UFC de 1968 a 1995, atuando no ensino de Física na graduação.

¹⁴³ A gíria “carne de tetéu” é utilizada no Ceará para se referir à pessoa de personalidade forte e de temperamento difícil.

professora muito rígida, muito cheia de regrinhas, muito, né?”, conforme pontuou a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista), e o professor Machado adicionou a rigidez acadêmica da docente ao rol das queixas estudantis na crise do IFI (1968).

O professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) construiu a carreira docente no ensino de Física para o curso secundário e a biografia se destaca pelo ativismo no campo político esquerdista: “[...] nós éramos todos ligados à organização clandestina; partido mesmo, nunca. Cheguei a me ligar rapidamente ao pessoal do Marighella¹⁴⁴, da ALN¹⁴⁵, depois pessoal de AP¹⁴⁶”.

No ME da UFC, o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) foi membro do DA: “*Eu era da Comissão de Defesa do DCE; eu treinava karatê e boxe, mais o karatê [...]*”. O militante é referência na historiografia dos movimentos sociais no Ceará com uma trajetória de ativismo político, luta contra a ditadura militar e por mais justiça social. Em 1968, o professor Machado enfrentou a perseguição do regime militar: “[...] em outubro tu foste preso?”, questionou Cacau (5 jan. 2017, entrevista). As torturas sofridas recorrem à memória e ilustram narrativas de outros encontros, como a do professor Machado (5 jan. 2017, entrevista): “[...] era porrada [inaudível], pau-de-arara [inaudível]; torturaram de tudo que foi jeito [...]”. Apesar dos traumas, o professor Machado tem o espírito animado e o brilho no olhar, sempre atento ao cenário político do país e de Fortaleza, onde reside e participa de encontros estudantis como convidado especial, para socializar seus ideais políticos e dar o testemunho da militância contra a ditadura militar.

Para dar início às atividades pedagógicas do curso de Física, o IFI contou com os professores Newton Braga e Milton Ferreira. Depois vieram “*Mauro, Filipe e Bela*”, disse o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista), recuperando recordações do departamento de Engenharia. O professor José Evangelista (26 jun. 2019, entrevista) disse ainda:

¹⁴⁴ “Carlos Marighella (Salvador, 5 de dezembro de 1911 - São Paulo, 4 de novembro de 1969) foi um político, escritor e marxista-leninista brasileiro. Um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura militar brasileira (1964-1985), Marighella chegou a ser considerado o inimigo ‘número um’ do regime. Foi fundador da Ação Libertadora Nacional, organização de caráter revolucionário” (ALBUQUERQUE E MELLO, 2020, p. 17).

¹⁴⁵ Grupo armado surgido no fim de 1967, com a saída de Carlos Marighella do Partido Comunista do Brasil (PC do B), contra a ditadura militar brasileira (ALBUQUERQUE E MELLO, 2020).

¹⁴⁶ Ação Popular (AP), “Organização política de âmbito nacional fundada durante um congresso em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962, com membros da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC)” (KORNIS, 2021, s.p.).

Nós fomos pela seguinte razão: o Newton Braga era o diretor, aí tinha ele, tinha o Filipe, o Normando, o Mauro e a Bela, né, e, quando tinha qualquer coisa que pediam, eles todos é quem ganhavam, e o Newton Braga, que era o diretor, perdia sempre [...]. E aí eles queriam contratar mais professor para diminuir as lotações, só que não tinha, só tinha na Engenharia. Quem estava na Engenharia... tinha o... o... eu, o Augusto Armando, o Haroldo Conte e o Homero. Aí ele convidou os quatro para ir para lá. O Augusto Armando não quis, que era professor da Engenharia, e queria ficar lá mesmo, aí fomos o Haroldo, o Homero e eu, né, nós fomos para lá.

Encontros de conhecidos separados por muitos anos despertam histórias adormecidas e ressuscitam figuras que marcaram passagens da vida. As recordações estão imersas no mar de afetos, mas ficam sedentas das informações que se perderam no abismo do tempo e buscam o paradeiro dos que não estão ali, a um palmo da vista. O professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) evoca um pedido: *“Deixa eu fazer aqui uma pergunta: o Newton Braga?”*. *“Já faleceu. Morreu quase todo mundo [...]”*, o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) tem notícias de quase todos: *“[...] O Filipe morreu, o Normando morreu, o Mauro morreu; vai dizendo aí: o Homero morreu, o Heliomar está em Fortaleza agora; ele tem uma pousada¹⁴⁷ lá em Mulungu [...]”*. O professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) insistiu: *“O Walmick, como é que a gente pega o telefone?”*, ao que complementou o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) *“Walmick está lá, também tem um sítio lá em Mulungu, perto do Heliomar, é perto, bem pertinho. O Mozart morreu; o Homero morreu de ‘véi’, estava ‘véi’ demais”*.

Na mente da professora Mazé, o ano do segundo incêndio do Cine Majestic, *“[...] depois e não por acaso, denominado Ano Vermelho, em Fortaleza”* (BARROSO, 2019, p. 149), foi inflamado pela rebeldia dos estudantes, em particular da turma do IFI. Eis o que disse a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista): *“Naquele tempo existia muito movimento [...]”*, e o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) relata alguns problemas do curso de Física que esquentavam as discussões nas assembleias estudantis em 1968:

A gente não tinha bebedouro. Era preciso capinar o pátio da faculdade; a gente chegava e ficava cheio de carrapicho. Consertar as privadas, ajeitar as lousas que estavam todas rachando; naquela época, chamava quadro-negro, mas era pintado de verde, era com giz, estava rachando a lousa e caindo tinta, descascando.

A professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) concordou, mas ponderou: *“Não, não é que fosse precário, mas podia melhorar, tinha muita coisa precisando de*

¹⁴⁷ *Le Rêve* pousada e restaurante, estrada de Mulungu, maciço de Baturité, Ceará.

conserto. A gente ia fazer experiência na Engenharia". O professor José Evangelista (26 jun. 2019, entrevista) era auxiliar de ensino no IFI e recordou a problemática da falta de recursos didáticos: "[...] o problema do laboratório, que eu me lembro, que eu era Auxiliar do Milton Ferreira era que não tinha laboratório".

Nos primeiros anos do curso de Física, os problemas não se limitavam à carência de laboratório. O corpo docente estava em formação, de acordo com o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista): "[...] não tinha professores qualificados aqui. Ninguém ouvia falar em curso de mestrado e doutorado", mas a professora Mazé, pensando nos tempos em que havia sido aluna do curso, defendeu os docentes: "Agora, o que tinha bom, esse pequeno grupo de professores que era... eram pessoas muito educadas, que, como você diz, não tem doutorado, não tem não sei quê, mas eram pessoas dedicadas" (26 jun. 2019, entrevista).

"A greve era a mais besta possível. O que que nós reivindicávamos capinar o pátio, que a gente chegava com as calças cheias de carrapicho, um bebedouro. Besta, né?", o professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) minimizou as queixas, e o professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista) ironizou "Reivindicação sem moral [risos]".

O professor Vicente Walmick Almeida Vieira¹⁴⁸ (professor Walmick Vieira, 3 dez. 2020, entrevista) endossou as reclamações colocadas pelo professor Machado, mas fez ressalvas: "Era mais radicalismo de jovem mesmo, não era nada crucial, era mais essa coisa de faltar limpeza de banheiro, faltar água para beber" e explicou a tática dos estudantes organizados para desestabilizar o governo militar:

Foi uma política do DCE de 67, 68. O DCE tinha uma orientação política de questionar a ditadura usando problemas específicos de cada lugar. Isso aí era geral, era trabalhador de fábrica, era estudante, era professor, quem tivesse problemas para questionamentos. Foi assim que começou essa questão lá da Física, baseada nos problemas específicos; teve uma ampla adesão aqui. Agora teve a influência externa. Primeiro foi o maio de 68 lá na França. A Física da USP – o Instituto de Física lá da USP – teve um papel preponderante aí, quer dizer, de exemplo, né, só de exemplo. E, com isso, aproveitou essa orientação política de basear nos problemas específicos, então gerou uma correnteza que foi insuportável para a resistência do outro lado.

¹⁴⁸ Vicente Walmick Almeida Vieira, bacharel (1968) e mestre (1980) em Física pela UFC e PhD em Física (1985) pela *University of Copenhagen* (Dinamarca). Participou da fundação do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da UFC.

“[...] *Quem não se lembra da revolução de Maio de 1968, dos estudantes de Paris, que cunharam em suas universidades o famoso dístico ‘É proibido proibir’? E da Primavera de Praga?*” (GOMES, 1999, p. 211). O movimento estudantil, operário e político, dito por Woods (2016, p. 100) como “[...] a maior greve geral da história [...], uma insurreição social sem precedentes”, mobilizou a juventude de maneira quase inexplicável. Em Ramalho (2002, p. 243), o céu é o limite, literalmente, para entender a utopia:

[...] como os movimentos de libertação no 3º mundo, as convulsões sociais na Europa, o levante de maio na França e as manifestações estudantis em grande parte do mundo, além da revolução nos costumes e a explosão criativa no campo artístico e cultural, ocorreram em virtude da grande e explosiva conjunção de Plutão com Urano no signo de Virgem.

Embora Thiollent (1998, p. 64) afirme que “[...] Já foram publicados centenas de livros e milhares de artigos sobre os acontecimentos”, o levante social mundial de maio de 1968 (VENTURA, 2018) continua vivo e as memórias de coetâneos do movimento de greve e ocupação do IFI (1968) acrescentam novos fios à história, conectando a agitação dos estudantes brasileiros à rebeldia dos pares franceses.

No batalhão dos estudantes franceses grevistas, Salazar (2018, p. 128) cita “[...] *la clausura de la Sorbona, recuerda los cuarenta mil estudiantes afectados, cifra que incluye a los de Nanterre*”, e Gomes (1999) posiciona os milhares de jovens rebeldes, valentes, românticos e ousados que se uniram para lutar pelas liberdades democráticas, solidários aos massacrados na Guerra do Vietnã¹⁴⁹.

[...] O que acontecia em Fortaleza então não era diferente do que ocorria no Rio, em São Paulo, em Paris, em Praga e até nos reacionaríssimos Estados Unidos. As bandeiras eram: solidariedade ao povo vietnamita e, fundamentalmente, a retomada das liberdades democráticas. (GOMES, 1999, p. 214).

O momento político de turbulência social global ficou marcado na memória do professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista) junto com reminiscências do período de conclusão da graduação em Física na cidade de São Paulo, beneficiando-se de política educacional da UFC voltada para os destaques da categoria dos discentes:

¹⁴⁹ A Guerra do Vietnã é considerada um dos conflitos mais emblemáticos e violentos da Guerra Fria. A guerra durou 16 anos (1959 a 1975) e teve fim com a retirada das tropas dos Estados Unidos do território vietnamita.

[...] eu, nessa época, estava na USP, como aluno, fui para lá em 68 para fazer o último ano. A gente fazia o último ano na USP não era porque não tinha professor aqui, não, é porque era orientação política do departamento, que os alunos que eles consideravam melhores tivessem acesso a um outro ambiente que não fosse o daqui, só para variar um pouco a 'receita', né, para não ficar preso a um grupo só.

Martins Filho (1983, 1996a) alude a diversos convênios de cooperação acadêmica com organismos governamentais, instituições de ensino e fundações privadas, nacionais e estrangeiras. De acordo com o professor Walmick Vieira, diretamente ligado aos Institutos de Física da USP e da UFC, em 1968 os movimentos de ocupação estudantil aconteceram em cadeia. No IFI da USP, foi disparada a revolta, e os estudantes no IFI da UFC seguiram o exemplo.

[...] A USP serviu de exemplo porque é um centro maior, né? Na hora que a USP ocupou, a Física ocupou, deu força para cá. Não houve interferência direta, não; foi simplesmente um exemplo. Aí eu digo: 'Eu não tenho o que fazer aqui, vou para o Ceará, vou ajudar lá' [...]. Aí vim para cá [...]; cheguei de noite e, no outro dia, eu estava lá, me meti aqui e fiquei o semestre todinho. (WALMICK VIEIRA, 3 dez. 2020, entrevista).

No primeiro semestre do ano letivo de 1968 do IFI, o professor José Machado (14 jun. 2019, entrevista) estava na pequena turma que cursava o terceiro ano: “*Eu era do terceiro ano, só tinha cinco alunos eu, Bede¹⁵⁰, Mozart, Rogério e uma menina que eu não lembro o nome dela*”, mas o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) lembrou: “*Neuma?*”. “[...] *é a Neuma*”.

O curso de Física não era o preferido da maioria das postulantes a uma vaga na UFC, observou o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista): “*Pessoal ali que era mulher, naquele tempo, era só a Marlúcia¹⁵¹, né? Miriam, a Eloneid¹⁵²[...]*”. “*E a Neuma*”, disse o professor Machado (14 jun. 2019, entrevista). “*E a Neuma. A Eloneid era da turma mais nova. Foi minha aluna naquele tempo*” disse o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista), quem continuou: “*Outro que era estudante naquele tempo era o Tarcísio, né?*”; “*Continua sem juízo até hoje, né?*”, observou a esposa, a professora Mazé (14 jun. 2019, entrevista), e ele completou: “*Ele foi para o Chile, né, lá ele pegou de novo a rebordosa*”. A professora Mazé (14 jun. 2019, entrevista) ratificou a informação: “*Ele foi primeiro para a França [...]*”; “*É, primeiro para a França*”, concordou o professor José

¹⁵⁰ Eduardo Bede Barros é professor efetivo do Departamento de Física da UFC.

¹⁵¹ Maria Marlúcia Freitas Santiago é professora aposentada do Departamento de Física da UFC.

¹⁵² Eloneid Felipe Nobre é professora aposentada do Departamento de Física da UFC.

Evangelista (14 jun. 2019, entrevista), e a professora Mazé (14 jun. 2019, entrevista) finalizou: “*Depois da França, ele foi para a Suécia*”.

Na memória do professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista), ficou marcada a presença política dos estudantes simpáticos à ideologia comunista: “[...] *a direção do Diretório era praticamente toda do PC do B e fazia parte também da direção do DCE, que era quase toda do PC do B, com o Genoíno¹⁵³ à frente*”. A informação tem o acordo de Barroso (2019) e Maia Júnior (2008, p. 230), que cita o “[...] caso do DCE, dirigido no início de 1968 por uma frente com maioria do PC do B [...]”.

“*Genoíno foi logo preso, no começo [...]*”, lembrou a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista), de acordo com o esforço do sistema para sufocar o poder de lideranças estudantis. A censura e o controle ideológico nas unidades da federação foram rigorosos, com o Dops vigiando de perto o comportamento social à caça de comunistas (BARROSO, 2019; GOMES, 1999; MAIA JÚNIOR, 2008). O sistema perseguiu, prendeu, torturou e eliminou opositores (CENTENO, 2014; GORENDER, 1987). O meio estudantil era campo fértil para plantar a resistência, mas o combate e a repressão não aliviavam para os jovens, lembrou o professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista): “[...] *A juventude era influenciada pelo PC do B, né, pelo menos influenciada. Tinha alguns que eram membros do partido e outros eram só torcedores [...]; não houve essa coisa amigável, não. Era muito... era porrada*”.

No passado, o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) idealizou a utopia: “*As organizações de esquerda queriam fazer a revolução socialista; o movimento estudantil era secundário*”. Décadas depois, contudo, ele revisitou o contexto político e ressignificou as armas disponíveis para aquela luta, entendendo que apenas a rebeldia juvenil e a militância dos estudantes não seriam bastantes para concretizar a transformação. Faltou o apoio institucional de políticos no Congresso, conforme o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista): “[...] *o PC*

¹⁵³ “José Genoíno Guimarães Neto nasceu em Quixeramobim (CE), em 3 de maio de 1946. [...] Em 1967, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PC do B) [...]. Em julho de 1970, foi para a região do Araguaia, no sul do Pará, local onde o PC do B desenvolvia a chamada ‘guerra popular prolongada’, que em seguida foi nomeada de Guerrilha do Araguaia. [...] foi preso pelos militares [em 1972] [...], durante cinco anos, sendo, em 1977, libertado. Em 1979, foi anistiado [...] em 1981 se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), iniciando sua carreira parlamentar em 1982, como deputado federal por São Paulo, na legenda do PT” (SILVA, 2019, p. 43), tendo sido deputado federal em 1982 e reeleito em 1986, 1990, 1994 e 1998. Foi presidente nacional do PT de 2003 a 2005.

nunca elegeu nem dez deputados, não era o perigo que eles falavam". Sobre este tema, ele e o professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista) concordam:

[...] O problema também é que nós éramos poucos alunos e muito poucos professores. E desses professores a grande maioria era... Eram gente boa... Mas era gente conservadora; tinham medo de tudo. Então, só escapavam mesmo, que eu me lembro, o Evangelista e o Rodger, os dois que escapavam da mesmice de ser. Era tudo gente boa, mas, assim, acomodados; não queriam muita confusão, não [...].

Ao contrário dos conservadores professores acomodados, os estudantes esquerdistas ativistas se envolviam em seguidas confusões, inclusive os secundaristas do Liceu do Ceará. O professor Machado recordou o episódio em que ele e a turma usaram a violência em protesto contra agências dos Estados Unidos que produziam, na análise de Arroyo (2011), um currículo oculto, aqui entendido nos termos de Silva (2011, p. 79): caminho de escolarização pelo qual “[...] aprendem-se [...] atitudes e valores próprios de outras esferas sociais, como, por exemplo, aqueles ligados à nacionalidade [...]”. Assim se posicionou o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) sobre essa temática:

[...] Os secundaristas invadiram o Usis¹⁵⁴, quebraram tudo, era vizinho à Casa Parente, serviço de informação dos Estados Unidos. No Liceu, por exemplo, eles foram na sala de aula da gente convidar para assistir a filme no Usis, de química, física, biologia. No começo, depois foi mudando para propaganda dos Estados Unidos, foram inserindo devagar e com pouco; tinha só propaganda. Daí a gente se reuniu e decidiu: vamos quebrar. O pessoal era maluco mesmo. Fomos lá para dentro; sentamos para assistir aos filmes; tinha um americano vermelhão, um dos nossos pegou um cinzeiro bem grande. Batemos na cabeça dele, ele desmaiou, daí quebramos tudo, levamos os livros todos e fomos embora. A gente era tão contra o americano [...].

O episódio histórico de quebra-quebra no Usis, “[...] em meio a uma manifestação de repúdio à ditadura por ocasião do assassinato do estudante Edson Luís”¹⁵⁵ (MAIA JÚNIOR, 2008, p. 229), ocorreu em 1º de abril de 1968, em Fortaleza. Os “cerca de cinco mil” (BARROSO, 2019, p. 164) estudantes partiram da Faculdade de Direito em direção ao centro da cidade, quando se aproximaram do escritório estadunidense e um grupo se destacou, avançando contra a agência oficial de propaganda da cultura dos Estados Unidos (MAIA JÚNIOR, 2008).

¹⁵⁴ *United States Information Service* (Usis), outro nome para a agência estadunidense de informação.

¹⁵⁵ Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista assassinado por policiais militares em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, durante confronto no restaurante universitário Calabouço.

A luta por liberdades democráticas preencheu as memórias de militância do médico Mariano Freitas. Em 1967, ele ocupou a presidência do DA XII de Maio, do curso de Medicina da UFC, e recorda o protagonismo dos estudantes contrários à manipulação ideológica estadunidense travestida de apoio cultural: “Por mais de uma vez, invadimos e quebramos a Agência Americana USIS, encarregada de fazer ‘intercâmbio cultural’ entre brasileiros e americanos” (FREITAS, 2001, p. 106).

O professor Walmick Vieira foi conselheiro do DCE quando os três Institutos (Matemática, Física e Química) possuíam um só DA, ainda vivo na memória do professor Machado (14 jun. 2019, entrevista): “*Olha, olha, o nosso era João XXIII*” e ressaltou o apontamento na pesquisa: “*Anota aí: o nome do nosso centro acadêmico era João XXIII*”, reforçado pelo professor Rodger Rogério (26 jun. 2019, entrevista): “*Era, João XXIII, né?*”. “*Um outro que se envolveu na ocupação lá da Física, que era presidente do Diretório, foi o Bergson, que depois morreu no Araguaia*”, recordou a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista), e o professor Machado (26 jun. 2019, entrevista) observou: “*Vice-presidente do DCE*”.

Entre 1967 e 1968, Bergson Gurjão Farias¹⁵⁶ (Química) e Sérgio Miranda de Matos Brito¹⁵⁷ (Matemática) alternaram a liderança estudantil do diretório dos IBs. Em 1968, o guerrilheiro do Araguaia assumiu a vice-presidência do DCE, e Sérgio Miranda de Matos Brito ficou como presidente do DA João XXIII, dos IBs, conforme a Ata da 255ª SE (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 8).

[...] Em 1967, o Bergson era presidente e o Sérgio era vice-presidente. No ano seguinte, o Bergson foi ser vice-presidente do DCE, e o Sérgio ficou presidente do Diretório dos Institutos. Então, era mais ou menos assim: era seguir a orientação deles; era um grupo organizado, tinha muita vivência [...]. (WALMICK VIEIRA, 3 dez. 2020, entrevista).

Aos aguerridos militantes estudantis cabia a missão de organizar a revolução. Diante da causa social maior, os estudos, a formação acadêmica e até a realização pessoal/profissional representavam meros detalhes. Quanto a isso, o

¹⁵⁶ Bergson Gurjão Farias, ativista e guerrilheiro brasileiro, nasceu em Fortaleza, Ceará, em 17 de maio de 1947, e morreu no Araguaia, em maio de 1972. Foi integrante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o destacamento de Guerrilha do Araguaia (MOURÃO; VENÍCIUS, 2012).

¹⁵⁷ Sérgio Miranda de Matos Brito, nascido em Belém, em 23 de novembro de 1947, e morto em dezembro de 2012. Em 1968, participou do Congresso da UNE em Ibiúna (SP); foi preso e expulso da UFC em 1969, com base no Decreto-Lei nº 477/1969. Foi candidato ao Senado Federal em 1986 pelo PC do B. Em novembro de 1988, foi eleito vereador constituinte em Belo Horizonte, com a quinta maior votação do município. Em 2005, desligou-se do PC do B e filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e se candidatou à prefeitura de Belo Horizonte, em 2008, sem sucesso, assumiu a presidência da Fundação Leonel Brizola (BASTOS, 2021).

professor Serejo (26 jun. 2019, entrevista) recordou: *“Teve um detalhe, o Bergson Gurjão era militante; não comparecia às aulas, e eu estava novo, né, e o pessoal: ‘Cadê a chamada?’”*. *“Não. Naquele tempo não fazia chamada, não; começou a fazer depois [...]”*, observou professor Machado (26 jun. 2019, entrevista), e a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) completou: *“A partir daí, da ocupação, depois, foi obrigado a fazer chamada”*.

Em 1968, a prática de chamadas de alunos nas salas de aula não ocupava a rotina dos cursos dos IBs. A administração dos IBs tinha problemas estruturais, precisava consolidar o corpo docente e ampliar as turmas de discentes dos cursos. Contudo, a rebeldia do estudante do curso de Química Bergson Gurjão exigiu providências e o professor Serejo (26 jun. 2019, entrevista) recordou: *“Transferiram o Bergson para a sala do Rodger e era o mesmo assunto, aí o Bergson viajou [...]”*. *“Deve ter ido para o Araguaia. Eu estou lendo um livro que diz que a primeira pessoa a morrer no Araguaia foi o Bergson”*, acrescentou o professor Machado (26 jun. 2019, entrevista).

Se restaram informações do ocorrido na ocupação do IFI (1968) provenientes de fontes institucionais, o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) não tem esperança: *“[...] Ah! Isso aí a negrada escondeu tudo”*. A pesquisa, contudo, localizou documentos da UFC com vestígios da crise estudantil do IFI. Por outro lado, fontes orais de coetâneos do curso de Física trazem documentos mnemônicos permeados de subjetividade e ressignificações.

Passados tantos anos, a conjuntura tensa de 1968 pareceu mais leve, para o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista):

“[...] Aquela situação foi muito engraçada, né, porque era muita doidice aquele negócio ali [...]. Antes, foi antes do AI-5 [...]; eu me lembro o seguinte: os alunos ocuparam o prédio. Todos os prédios lá foram ocupados, aí não entrava ninguém. Aí foi aquela coisa. A reitoria, né, sem saber o que fazer.”

O prof. Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista) situou os eventos no tempo: *“[...] tinham começado as aulas; tinham começado as aulas [...]”*, e o professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) adiantou: *“[...] quem provocou foi o Reitor, quer que eu explique como foi a confusão? [...]”*, mas o professor José Evangelista (14 jun. 2019,

entrevista) não ouviu bem: “[...] Hein? Era o Pedro Barroso¹⁵⁸, era?”. O professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista) buscou na memória: “Não, era o [...]”, e achou detalhes da decoração da reitoria: “*Eu me lembro que tinha um tapete assim de pele; a gente se preocupava [inaudível] [sorrisos]*”.

O ME era nos IBs, mas a ocupação se limitou ao prédio do IFI, disse a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista): “*A ocupação foi só da Física [...]*”, e o professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista) concordou: “[...] só no IFI; ocupação mesmo do prédio só no IFI; aliás, eu morei lá um bocado de tempo quando eu voltei. Peguei minha cama de campanha para armar e fiquei lá”.

Os alunos daquele tempo recorreram ao professor José Evangelista: “O Godofredo era Física, e o Ézio era Química, e o Cavalcante era só Matemática”; “*Tinha o Sérgio da Matemática*” disse o professor Serejo (26 jun. 2019, entrevista), mas o professor Machado (26 jun. 2019, entrevista) explicou:

É porque o Sérgio era do Diretório [...]. Deixa eu explicar. Aí eu estava participando do movimento, mas não era cabeça de porra nenhuma. Foi uma mentira que inventaram [sorrisos]. O que eu era, era, assim... Eu era da Comissão de Defesa do DCE. Eu nunca tentei, assim, aparecer, porque a minha tendência foi para a porrada. Eu fazia karatê, aquele negócio todo. Eu participava, mas cabeça, líder, era o [...].

O professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) completou: “[...] Barreto. O Barreto era quem..., mas o Neto¹⁵⁹ também era bem falante”. O professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista) lembrou detalhes físicos: “[...] *Era aquele do... tinha o cabelo enferrujado, né?*”, e o professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) confirmou: “*É, tinha o cabelo ruivo; é o Joaquim*”. A professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) trouxe ao diálogo a recordação do colega estrangeiro de cabelos brancos que havia frequentado o curso de Física: “[...] *eu lembro do Camaño*”, e o professor Machado (26 jun. 2019, entrevista) revelou dados acerca da experiência de ativismo do físico espanhol:

[...] ele foi a mola mestra; a gente não sabia de nada. Ele chegou, tirou a viola do saco para botar ordem nas coisas; ele participou da Guerra Civil da Espanha. Tinha um grupo que revezava de noite com o rifle. Ele me ensinou

¹⁵⁸ Pedro Teixeira Barroso nasceu em Itapipoca, no Ceará (CE), em 12 de março de 1925, e faleceu em Fortaleza-CE, em 4 de junho de 1979. Formou-se pela Faculdade de Medicina e Cursos Anexos de Odontologia e Farmácia da Universidade de Pernambuco (1948), tendo sido professor e diretor da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da UFC, pró-reitor de assuntos estudantis e membro do Consuni da UFC e reitor da UFC de 1975 a 1979.

¹⁵⁹ Pedro de Albuquerque Neto é representante do DCE na 257ª SE do Consuni (26 jul. 1968).

tudinho; tática de guerrilha [...], porque a gente não sabia organizar porra nenhuma.

Os problemas do curso não se limitavam à estrutura precária, havia queixas relacionadas com o currículo: “[...] *tinha uma história que era contra a Celita*”, recordou o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista), e o professor José Machado (26 jun. 2019, entrevista) esmiuçou o quanto lembrou: “[...] *houve um problema lá que a Celita Germano botou uma questão na prova que surpreendeu todo mundo aí; revolta total [...], aí fizemos a greve*”, e a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) recordou: “*É. Era, eu me lembro, eu me lembro, agora eu me lembrei [...]*”. Sobre esses fatos, assim se posicionou o professor Machado (5 de jan. de 2017, entrevista):

Estourou a greve, a chamada gota d’água, né [...], aí nós fomos e botamos estas reivindicações: bebedouro, consertar as privadas, capinar o pátio, consertar as lousas [...]. Naquela época, botamos comissões paritárias, né, aí nós fomos falar com o reitor, na época, Fernando Leite, era o nome do reitor. A gente chamava ‘reitolete’ [risos]; cearense adora molecagem [risos] [...].

Com as queixas listadas, os grevistas procuraram o reitor Fernando Leite para apresentar reivindicações. O reitor os acalmou, pedindo-lhes que suspendessem a greve porque os pleitos seriam atendidos, disse o professor Machado (26 jun. 2019, entrevista). Os estudantes voltaram às salas e aguardaram por um mês, mas nada foi mudado, e a comissão foi cobrar do reitor o combinado, continuou o professor Machado (26 jun. 2019, entrevista): “*Fizemos uma comissão e fomos lá falar com ele. Aí ele disse: ‘Não, rapaz, vocês não entenderam, não; eu não negocio com subversivo’ [...]*”.

A rebeldia estudantil dizia respeito a uma causa social maior, o resgate das liberdades individuais e democráticas. Inclusive, a problemática se colocava mundialmente associada com o protesto ao modelo de educação-mercadoria do sistema de economia neoliberal que se consolidava (CARDOZO, 2006; PINA, 2008; SOARES; PETARNELLA, 2009). O professor José Machado (26 jun. 2019, entrevista) relatou detalhes da assembleia geral que havia sido convocada para analisar a situação e deliberações que resultaram da reunião:

[...] aí convocamos assembleia geral. Aí, nessa época, na França, a Universidade de Sorbonne estava sendo ocupada pelos alunos, aí eu propus, inspirado na ocupação em Sorbonne: ‘Vamos ocupar o curso de Física’. Sempre tem o pessoal do deixo disso. Rapaz, várias pessoas: ‘A gente pode perder o curso; pode ser expulso da universidade, perder o

ano'. Mas, quando foi na hora da votação, foi quase 100% a favor da ocupação. Nós saímos da assembleia geral, da sala lá, lá no prédio da Física, e fomos, nos dirigimos ao diretor e fomos comunicar o diretor do curso. Chegamos na sala do diretor, era bem pequenininha: 'Nós viemos falar com o senhor'. Ele fechou a porta. Nós botamos porta adentro, entramos e comunicamos. Era o professor Newton de Almeida Braga; ele não acreditou, a ficha não caiu, aí tocaram o telefone na sala, e nós: 'Não atende, não!'.

"Foi. Teve gente que subiu em cima da mesa, não foi? Eu estava lá quando subiram em cima da mesa [inaudível]; Tarcísio [inaudível] em cima da mesa", a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) lembrou a rebeldia estudantil, e a pesquisadora perguntou: *"Tarcísio? Era aluno?"*. O professor Serejo (26 jun. 2019, entrevista) respondeu que era aluno do Instituto de Matemática, confirmando o ato de rebeldia sobre a mesa do diretor Newton Braga. A pesquisadora perguntou se o diretor se encontrava sentado à mesa, e a resposta foi dada pelas vozes do professor José Evangelista, do professor Machado e da professora Mazé: *"Estava!"; "Aí pronto. Depois desse dia, saiu todo mundo; ninguém entrava mais. Só ficaram os estudantes controlando todo o departamento"*. A professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) relembrou o início da ocupação e o professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista) trouxe detalhes de protocolos adotados pelos ocupantes: *"[...] para entrar, tinha que assinar um documento concordando com a nossa ocupação"*, bem como detalhes da rotina dos ocupantes: *"[...] o pessoal se organizou, tinha gente responsável pela limpeza; tinha gente responsável pela biblioteca, viu. A gente assumiu as coisas de uma maneira organizada"*. Também *"[...] tinha o Nelson Rosinha, que era o prefeito [...]"*, acrescentou o professor Machado (26 jun. 2019, entrevista), e a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) confirmou:

É. Foram definidas tarefas [...], porque foi definida a responsabilidade, distribuída tarefa, porque, quando fechou, não entrava. Só entrava estudante, não entrava funcionário, não tinha quem limpasse, então foi definido quem que ia ser encarregado da limpeza, quem que ia ser encarregado da segurança, para não permitir que alguma coisa fosse, né, destruída, enfim. Tinham coisas estabelecidas. Eu não lembrava mais, você tem razão. O prédio ficou fechado [...].

"Daquele pessoal da confusão eu lembro que tinha o Rogério", adiantou o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista), mas a adesão à ocupação não foi unânime: *"Tinham uns estudantes que não participaram, né?"*, recordou a professora Mazé (14 jun. 2019, entrevista), e o professor Machado (14 jun. 2019,

entrevista) procurou nomes nos escaninhos da memória: “[...] eu acho que o Bede, o Mozart e o Rogério, que iam se formar, disseram que não iam participar”.

Além dos subversivos, ditos inconvenientes e contrários ao desenvolvimento do país, Braghini e Comeski (2015) abordam o representante estudantil crítico dos movimentos revolucionários de esquerda que floresciam na América Latina. Mesmo os neutros eram citados na imprensa como estudantes democráticos, conformados com a situação política, pensadores da realidade e representação do bem. Alguns estudantes democráticos chegaram a ir até Brasília “[...] apontar sugestões ao projeto de extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE)” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 951).

O sistema se serviu dos estudantes dispostos a militar pela obediência ao regime, vigiar o comportamento social e disciplinar os pares com tendência esquerdista. Os escolhidos constituíram a Polícia Estudantil, “[...] que trabalhava na vigilância do comportamento estudantil em parceria com o Comissariado de Menor e a polícia militar, fiscalizando o lazer dos estudantes, inclusive nos prostíbulos” (SILVEIRA, 2011, p. 3-4). Em Fortaleza, o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) vivenciou a formação, a atuação e o desmonte da Polícia Estudantil:

Criaram em 67 uma polícia estudantil que se aproximou da Polícia Civil, fez uma sede e ficou Polícia Estudantil. Entravam em teatro, não pagavam ônibus, não pagavam filme, aí acabou; quando foi em 68, a gente acabou com a Polícia Estudantil, mas tinha confronto [...].

Nessas alturas do turbulento ano de 1968, a ocupação do curso de Física da UFC já chamava a atenção da mídia, recordou o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista): “*Aí estourou a notícia: nessa época, não tinha TV como hoje, a gente tinha um rádio portátil; a notícia noticiava na rádio Verdes Mares; estourou em edição extraordinária: o edifício ocupado*”.

Para o professor Machado, a ocupação havia durado 30 dias, mas o professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista) corrigiu:

Não. Foi mais. Foi mais. Mesmo depois que as coisas se acalmaram e passou a haver uma colaboração de parte a parte, o pessoal estava dentro, ainda estava lá. O pessoal se organizou; o restaurante universitário era nosso; quem mandava no restaurante era o DCE; o DCE era dono do restaurante e era nosso.

“*Sabe onde é o curso de História da UFC atualmente? Ali era o restaurante universitário e funcionava a sede do DCE. Nós tínhamos um curso de*

karatê com 120 homens que treinavam diariamente só para brigar com a polícia”, lembrou o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista), descrevendo o plano de estudos acadêmicos feito pelos estudantes na ocupação que se prolongava, ao encontro da atenção dos conselheiros nas pautas das reuniões do Consuni na UFC, em que os debates giraram em torno das agitações estudantis e repressões policiais do ano de 1968. O professor Machado (5 jan. 2017, entrevista) disse ainda:

Nós organizamos assim: o pessoal do segundo ano dava aula para os do primeiro ano; o pessoal do terceiro ano dava aula para os alunos do segundo ano; e os do quarto ano faziam seminário. Nós ocupamos a faculdade e a cantina para poder garantir a alimentação. A gente parava os ônibus e pedia dinheiro; fazíamos pedágio: ‘Ó, dá para ajudar os estudantes na luta contra a ditadura?’.

De acordo com a ata da 255ª SE do Consuni, o acadêmico José Genoino Neto compareceu à reunião de 28 de junho de 1968, convocado pelo reitor Fernando Leite, “[...] em virtude de não terem sido ainda designados oficialmente os representantes do órgão estudantil junto ao Conselho Universitário” (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 1). A informação acima foi destacada do documento, a fim de problematizar dados em Maia Júnior (2008, p. 226), citando editorial de *O Povo* (22/23 set. 1968, p. 7), em que consta a invasão da reitoria da UFC por um grupo de estudantes inconformados com:

[...] o não reconhecimento da figura de José Genoino Neto como presidente do DCE por não ser aluno da Universidade Federal do Ceará, e sim da Faculdade de Filosofia, uma das muitas unidades de ensino ligadas a [sic] Universidade Federal do Ceará. (MAIA JÚNIOR, 2008, p. 226).

Na ata da 255ª SE consta explicação diversa para a não oficialização da posse de José Genoino Neto na presidência do DCE em 1968. Ao esclarecer ao conselheiro Padre Francisco Batista Luz o fato de o referido representante estudantil presente estar impedido de exercer o direito de voto, o reitor se reportou a exigências legais relacionadas com a obrigatoriedade de matrícula no 2º ano do curso.

[...] Embora incompatível para fazer parte do Conselho, compareceu à sessão, por ter sido convocado pelo Magnífico Reitor, o Presidente do DCE, acadêmico José Genoino Neto [...] em resposta a um pedido de esclarecimento formulado pelo Conselheiro Padre Francisco Batista Luz, explicou o Magnífico Reitor que o Presidente do DCE, embora presente à sessão, não poderia, entretanto, exercer o direito do voto, tendo em vista ser êle [sic] aluno do 1º ano da Faculdade de Direito, só podendo, portanto, ser empossado oficialmente no cargo depois de passar para o 2º ano do

Curso, de acôrdo [sic] com o que determina a lei [...]. (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 5).

Pontua-se o dissenso acerca do curso que José Genoino Neto frequentou em 1968, se na Faculdade de Filosofia, se na Faculdade de Direito, e nota-se que a ata acima referida não destacou a lei à qual se referiu. A pesquisa a documentos oficiais da instituição não localizou o Regimento da UFC no ano de 1968 e a busca por informações acerca dos critérios de nomeação dos representantes estudantis nos colegiados traz dados do Regimento da UFC de agosto de 2019.

O Capítulo III, Seção III, do Regimento Geral da UFC (UFC, 2019), trata dos Órgãos de Representação Estudantil, especificamente o artigo 205, com as exigências para o deferimento dos registros dos aprovados: a) serem alunos matriculados; b) estarem cursando, pelo menos, três disciplinas no período letivo.

De volta à Ordem do dia da 255ª SE do Consuni, em substituição ao “[...] eminente Professor Renato de Almeida Braga, recentemente falecido” (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 4-5), foi eleito o novo vice-reitor, o professor Aílton Gondim Lóssio, empossado no cargo. O conselheiro Newton de Almeida Braga estava presente à sessão, mas coube ao magnífico reitor a tarefa de informar a crise que se prolongava no IFI, segundo o ofício de 7 de junho de 1968.

[...] um expediente datado de sete (7) do mês em curso, originário do Instituto de Física desta Universidade. Através do ofício em referência, reportava-se o Diretor do citado Instituto aos fatos ali ocorridos com respeito a uma greve decretada anteriormente pelos alunos do referido estabelecimento. Ao mesmo tempo em que informava terem os alunos grevistas ocupado as dependências pertencentes àquela unidade de ensino, acrescentava que, ouvido preliminarmente o corpo docente, tomara a deliberação de manter fechadas tôdas [sic] as demais dependências, como também no sentido de mandar fazer cessar as respectivas atividades didáticas, solicitando, finalmente, fôssem [sic] adotadas, pela Reitoria, as providências cabíveis, quando só então voltaria o Instituto às suas atividades normais [...]. (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 8).

De acordo com o documento, o reitor relatou providências para a solução da problemática no IFI e assinalou que “[...] dessas providências participaram conjuntamente não apenas o Diretor como também professôres [sic] e alunos do Instituto de Física, além do vice-reitor para assuntos estudantis” (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 8), tendo passado a palavra ao presidente do DA João XXIII, presente ao recinto por autorização da presidência para prestar esclarecimentos.

O presidente do DA João XXIII, Sérgio Miranda de Matos Brito, tomou a palavra e fez o relato da crise, em acordo com as recordações do professor

Machado, quando abordou as reclamações dos estudantes a respeito das instalações precárias do curso e a atitude omissa da direção do estabelecimento.

[...] Durante vários minutos usou da palavra o Presidente do Diretório Acadêmico João XXIII, fazendo, na oportunidade, amplo relatório dos fatos, que, no seu entender, haviam criado clima favorável ao surgimento da greve finalmente decretada pelos alunos do Instituto de Física e reportando-se, por igual, à atitude tomada posteriormente quando da ocupação das dependências da unidade pelo corpo discente, em sinal de protesto em face do não atendimento de inúmeras reivindicações feitas à direção do estabelecimento [...]. (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 8).

De acordo com a Ata, foi aprovada a Comissão para mediar entendimentos e providenciar a solução definitiva para o impasse no IFI. Para a comissão, o reitor sugeriu e foram aprovados os nomes dos conselheiros Wagner Turbay Barreira, Carlos Roberto Martins Rodrigues, Prisco Bezerra e Eduardo Sabóia de Carvalho (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 9).

No Memorial da Universidade, a pesquisa localizou a edição de julho/agosto de 1968 do Boletim Universitário da UFC com a publicação citando problemas entre os corpos docente e discente do IFI, os nomes dos professores da comissão que mediu entendimentos e a volta à normalidade no IFI (BOL-UNIV-CEARÁ, 1968, p. 210):

NORMALIDADE NO INSTITUTO DE FÍSICA

Por indicação do Magnífico Reitor Fernando Leite, o professor Raimundo Alberto Normando historiou todos os entendimentos havidos entre os corpos docente e discente do Instituto de Física, funcionando, na qualidade de mediadora, a comissão constituída pelos professôres [sic] Wagner Turbay Barreira, Carlos Roberto Martins Rodrigues, Prisco Bezerra e Eduardo Sabóia de Carvalho. Concluiu afirmando que as atividades do Instituto de Física voltaram à normalidade, professôres [sic] e alunos caminhando lado a lado para um perfeito entrosamento e procurando soluções racionais para os problemas que lhes diziam respeito.

Segundo a nota acima, houve entendimentos com o corpo discente do IFI, mas o texto não relaciona sequer um representante dos estudantes. A pesquisadora leu o conteúdo da nota acima aos coetâneos dos movimentos de greve e ocupação do IFI (1968). O professor José Evangelista não se recordou da ação desta comissão na intermediação da crise estudantil de 1968 no IFI. Para o professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista), a nota se tratou de mera formalidade “[...] essa nota da reitoria era uma nota proforma, porque era um jeito de acalmar as coisas, um jeito de ponderar; na verdade, não houve acordo nenhum, essa coisa amigável, não, era muito era porrada [...]”.

Em junho de 1968, o regime militar caminhava a passos largos para o fechamento total. A repressão policial recrudescera assim como a resistência popular à ditadura, e a pauta da 255ª SE tratou dos excessos da violência policial contra os estudantes em torno da estátua de José de Alencar, no Centro de Fortaleza, Ceará, “[...] quando foram cercadas todas as saídas e os policiais foram dispersar o comício” (MAIA JÚNIOR, 2008, p. 91).

Diante de opiniões opostas, o conselheiro Carlos Roberto Martins Rodrigues, representante da Faculdade de Direito, pediu a palavra para esclarecer os motivos de recuar a proposta submetida ao Conselho, no sentido de ser publicada nota de solidariedade às reivindicações estudantis referentes a matérias educacionais e de repúdio aos excessos da polícia na UFC, “[...] sentindo que sua proposição iria ser rejeitada” (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 2).

Presente, o presidente do DCE, José Genoíno Neto, denunciou a invasão policial da Faculdade de Odontologia e pediu a publicação de “[...] nota oficial a ser divulgada através da imprensa desta Capital” (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 9) e condenou os excessos de violência policial contra estudantes universitários, alguns deles gravemente feridos e outros ainda detidos e impossibilitados de fazer provas.

A sugestão da nota pública com solidariedade às reivindicações dos estudantes, satisfação pela receptividade do governo diante dos válidos reclamos, apelo às autoridades competentes para a liberdade dos estudantes detidos e apoio à Universidade brasileira foi aceita pelos presentes, exceto pelo conselheiro Wagner Turbay Barreira, que votou contra a publicação da nota (CONSUNI, 28 jun. 1968, p. 9-10).

Consoante Pinheiro (1997, p. 158), “[...] Há um consenso geral entre os teóricos de que a esfera política constitui um campo no qual os agentes sociais formulam os seus interesses e buscam os meios para satisfazê-los”, mas o ambiente de repressão, característico dos regimes ditatoriais, influencia escolhas e divide opiniões na hora em que o justo vai de encontro à pressão do estabelecido pela força institucional.

A ocupação do IFI (1968) começou motivada, com a presença de muitos estudantes e o apoio dos diretórios, como disse o professor Machado (5 jan. 2017, entrevista): “*No começo, estava a maioria; com um mês, estava mais ou menos um terço; vai esvaziando; eu fiquei até o fim [...]*”, mas a pressão institucional e o esvaziamento de grevistas amotinados enfraqueceram o movimento que caminhava

para o fim. Contudo, restava ao comando do movimento planejar uma estratégia vitoriosa politicamente e ganhos para a luta estudantil.

O professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) recordou detalhes das negociações entre estudantes e professores para o fim do impasse no curso de Física: “[...] *É, mas o que aconteceu foi... pelo menos o seguinte: chegou um ponto lá em que o pessoal queria voltar, né? Aí, não tinham muito canal, né? Não falavam com o Quindão, né?*”. E o professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) confirmou: “*Quindão era o Newton Braga, né?*”. “*É [...]*”, respondeu o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) e continuou: “[...] *nem com o Normando. Com quem eles foram atrás? O Rodger, eu e o Serejo. Não me lembro se... Não sei se eles procuraram também o...o...o..., me lembro desses três, nós três. Nós fomos numa reunião, tu lembra?*”. Voltando-se para o professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista), mas a lembrança daquela reunião histórica para o IFI escapou da memória do amigo, restando um sinal de negação e a observação “*Eu lembro do Padre Machado [...]*”.

Ao contrário do amigo, o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) tem nítida a recordação, incluindo detalhes: o lugar, o grupo, o período e a particularidade da ocasião em que os ocupantes buscaram a ajuda daqueles professores mais democráticos e receptivos para negociar o fim do movimento da greve, ocupação e interdição do prédio do curso de Física:

Pois eu me lembro dessa reunião. Lá mesmo no prédio que a gente conseguiu entrar porque eles fizeram a reunião lá e chamaram a gente. Nós três, acho que você ‘tava’ lá. Já no fim. No fim do primeiro semestre. Nessa reunião ‘tava’ todo mundo querendo voltar. Os estudantes querendo voltar. Não tinha mais...

O professor Machado (14 jun. 2019, entrevista) completou “*Estava esvaziado [...]*”, e o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) seguiu com a recordação daquele momento decisivo para os estudantes:

Estava esvaziado e tudo. Aí alguém deu uma sugestão. Eu gostaria de ter sido eu, mas não fui eu, não, que era a seguinte: volta, libera o prédio, mas o segundo semestre não vai ter aula. Vai ter uma Comissão de Professores, Estudantes, de todo mundo, no semestre todo, mudando o currículo, para mudar o currículo, arranjar novos, é... livro-texto, enfim, ajeitar o curso de Física [...].

Diante da narrativa com tantos detalhes, a pesquisadora perguntou ao professor Serejo sobre a lembrança desta reunião, mas ele não se recordou, e o

professor José Evangelista (26 jun. 2019, entrevista) acrescentou, em relação ao colega: *“Ele estava lá. O Rodger também não lembrou, não. Essa reunião ficou na minha cabeça porque ela foi realizada, eles me procuraram lá em casa [...]”*, e a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista), que já era esposa, à época, também recordou: *“Me lembro, o Bergson estava lá”*, e o professor José Evangelista (26 jun. 2019, entrevista) procurou na memória outros nomes da comissão discente: *“Tinha outros também, não me lembro quem foi [...]”*; *“[...] pequeno, grupo pequeno”*, disse a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista), lembrando que pessoalmente não havia participado da reunião com professores e estudantes que havia negociado o fim da ocupação do IFI (1968).

A seriedade da tensa conjuntura que se arrastava no IFI marcou a memória do professor José Evangelista (26 jun. 2019, entrevista) e também a tentativa dos estudantes de encerrar a crise com ganhos institucionais: *“É... alguém sugeriu que o movimento acabasse e no segundo... já estava perto do segundo semestre, não lembro se era maio ou era junho, a data eu não me lembro, mas já estava lá, e no segundo semestre não houvesse aula, que fizessem várias comissões [...]”*, e a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) completou *“[...] para discutir uma reestruturação do Instituto”*.

As recordações dos coetâneos de 1968 no IFI estão em acordo, inclusive, com reminiscências do professor Walmick Vieira (3 dez. 2020, entrevista) acerca das atividades do IFI no segundo semestre letivo de 1968: *“A partir do... diria... não vou precisar com exatidão, mas eu diria que a partir de final de agosto, começo de setembro em diante foi de colaboração entre comissões que estudavam a mudança de currículo, por exemplo [...]”*.

O curso de Física suspendeu as aulas, mas não para todos. *“Aí, nessa hora que o Mozart, o Rogério e o Bedê não quiseram, né, que pediram para dar aula para eles porque, no fim do ano, iam colar grau”*, concluiu a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista).

O movimento de greve e ocupação estudantil do IFI (1968) conquistou a atenção da direção do curso para que o currículo fosse reformulado, inclusive com a adoção de nova referência didática: *“A gente mudou ali o texto”*, lembrou o professor Rodger Rogério (14 jun. 2019, entrevista), e o professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) acrescentou referências às memórias: *“Mudamos para o Berkeley; criamos um curso de Física geral que era bem... bem...”*, e o professor Rodger

Rogério (14 jun. 2019, entrevista) completou “*Introduçãozinha*”. O professor José Evangelista (14 jun. 2019, entrevista) explicou melhor:

Isso... Pegamos esse livro, que era ‘para’ o camarada entrar... não entrar logo de cara, entrava devagarzinho, esse termo, esse livro aí. E aí foram feitas várias sugestões que eu não me lembro mais. Foi sugerida uma mudança de currículo. E a grande sorte que eu acho desse negócio aí é... como houve essa pacificação, quando veio o AI-5, em novembro, estava pacificado, não estava havendo confusão nenhuma.

Os estudantes que enfrentaram a autoridade militar e acadêmica ocupando o IFI (1968) conquistaram ganhos para a categoria, ao contrário do que se esperaria como desfecho para a rebeldia naquela conjuntura política de recrudescimento da força militar. Contudo, o gozo da vitória foi curto para os subversivos.

Na reunião da 257^a SE, de 26 de julho de 1968, entre os presentes estavam João Luiz Simões Hortêncio de Medeiros e Pedro de Albuquerque Neto, respectivamente, vice-presidente e representante do DCE, que comunicou ao egrégio Conselho a prisão do acadêmico José Genoio Neto, o presidente do DCE, “[...] detido em São Paulo desde o dia vinte e dois (22) do mês em curso” (CONSUNI, 26 jul. 1968, p. 2) e destacou o reconhecimento ao esforço da reitoria e do conselheiro Carlos Roberto Martins Rodrigues, representante da Faculdade de Direito, e as providências adotadas pela instituição.

Em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o AI-5, o fim das liberdades civis, manifestações políticas e ida dos esquerdistas para a clandestinidade. Em acordo com Grinberg, Araújo e Quadrat (2016), os brasileiros vivenciaram o fim do direito ao *habeas corpus*, fechamento do Congresso, cassação de mandatos políticos, suspensão de eleições democráticas, censura, prisões arbitrárias, bipartidarismo restritivo e ataque direto ao ME.

Para dentro das universidades públicas e privadas, o AI-5 foi levado através do Decreto-Lei nº 477 de fevereiro de 1969. O ‘decreto proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores e estabelecia punições sumárias, como a imediata expulsão sumária do estabelecimento para quem o infringisse’. (LACERDA, 2016, p. 158).

Em 28 de novembro de 1968, o marechal Artur Costa e Silva assinou a Lei nº 5.540/1968, que fixou normas de funcionamento para o ensino superior e sua articulação com o ensino médio, promovendo a Reforma Universitária. Na UFC, a professora Mazé (26 jun. 2019, entrevista) recordou algumas das mudanças que

impactaram a rotina estudantil no sentido de enfraquecer a articulação política e o ativismo da categoria dos discentes:

Eles tomaram umas certas medidas que, na época, eu, particularmente, encarava como sendo uma forma de atrapalhar o movimento estudantil, porque, por exemplo, nos nossos horários de aulas tinham sempre duas horas de aula, aí tinha um intervalo de uns dez minutos, depois outra aula, né? Depois eles emendaram; uma aula emendava na outra, sabe, não tinha mais, não tinha intervalo, antes tinha, não teve depois da... reforma.

A Figura 2 ilustra o histórico reencontro dos simpáticos coetâneos da década de 1960 do IFI, ocorrido no dia 14 de junho de 2019, em Fortaleza, Ceará. À esquerda, o professor Machado; ao centro, o professor José Evangelista; e, à direita, o professor Rodger Rogério.

A partir do AI-5, o regime endureceu completamente. Como um golpe dentro do golpe, o período mais sangrento da ditadura militar ficou conhecido como os Anos de Chumbo. Por um lado, restrição das liberdades civis e licença estatal para a violência institucional do regime: sequestrar, prender, torturar e matar adversários (GODOY, 2014), por outro, os revolucionários de esquerda que combateram na clandestinidade, nas guerrilhas, protagonizando a luta armada (CENTENO, 2014; VASCONCELOS, 1997).

Em 17 de outubro de 1978, a EC nº 11 revogou o AI-5 e, após uma ampla mobilização social, em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia abriu o caminho para a redemocratização, pondo fim ao bipartidarismo e ampliando, inclusive, o espectro da esquerda partidária no cenário político brasileiro.

Na década de 1980, a democracia brasileira ganhou força pela luta popular e sindical, de onde se destaca, em 10 de fevereiro de 1980, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a ampla mobilização social, entre 1983 e 1984, que reivindicou eleições diretas para presidente no movimento Diretas Já (NAPOLITANO, 1995). Em 15 de novembro de 1986, tomaram posse os deputados da constituinte, que funcionou até 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Carta Magna de 1988.

Nos anos finais de 1980 e início da década de 1990, os estudantes voltaram às ruas das capitais brasileiras com as faces pintadas de verde e amarelo, na vanguarda do movimento dos Caras-Pintadas. A articulação que envolveu a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) resultou na mobilização nacional contra o governo de Fernando Collor de Mello,

iniciado em 15 de março de 1990. Diante da abertura do processo de *impeachment* por crime de responsabilidade, o governante renunciou à presidência em 29 de dezembro de 1992.

Figura 2 – Em 2019, ocorreu o reencontro de coetâneos do IFI de 1968. À esquerda, José Machado (à época, estudante no IFI), no centro, José Evangelista (professor no IFI), à direita, Rodger Rogério (professor no IFI)



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019).

Os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003) foram sucedidos pelos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que governou consecutivamente de 2003 a 2010. Com expressiva aprovação popular, ele entregou a nação à presidenta Dilma Rousseff (PT) em 1º de janeiro de 2011, que concluiu o primeiro mandato e foi reeleita em 2014, mas enfrentou um polêmico processo de *impeachment*, tendo sido destituída do cargo em 31 de agosto de 2016.

4.4 Narrativas da ocupação da Faced (2016)

No tumultuado contexto social e político de 2015, a proposta de reorganização escolar do governo paulista movimentou secundaristas de São Paulo

(PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016) e inspirou a sublevação de jovens nas cidades e capitais do país. No movimento de greves e ocupações de centros e faculdades pelos universitários da UFC em 2016, narrativas de ocupantes da Faced (2016) abordam a participação de ativistas secundaristas de Fortaleza na ocupação daquela faculdade.

4.4.1 “Fora, Temer” e a PEC da morte

As Jornadas de Junho de 2013 assinalaram o retorno dos grandes movimentos sociais no Brasil, mas Souza (2015, 2017) assevera que as manifestações iniciadas com a revolta de populares frente ao aumento das passagens no transporte público paulista (CASTELLS, 2017) foram capitalizadas e manipuladas por setores partidários específicos para atingir objetivos maiores na política nacional (SOUZA, 2016).

Em 1º de janeiro de 2015, a mandatária petista iniciou o quarto ciclo governista na condução do país sob conjuntura de grave crise econômica e social (BOITO JÚNIOR, 2016), com reflexos para a massa de jovens em idade produtiva que foram favorecidos por programas e políticas educacionais fomentados nos governos progressistas, principalmente, mas não encontraram postos qualificados de trabalho. A confiabilidade no governo foi corroída, e a oposição, representada pela direita conservadora, tirou proveitos políticos.

Para incitar a opinião pública contra o governo, foi utilizada uma artilharia midiática, desde a “[...] máquina de propaganda partidária [...] Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado)”, em acordo com Lopes (2016, p. 120), disparando seguidas manchetes de ataques à governante, amplificando a insatisfação das massas e projetando nacionalmente a rejeição à Dilma Rousseff e ao PT.

Em 2 de dezembro de 2015, o pedido de afastamento da presidenta foi acolhido sob acusação de crime de responsabilidade fiscal, mas houve controvérsias. Quinalha (2016, p. 131) contesta o argumento e aponta motivações políticas para abertura do processo de *impeachment*, afirmando ter sido “[...] instaurado por ato do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como uma retaliação ao governo por não ter apoiado sua defesa no processo administrativo que corria contra ele na Comissão de Ética”.

Em 2016, a tumultuada conjuntura sociopolítica brasileira girou em torno da polêmica do controverso *impeachment*. A sociedade ficou dividida entre os satisfeitos com a retirada de Dilma Rousseff e do PT do poder e os indignados que acusavam o Golpe de Estado (PRONER *et. al*, 2016), “[...] a cargo de expoentes do rentismo internacional, nas figuras do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central” (JINKINGS, 2016, p. 13), e pediam “Fora, Temer!” (SINGER *et al.*, 2016).

O vice-presidente, Michel Temer, assumiu o Executivo enfatizando a problemática da dívida pública e as novas diretrizes governamentais: mudanças na política econômica e uma série de reformas constitucionais (PMDB, 2015). O programa a ser implementado foi analisado como sendo o resgate do neoliberalismo em sua plenitude, segundo Paulani (2016, p. 74), que asseverou tratar-se da agenda “[...] (do modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma [...]” (PAULANI, 2016, p. 74).

Alheia à alternativa de rever o pagamento de juros da dívida pública para corrigir o déficit do orçamento, a plataforma do governo Michel Temer propôs alterações constitucionais na política de gastos sociais: “[...] em primeiro lugar, acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e educação [...]” (PMDB, 2015, p. 9-11). O Novo Regime Fiscal desvincula despesas primárias atreladas a dispositivos legais, ou por obrigatoriedade ou por indexação obrigatória dos valores.

A PEC nº 241/2016¹⁶⁰ foi enviada ao Congresso Nacional a título de solucionar a crise fiscal. A partir de 2017 e por 20 anos, despesas relacionadas com encargos sociais: saúde, educação, previdência, segurança, defesa do meio ambiente, manutenção de estradas e pagamento de salários dos servidores públicos destes serviços não poderiam crescer mais do que a inflação medida a cada ano, independentemente dos crescimentos do país: demográfico e econômico registrados no período (AMARAL, 2016).

A PEC movimentou o debate com críticas de segmentos da sociedade. Especialistas em Educação avaliaram os reflexos da lei de teto de gastos nas políticas educacionais. Sobre o PNE 2014-2024, por exemplo, constatou-se que a política fiscal inviabilizaria o cumprimento das metas do documento, com conclusões

¹⁶⁰ No Senado, a proposta tramitou como PEC nº 55/2016. A PEC nº 241/55 foi promulgada na EC nº 95.

drásticas: “[...] o PNE estará ‘morto’ e o poder é de total ‘destruição’” (AMARAL, 2016, p. 653). Em diversas cidades e capitais do Brasil, estudantes organizaram a resistência contra o governo Temer e a aprovação da PEC nº 241/55 (MACÊDO JÚNIOR, 2020; RÊDES, 2018).

Citando Castells (2017, p. 32), “[...] Sem ter a pretensão de atingir a objetividade”, reconstituem-se histórias do levante estudantil na UFC e do movimento de ocupação da Faced (2016), a partir de narrativas de protagonistas destes movimentos. As entrevistas perfazem um volume imenso de informações classificáveis em diversas categorias. Assim, os objetivos desta pesquisa nortearam a seleção dos dados que são expostos na sequência.

4.4.2 Prelúdios dos movimentos na UFC e da ocupação da Faced (2016)

No Departamento de Educação da UFC, desde 2015, pós-graduandos promovem momentos de formação política, debatendo a conjuntura e proposições, relembrou PG6. Ele milita na organização socialista Movimento por uma Alternativa Independente Socialista (Mais)¹⁶¹: *“Nós somos dissidentes do PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado]; havíamos passado por uma ruptura no mês de julho. Isso a gente está falando outubro/novembro, então a gente é muito recente também”* (PG6, 30 nov. 2017, entrevista).

Os avisos nos flanelógrafos e o disparo de mensagens nas redes sociais atraíam estudantes ativistas e simpatizantes de movimentos sociais para as reuniões em que se refletiam o cenário político e os problemas educacionais do país.

[...] a gente só queria fazer um debate de ideias, ver como o outro estava pensando [...] vinha gente da Fаметro [Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza], gente da Uninassau [Centro Universitário Maurício de Nassau], gente da... outras... Fateci [Faculdade de Tecnologia Intensiva] [...] IFCE [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará], gente da UECE [Universidade Estadual do Ceará], gente da UFC de vários cursos [...] Aí, gente, o que que a gente vai fazer?’. ‘Vamos chamar os outros estudantes, chamar o DCE, marcar uma audiência, começar a marcar um ato’. E aí os estudantes dos seus diversos cursos começaram a pressionar, até que chegou no DCE. Como chegou no DCE, eu não sei dizer, mas, assim, em algum momento chegou no DCE, na direção, e aí começaram a acontecer alguns chamados, alguns atos [...]’. (PG6, 30 nov. 2017, entrevista).

¹⁶¹ Organização política de esquerda que se fundiu com a Nova Organização Socialista (NOS) para formar a Resistência PSOL – 50, organização de trabalhadores e jovens e corrente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido fundado em junho de 2004.

Para PG5 (29 mar. 2017, entrevista), a trajetória de formação acadêmica ocorreu concomitantemente à de conscientização política inspirada por teorias de “[...] Marx [...] ele não pensa a educação desvinculada do processo de luta transformadora [...] como uma ferramenta de transformação social [...]”. PG5 chegou a militar no PSTU¹⁶², mas deixou a organização socialista para integrar o coletivo Mais, segundo ele, projetado nacionalmente, mas que em Fortaleza tem considerável peso de participação no debate político, com militantes estudantis e de diversas associações e organizações sindicais.

Nós temos vários companheiros, várias companheiras em sindicatos importantes, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, os Rodoviários de Fortaleza, Trabalhadores da Confecção Feminina, estudantes na Universidade Federal, na UECE, professores inclusive que são do Andes [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior] são parte desse coletivo também, então, assim, é um coletivo que vem de longe, embora recente [...]. (PG5, 29 mar. 2017, entrevista).

Em 2016, a conjuntura tumultuada pela destituição de Dilma Rousseff e pela entrada do impopular Michel Temer movimentaram o meio educacional, com ativistas “De norte a sul do país [...] levantando bandeiras por ‘Fora, Temer’ e ‘em defesa da democracia’ [...]. A primeira experiência de ocupação universitária [...] surge na Universidade Estadual do Oeste do Paraná” (MACÊDO JÚNIOR, 2020, p. 28) e inspirou levantes estudantis Brasil afora.

O movimento se espalhou por capitais e, “[...] quando se concretizou na UnB, a gente também entrou no clima [...], era uma novidade muito desafiadora [...]; precisávamos que as organizações apresentassem pautas, junto aos estudantes”, disse o cientista social Matheus Figueiredo Pereira (Matheus Figueiredo) em entrevista realizada via WhatsApp¹⁶³ em 8 de fevereiro de 2021, filiado ao PT desde 2012 e militante no Coletivo Núcleo Popular¹⁶⁴. Ele esteve à frente da categoria dos discentes da UFC na gestão 2016-2017 do DCE.

De acordo com Matheus Figueiredo, em 2016, junto com o DCE, ele participou da articulação de greves e ocupações de Centros da UFC, no comando do movimento e como porta-voz dos discentes, bem como fazendo a interlocução

¹⁶² Organização socialista fundada em 1993. Reivindica o marxismo revolucionário com arrimo nas teorias e práticas de Leon Trótski e Nahuel Moreno (SILVA, 2001).

¹⁶³ Aplicativo de troca de mensagens e realização de chamadas mais popular do planeta na atualidade.

¹⁶⁴ Movimento social político cearense fundado em 2015 que tem como tarefa organizar as juventudes nas frentes do Movimento Estudantil, Territórios, Setoriais e Cultura e Trabalho.

com a imprensa e a instituição. Ele falou sobre diretrizes do movimento: “[...] *uma das nossas principais preocupações era preservar a legitimidade das organizações coletivas. 2013¹⁶⁵ havia nos dado uma lição cruel sobre a criminalização dos partidos e das organizações [...]*” (PEREIRA, 8 fev. 2021, entrevista).

A legitimação da articulação estudantil envolveu contatos interinstitucionais concentrados com o vice-reitor e o pró-reitor de assuntos estudantis da Universidade. Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) disse: *“Lembro de ter trocado dois ou três telefonemas com o professor Henry, mas todos informalmente e no sentido de tranquilizar sobre o não dano ao patrimônio da Universidade”*. À frente do DCE, ele acompanhou a organização dos estudantes nos campi da capital e do interior do Ceará e destacou o avanço da consciência política da classe: *“Uma geração nova a se forjar em um processo de luta real e de combate verdadeiramente militante”* (PEREIRA, 8 fev. 2021, entrevista). A fala de G5 (18 jan. 2017, entrevista), que protagonizou a ocupação da Faced (2016), vai ao encontro dessa afirmação: *“Meu crescimento pessoal foi grande nessa ocupação, porque foi uma experiência inédita para mim”*. Segundo o dirigente estudantil, a exemplo de G5, muitos jovens se sentiram motivados para o engajamento e protagonizaram movimentos de protestos e ocupações:

Eu estava na ocupação do meu curso, Ciências Sociais, mas rodei por todos os cursos que estavam em greve ou ocuparam. Fui participar das assembleias de Crateús e Quixadá, que não ocuparam, mas deliberaram greve e agendas de luta. Aqui em Fortaleza, promovemos ações com os cursos do Porangabussu, de diálogo e sensibilização da comunidade. O mesmo aconteceu no Pici. A gente saía da ocupação para conversar com as pessoas sobre a razão de estarmos ali. E éramos respondidos com solidariedade. Várias doações [...]. (PEREIRA, 8 fev. 2021, entrevista).

A experiência no ME de ocupação foi uma novidade positiva na vida do graduando em Pedagogia. G3 (4 jan. 2017, entrevista) disse que a experiência na ocupação ensinou a metodologia de uma assembleia: *“Eu não tinha conhecimento de ocupação; eu não tinha participado de um movimento como esse; e eu não sabia que era tão bem organizado [...]; nós vivenciamos uma série de processos”*.

Na gestão 2016-2017 – “Todo Mundo no DCE” –, Matheus Figueiredo ocupou o cargo de secretário de finanças e teve o nome aprovado pelos presentes para presidir a Assembleia Geral (AG) de 3 de novembro de 2016, na Concha

¹⁶⁵ Em 2013, as Jornadas de Junho de 2013 foram o ciclo de manifestações nacionais marcadas pelos grandes protestos sociais contra a corrupção nos partidos políticos.

Acústica da UFC, de acordo com a Ata no Anexo D. A sessão estudantil deliberou a agenda de resistência ao desmonte de políticas educacionais do governo Michel Temer e documentou a participação de 2.101 associados. A tensão daquele histórico encontro estudantil Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) reviveu com bom humor: “*Foi uma assembleia difícil [risos]; [...] era necessário sermos sucintos*”.

Segundo a ata da assembleia (Anexo D), a grande quantidade de inscrições para solicitar o direito à fala gerou um impasse, ficando limitadas ao número de dez. Acabadas as dez falas, a assembleia foi consultada em três oportunidades e, por contraste, rejeitou novas inscrições, conforme o documento. O conturbado momento político se refletiu nos ânimos dos presentes à AG, porém não menos que a ansiedade dos grupos que foram ao encontro dos discentes da UFC comprometidos com prévias decisões tiradas nas assembleias dos seus cursos.

A experiência política dos pós-graduandos da UFC egressos da UECE facilitou a articulação do ME. PG1 (16 jan. 2017, entrevista) é militante estudantil desde a graduação, quem disse: “*Eu fui do CA lá na UECE [...]; quem foi do ME sempre vai [...] não existe ex-ME*”. Para os ativistas da Faced, a agenda do dia 3 de novembro foi preenchida por atividades da militância, organizando o movimento e exortando pares para a causa. O grupo coletou recursos financeiros, adquiriu materiais, confeccionou cartazes e participou de manifestações estudantis de outros cursos que visitaram a Faced durante o dia. PG1 (16 jan. 2017, entrevista) assim narrou tal fato:

[...] Houve esse momento [...] de fazer a passagem em sala para chamar para a assembleia geral ainda pela manhã do dia 3 de novembro. A gente se reuniu aqui embaixo, nessas duas mesas grandes [...]. A gente conseguiu tirar alguns alunos de sala para confecção de cartazes. A gente passou o chapéu, conseguiu uma graninha e foi comprar tintas e cartolinas [...] e nisso as pessoas foram chegando [...] as pessoas da pós-graduação foram as que chegaram mais [...] foi o dia todo assim [...] na hora do almoço, houve um cortejo que foram alguns cursos, Psicologia, Letras [...] era um cortejo grande, devia ter umas 40 pessoas passando em todos os prédios da UFC [...] foi quando a gente tentou chamar mais a atenção da Faculdade de Educação [...] na hora que esse cortejo passou, viu que a gente era daqui e deu a fala para a gente; quando deu a fala, o PG3¹⁶⁶ foi quem falou nesse momento [...] a gente estava na confecção de cartazes, de repente o cortejo... ‘Aí! Vocês são daqui? Gente, a Faculdade de Educação também está se mobilizando!’ [...].

¹⁶⁶ O nome do ocupante citado foi omitido em acordo com o Termo de Consentimento firmado entre entrevistados e pesquisadora.

Os processos de educação informal ocorrem fora de uma estrutura curricular, mas fazem parte da formação que ocorre ao longo da vida, em que a construção de saberes acumulados nas práticas está mediada por experiências diárias e de relações com o meio (BRANDÃO, 2007).

Sobre a movimentação política dos pós-graduandos na Faced, PG3 (17 jan. 2017, entrevista) disse que chegou a ouvir “*A pós-graduação nunca havia feito isso*”, mas ele justificou: “*A crise da educação no nível superior já chegou na pós-graduação [...] se tivesse bolsa para todo mundo [...] evento para todo mundo, duvido que a pós-graduação tivesse se inserido*”.

No ano letivo de 2016, o interesse de criar o Fórum da Faced para a pós-graduação esteve nos debates dos pós-graduandos em Educação, disse PG2. Ele foi ativista no coletivo Barricadas Abrem Caminhos, que depois virou Rompendo Amarras e agora é o Rua Juventude Anticapitalista¹⁶⁷, mas se afastou de movimentos e coletivos em 2013 por não se identificar com as proposições políticas. Dias antes da AG, de maneira informal, ele disse que havia feito uma provocação ao PG3: “*[...] eu tinha falado [...] brincando: ‘E aí, vamos ocupar?’*” (PG2, 17 jan. 2017, entrevista).

[...] teve um ato na terça, antes do feriado de Finados, que foi um ato muito político, muito interessante. A professora [...] ela acompanhou a gente para fazer a chamada da disciplina lá na Gentilândia. E aí, antes desse ato mesmo, antes de começar, a gente já tinha conversado sobre a necessidade da gente criar um fórum na pós-graduação. Aí a gente marcou uma reunião [...] fizemos uma reunião sobre a necessidade da gente se organizar enquanto pós-graduação. Acho até que foi na própria terça-feira, não lembro. E aí, depois dessa reunião, teve a puxada pelo DCE, lá na Concha Acústica [...]. (PG2, 17 jan. 2017, entrevista).

Ao recordar fatos que marcaram passagens da vida, as necessidades ligadas ao pragmatismo se sobressaem sobre as minúcias do recorte de tempo e a releitura do vivido amplia o significado e a importância das vivências. Vasconcelos e Araújo (2016, p. 17) ressaltam que “[...] o silêncio e o esquecimento são também reveladores de conflitos [...]” e precisar a data no calendário confunde a recordação e se torna irrelevante.

O engajamento nos movimentos políticos de PG7 (28 fev. 2019, entrevista), em Fortaleza, Ceará, deu-se na adolescência: “*Envolvida nas coisas da escola [...] a escola em que eu estudei [...] ela dava choque quando chovia [...] as*

¹⁶⁷ Desde 2014, atuante no movimento estudantil, feminista, negro, LGBT, ambiental e indígena. Disponível em: <https://www.movimentorua.org/#quem-somos> . Acesso em: 23 fev. 2021.

paredes, e a gente se envolveu numa luta muito forte dentro da comunidade para a reforma da escola". No grupo da Faced que foi à Concha Acústica em 3 de novembro de 2016, havia porta-voz definido e proposições prontas para serem defendidas na assembleia, de acordo com as narrativas de PG7 (28 fev. 2019, entrevista), que disse militar no coletivo Círculos Populares¹⁶⁸:

[...] nós já tínhamos acertado quem seria porta-voz da proposta, né, de ocupar por Centro [...] no dia da AG [...] aconteceu um problema que eles simplesmente 'traçaram' a minha fala, eles não deixaram eu falar [...] eu fui reivindicar o direito [...] gerou uma tensão especialmente entre os estudantes da Pedagogia [...] a gente tinha tirado uma posição de que nós íamos ocupar [...].

Diante de um histórico de vivências repleto de política e cultura: vivências no grupo de teatro Flores do Lixo, no grêmio escolar, nas lutas sociais e na rádio comunitária articulando os movimentos do bairro, PG7 reviveu a frustração que o grupo em que ele estava sentiu na AG, por não ter conseguido dirigir a palavra à assembleia. Para PG1 (16 jan. 2017, entrevista), a supressão da fala do colega foi "tática da mesa" diretora da assembleia e abordou a influência partidária do PT e do Coletivo Levante Popular da Juventude¹⁶⁹ na gestão do DCE. Para ele, esta é uma problemática vivida por outras instituições, ressaltando a oposição política ao DCE exercida igualmente no ME da UECE.

[...] o DCE daqui da UFC ele é do Levante Popular da Juventude, que é a juventude do PT [...]. O Levante abarca o ME [...]. Nós fazemos a oposição [...]. Eu já vivia essa situação lá na UECE; quando eu cheguei aqui, que eu vi que o curso de Pedagogia também faz oposição ao Levante, fiquei muito feliz [...]. (PG1, 16 jan. 2017, entrevista).

Posicionados ao lado do DCE, ou fazendo oposição ao diretório central, o certo é que, diante do anúncio da PEC nº 241/2016, nos diversos centros da UFC, os estudantes se uniram na mobilização contra a iminente destruição da cobertura social conquistada na Constituição de 1988. Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) reconhece a relevância do ativismo estudantil dos cearenses na historiografia dos movimentos sociais nacionais: "O movimento estudantil do Ceará

¹⁶⁸ "Movimento social organizado por território com atuação prioritária nas comunidades e inserção no movimento de mulheres, movimento negro". Disponível em: <https://wsf2018.org/grupos/circulos-populares/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

¹⁶⁹ Fundado no Rio Grande do Sul em 2006. Organiza jovens militantes em torno de bandeiras da luta de: camponeses, juventude negra, populações da periferia dos centros urbanos e estudantes.

sempre teve um papel protagonista; daqui saíram figuras importantes para o cenário nacional e que combateram em grande medida”.

Em 2016, ativistas da UFC se organizavam para a culminância do debate na AG e o graduando G3 recordou algumas das discussões que aconteciam no diretório do curso de Pedagogia. Nas assembleias do Centro Acadêmico (CA) Paulo Freire, os estudantes debatiam a conjuntura e deliberavam encaminhamentos, antes mesmo da reunião geral de 3 de novembro.

[...] teve uma assembleia do CA Paulo Freire, da graduação, dois dias antes dessa quinta-feira, no [dia] primeiro [...] havia uma série de discussões [...] havia uma unidade no sentido de ter que fazer alguma coisa, e a ocupação era uma das medidas que todo mundo estava apoiando ser tomada. [...] No dia seguinte, houve a da pós-graduação e, por coincidência, eu estava no prédio [...] o pessoal da pós-graduação também disse que, independentemente do que acontecesse na quinta, eles também iriam ocupar o prédio [...] na quinta feira, para mim, já estava tudo decidido [...]. (G3, 4 jan. 2017, entrevista).

Para Francisco Arnaldo Lopes Bezerra¹⁷⁰ (Arnaldo Bezerra, 13 jan. 2017, entrevista), o percurso de formação política no ME teve início em 1996, no grêmio da escola de ensino fundamental: “[...] no movimento estudantil... *É uma coisa [...] por mais que você se afaste, você não consegue, você tem o ar militante [...]*”. Ele celebrou o início da ocupação da Faced (2016): “*Tinham pessoas que nunca se engajavam no ME, ocupando. A gente fica super alegre porque é uma força a mais: ‘Pô! Nunca esperei que fulano estivesse aqui’*”.

De 2001 a 2004, Arnaldo Bezerra (13 jan. 2017, entrevista) foi filiado ao PT: “*Aquele típico militante de carteirinha*”, mas deu uma parada na militância para construir a carreira no magistério. Cursando Pedagogia, em 2016 Arnaldo Bezerra (13 jan. 2017, entrevista) participava do CA Paulo Freire: “*Nossa gestão não fez divisão de cargos, mas sim de comissões*”. Na comissão de acervo e cuidando da *xeroteca* e arquivo de documentos do CA Paulo Freire, Arnaldo Bezerra acompanhava a movimentação estudantil (13 jan. 2017, entrevista), para quem ainda não estava certa a ocupação do curso, mas era evidente a influência dos coletivos na condução da política estudantil do curso de Pedagogia:

[...] houve algumas reuniões antes, a gente fez, a gente, que eu digo, o CA, o pessoal do CA e um coletivo que é bem atuante aqui na Pedagogia, o

¹⁷⁰ Francisco Arnaldo Lopes Bezerra é graduado em Pedagogia (2017) e mestre em Educação (2020) pela UFC.

peçoal da RECC¹⁷¹ [...] quem dá sustentação à RECC? O coletivo Pedagogia em Luta¹⁷², uma quantia pequena de pessoas [...] foram eles que chegaram até o CA e lançaram essa proposta, né, foram as primeiras sementes lançadas [...] os coletivos são os embriões dos partidos [...] a gente estava por ali, a gente começava a conversar, bem informalmente, né: ‘E aí, que é a gente vai fazer?’. [...] primeiramente tinha sido feita uma assembleia para decidir se ia ter greve e foi votado não, para não ter, não na faculdade [...] não se discutia nem a ocupação em si, mas a greve [...].

PG3 (17 jan. 2017, entrevista) milita no PCB, quem fez uma análise da base que ocupou a Faced em 2016: “A base não é PCB, ela não é Mais, a base não é RECC [...] é independente”, mas admitiu uma orientação anarquista na condução do ME do curso de Pedagogia e analisou como um fator que contribuiu para a oposição ao DCE: “[...] um rompimento histórico que há entre o movimento político da Faced e o movimento da UFC como um todo, DCE, porque a Pedagogia é anarquista [...]” (PG3, 17 jan. 2017, entrevista).

G6 (8 mar. 2017, entrevista) participa do coletivo Pedagogia em Luta¹⁷³, quem falou sobre conexões da militância: “A gente é filiado à RECC [...] ligado ao Luta FOB¹⁷⁴ [...] uma proposta de nova Central Sindical”. O coletivo opta por se desvincular de partidos políticos, empresários e governos. G6 seguiu explicando alguns motivos, para quem os estudantes veem necessidade de se reunirem à parte das organizações: UNE, Ubes e alguns coletivos, porque a ligação com partidos políticos submete e restringe as pautas.

Para G6, a organização estudantil atrelada a partidos perde a essência. Ele fez menção ao ME da época da ditadura militar que considerou mais classista e combativo. É nesse sentido que, na análise de G6 (8 mar. 2017, entrevista), os ativistas estudantis, na atualidade, optam pela ação livre das amarras dos partidos políticos que “[...] deixaram de atender às pautas dos estudantes para atender às pautas dos partidos, e essas pautas dos partidos, muitas vezes, não tinham nada a ver ou eram totalmente contra as pautas dos estudantes”.

¹⁷¹ Rede Estudantil Classista e Combativa, “[...] corrente do movimento estudantil surgida em 2009 e orientada sob os princípios do antigovernismo, da democracia de base, da autonomia frente a partidos e governos, da combatividade, do antirreformismo, da ação direta e do classismo”. Disponível em: <https://avanterecc.wordpress.com/rede/cn-recc/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹⁷² Organização estudantil de base específica da Pedagogia e ligado à RECC.

¹⁷³ Coletivo formado por estudantes de Pedagogia e de pós-graduação em Educação, na luta por uma educação a serviço do povo.

¹⁷⁴ Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB) – antigo Fórum de Oposições pela Base. Teve início em 2010. Organização autônoma de partidos políticos, empresas, patrões, governos e Estado. Disponível em: <https://lutafob.org/quem-somos/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Acerca do ME de 2016, as narrativas de graduandos e pós-graduandos em Educação oscilaram entre a dúvida e a certeza, diante de qual método de luta adotar. A fala de PG6 (30 nov. 2017, entrevista) concordou com a de Arnaldo Bezerra: “*Na verdade, nem se pensava ainda em ocupar; não era necessariamente ocupar*”. No entanto, houve um consenso: foi de fundamental importância, para os universitários, o ativismo dos estudantes secundaristas (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016). Ao abordar o tema, PG5 (29 mar. 2017, entrevista) recuperou agitações estudantis nas escolas secundárias que aconteciam desde 2014:

Já em 2014, escolas secundaristas em São Paulo depois, 2015, o início do processo de ocupação dos estudantes particularmente do Paraná massivo, né, massivo, mais de mil escolas ocupadas; não é um dado qualquer de assistir no Brasil com frequência [...] aqui havia um processo de ocupação dos secundaristas também, não é, na época da greve da rede estadual [...].

PG5 se referiu ao “ciclo de ocupações de reitorias de Universidade Federais” de 2014 citado por Macêdo Júnior (2020, p. 27) contra o corte de investimentos no governo Dilma Rousseff e ao movimento de greves e ocupações das escolas secundárias de São Paulo, em 2015, que se espalhou por diversas cidades e capitais do país (GROPPO; SILVEIRA, 2020).

No Ceará, o movimento que ficou conhecido como “Revolta das Canetas [...] teve sua primeira ocupação no dia 28 de abril de 2016” (RÊDES, 2018, p. 195-196) e chamou a atenção dos universitários, inclusive dos dirigentes estudantis do DCE-UFC. Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) disse que a categoria dos discentes de nível superior estava atenta aos passos do movimento dos secundaristas, inclusive como exemplo de aprendizagens:

Nós, universitários, havíamos aprendido bastante com os secundaristas que, desde o começo de 2016, ocupavam as escolas em vários estados. Aqui no Ceará, antes das ocupações da UFC, tive a oportunidade de ajudar em algumas escolas, como o Castelo Branco e a Escola Lourenço Filho, de Crateús. Acho que esse intercâmbio que as organizações do movimento estudantil puderam experimentar ajudou na ocupação da UFC.

Os ativistas das escolas secundárias cearenses articularam redes dinâmicas autônomas para a troca de informações e partilha de sentimentos, com o apoio da internet e das redes sociais. O “[...] Brasil esteve na linha de frente dos movimentos sociais em rede em 2013 e, em menor grau, 2014” (CASTELLS, 2017, p. 176).

Ainda que o debate público tenha se dado em menor grau perante o mundo, em 2014, as páginas virtuais possibilitaram a amplificação da comunicação cidadã

localmente (MACÊDO JÚNIOR, 2020) e as notícias do levante “[...] Espalharam-se por contágio, num mundo ligado pela internet sem fio, pela rápida difusão, viral, de imagens e de ideias [...]” (RÊDES, 2018, p. 203), alcançando o debate de universitários da Faced de acordo com a colocação de PG6 (30 nov. 2017, entrevista):

[...] No segundo semestre de 2016, havia pelo Brasil o movimento de ocupação dos secundaristas, que a gente estava acompanhando, várias cidades... São Paulo... aquele projeto de fechamento lá das escolas de São Paulo [...] o que eu posso dizer é que eu lembro bastante a partir da discussão da ocupação dos secundaristas [...] aparece o movimento secundarista, digamos, agitando aí o movimento estudantil como um todo [...].

G6 (8 mar. 2017, entrevista) lembrou que, nas reuniões da Faced com graduandos e pós-graduandos, “[...] em todos os momentos falava-se em ocupação”. Os estudantes da formação *stricto sensu* esperavam a oportunidade de mobilizar a categoria na UFC; como o caso de PG1 (16 jan. 2017, entrevista), que nunca havia sido filiado a partido ou havia integrado coletivo:

Não. Sou independente, sempre fui independente [...]. Encontrei o PG7¹⁷⁵ aqui no corredor [...] comentando sobre uma reunião que havia acontecido, uma assembleia da graduação [...] com os professores [...] um colegiado, se não me engano [...] havia esse indicativo de greve, de parar, que ia acontecer a assembleia geral no dia 3 de novembro e que a gente precisava convocar o máximo de pessoas possível. [...] Eu já era do ME lá na UECE [...] Eu estava só esperando esse momento em que eu pudesse também chegar junto das pessoas, porque eu estava também muito distante de tudo, não conhecia ninguém [...] fizemos passagem em sala e fomos para a assembleia geral [...].

O tumultuado cenário sociopolítico de 2016, que reuniu o *impeachment* polêmico de Dilma Rousseff e o anúncio da plataforma de governo do Michel Temer, e as medidas econômicas impopulares motivaram a agitação da categoria de discentes da UFC, graduandos e pós-graduandos. Em particular, os ativistas do Departamento de Educação perceberam a gravidade da conjuntura e utilizaram a experiência na articulação política para organizar o ME no curso de Pedagogia, que teve características inéditas para a historiografia dos MEs da UFC.

4.4.3 Início do ME de ocupação da Faced (2016)

Na ata da AG de 3 de novembro de 2016 constam as deliberações: *greve*, aprovada sem votos contrários ou abstenções; *ato de rua após a reunião*, aprovado

¹⁷⁵ O nome do ocupante foi suprimido da fala em acordo com o Termo de Consentimento firmado entre entrevistados e a pesquisadora.

por contraste visual, sem abstenções; *ocupação dos ‘campi’ da UFC*, aprovada por contraste visual, sem abstenções; e *ocupação da reitoria*, negada, por contraste visual, sem abstenções. A AG encaminhou a reunião do comando de greve no pátio da Faculdade de História para o dia seguinte, 4 de novembro (DCE-UFC, 3 nov. 2016, p. 2), segundo o documento no Anexo D.

Sobre ocupar ou não os cursos, Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) recordou que a orientação do DCE foi a de apoiar a ocupação¹⁷⁶, mas encaminhar a decisão para as assembleias estudantis dos próprios cursos, “[...] o que aconteceu foi que a Faced foi o primeiro curso a decretar a ocupação do que todos os outros; lá eles se adiantaram”.

Corroborando Macêdo Júnior (2020), no ME de greves estudantis da UFC, em 2016, a vanguarda das ocupações dos cursos ficou com os estudantes do Departamento de Geografia, localizado no *campus* do Pici, de 1º de novembro de 2016. Nas palavras de G7 (5 abr. 2017, entrevista), eles foram exemplo para os ativistas da Faced, “[...] baseado na experiência do curso de Geografia, primeiro a ocupar e já estava ocupando [...], que era o único curso que até então estava ocupando, nós decidimos fazer parte com eles e ocupar”.

Em 2 de novembro de 2016, o DA Amélia Alba, do curso de Geografia da UFC, publicou na página oficial do DCE-UFC no Facebook¹⁷⁷ a imagem da entrada do prédio do curso com o cartaz “OCUPADO GEOGRAFIA” e uma carta aberta à comunidade, em que os estudantes denunciam a destruição de políticas educacionais. O graduando em Geografia G1 (14 dez. 2016, entrevista) concedeu entrevista um dia após a aprovação da PEC nº 55/2016, em votação no Senado Federal, e falou sobre a ocupação:

[...] tem estudantes de graduação, pós e secundarista [...] ontem foi a votação da PEC, perdemos por quatro votos, era o quórum mínimo, foram só quatro votos [...] todas essas ocupações são momentos políticos, essas articulações entre os cursos, a sociedade, a universidade foi apenas um estopim [...] a gente tem que se manter unido.

A pauta que uniu a categoria para ocupar o curso, antes da AG, elencou reivindicações relacionadas a demandas anteriores, que vinham desde o ano de 2015: permanência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

¹⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/dceufcoficial/photos/a.498573870169295/1500248920001780>. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹⁷⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/dceufcoficial/posts/1497363503623655>. Acesso em: 15 fev. 2021.

(Pibid)¹⁷⁸ nas IES, manutenção das aulas de campo e aumento do valor das diárias, café da manhã no RU, aumento da frota de transporte *intercampi* e *intracampus*, não à PEC nº 241/55, não à reforma do ensino médio e não ao projeto Escola sem Partido.

Acredita-se que integrantes do DCE-UFC foram tomados de surpresa ao tomarem conhecimento do início da ocupação estudantil do curso de Geografia dias antes da realização da AG, considerando a fala de Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista):

Havia uma orientação para a gente não fazer a ocupação antes do Enem¹⁷⁹ para preservar a realização do Enem, por isso a ideia era que a gente ocupasse na segunda-feira [...] e, na terça-feira ou na quarta-feira, já tínhamos para mais de 15 cursos ocupados [...].

No curso de Geografia, os ocupantes concordaram com a orientação do DCE e desocuparam o prédio no dia 3, permitindo a realização dos exames do concurso nacional. No dia 7 de novembro, eles voltaram a ocupar o prédio do curso e permaneceram amotinados até a assembleia do DCE de 14 de dezembro de 2016, que deliberou a desocupação. No Departamento de Educação da UFC, a história de ocupação do curso tomou outros rumos.

Quando terminou a AG de 3 de novembro (Anexo D), “[...] toda a assembleia estava indo para o ato e alguns da Pedagogia ficaram, outros foram para o ato”, disse G6 (8 mar. 2017, entrevista). Foi o caso de PG5, que descreveu o percurso junto ao grupo que participou em parte do ato de rua. Antes de seguirem na direção da Faculdade de Direito, contudo, eles deixaram a manifestação e voltaram para a Faced, a fim de organizarem a agenda das atividades do movimento.

Aí a gente vem pela avenida da Universidade [...] entramos ali na Faculdade de Economia, de Atuariais [inaudível]; teve gente que queria ir até a Faculdade de Direito, mas aí decidiram não [...] a ideia era que, a partir daquele momento de deflagração da greve, se elaborasse um calendário de atividades [...] fossem feitas essas ações dentro dos centros, fora dos

¹⁷⁸ O Pibid foi criado em 2007. Coordenado pela Diretoria de Educação Básica Presencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Pibid oferece bolsas a alunos de cursos de licenciaturas que se dedicam a estágios nas escolas públicas e aos supervisores, que são os professores das disciplinas nas escolas onde os alunos vão estagiar.

¹⁷⁹ Em 2016, os exames do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ocorreram nos dias 5 e 6 de novembro. O Enem foi instituído em 1998 para avaliar o desempenho escolar no término da educação básica. Em 2009, o Enem aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni) e convênios com instituições portuguesas.

centros, ir dialogando com os outros setores da sociedade, na praça da Gentilândia, praça do Ferreira; a ideia, a priori, era essa [...]. (PG5, 29 mar. 2017, entrevista).

Na Faced, PG1 (16 jan. 2017, entrevista) disse que havia ficado ao lado de PG7 e lembrou a fala ressentida dele, referindo-se ao ocorrido na AG, e o apoio que ele pretendia buscar no CA: *“Vou pedir para eles fazerem uma nota repudiando o que fizeram comigo, porque não me deixaram falar”*, e G2 (4 jan. 2017, entrevista) recordou o empenho para fazer o quórum para uma assembleia ali na Faced: *“Junto com outro colega do curso, fomos passando nas salas, em cada uma delas, pedindo aos professores para liberar logo os alunos para uma assembleia em frente ao CA da Faced [...].”*

No dia da AG, os estudantes que não puderam participar movimentavam-se nas redes sociais, ansiosos pelos resultados da AG, lembrou G6 (8 mar. 2017, entrevista): *“[...] Os grupos no WhatsApp perguntando: ‘Gente, como é que está na assembleia [...], o que foi decidido?’ [...]. a gente viu a necessidade de chamar [...] os professores começaram a liberar [...] a participar”*. Muitos dos discentes do curso de Pedagogia que haviam ficado nas salas de aula e queriam notícias do movimento se dirigiram ao CA do curso.

O Departamento de Educação da UFC está localizado junto a um bosque. A entrada do CA fica em frente à do Departamento e entre as duas entradas está o pátio conhecido pelos estudantes como praça do Chão, onde estavam PG1 e PG7, quando viram estudantes se aproximando:

As pessoas foram saindo da Faced; já devia ser sete e meia da noite [...] para escutar [...] estavam em aula e foram chegando [...] de repente, quando a gente olhou, tinha uma roda de pessoas sentadas, que era a inicial, e uma roda maior ainda, de pessoas em pé, várias pessoas em pé. Aí o pessoal: ‘Espera! Ainda vamos puxar umas cadeiras; vamos sentar ali debaixo da luz’; [...] fomos lá para debaixo da mangueira, que era um lugar iluminado, colocamos cadeiras [...] então, vamos buscar a caixa de som [...] depois ficou aquela inquietação no sentido de: ‘A gente está aqui, mas a gente não vai fazer nada? A gente precisa mesmo daquela assembleia para dizer o que é que a gente vai fazer?’. (PG1, 16 jan. 2017, entrevista).

A Figura 3 ilustra a reunião de 22 de novembro de 2016, na praça do Chão, em frente à entrada do CA Paulo Freire, onde aconteceu o sarau cênico com o grupo “Nós, Vós, Elas”, em parceria entre o curso de Pedagogia e a licenciatura em Teatro, na disciplina Seminário em Artes Cênicas: Voz e Docência, sob a orientação da professora Juliana Rangel.

Na última semana de novembro, o ME estava no seu auge. Além de momentos lúdicos, como o sarau cênico mostrado na imagem da Figura 3, os ocupantes da Faced organizavam seminários para o estudo de temas direcionados: “A gente pegou a PEC em mãos e começou a ler, a debater, professores explicando, a gente [...] os estudantes debatendo e tirando suas dúvidas, então foi um momento de aprendizado muito grande”, dito por G6 (8 mar. 2017, entrevista).

Figura 3 – Reunião do dia 22 de novembro de 2016 na praça do Chão, Faced, UFC



Fonte: Ocupação Faced – UFC no Facebook (2016).

No dia 3 de novembro, entretanto, a assembleia estudantil foi se formando em torno da tensão vivida na AG, bem como uma inquietação estudantil a respeito do que fazer para movimentar discentes do curso de Pedagogia contra as ameaças das políticas do governo Temer. Com o microfone à mão, as falas dos estudantes faziam análise da conjuntura nacional e reviviam as frustrações na AG, em discursos inflamados de oradores entusiasmados: “Primeiro, porque nós não tivemos nosso direito de fala respeitado; segundo, porque a gente realmente tinha tirado uma posição de que nós iríamos ocupar”, disse PG7 (28 fev. 2019, entrevista).

Discursos políticos críticos e gritos de guerra de agentes sociais revelam processos não formais de educação para a cidadania. Os sentimentos de indignação e repúdio às medidas econômicas que vinham sendo anunciadas pelo governo Temer anteviam o agravamento de problemáticas socioeducacionais, alterando

ânimos e provocando argumentações impactantes, ressaltou PG1 (16 jan. 2017, entrevista).

A concepção histórico-social de educação citada por Libâneo (2004, p. 79), “[...] no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e culturais que caracterizam uma sociedade [...]”, recorda aprendizagens da experiência no ativismo citadas por G2 (4 jan. 2017, entrevista): “*Aprendi a falar em público, questionar, criticar, correr atrás do meu direito*”; já a narrativa de PG1 (16 jan. 2017, entrevista) indica que a destreza oral de companheiros se constituiu como meta pessoal de aprendizagem: “[...] quando eu for falar em público, eu quero falar desse jeito, só vou abrir a boca agora para falar quando eu tiver uma fala bem organizada”. Dos discursos do dia 3 de novembro na assembleia da Faced, ele destacou o brilhantismo da fala de PG4: “*Uma fala arrepiante [...] firmeza [...] números, [...] dados [...] história [...] experiência de vida [...]*” (PG1, 16 jan. 2017, entrevista).

Ao narrar a deliberação da AG, G7 (5 abr. 2017, entrevista) lembrou a orientação dada pelo DCE para os estudantes preservarem o Enem, mas ele disse que o grupo em que se encontrava não aceitava a decisão e citou alguns dos receios: “*Um dos nossos medos era que, na segunda, o prédio já estivesse com a polícia, ou a direção, ou sei lá quem para impedir a nossa ocupação, porque todo mundo ia ficar sabendo que na segunda a gente iria ocupar*”. Ele chegou próximo ao ouvido de PG1 e sussurrou: “*Me responde uma coisa, tu acha que a gente precisa de quantas pessoas pra ocupar?*”.

Segundo G2 (4 jan. 2017, entrevista), naquele momento “*Éramos mais de 100 pessoas presentes: ‘Pessoal, existe a proposta de ocupar hoje, agora!’. E passou quase por unanimidade*”. As provas do Enem a serem realizadas na Faced dali a dois dias e durante todo o fim da semana suscitaram conflitos. Um dos presentes defendeu que era preciso preservar a Faced para os estudantes que fariam os exames nacionais. PG1 (16 jan. 2017, entrevista) lembrou que havia ficado indeciso e narrou os argumentos que foram postos contra a ocupação imediata da Faced:

[...] gente, eu sei que a proposta é essa e tal: demanda de ocupar a universidade, mas eu acho que a gente deveria esperar só mais um pouquinho. Quem ocupa hoje ocupa segunda, vai ter o Enem, a gente vai prejudicar muitas pessoas que estão querendo entrar na universidade, e eu acho que isso não é o certo. Se a gente está fazendo isso em prol da educação, como é que a gente vai impedir pessoas de prestarem uma seleção para ingressar no ensino superior?

Para G2 (4 jan. 2017, entrevista), as motivações que impulsionam para a luta também fazem com que ele se coloque no lugar de outros estudantes, os inúmeros jovens que sonham com a transformação da realidade de uma vida difícil e contam com uma vaga no ensino superior na esperança de um futuro melhor:

Sou filho de pais agricultores, do interior do estado, entrei na universidade pelas cotas¹⁸⁰. A MP 020¹⁸¹, que reduz as vagas, a PEC 241, que virou PEC 55 no Senado, a ‘PEC do fim do mundo’, onde congelaria os gastos públicos por 20 anos, a MP 746¹⁸², eu via tudo isso aí que iria me atrapalhar muito; pessoas como eu, filhos de pais pobres, estariam sendo interrompidas de chegarem até a universidade, e eu tinha que fazer alguma coisa, daí eu me engajei, dei minha cara a tapa.

A narrativa de G2 transborda sensibilidade e empatia. Ele tem origem humilde e seus pais não tiveram suficiente acesso à educação formal. O fato de ele estar cursando o ensino superior é motivo de orgulho para a família e de esperança para a realização de um futuro melhor. Ao ponderar os interesses em jogo, para ele, os estudantes carentes de todo o país que esperam a oportunidade de acesso à educação superior pública ficaram acima do direito de uma parcela de jovens, aqueles programados para fazer seus exames do Enem na Faced. Ele foi um dos que se posicionaram a favor da radicalização do movimento e que fizeram coro ao grito de guerra: “[...] *Ocupa, ocupa, ocupa e resiste!*”, lembrou PG1 (16 jan. 2017, entrevista).

Amado e Ferreira (2006, p. 17) asseveram que “[...] fazer História Oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos”. Na assembleia da Faced, no dia 3 de novembro de 2016, os estudantes iniciaram o movimento de ocupação do prédio do curso e assinaram páginas inéditas da historiografia dos movimentos estudantis da UFC, nas palavras de PG7 (28 fev. 2017, entrevista): “*O movimento de ocupação aqui se deu de maneira completamente diferente dos outros movimentos de ocupação*”.

¹⁸⁰ Resumidamente, o Decreto nº 7.824, assinado em 2012 por Dilma Rousseff, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, ou da educação de jovens e adultos, considerando ainda renda familiar e característica racial – preto, pardo e indígena, segundo o censo demográfico.

¹⁸¹ Refere-se à Portaria nº 20, de 13 de outubro de 2016, que dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação ofertados por IES integrantes do sistema federal de ensino.

¹⁸² Norma jurídica que reformula o ensino médio e altera a estrutura do currículo. Entre outras medidas, torna facultativa a obrigatoriedade de oferta de ensino da Arte e da Educação Física no ensino médio, permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior, modifica o currículo do ensino médio: composto por Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos específicos, definidos em cada sistema de ensino. Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC.

4.4.4 Histórias da ocupação da Faced (2016)

Os estudantes encerraram a primeira assembleia da ocupação e deixaram a praça do Chão para adentrar o prédio do Departamento de Educação fazendo barulho: batendo nos livros, gritando palavras de ordem, pulando e cantando. “A gente ficou aqui [...] no pátio em frente da cantina e foi aonde a gente foi deliberar algumas coisas pra ocupação de imediato, porque até então ninguém tinha nada”, disse G7 (5 abr. 2017, entrevista), e PG1 (16 jan. 2017, entrevista) lembrou: “*Aí foi que a professora chegou e disse: ‘Do que é que vocês estão precisando?’*”.

No primeiro dia da ocupação, havia umas 80, 100 pessoas. Dormiram no chão, nas salas de baixo: 2, 3, 10, 9, 8, 7, 6... praticamente todas ocupadas. Rapidamente tiramos as carteiras das salas e fizemos muralhas, barricadas em cada canto, na frente, e fechamos tudo. Definimos em assembleia as comissões: alimentação, estrutura, segurança, comunicação e ética. Cada comissão era autônoma. Assim que a gente ocupou, chegaram muitas doações, de professores da instituição; a própria diretora da Faced doou coisas. Muitos professores entrando em contato e pessoalmente. Começou um bombardeio de informações no Facebook: ‘Faced Ocupada!’. (G2, 4 jan. 2017, entrevista).

A Figura 4 apresenta a imagem da entrada do Departamento de Educação com a faixa “Ocupada”, cuja fotografia foi tirada no dia 12 de novembro e publicada na página da Ocupação no Facebook. A legenda na postagem convidou a comunidade de discentes para agregar o movimento. Abaixo, à direita, o cartaz com a contagem dos dias de ocupação já decorridos: nove dias.

Figura 4 – Fachada do Departamento de Educação com a mensagem: “OCUPADA”

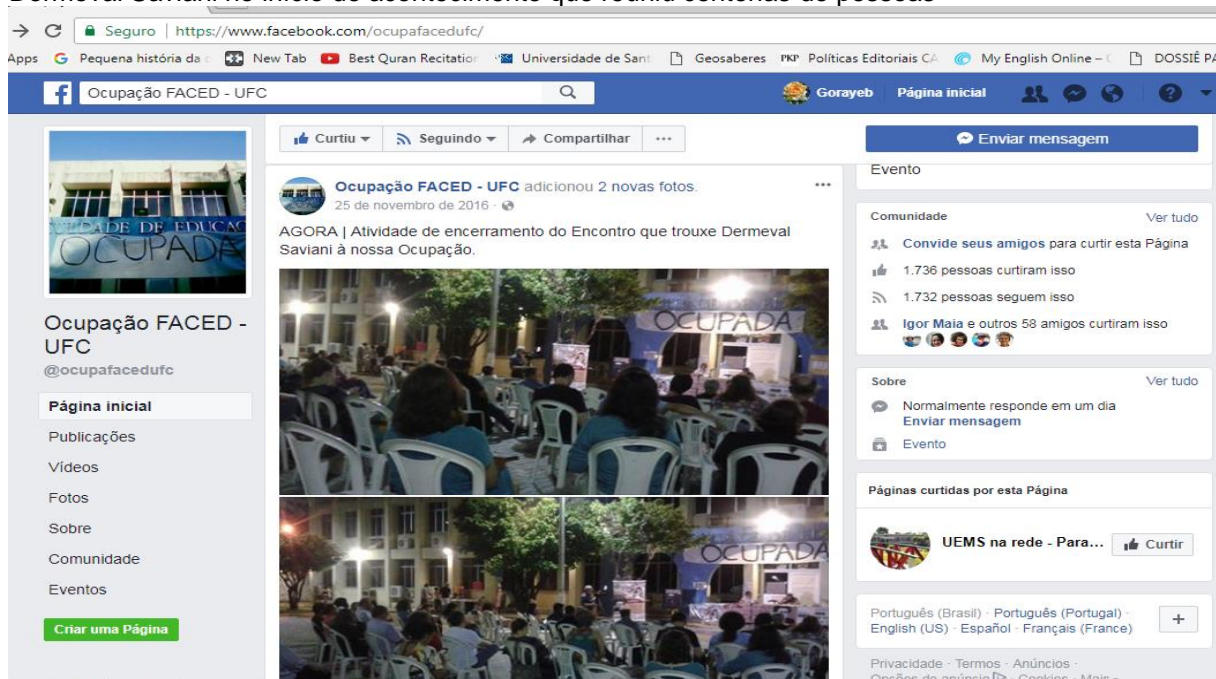


Fonte: Ocupação Faced no Facebook (12 dez. 2016).

A Figura 4 foi publicada na página do ME. Os ocupantes da Faced mantinham uma programação de atividades educativas, artísticas e políticas. G3 (4 jan. 2017, entrevista) foi um dos que disseram entrar na página para seguir o movimento: “*Sim. Principalmente para acompanhar as ações, os atos políticos, a agenda e os atos fora da UFC, fora da Faced [...]*”.

A Figura 5 demonstra a página da Ocupação Faced – UFC no Facebook e ressalta o registro da I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antônio Gramsci (Joining), cuja conferência de abertura, em 23 de novembro de 2016, com o título “Educação, Práxis e Emancipação Humana”, foi proferida pelo professor doutor Dermeval Saviani¹⁸³ no pátio em frente à entrada da Faced.

Figura 5 – Página Ocupação Faced – UFC destacando a audiência à palestra do professor doutor Dermeval Saviani no início do acontecimento que reuniu centenas de pessoas



Fonte: Facebook (2016).

Outros evitaram as redes sociais, o caso de G6 (8 mar. 2017, entrevista), que possui página no Facebook, mas disse que havia dado uma parada nos acessos: “*Questão de segurança, porque a gente não sabe o que poderia acontecer [...] eu tentei me resguardar o máximo*”. Questões diversas ligadas à segurança foram comuns nas narrativas da ocupação da Faced (2016). G2 (4 jan. 2017,

¹⁸³ Dermeval Saviani, graduado em Filosofia (1966) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Filosofia da Educação (1971) pela PUC-SP, livre-docente (1986), professor adjunto de História da Educação (1990) da Universidade de Campinas (Unicamp), professor titular de História da Educação (1993) da Unicamp e professor titular colaborador pleno do PPGE-Unicamp.

entrevista) seguiu conselhos e adotou cuidados nas publicações do Facebook: “*Eu não direcionava termo de ocupação. Nós fizemos publicação simples, que não compromettesse a gente*”.

Desde a primeira noite, não havia pousada fixa para o sono dos estudantes, mas “[...] *tinha uma sala [...] onde a segurança guardava equipamento importante que não podia sumir*”, contou PG1 (16 jan. 2017, entrevista). As comissões foram sendo criadas à medida que surgiam as demandas; a Comissão de Alimentação: “[...] *foi criada depois que a comida foi chegando [...] chegou um rapaz, tinha uma defesa de doutorado: ‘Tem alguma comissão que resolva isso?’.* ‘*Tem não, mas eu vou criar agora: a Comissão de Ética [...]*”, lembrou PG1 (16 jan. 2017, entrevista).

PG5 (29 mar. 2017, entrevista) falou sobre a horizontalidade do grupo que ocupou (graduandos, pós-graduandos, estudantes integrantes ou não do CA Paulo Freire, que não são do DCE), sobre a distribuição das tarefas: “*Tinham comissões para tudo. Comissões de Organização, de Infraestrutura, de Alimentação, de Recolher Doações, a comissão Política e de Atividade, Comissão de Cultura*”. Nas comissões, os estudantes reorganizaram as rotinas pessoais para se adaptarem às necessidades de condução do movimento de ocupação.

[...] muitos trabalhavam, então a gente se revezava; era um calendário de revezamento. Quem trabalhava no turno da manhã, para dormir, quem não podia vir à noite para dormir porque, às vezes, pais, inclusive, ficavam muito preocupados, vinham no turno da manhã ou no turno da tarde. (PG5, 29 mar. 2017, entrevista).

Os estudantes que tinham outros compromissos, além dos acadêmicos, organizaram a agenda e incluíram a ocupação para dar força ao grupo, foi o caso de PG4 (8 fev. 2017, entrevista), que negociou com a gestão da escola onde trabalhava e planejou a agenda: “*Eu passei a dormir nas terças-feiras e estar todas as tardes e todas as noites que eu podia [...] porque eu sabia o quanto era importante [...] o quanto era importante para quem estava lá dentro*”.

A Comissão de Comunicação criou a página na rede social Facebook Ocupação Faced – UFC¹⁸⁴ para fazer a “Divulgação e propaganda de tudo que acontece na Ocupação da Faculdade de Educação, que luta por uma educação

¹⁸⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupafacedufc>. Acesso em: 17 fev. 2021.

pública e gratuita”¹⁸⁵. Os cerca de 1.500 seguidores acompanharam postagens do dia 4 de novembro de 2016 a 26 de abril de 2017: mídias, eventos e informes oficiais da ocupação, mas os ocupantes optaram por não publicar a Nota de apoio ao movimento, do Departamento de Educação.

Os termos da Nota de repúdio à PEC nº 241 estavam no debate na 3ª e 4ª SE do Conselho Departamental da Faced (ConsFaced), nos dias 10 e 21 de novembro. A expressão “Apoio à ocupação dos alunos da Faced” era a preferida dos ocupantes da instalação, mas foi contestada pela diretora do curso, porque havia a possibilidade de “responsabilização jurídica”. De acordo com as atas das duas reuniões, foi aprovado pelos presentes o uso da expressão “Apoio às manifestações estudantis” (ConsFaced, 10 nov. 2016, p. 1; 21 nov. 2016, p. 1), constante nos Anexos E e F.

O estudante PG3 (17 jan. 2017, entrevista) aderiu ao movimento “*Na mesma noite do dia 3, ali, no apagar das luzes, portões fechando [...]. Lembro de alguns professores comprando cachorro-quente e as coisas se organizando aqui [...] fiquei na segurança junto com outras pessoas*”. A Comissão de Segurança esteve na centralidade das demandas de rotina da ocupação e PG3 disse ter usado na ocupação da Faced aprendizagens anteriormente construídas nas experiências de MEs na UECE e na convivência com grupos de movimentos sociais. Para ele, motivar o grupo para o ativismo era fundamental e os conhecimentos prévios auxiliaram para elevar o moral e manter viva a coragem dos estudantes que faziam a ocupação da Faced (2016).

As minhas vivências com o pessoal do MST, que lidam com a morte diariamente, né [inaudível], quando eu passo os finais de semana com o pessoal do MST [...]. Como é que eles falam do moral da tropa, eu falava do moral da tropa: ‘Vamos levantar essa cabeça! Somos da Comissão de Segurança. Não vamos transparecer medo’. (PG3, 17 jan. 2017, entrevista).

“*Tivemos três ataques externos*”, disse G2 (4 jan. 2017, entrevista). Por precaução a riscos e cuidados patrimoniais, os ocupantes bloquearam a entrada da Faced e controlavam a portaria, quando ocorreu um dos episódios de agressão, que G2 (4 jan. 2017, entrevista) contou: “*Ele chegou na portaria, estava gravando com o celular escondido, fazendo questionamento provocativo [...]*”. A Comissão de

¹⁸⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/ocupafacedufc/about/?ref=page_internal. Acesso em: 17 fev. 2021.

Segurança da ocupação contornou a situação e o agressor foi embora, mas as hostilizações continuaram.

[...] Na madrugada ainda do primeiro dia, uma hora da manhã, passou um carro com quatro pessoas dizendo que iam matar todo mundo que estava na ocupação. A gente ficou na porta, eles tentaram pular o portão, mas os guardinhas não deixaram. Quando eles passaram pela outra rua, eles jogaram uma bandeira do Brasil. O terceiro ataque foi no mesmo dia, uma hora da manhã. O cara chegou de bicicleta, queria entrar, a gente não conhecia e não deixou entrar. Ele começou a xingar. Em outro ataque, dois estudantes de Direito foram brechar [observar alguém na surdina de modo libidinoso] nas janelas das salas de baixo, que ficavam abertas [...]. Uma menina viu e disse: ‘Olha ali’, apontando. Eles estavam brechando na janela. (G2, 4 jan. 2017, entrevista).

No episódio narrado por PG1, os ocupantes foram confrontados por um estudante inconformado. Havia chegado à ocupação um graduando do curso de Pedagogia questionando a legitimidade da assembleia que deliberou a ocupação e alegando não ter sido convocado. O debate foi acirrado e terminou com PG1 (16 jan. 2017, entrevista) batendo na parede ao apontar o lugar de uma das convocações do DCE-UFC a todos os estudantes:

[...] Ele chegou querendo filmar [...] Aí eu disse para ele: ‘Você veio para assembleia?’. [...] ‘Não, mas isso daqui não contempla a maioria do curso’. ‘Por que a maioria do curso não veio para a assembleia?’. ‘Porque não foram convidados’. ‘Foram, sim. A convocação estava em todo canto, estava em página do Facebook, estava em parede’. Aí foi quando ele disse: ‘Que parede?’.

“Vai ter estudante que vai entender a greve como algo ruim: ‘Pô! Os estudantes que estão impedindo os professores de trabalhar””, disse PG5 (29 mar. 2017, entrevista), mas houve companheiros do curso de Pedagogia que desejaram se inserir no movimento e contribuir na construção das pautas, mas não haviam se sentido contemplados, o caso de Arnaldo Bezerra (13 jan. 2017, entrevista):

[...] eu tentei me encontrar aqui e não me achei [...] um movimento que falava de liberdade, liberdade do espaço [...] ao mesmo tempo, eu privo as pessoas entrarem [...] na primeira assembleia, não, na segunda assembleia que teve, eu já participei e coloquei até fala [...] teve dois estudantes que eu que coloquei para dentro, que não eram daqui, eram secundaristas, e a moça não quis deixar eles entrarem. Eu disse: ‘Moça, eles vão entrar. Eles vão entrar porque são estudantes, vão aprender com a gente. Nós vamos aprender também com eles. É uma troca’. [...] isso aqui não é uma assembleia, é uma reunião entre as pessoas que estão na ocupação, porque assembleia – o próprio nome, vai lá para a Grécia que você vai ver, é do povo – era aberta [...] a gente não conseguia colocar pauta na assembleia, não tinha como, as pautas eram predeterminadas [...].

“Por causa do medo que as pessoas tinham de ser criminalizadas, a segurança era rígida [...] talvez tivessem algumas pessoas se afastando devido a essa rigidez da segurança”, disse G5 (18 jan. 2017, entrevista). O casal de amigos de PG1 (16 jan. 2017, entrevista), ativistas e professores de outras IES, foram à Faced no sábado do Enem empenhar o apoio à ocupação, mas não encontraram o amigo e não puderam entrar: “Houve atrito com o pessoal da Comissão de Segurança da ocupação”. Do lado de fora da Faced, foram agredidos por estudantes do curso descontentes com o movimento dos ocupantes: “O carro tinha ficado um pouquinho distante e aí eles começaram a gritar ‘Seus comunistas de merda!’” (PG1, 16 jan. 2017, entrevista).

As emoções do primeiro dia de provas do Enem foram narradas por PG3, que citou inquietações dos ocupantes diante do assédio da imprensa. Os jornalistas forçaram a aproximação, ávidos por imagens do prédio interditado e por entrevistas com ocupantes.

A mídia toda estava lá no portão; foi muito tenso. A gente não deu entrevista com medo de se expor demais, de ser criminalizado. A gente não sabia o que poderia acontecer com a gente. A diretora não se mostrou favorável à ocupação no sábado. A gente estava aqui fora, em reunião, e tivemos que entrar, porque tinha muita câmera [...]. A gente descobriu que a mídia pegava pessoas que nem vinham fazer a prova do Enem, que não eram estudantes para a prova, e divulgava dizendo que nós estávamos impedindo de chegarem na faculdade. (PG3, 17 jan. 2017, entrevista).

A tensão no meio estudantil foi agravada porque os ocupantes sabiam que estavam no centro das atenções da sociedade e contrariando interesses das máximas autoridades educacionais. Eles se preocuparam com os limites das consequências da transgressão da ordem ao bloquearem o edifício para a prova do Ministério da Educação: *“A gente ficou preocupado, achando que a polícia vinha aqui atrás da gente [...] minutos depois, chegou uma equipe de uns 20 advogados procurando a Comissão de Segurança [...] como se tirasse um peso das nossas costas. [...]”* disse G2. *“Juristas pela Democracia”¹⁸⁶ vieram voluntariamente, nos orientaram*, informou PG3 (17 jan. 2017, entrevista).

¹⁸⁶ “Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em maio de 2018, como desdobramento de uma Frente Jurista surgida dois anos antes para denunciar o golpe então em curso e defender o regime democrático. Os juristas atuam em diferentes espaços, desde organismos do Estado até movimentos populares”. Disponível em: <http://www.abjd.org.br/p/quem-somos.html> . Acesso em: 3 mar. 2021.

Quando os advogados explicaram como ocorreria o processo de reintegração de posse, ficamos tranquilos [...]. Fomos nos aperfeiçoando em montar estratégias de segurança. Nas assembleias, a gente tirava a bateria dos celulares para não ter nenhuma gravação. As pautas eram registradas e depois queimadas, para que não tivesse qualquer pista de nós mesmos. (G2, 4 jan. 2017, entrevista).

Amparados pelas orientações de advogados especialistas em Direitos Humanos e cientes dos cuidados a tomar para preservarem a segurança deles e a continuidade do movimento de ocupação, os estudantes buscaram estratégias para assegurarem a própria integridade e do patrimônio que se encontrava sob responsabilidade deles. O anonimato dos subversivos foi prioridade para a Comissão de Segurança e PG2 (17 jan. 2017, entrevista) citou algumas das orientações dos advogados que foram rigorosamente seguidas pelos ocupantes, especialmente as estratégias para o caso de abordagem policial.

Tinha a estratégia de deixar as bolsas de um tal jeito, sabe, ficar abaixado. Os advogados tinham passado toda a questão de segurança para a gente. Todo mundo, na hora que a polícia chegar... Tem um grupo que vai estar lá na porta para receber e outro já vai avisar para todo mundo, para tirar a identidade e guardar a identidade, ficar com a identidade na mão, já filmando ('De longe, né, não filmando rosto, ne, porque [inaudível] não era herói [risos]'¹⁸⁷).

A gente comprou uma briga, né, com o Governo Federal, de uma certa forma, porque a gente não deixou que o Enem se realizasse aqui. Enfim, compramos uma briga com os professores daqui, com a direção; a direção veio conversar com a gente. (PG7, 28 fev. 2019, entrevista).

A decisão de impedir a realização do Enem (2016) na Faced representou o rompimento de um acordo que havia sido firmado entre estudantes e professores na mesma noite em que eles haviam começado a ocupação da Faced.

Na primeira noite, os professores disseram assim: 'Vocês vão ocupar? Vocês garantem que, quando for sexta-feira à tarde [...]' – isso era na quinta à noite, [...] quando for na sexta-feira, vocês desocupam? Deixam os estudantes fazerem a prova? E, quando for na segunda, vocês retornam'. Aí todo mundo concordou na noite, todo mundo concordou: 'Não. Está certo, amanhã a gente vai para casa e retorna na segunda-feira para reocupar [...]. (G7, 6 abr. 2017, entrevista).

No encontro de estudantes e docentes que aconteceu na praça do Chão, dias depois do Enem, o tema principal foi o apoio de professores à ocupação estudantil da Faced. Os ativistas amotinados defenderam a continuidade do movimento, buscando recuperar a confiança e o apoio de professores. Arnaldo

¹⁸⁷ Interlocução de G7, presente no momento da entrevista com PG2.

Bezerra (13 jan. 2017, entrevista) estava presente à reunião e recordou a vitória dos ocupantes e ressaltou o empenho do apoio de um dos docentes em especial:

[...] uma das agendas eu consegui construir junto com o pessoal da pós-graduação, mas numa reunião com os professores da pós. Foi um dia de reunião com os professores numa tarde, logo no início da ocupação. Os professores se reuniram para decidir se eles iam apoiar ou não nós, estudantes. Decidiu-se por apoiar; estava, inclusive, o professor Gerardo¹⁸⁸, todos; todos não, mas boa parte, tinha cerca de 12 a 13 professores, um bom número aqui na praça do Chão [...] o Gerardo ajudou bastante positivamente.

A biografia do professor Gerardo Vasconcelos ostenta trajetória de atuação política no movimento sindical, na luta dos bairros e no ME, incluindo embates contra o sistema opressor de governo no período do regime ditatorial pós-golpe civil-militar de 1964. De 1981 a 1985, ele militou no ME de Fortaleza, defendeu-se de perseguições políticas e acumulou vivências significativas que deixaram aprendizados úteis, inclusive para as relações interpessoais.

Na entrevista que concedeu em 2018, ele recordou alguns dos aprendizados construídos no ME aos quais ele recorre em situações de diálogo e mediações com o outro: *“Quem passou pelo movimento estudantil, apesar das diferenças e opiniões contrárias, consegue ouvir o que o outro tem a dizer. Mesmo com raiva, consegue escutar, consegue dialogar [...]”* (Apêndice E).

Os professores que estavam alheios aos últimos acontecimentos no Departamento de Educação foram surpreendidos ao chegarem à Faced e encontrarem o prédio interditado pelos estudantes. Foi um momento de tensão para os ocupantes, pois alguns professores tinham demandas urgentes em suas salas e ficaram indignados ao serem proibidos de acessar seus escritórios no departamento. Um constrangimento para os professores barrados e mais desafios para os ocupantes responsáveis pela instituição, lembrou PG2 (17 jan. 2017, entrevista):

No primeiro dia, na sexta-feira, ainda era, assim, tenso, porque muito professor queria entrar para pegar material, para desligar computador, ligar [inaudível] e tal, e a gente não podia deixar entrar, por uma questão de segurança nossa, questão de segurança da instituição, porque a instituição estava sob a nossa responsabilidade. Então, assim, foi um momento bem tenso, na primeira manhã, da sexta-feira.

¹⁸⁸ Professor doutor José Gerardo Vasconcelos (professor Gerardo Vasconcelos). Professor titular de Filosofia da Educação da UFC. Em diversos momentos, o professor Gerardo Vasconcelos contribuiu com a ocupação da Faced (2016), doando recursos materiais, mediando encontros de conversas sobre temas político-educacionais e apoiando o movimento dos estudantes, inclusive junto à gestão.

Nos dias em que os ocupantes da Faced (2016) fecharam as portas do prédio e impediram a realização do exame nacional anual do MEC, eles não foram abordados por autoridades, tampouco receberam denúncia oficial dos órgãos de justiça. Ao contrário, receberam a solidariedade de estudantes de outros cursos da UFC, disse G2, e retribuíram igualmente. Inclusive, alguns membros da Ocupação da Faced (2016) participaram organicamente do início do movimento de ocupação da Faculdade de Letras.

De sábado para domingo, recebemos visita de outros cursos: Biologia, Geografia, Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Educação Física, Psicologia, Letras. Na madrugada de sábado para domingo, duas horas da manhã, foi planejada a ocupação da Faculdade de Letras. Seria o bloco didático de Letras, eram uns 10 estudantes de Letras e eu e um outro colega da ocupação. Segunda, pela manhã, 12 pessoas ocuparam, ficaram conhecidos como 'os 12 discípulos da ocupação da Letras'. (G2, 4 jan. 2017, entrevista).

O apoio de militantes de outros cursos e a bem-sucedida ocupação da Faculdade de Letras chegaram em boa hora, pois a “[...] impossibilidade de realização do Enem na faculdade de Educação ocasionada pela ocupação da instalação” (MACÊDO JÚNIOR, 2020, p. 63) atraiu a atenção da mídia e de profissionais de órgãos da imprensa.

Até 5 de novembro de 2016, os jornais não haviam noticiado as ocupações universitárias no Ceará, de acordo com Macêdo Júnior (2020), mas os jornalistas haviam despertado para as notícias do ME na instituição, principalmente porque a sublevação de estudantes impedia as provas do Enem na Faced. Eles tentaram gravar reportagens com ocupantes, mas não lograram êxito, porque os militantes recusaram ter suas falas deturpadas e inverdades publicadas. As produções da imprensa permitem a compreensão do mundo a partir da representação social dos autores das matérias, em acordo com análise em (MACÊDO JÚNIOR; NUNES, 2017, p. 4). “[...] as marcas de criminalização ou que denotam aspectos negativos – aliados à negação de boas medidas tomadas nas ocupações – seguem presentes nas publicações, seja nas plataformas web, seja nas impressas”.

Segundo G2 (4 jan. 2017, entrevista), ainda assim, “No dia seguinte, teve a repercussão na mídia sobre a gente ter impedido que 500 estudantes fizessem Enem

na Faced” e, em 6 de novembro, a página da Ocupação Faced – UFC no Facebook¹⁸⁹ publicou o direito de resposta à coluna de Fábio Campos, do jornal *O Povo* (5 nov. 2016), que acusou partidos de esquerda e o PT de usarem o ME da UFC.

Ao se dirigirem ao jornalista e à comunidade, os ocupantes da Faced reforçaram as bandeiras levantadas: luta estudantil, dos negros, das LGBTs, das mulheres, dos movimentos sociais e dos trabalhadores, em acordo com a postagem na rede social. No dia 6 de novembro, *O Povo* divulgou crônica de Fábio Campos dirigida ao movimento grevista da UFC, na qual o autor reiterou a influência de partidos de esquerda e do PT na sublevação dos estudantes.

Seguros quanto à legitimidade da luta contra a PEC nº 241 e conscientes da necessidade de radicalizar a ocupação, eles traçaram uma estratégia para se manterem na ocupação nos dias 5 e 6 de novembro de 2016: “[...] aumentamos o número [...] de 12 que dormiram na primeira noite; no sábado e domingo, nós tínhamos 50, 60. Durante o dia, nós tínhamos 200, 150 estudantes”, falou G7 (5 abr. 2017, entrevista).

A responsabilidade dos transtornos causados eles transferiram ao presidente, nas palavras do G2 (4 jan. 2017, entrevista): “O discurso que a gente usava era o de que a culpa não era nossa, era do Michel Temer, por conta de sancionar cortes que prejudicariam as gerações futuras. Nós lançamos notas em relação a isso; era a nossa bandeira”. Temer não tinha o apoio das massas, disse Löwi (2016, p. 65-66): “[...] Uma pesquisa recente perguntou aos brasileiros se votariam em Temer para presidente da República: 2% responderam que sim [...]”.

O clima tenso é próprio de momentos de sublevação estudantil. Os ocupantes receavam perder direitos, tendo sofrido a pressão psicológica exercida por insatisfeitos da comunidade acadêmica, mas a história da ocupação da Faced (2016) teve situações curiosas.

[...] Chegaram dois rapazes, a gente achou estranho. Quando perguntamos quem autorizou, eles não disseram. Fomos investigar e descobrimos que tinham sido expulsos de casa e eles não tinham onde dormir, e o cara trouxe essa situação para a gente. Chamamos a Comissão de Ética e Segurança para decidirmos, aí avaliamos que aqui não era local de refúgio [...] a gente deliberou a expulsão deles [...]. (G2, 4 jan. 2017, entrevista).

A união dos jovens em torno do ativismo motivou militantes mais experimentados a trabalharem para recrutar novos membros para suas respectivas

¹⁸⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/689321675338295/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

organizações. Além disso, a disputa das pautas deu ensejo a contradições entre os grupos de diferentes correntes ideológicas. G2 (4 jan. 2017, entrevista) não era filiado a partidos e não compunha coletivos, mas participou intensamente do cotidiano da ocupação e disse que havia se surpreendido com o assédio dos militantes mais experientes:

[...] Pessoas foram se revelando; Mais, PC do B, [...], RECC; eu pude ver que alguns partidos, movimentos, estavam bem-intencionados na ocupação para recrutamento de pessoas para seus respectivos partidos [...] RECC e Mais [...] RECC defendia pautas internas: troca de elevador, manutenção do laboratório de informática, troca do nome do auditório... Mais [defendia o] debate nacional, [era] contra a PEC, [defendia a] ida para Brasília [...].

PG3 disse que desconhecia a organização anarquista e se surpreendeu com a influência deles no diretório do curso de Pedagogia, principalmente durante a ocupação da Faced (2016). Ele lembrou a situação em que um ex-aluno da Faced, do movimento anarquista, que estudava em outro estado, inseriu-se no movimento do curso de Pedagogia junto com outros do mesmo grupo dividindo o movimento, para surpresa de alguns dos ocupantes:

[...] um movimento aqui, né, de um longo período, que é a Rede Estudantil Combativa Classista [...] um ex-aluno da Faced que hoje estuda em outro estado [...] ele que é dentro do movimento [...] chama a atenção de muita gente [...] e aparece [...] para ficar, para ocupar, para fazer parte das assembleias. Outras pessoas, que não são sequer da Faced, mas que são desse grupo, começam a aparecer [...] quando a gente percebeu, já estava lá dentro do movimento de ocupação [...] hoje eu vejo até com muito carinho. (PG3, 17 jan. 2017, entrevista).

Narrativas da ocupação aludiram ao desafio de enfrentar a articulação de militantes externos à Faced com interesses antagônicos aos da ocupação. Para eles, tratava-se de interesses particulares e independentes que interferiam nos objetivos do movimento da UFC e da Faced. Falas de membros da Comissão de Segurança recordam o ocorrido em uma das rondas noturnas de rotina e citam o encontro de uma reunião clandestina acontecendo à parte das assembleias da ocupação da Faced.

[...] A gente localiza esse grupo, a RECC, fazendo uma reunião totalmente à parte, dentro da ocupação, aí, nesse dia, talvez, uma ocupação dentro da ocupação fazendo uma reunião dentro da ocupação, uma reunião que não foi comunicada, com pessoas que nem são da UFC participando dessa reunião, no momento em que a gente não deixava nem as pessoas da Faced mesmo, porque, quando dava uma certa hora da noite, nem quem era da Faced e não estava ocupando tinha livre acesso, justamente por esse medo de depredação [...] indivíduos que são mais antigos na Faced,

mas que estão com poder político, que, naquele momento, é estranho à ocupação [...]. (PG3, 17 jan. 2017, entrevista).

Entre as dificuldades enfrentadas pelo comando de greve do ME de 2016 da UFC, Matheus Figueiredo destacou o movimento de oposição ao DCE que partiu de ativistas dos movimentos anarquistas, um problema que ele disse ter se passado no início do movimento da Faced e que levou o DCE a intervir quando os anarquistas deixaram a Faced, inclusive no sentido de manter viva a ocupação estudantil, porque havia uma pauta do DCE de interesse de toda a comunidade e que ultrapassava a luta contra a PEC nº 241/55.

[...] Evidentemente que havia cursos mais avessos às organizações e outros mais abertos, o que é absolutamente natural das disputas políticas. A Faced, por exemplo, foi, no início da ocupação, dominada por anarquistas, que tentavam fazer daquele espaço uma oposição ao próprio DCE. Com o passar das semanas, eles saíram e nós [...] tivemos que ir lá ajudar, para a ocupação não minguar, especialmente depois da votação da PEC, porque havia uma pauta para além da PEC dentro da UFC e que demos conta de avançar com ela. (PEREIRA, 8 fev. 2021, entrevista).

“Os técnicos estavam em greve [...] os professores não haviam entrado em greve”, disse G2 (4 jan. 2017, entrevista), mas professores mais articulados se organizavam para resistir às medidas políticas anunciadas pelo governo Temer. No dia 10 de novembro de 2016, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado Ceará (ADUFC) realizou a Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Entre os encaminhamentos, nova convocação para o dia 18 de novembro e a pauta: greve geral por tempo determinado¹⁹⁰. No dia 18, a ocupação da Faced (2016) enviou representantes para dar força ao movimento grevista dos docentes. PG5 (29 mar. 2017, entrevista) usou a palavra para defender a greve dos professores:

Essa assembleia foi uma assembleia realizada no campus do Pici, massivo, algo histórico, Pici, ali da tecnologia, lotado, lotado, e o sindicato dos professores, na verdade, tinha uma postura muito passiva, então eu fiz uma intervenção contextualizando um pouco o que nós vivíamos no país naquele momento. Foi uma votação apertada, mas passou os professores entrarem em greve. Tinham outros estudantes que estavam lá ao meu lado dando força, então a minha fala saiu pela minha voz, mas, digamos assim, era uma voz coletiva.

A aprovação da greve dos docentes foi um alívio para o ME, disse PG5, mas a pressão social contra os grevistas não cessou. Segundo Matheus Figueiredo, o DCE-UFC tomou conhecimento de duas denúncias ao Ministério Público (MP),

¹⁹⁰ Disponível em: <http://adufc.org.br/2016/11/10/encaminhamentos-da-assembleia-dos-professores-do-dia-10-de-novembro-de-2016/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

uma delas, anônima, citava o direito à livre circulação, no caso, que estaria sendo ferido pelos estudantes no ME. Ele foi ao MP prestar depoimento, e o juiz julgou a denúncia improcedente. Sobre o teor da segunda reclamação, ele disse que ficou desconhecido porque o DCE-UFC não chegou a receber o ofício de intimação.

Em novembro de 2016, a exemplo dos outros CAs, no Centro de Humanidades a circulação era livre, embora instalações de alguns cursos estivessem ocupadas por estudantes ativistas. Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) lembrou o seguinte: “*Depois de uma semana, chegamos a ter 32 cursos com ocupação na UFC*”. Por outro lado, o ME das escolas secundárias havia arrefecido, mas havia grupos de militantes secundaristas que acompanhavam os movimentos dos universitários e estavam motivados para contribuir com a resistência estudantil da academia.

4.4.5 A entrada dos secundaristas na ocupação da Faced (2016)

No dia 7 de novembro, a publicação do vídeo Ocupa e Resiste! #ForaGolpistas¹⁹¹ na página digital do movimento ganhou centenas de *likes* e de compartilhamentos, motivando ocupantes e apoiadores para avançarem o movimento. A agenda de atividades da semana incluiu o Sarau da Ocupação com a presença de ativistas do ME secundarista.

Nesse sarau, esse grupo, que era um grupo específico lá do [bairro] José Walter que foi convidado para fazer uma roda de rap e para mandar nas poesias, para mandar suas músicas, né, foi um sábado lindo, uma noite maravilhosa, foi encantador. Assim, os meninos dançaram e colocaram todo mundo para dançar. Foi um sábado que estava lotado. Era muita gente [...] nesse mesmo dia, ficou tarde e os meninos foram convidados para dormir. No dia seguinte [...], alguém chegou para mim e disse: ‘Ah! Os meninos agora vão ocupar com a gente’ [...]. Era esse grupo específico; deveria ser um grupo de seis a sete pessoas. (PG1, 16 jan. 2017, entrevista).

A chegada dos secundaristas na ocupação da Faced (2016) foi marcante e polêmica, começando pela festa que movimentou ocupantes, simpatizantes dos MEs e a comunidade acadêmica, renovando o ânimo dos ocupantes. Na roda de conversa da praça do Chão, no dia seguinte ao sarau, universitários da Faced e secundaristas que aderiram à ocupação trocaram experiências e se conheceram melhor. Neste momento, PG1 (16 jan. 2017, entrevista) disse que sentiu:

¹⁹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupafacedufc/videos/269945153407955>. Acesso em: 19 fev. 2021.

Uma postura agressiva em relação à universidade. Naquele momento, ficou nítido que a impressão que eles tinham dos universitários é que são burgueses aqui estudando na universidade, que de fato tem, mas não era o público que estava na ocupação, né? [...] Então, assim, a agressividade que eles trazem na fala, no sentido de: 'Ah! Só o conhecimento de vocês que é válido; a gente também lê; a gente também estuda; vocês estão pensando que só vocês que conhecem Marx?'

Ao analisar a experiência de construir o movimento de ocupação junto com secundaristas, PG3 (17 jan. 2017, entrevista) os classificou em dois grupos: um com anarquistas rebeldes: *“Atrás de provar que as pautas políticas se dão na libertinagem do corpo [...] o movimento de contestação, o movimento de rompimento, típico de adolescentes”*, em um ME que teve *“[...] uma assembleia que decidiu, bem no início, por não usar álcool nem outras drogas”*, lembrou PG1 (16 jan. 2017, entrevista). O outro grupo, de acordo com PG3 (17 jan. 2017, entrevista), foi conduzido ao movimento universitário por estudantes do próprio curso e manipulado para atender aos interesses determinados e independentes:

Os secundaristas chegaram na ocupação como uma forma de aparelhamento da RECC, esse movimento anarquista. Ela trouxe secundaristas no momento que percebem que eles estavam isolados, que nas assembleias só eles votavam nas pautas que eles propunham e eram invariavelmente derrotados. Eles começam a chamar secundaristas para que esses secundaristas pudessem somar os votos e as pautas que eles propunham; pudessem ser vitoriosos. Essa é a minha visão.

Para PG4 (8 fev. 2017, entrevista), *“Os secundaristas que estiveram na ocupação já despertaram politicamente, então eles sabem o que que eles estão fazendo ali”*, e PG1 (16 jan. 2017, entrevista) recordou uma das falas deles: *“Olha, a gente veio para cá para ocupar, para mostrar que isso aqui não é de vocês, isso aqui também é nosso”*. Os ocupantes ficaram divididos quando a assembleia geral da ocupação debateu a validade do voto de secundaristas: *“Decidiu que os secundaristas não iriam votar, foi um momento muito difícil [...] um momento que também dividiu a ocupação [...] começou a esvaziar um pouco”* (PG1, 16 jan. 2017, entrevista).

A pesquisadora esteve na ocupação em momentos diversos, na condição de observadora-participante, e acompanhou momentos de esvaziamento de ocupantes do movimento, incluindo o sábado em que muitos dos universitários da Faced saíram da ocupação, por motivos diversos, e as instalações do curso ficaram nas mãos de uma maioria secundarista. PG1 (16 jan. 2017, entrevista) recordou detalhes: *“Os secundaristas, que deviam ser uns cinco, seis, e ficou com três*

peças da ocupação aqui, da Faced". Ele próprio estava fora, mas retornou no domingo e lembrou o tom de deboche dos secundaristas:

“Olha aí! Vocês estão vendo a ocupação que vocês constroem?” Vocês abandonam; ontem, se não fosse a gente, se não fosse a gente que tivesse ficado aqui, essa ocupação tinha acabado. Se a gente quisesse, a gente tinha acabado essa ocupação aqui ontem. Era só a gente ter pegado nossas coisas e ter ido para casa. E vocês ainda fazem o que fazem com a gente! Vocês estão vendo?”. (PG1, 16 jan. 2017, entrevista).

Se, por um lado, os secundaristas mantiveram o movimento se fazendo presentes, em maioria, por outro, as transgressões dos jovens ameaçavam a continuidade da ocupação: “*A gente estava com uma divergência muito grande com a questão secundarista, por uma questão de segurança, que já estavam, tipo, tinha muita gente pulando o muro; os seguranças estavam reclamando com a gente*” narrou PG3 (17 jan. 2017, entrevista), e PG6 (30 nov. 2017, entrevista) acrescentou: “[...] *tinha menino que a mãe estava achando que o menino tinha sumido de casa [...]*”.

A dialética da concepção de juventude compreende desvios e disfunções de indivíduos de grupos juvenis como parte da construção de identidades, sociabilidades e valores juvenis “[...] não prevista pelas instituições socializadoras, de modo autônomo ou pela adesão a concepções heterodoxas de pessoas adultas e movimentos sociais alternativos ou críticos [...]” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 9).

4.4.6 Em 29 de novembro de 2016: Brasília e os black blocs; a ocupação da Faced e a saída dos secundaristas

Em 23 de novembro de 2016, Dermeval Saviani proferiu a palestra de abertura da I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antônio Gramsci (I Joing) no pátio em frente ao estacionamento da Faced. Na imensa plateia também estavam os ocupantes da Faced, que montaram um bazar: “*Ideia de uma professora*”, organizado com doações (livros, bijuterias, roupas, etc.), disse G7 (5 abr. 2017, entrevista), para arrecadar fundos: “*R\$ 2.100,00 era tudo que a gente*

*tinha para levar 24 estudantes da Faced na Caravana a Brasília*¹⁹² [...] *três dias viajando*".

Os movimentos sociais e a participação cidadã também se articulam mediados por instrumentos digitais de comunicação e difusão da informação (CASTELLS, 2017). Na ida a Brasília, G7 (5 abr. 2017, entrevista) recordou: "*Nós tínhamos um grupo no WhatsApp de professores e estudantes*". A rede de comunicação viabilizou a rede de colaboração, além de ser meio de os professores orientarem os ativistas acerca de atitudes e procedimentos de segurança. Os professores fizeram doações mais que suficientes para a breve estada: "*Nós fomos expulsos de Brasília*", disse G7 (5 abr. 2017, entrevista), e PG7 (28 fev. 2019, entrevista) resumiu a experiência: "*Nós fomos duas vezes para Brasília para apanhar, literalmente!*".

A Figura 6 mostra uma imagem da manifestação de 29 de novembro de 2016. Em Brasília, os manifestantes foram contidos por forças das polícias militar e legislativa que faziam o cordão de isolamento. Em confronto com manifestantes, os policiais jogaram bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo e avançaram a cavalaria contra os manifestantes.

Na chegada a Brasília, em 29 de novembro, G7 contou que os estudantes foram orientados por professores a buscar *voucher* de alimentação e *kit* de primeiros socorros: uma máscara umedecida com vinagre dentro de uma sacola plástica. O grupo providenciou material e confeccionou a faixa para levantar no ato de protesto: "Ocupa e resiste Faced – UFC", contou G7 (5 abr. 2017, entrevista), e foi ao encontro do local de manifestação, a Esplanada dos Ministérios, na capital federal, esperando se acomodar no gramado, em frente ao telão, e assistir à sessão da primeira votação da PEC nº 55 no Senado.

Os estudantes que foram a Brasília foram surpreendidos pela truculência dos policiais. A caminho do local do ato, G7 (5 abr. 2017, entrevista) contou que o grupo em que ele estava avistou policiais abordando violentamente e prendendo três jovens, enquanto lançavam as primeiras bombas de gás na multidão, e G2 (4 jan. 2017, entrevista) acrescentou: "*Quem estava perto eles tacavam spray de pimenta*".

¹⁹² A Caravana a Brasília foi uma manifestação nacional convocada por uma série de entidades (UNE, Ubes, Andes, associações, sindicatos, etc.) que reuniu dezenas de milhares de estudantes e ativistas de todo o país na capital federal no dia 29 de novembro de 2016, dia da votação no Senado, em primeira instância, da PEC nº 55/241.

Figura 6 – Manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, de 29 de novembro de 2016, com a presença dos estudantes que ocuparam a Faced



Fonte: Página da Ocupação – Faced no Facebook (2016).

A agressão policial contra estudantes e professores da Faced não foi maior e não terminou tragicamente porque eles receberam uma ajuda inusitada.

De repente, passam do lado da gente centenas de jovens vestidos de preto, conhecidos como black blocs, e [...] quem se identificava com os black blocs entrava na filinha deles e ia seguindo, e aí alguns professores da Faced disseram assim: ‘Vamos nos afastar porque esses aí são os black blocs [...] baderneiros, fazem quebradeira, arruaça’ [...]. Eles passaram e nós ficamos [...] começou uma guerra de bombas de gás lacrimogêneo, muitas bombas, muitas [...] no mesmo instante que eles jogavam estas bombas na multidão, tinha um grupo de black blocs virando carros [...] fechando a passagem da polícia para que a polícia não viesse para cima da gente [...] os policiais saíram jogando bomba e cavalo para cima de todo mundo; tinha criança, professores idosos [...] muita gente começou a passar mal [...] a professora que estava com a gente começou a passar mal [...] percebi que ela não tinha máscara [...] dei minha máscara para a professora [...] a gente não via mais as pessoas, só fumaça [...] a cavalaria chegou [...] nós protegemos a professora [...] quando um black bloc apareceu no meio da fumaça e jogou uma bomba no cavalo, eles foram atrás do black bloc e se esqueceram da gente [...]. (G7, 5 abr. 2017, entrevista).

“Foi uma questão de segundos ‘pra’ não atropelar a gente”, lembrou G7 (5 abr. 2017, entrevista), e G2 (4 jan. 2017, entrevista) reforçou: “[...] nasci de novo. Fui salvo por um rojão; não sei quem foi, estava encapuzado. Aí foi o que me salvou”. De acordo com Solano, Manso e Novaes (2014, p. 281), “[...] os manifestantes que

fazem uso da tática Black Bloc estão inseridos numa longa tradição de reflexão sobre a forma mais adequada e eficaz de produzir mudança social [...]", mas o preconceito paira sobre os adeptos dos protestos de rua e a representação estereotipada nos meios tradicionais de comunicação alimenta o senso comum e as controvérsias.

A gênese desses protagonistas do ativismo político está nos anos 1980, no movimento autonomista alemão; no Brasil, os jovens mascarados e vestidos de preto passaram a ocupar o espaço urbano depois das manifestações de junho de 2013, indignados com a "[...] 'ação policial excessiva contra os manifestantes'" (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 52).

Em 29 de novembro, os universitários que permaneceram na ocupação da Faced enfrentavam problemáticas dos jovens secundaristas e algumas surpresas. Tratava-se de alguns que "[...] se diziam secundaristas, só que não eram", disse G2 (4 jan. 2017, entrevista). Os companheiros que ficaram responsáveis pelo movimento no curso de Pedagogia tinham a missão de resolver, em definitivo, a questão dos secundaristas: "*Eles estavam aqui na festa, na farra, não respeitavam mais nenhuma regra [...]*" (PG1, 16 jan. 2017, entrevista). PG1 (16 jan. 2017, entrevista) recordou a assembleia que foi premeditada para resolver a questão dos secundaristas.

Ficaram 18 pessoas aqui, e a gente precisava resolver aquela situação [...]. Acho que foi a assembleia mais marcante para mim [...]. A gente precisou forçosamente tirar todo mundo que não era da Faced para poder tirar os secundaristas [...]. Eles saíram me xingando de muita coisa; quase teve uma agressão física [...] quando esquentou mais, foi que eu corri para perto com medo de ter alguma agressão. Aí eu fiquei lá, só escorada no portão [...].

Os ocupantes universitários se prepararam com antecedência para a assembleia que decidiu a saída dos secundaristas com estratégia calculada e plano minucioso, cuidando dos detalhes para que os jovens saíssem com o mínimo de desgaste emocional e o máximo de acertos possíveis.

Deixamos todo o cenário montado, montamos estratégias para poder ser [...] de forma bem diplomática [...] porque a gente não podia ter retaliação [...] Ficou essa missão para as pessoas que ficaram. [...] mas todas as falas [es]tavam muito bem articuladas, articulados os votos [...] colocamos a regra de que pra dormir tem que ser da Faced e construir durante 4 dias. Eles só poderiam voltar assim. Não voltou ninguém [...]. (G2, 4 jan. 2017, entrevista).

Vencida a problemática dos secundaristas rebeldes, os ocupantes precisavam resolver demandas recorrentes da gestão do curso, que pressionava

para ter acesso ao prédio. Essa foi outra particularidade exclusiva do movimento de ocupação do Departamento de Educação, mas que se deu por acaso, “[...] devido à configuração geográfica do prédio da Faced, que reúne na mesma entrada, na mesma saída: sala de aula e administração”, disse PG3 (17 jan. 2017, entrevista), que acrescentou: “Alguém entrava aqui, da administração, acompanhado por uma pessoa da ocupação, pegava alguns documentos e ia resolver no Nuper [Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais], na Reitoria”.

Na 5ª SE do Conselho (Anexo G), contudo, membros da gestão reforçaram a problemática representada pela interdição da entrada do prédio da Faced e os estudantes apresentaram suas reivindicações. De acordo com a ata, os presentes chegaram a um entendimento: liberaram a entrada do pessoal da administração às segundas e quartas-feiras das 8 horas às 12 horas, e a gestão assumiu o compromisso de avançar o debate acerca dos pleitos dos estudantes (ConsFaced, 24 nov. 2016).

4.4.7 Fim do ME: na UFC e na ocupação da Faced (2016)

A organização da manifestação estudantil de 13 de dezembro de 2016 começou na madrugada daquele dia¹⁹³. Esta foi a data marcada para a votação da PEC nº 55 em segundo turno no Senado e também foi a mesma escolhida pelo comando do movimento para um protesto estudantil original e inusitado.

Os estudantes utilizaram as carteiras das salas de aula para fazerem o bloqueio da avenida da Universidade, esquina com a avenida 13 de maio. Na encruzilhada se encontram o Centro de Humanidades, no *campus* do Benfica, o Departamento de Letras Estrangeiras, o Departamento de História, o Departamento de Psicologia, entre outros, e está a poucos metros da Reitoria da UFC e da Rádio Universitária.

A Figura 7 foi tirada no dia 13 de dezembro, no dia da votação final da PEC nº 55 no Senado Federal. Na ocasião, acadêmicos de vários cursos da UFC protestaram contra a PEC nº 55, na manifestação que bloqueou, por cerca de três horas, a avenida da Universidade e foi notícia nos noticiários das emissoras locais e

¹⁹³ Na manchete do *Blog do Eliomar*: “Avenida da Universidade é fechada em protesto contra a PEC que limita os gastos públicos”. Disponível em: http://blogdoeliomar.com.br/2016/12/13/avenida-da-universidade-e-fechada-em-protesto-contra-pec-que-limita-os-gastos-publicos/?fbclid=iwar3vxjpv_kurcq5tojmhlusxok8k_ynje4qq82gj4dnectwmvtguq_bqcm84. Acesso em: 26 fev. 2021.

nacionais, além de tema de reportagens em diversos veículos de imprensa da capital e do interior do estado.

No dia em que os senadores da república confirmaram a aprovação da Lei de Teto dos Gastos Públicos Sociais, os universitários bloquearam o tráfego na via de acesso a faculdades, departamentos e centros universitários. Não obstante, a EC nº 95/2016 foi promulgada, instituindo o Novo Regime Fiscal.

Figura 7 – Acadêmicos bloqueando a avenida da Universidade com carteiras escolares no dia da votação final da PEC 55 no Senado Federal, em 13 de dezembro de 2016



Fonte: Página da Ocupação – Faced no Facebook (2016).

Para o DCE-UFC, a promulgação da EC nº 95 foi uma grande decepção. Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) disse “[...] *ver que todo um movimento nacional de ocupações que movimentou o país foi derrotado pelos parlamentares neoliberais*”. A campanha dos universitários cearenses dialogou com a articulação da UNE, da Ubes, “[...] *com a Oclae [Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes]*¹⁹⁴, *com diversos movimentos de outros países [...]. Dois companheiros do La Cámpora*¹⁹⁵, *da Argentina, vieram acompanhar aqui também*”,

¹⁹⁴ Criada em 11 de agosto de 1966, no IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, em Havana. A Organização reúne mais de 110 milhões de estudantes de 23 países da América Latina.

¹⁹⁵ “Agrupamento político peronista/kirchnerista fundada em 2006, o *La Cámpora* congrega sobretudo setores da juventude, tendo como principal liderança o filho do casal Kirchner, Máximo Kirchner, e como um de seus expoentes o jovem ex-ministro da economia argentina, Axel Kicillof” (OLIVEIRA, 2016, p. 56).

expressou Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista). Assim, os grevistas se organizaram para negociar pontos específicos e pautas locais.

Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) informou que a categoria dos discentes conquistou a manutenção do valor da refeição no Restaurante Universitário (RU) para todos os estudantes, que, segundo ele, “[...] estava para aumentar”, mas manteve o valor de R\$ 1,10: “Conseguimos o café da manhã no RU, que começou com estudantes de baixa renda”.

Não obstante ganhos materiais relativamente irrelevantes, ele destacou ganhos subjetivos expressivos de avanços na consciência política de uma nova geração de ativistas formados no movimento universitário da UFC, em 2016.

[...] uma geração nova a se forjar em um processo de luta real e de combate verdadeiramente militante. Penso que muita gente que não pensava em se organizar coletivamente para lutar se organizou por causa das ocupações. Isso é extraordinariamente importante, especialmente diante da conjuntura de retrocessos que vivíamos e que só se aprofundou de lá para cá [...]. Acho que, no âmbito institucional da administração superior, conseguimos encontrar muitas convergências no sentido de conquistas. Eles também estavam se sentindo ameaçados pela PEC. (PEREIRA, 8 fev. 2021, entrevista).

Para o representante do DCE-UFC, entre os pontos positivos houve o diálogo interinstitucional com a administração superior, que estava sensível ao pleito estudantil. Esse aspecto viabilizou o consenso frente a pautas de interesse dos discentes e minimizou a decepção da derrota no Congresso Nacional. Por outro lado, Matheus Figueiredo (8 fev. 2021, entrevista) citou o desapontamento de integrantes do DCE e estudantes com a posição rígida da categoria dos docentes, que não se abriu ao diálogo para avançar nas questões paritárias, independentemente dos interesses partidários que orientam grupos de docentes e de discentes:

A segunda grande decepção foi com os professores da UFC, especialmente os dirigentes à época da ADUFC¹⁹⁶. Para nós, a principal vitória da greve e das ocupações era para ser a paridade, após a votação da PEC. Voltamos nossos esforços para isso. Conquistar essa pauta histórica para a greve e as ocupações não saírem derrotadas pela votação da PEC. Convencemos os servidores e sensibilizamos a administração superior, e o sindicato dos professores não topou. Não topou nem chamar a assembleia dos professores para debater paridade. Nem uma proposta recuada que depois nós apresentamos, de 50/25/25, nem isso os professores toparam. Então, a grande decepção foi com os representantes dos professores, que não se dispuseram a garantir uma vitória histórica para a UFC.

¹⁹⁶ Entidade autônoma que atua como representante sindical dos professores da UFC, Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro--Brasileira (Unilab).

Recorda-se que, na historiografia dos MEs da UFC, questões e demandas em torno da paridade são históricas. Em 1962, ao lado da UNE, os universitários da instituição encabeçaram greves e ocupações de escolas e faculdades da universidade por quórum de representação e votos nos colegiados e agremiações e foram exemplo para pares de todo o país, no movimento conhecido como “Greve do Terço”.

Em 2016, a categoria dos discentes protagonizou o ME que alcançou IES em todo o país, reacendeu a luta pela conquista da paridade na UFC, teve a simpatia dos servidores e da administração superior, flexibilizou os termos da negociação para o consenso, mas foi frustrada, não obtendo o apoio do sindicato da categoria sequer para dialogar com os docentes, de acordo com a fala de Matheus Figueiredo.

Das narrativas de protagonistas da ocupação da Faced (2016) também se percebem falas com ressentimento diante da postura de alguns professores. Para os estudantes que ocuparam o curso, eles radicalizaram a luta política, expuseram-se pela defesa das políticas de investimentos sociais, mas não receberam o apoio que esperavam dos docentes da Faced-UFC.

Em particular, PG2 (17 jan. 2017, entrevista) dirigiu sua decepção àqueles estudiosos das temáticas dos movimentos sociais e reclamou, neste sentido: “*A linha de movimentos sociais esteve pouquíssimo presente dentro da nossa ocupação, a meu ver [...] as linhas que tiveram mais presentes foram trabalho e educação e o marxismo [...]*”, com destaque para o professor Justino¹⁹⁷, que “*[...] esteve por duas vezes na agenda oficial da ocupação fazendo conferência, além de ter ido vários dias*”, recordou PG5 (29 mar. 2017, entrevista).

Noutra fala, PG2 (17 jan. 2017, entrevista) recorreu ao impasse no diálogo entre professores e ocupantes para demonstrar a contradição da professora e a decepção dos estudantes: “*Aí teve uma professora que disse assim: ‘Não vou responder ameaças’*” e se referiu a um episódio na reunião de 16 de dezembro de 2016, quando o conselho e os estudantes da ocupação da Faced negociavam o fim do movimento, recorrendo à reunião de data anterior:

¹⁹⁷ Justino de Sousa Junior, graduado em Letras (1988) pela UECE, mestre em Educação (1994) pela UFC e doutor em Educação (2000) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor titular da UFC e autor de livros.

[...] no primeiro momento que nós vamos negociar, se a diretoria vai vir ou não trabalhar para a progressão do salário deles, ela já quer negociar o apoio dos professores, então ela pode barganhar, mas, na hora que nós vamos barganhar, ela vem dizer que não recebe ameaças, entendeu? [...] ela ameaçou tirar o apoio financeiro da nossa ocupação, porque ela queria que a coordenação e a direção funcionassem e uma semana depois, quando nós vamos fazer a mesma coisa, ela vem dizer que não responde ameaça? Então, isso foi muito evidente. Todo mundo viu isso. Todo mundo [...].

A situação constrangedora narrada por PG2 aconteceu na tensa reunião ampliada que discutiu o fim da ocupação estudantil da Faced no dia seguinte à promulgação em 15 de dezembro de 2016 da EC nº 95, que já havia enfraquecido o ânimo dos militantes. O desânimo diante da derrota política e a descrença na mudança do sistema foram fatores que reduziram gradativamente a frequência dos estudantes na ocupação da Faced, mas G2 (17 jan. 2017, entrevista) recordou que houve companheiros que deram prioridade a assuntos pessoais e outros que relaxaram, acreditando não haver mais perigo de retomada do prédio pelas autoridades:

Eu acho que muita coisa aconteceu. O medo foi diminuindo e, à medida que o medo foi diminuindo, da reintegração de posse, as pessoas não estavam mais, assim, sentindo: 'É, de fato, se eu não dormir lá, não vai acontecer nada', entendeu? E aí, nisso, as pessoas foram fazendo suas outras coisas e foram deixando de vir, né? No começo, era um movimento de: 'Eu vou em casa, tomar um banho, trocar de roupa' e depois foram cada vez mais ficando, sabe? As comissões foram se dispersando. A duas a três semanas para acabar a ocupação, elas foram acumulando atividade, perdendo o papel. Foi feita uma assembleia e todo mundo iria fazer tudo.

Os estudantes no movimento se organizaram para dar conta das tarefas que mantinham viva a ocupação e uma comissão se encarregou de preparar a pauta de reivindicações para a reunião ampliada de negociação do fim do movimento de ocupação. A reunião “bombástica”, na definição de PG7 (28 fev. 2019, entrevista), aconteceu em 16 de dezembro de 2016, no pátio externo da Faced, com a publicação de duas atas distintas.

Na 6ª SE do ConsFaced, a ata que está no Anexo H se refere à seguinte ordem do dia: “Compromisso do Conselho Departamental com a pauta de reivindicação dos alunos ocupantes da Faced” (ConsFaced, 16 dez. 2016, p. 1) e informa que a reunião do Conselho foi convertida em assembleia da ocupação com condução dos estudantes da pós-graduação.

Na ata da 6ª SE (Anexo H), foi aprovado o fórum destinado a discutir as pautas dos estudantes, mas, quanto à reivindicação estudantil de mudar o nome do

auditório¹⁹⁸, a Diretora da Faced explicou que essa alteração era passível de abertura e trâmites de processo, devidamente fundamentado e comprovado, além de submissão à apreciação no ConsFaced e Consuni.

A Ata da Ocupação foi publicada na página Ocupação Faced – UFC¹⁹⁹ e se encontra no Anexo I. O documento cita uma única ordem do dia: negociação das reivindicações estudantis, específicas para a Faced, com o Conselho. De acordo com o documento (Anexo I), houve a aprovação das seguintes pautas: ampliação do horário diário de funcionamento do Laboratório de Computação (Lacom) aos estudantes, das 7h30 às 21h²⁰⁰; criação do Fórum deliberativo dos estudantes da Faced para encaminhamento das pautas colocadas pela ocupação, sendo o I Fórum agendado nos dias 11 e 12 de janeiro de 2017²⁰¹; e alteração do nome atual do auditório professor Valnir Chagas.

A partir do exposto, compreende-se que houve um conflito de entendimentos. Uma única reunião gerou duas atas independentes, uma do Conselho Departamental e outra dos integrantes do movimento de ocupação da Faced. Os documentos trazem informações distintas e mal-entendidos sobre a mudança do nome do auditório. PG6 (30 nov. 2017, entrevista) cedeu sua fala expondo a compreensão acerca do que se passou, indo ao encontro do conteúdo da ata da Faced: *“A direção já se manifestou contra na hora mesmo, de imediato, e ficou encaminhado. Dentro das pautas estava o encaminhamento de dar uma sequência ao debate sobre a mudança do nome do auditório. Não foi dada continuidade”*.

Para PG5 (29 mar. 2017, entrevista), ao contrário, era fundamental garantir a pauta: *“O nome do auditório Valnir Chagas não é um nome que seja reivindicado pelos estudantes da faculdade. Não é. Basta conversar com qualquer estudante, professor; nós sabemos disso”*. No clima de descontentamento diante do resultado da reunião que encerrou o movimento de ocupação transcorreu o cotidiano dos poucos estudantes que se incumbiram das tarefas de desocupação da instalação.

Os estudantes se prepararam para a desocupação. O processo envolveu a limpeza e a organização das dependências e se estendeu até o dia 23 de

¹⁹⁸ Auditório Valnir Chagas, assim chamado em homenagem a Raimundo Valnir Cavalcante Chagas.

¹⁹⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/ocupafacedufc/photos/a.268383206897483_/289074618161675/. Acesso em: 2 mar. 2021.

²⁰⁰ A conquista da ampliação do horário do Lacom foi concretizada.

²⁰¹ O Fórum cumpriu as duas primeiras reuniões agendadas, mas não obteve resultados concretos e não teve prosseguimento.

dezembro. “[...] Na história, não há preto ou branco, mas incontáveis matizes de cinza. [...]” conforme poetiza Napolitano (2014, p. 16), para o registro das últimas pinceladas desta história da ocupação estudantil da Faced (2016).

No último dia dos estudantes na ocupação da Faced, a capital cearense amanheceu envolta em nebulosidade de tons plúmbeos e atmosfera aquosa: as chuvas que anunciavam a chegada da nova estação encontraram as lágrimas que rolavam dos semblantes exaustos e emocionados dos poucos heróis que resistiram bravamente até o último minuto do movimento, envolvidos no abraço solidário e nas tarefas derradeiras.

4.5 Semelhanças e convergências entre os movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016)

Se a “[...] história comparada pode ser pensada como uma modalidade historiográfica marcadamente complexa [...]” (SANTOS, 2015, p. 1), concorda-se com Solano, Manso e Novaes (2014, p. 11): “A realidade, se existe, tem muitas vozes” e acrescenta-se Barros (2011, p. 258): “Um mundo sem narrativas é um mundo sem vida”.

Diante das narrativas de militantes e coetâneos que protagonizaram os movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016), utilizou-se o método comparado analítico em Santos (2015) para problematizar o fenômeno que atravessa duas realidades histórico-sociais distintamente situadas: no espaço e no tempo, na elaboração de representações, nas práticas sociais e nas histórias de vida, “[...] procurando estabelecer analogias, identificar semelhanças, diferenças e peculiaridades [...]” (SANTOS, 2015, p. 2).

A revisão dos fatores que motivam a sublevação de estudantes aponta para um ponto comum a movimentos de diferentes épocas e diz respeito à luta por mais investimento público na educação, democratização do acesso ao ensino superior e protesto contra o corte de recursos destinados à educação.

Os MEs de 1968 e de 2016 protestam igualmente contra o governo estabelecido a partir de ruptura da democracia brasileira. Para o exército, os acontecimentos de 31 de março de 1964 estão no bojo do “movimento revolucionário de 1964” (CHAVES, 2010), jamais golpe de Estado, que destituiu o governo democraticamente eleito de João Goulart, não obstante a farta

documentação com referências que atestam o golpe (MOTTA, 2014; NAPOLITANO, 2014). Sobre o governo de Michel Temer, autores acusam de “golpe branco” (FEGHALI, 2016, p. 157), golpe de 2016 (PRONER *et al.*, 2016) e golpe jurídico e midiático (MATTOS; BESSONI; MAMIGONIAN, 2016). No levante da categoria dos discentes da UFC, em 2016, o grito de guerra era: “Fora, Temer!”.

Na ocupação do IFI (1968), os estudantes desafiaram o violento regime militar e a autoridade dos dirigentes acadêmicos ao tomarem a instalação do curso de Física e afastarem o diretor do curso, impedindo o acesso ao prédio. Na ocupação da Faced (2016), os graduandos e pós-graduandos ignoraram os transtornos que causariam ao fechar a única passagem de entrada e saída do prédio e impediram o acesso inclusive do pessoal da administração do Departamento de Educação.

Outra característica comum aos movimentos de ocupação de 1968 e de 2016 é a interferência de docentes, embora com diferentes perspectivas. Afora o perfil conservador da classe, principalmente no passado, quando esta posição se afirmou no recorte mais elitista da sociedade, em acordo com as narrativas de protagonistas e coetâneos, o contexto da repressão de 1968 responde por parte da atitude passiva de professores que se omitiram diante dos apelos dos discentes. Mesmo assim, quando os líderes da sublevação estudantil no IFI planejaram o encerramento do movimento, eles procuraram o apoio de professores democráticos e foram ajudados.

No movimento de ocupação em 2016, docentes do Departamento de Educação participaram diretamente da sublevação estudantil desde o início, motivando o levante, contribuíram com recursos materiais e de manutenção dos estudantes amotinados, estiveram na ocupação e participaram da agenda de atividades do movimento, fazendo palestras, mediando seminários e organizando oficinas, em acordo com as narrativas.

A ocupação de equipamento social por ativistas, especialmente por tempo prolongado, implica a previsão dos meios de subsistência. Em comum, as ocupações do IFI (1968) e da Faced (2016) tiveram o apoio do DCE-UFC. O movimento dos estudantes que interditaram o curso de Física (1968) contou com o acesso livre ao RU, que se encontrava sob o comando do DCE-UFC, segundo as narrativas. Na ocupação da Faced (2016), narrativas de ativistas reportam a chegada de recursos materiais provenientes de entidades representativas (ADUFC,

DCE) e de doações de pessoas do próprio curso de Pedagogia (diretora, professores), além da ajuda de simpatizantes do movimento.

Conforme as narrativas, o movimento dos estudantes de Física, em 1968, trouxe ganhos materiais e institucionais para o IFI e seus docentes e discentes. As reivindicações dos amotinados foram objetivas e direcionadas a atender às necessidades específicas dos estudantes do curso de Física. Eles garantiram os reparos e novos equipamentos na instalação e ainda conquistaram comissões paritárias para laboratório e biblioteca. Além disso, conseguiram que o currículo do curso fosse reformulado em reuniões, nas quais participaram das discussões docentes, discentes e técnicos.

Em 16 de dezembro de 2016, o movimento de ocupação da Faced (2016) apresentou uma lista extensa de reivindicações para encerrar o movimento, incluindo nove itens de infraestrutura, entre eles uma escola de aplicação, reparo imediato do elevador, realização de obra na praça do Chão, instalação de retroprojetores nas salas de aula e impressoras no Lacom, garantia da mudança do nome do auditório, com detalhes a serem definidos no Fórum de discussão²⁰² em 2017, compromisso da gestão em buscar atendimento médico-odontológico para pós-graduandos e acesso irrestrito ao inventário do patrimônio Faced e bens tombados.

A lista de reivindicações incluiu três itens de uso dos espaços, entre eles ampliação do horário do Lacom, de 7h30 às 21h²⁰³, facilitação do uso institucional dos espaços da Faced e tecnologia ampla e assistiva em todos os espaços da Faced; e mais seis itens de representatividade, como representação paritária de estudantes no ConsFaced, bem como nas demais instâncias deliberativas, participação na elaboração do calendário letivo da Faced, constituição do Fórum permanente de pós-graduandos, institucionalização de comissão de ética para casos de agressão verbal e outros assédios e institucionalização de Fórum de debate entre graduandos e pós-graduandos da Faced.

Ainda oito itens de reestruturação, tais como criação de estratégias para integrar graduandos e pós-graduandos, compromisso de promover a ampliação do número de bolsas-sanduíche, inclusão no calendário de reunião entre as linhas de pesquisa para socialização de estudos, revisão da avaliação do corpo docente da pós-graduação, ampliação da atividade de extensão, termo formal de compromisso

²⁰² A solicitação do Fórum de discussão dos estudantes da Faced foi atendida.

²⁰³ Este item foi conquistado.

para não reduzir a oferta de vagas na pós-graduação e garantias de transparência no processo de distribuição de bolsas de estudo.

A Ata da Ocupação, no Anexo I, apresenta disparidade de informação, diante da ata do ConsFaced (Anexo H) e informa ter conquistado, além da criação do fórum específico de graduandos e pós-graduandos da Faced para o debate das demandas dos discentes, o direito a promover a alteração do nome do auditório da Faced e a ampliação do horário do Lacom. Este é um dos dados que distingue os movimentos de ocupação do IFI (1968) e da Faced (2016).

Recorda-se a narrativa que citou a estratégia que orientou o ME em 1968 de direcionar o ME a problemas específicos para desestabilizar o governo ditatorial e os ativistas do movimento de ocupação do IFI (1968) elencaram as demandas de melhorias no curso de Física, conquistando todos os pleitos.

Para negociar o fim do movimento na Faced (2016), os ocupantes elencaram uma série de demandas de natureza estrutural, de uso dos espaços, de representatividade e de reestruturação, mas encerraram a reunião, de acordo com a Ata do ConsFaced, com o Fórum dos estudantes, uma conquista que não implicava uma sublevação levante, já que a formação desse fórum cabe apenas aos discentes. Porém, a reivindicação de ampliação do horário de uso do Lacom para os estudantes, que consta na Ata da Ocupação, foi atendida pelo Departamento de Educação.

As falas de ativistas e coetâneos do movimento de ocupação do IFI (1968) reforçam a união da categoria dos discentes em torno da entidade de representação nacional da categoria dos discentes, a UNE, assim como de organizações políticas, a exemplo da Ação Política (AP) e dos partidos políticos de esquerda, como PC do B, característica que os diferencia dos protagonistas do movimento de ocupação da Faced (2016), que se distribuem entre poucos filiados ou simpatizantes de partidos do campo esquerdista (PT, PCB) e de coletivos ligados a partidos políticos (PSOL). A grande maioria se define como militantes autônomos e independentes de organizações políticas.

Os estudantes que participaram do movimento de ocupação do IFI (1968) se mostram agentes do ativismo estudantil atrelados a partidos e organizações partidárias e destacam a influência das correntes partidárias nos diretórios acadêmicos. Em 1968, o DA João XXIII do IFI tinha filiados do PC do B na liderança, citados nas narrativas como exemplos para os universitários que reconheciam a

experiência política e seguiam a orientação deles. Recordar-se que, na década de 1960, a organização da AP se tornou hegemônica na condução da UNE, elegendo lideranças e quadros de direção da entidade estudantil, com apoio dos partidos comunistas.

Nas narrativas do movimento da Faced (2016), prepondera o ativismo autônomo e independente, tendo 64% dos ocupantes entrevistados dito optar pela militância livre das amarras de coletivos e organizações políticas. A ideologia política anarquista se opõe ao poder exercido pelo Estado e a todo tipo de hierarquia e dominação: seja ela política, econômica, social ou cultural. A contestação do capitalismo e a oposição às instituições religiosas, ao racismo e ao patriarcado fizeram parte do movimento político do século XIX e primeira metade do século XX, mas ressurgiram recentemente, principalmente nos movimentos sociais em rede, a partir da segunda década do século XXI.

Castells (2017, p. 208) adverte: “A maioria dos sistemas políticos do mundo está sendo sacudida pelos desafios que a globalização impõe ao Estado-nação e pela crise de legitimidade que atinge o sistema político [...]”. O pensador dos movimentos sociais em rede que pressionam o sistema político se reporta a novas formas de organização e tomada de decisão, cuja característica marcante é a “[...] ausência deliberada de liderança formal” (CASTELLS, 2017, p. 149). A campanha Democracia Real Já, movimento espanhol de 2011 também conhecido como 15-M ou *Indignados*, foi construída por anônimos que alegavam que: “[...] os principais partidos políticos estavam a serviço dos banqueiros e não representavam os interesses dos cidadãos” (CASTELLS, 2017, p. 100).

Em acordo com Castells (2017, p. 192), “[...] o uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial” e os ativistas do movimento de ocupação da Faced (2016) se conectaram de múltiplas formas na *blogosfera* da internet. Eles se comunicavam via WhatsApp e faziam a divulgação do movimento com a comunidade acadêmica inclusive pela rede social Facebook para comunicar, informar, promover e dialogar com a comunidade.

5 CONCLUSÕES

A revisão dos movimentos estudantis na Universidade Federal do Ceará (UFC) demonstrou que o espírito combativo incorpora a categoria de discentes da instituição. O ativismo estudantil alicerça a historiografia da universidade e a combatividade do alunado antecede a criação da academia, haja vista o abaixo-assinado com dez mil assinaturas que os estudantes da Faculdade de Direito articularam em 1947 e que foi mais um estímulo para o professor Antônio Martins Filho enfrentar e vencer a série de obstáculos no esforço de fundar a Universidade do Ceará.

A revisitação da história da UFC demonstrou que os universitários se articulam local e nacionalmente, inclusive juntamente com discentes da categoria de secundaristas, na luta pela democratização do acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade, contra governos antidemocráticos e por mais investimentos públicos na oferta de educação. Nos movimentos, os ativistas adotam métodos de luta que combinam a reunião em assembleias, passeatas, manifestações, greves e a ocupação das instalações acadêmicas.

Em 1962, os universitários da UFC estiveram na vanguarda da emblemática luta nacional pelo cumprimento da Lei nº 4.024/61, em seu artigo 78, que concedia garantia aos universitários quórum de representação e voto nas instâncias de deliberação, escolas e congregações. A “Greve do Terço” foi gestada entre lideranças da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos diretórios estudantis da UFC, mas a insurreição estudantil envolveu greves e ocupações de universidades de outros estados da federação, além da ocupação do prédio do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro.

Em 1964, o golpe civil-militar instaurou no Brasil um governo ditatorial. Os secundaristas e universitários apoiados pela UNE protagonizaram os movimentos sociais urbanos que denunciaram a violência institucional e fizeram a resistência à ditadura militar, com manifestações políticas, artísticas e culturais. Nesse contexto, o movimento estudantil (ME) seguiu orientação das entidades de representação da categoria (diretórios acadêmicos, diretório central, UNE), com quem os estudantes se organizavam e articulavam estratégias e táticas de combate para enfrentar o governo e desestabilizar o regime autoritário.

Em 1968, os meios de comunicação de massa, representados pela imprensa e rádio, em especial, responderam pela divulgação do ativismo estudantil e os desdobramentos das mobilizações dos estudantes. Em 2016, os ativistas estudantis contaram com a internet para a difusão de mensagens e comunicação com a comunidade conectada. Os grupos que ocuparam os cursos da UFC em 2016 formaram grupos nas redes sociais e criaram páginas virtuais onde publicaram a agenda das atividades da militância.

As redes sociais projetaram nacional e internacionalmente os movimentos dos universitários da UFC em 2016 e os dirigentes apontaram o apoio de movimentos de estudantes e trabalhadores da Argentina, por exemplo. Além disso, a conectividade proporcionou um ambiente para difusão de mídia alternativa, fazendo a contranarrativa aos meios de comunicação hegemônicos e empresariais, historicamente articulados com os interesses de grandes corporações nacionais e transnacionais.

Em 2016, o contexto político igualmente registra a ruptura democrática. A articulação de ativistas estudantis no âmbito nacional registrou o levante de secundaristas e universitários de instituições de grande parte do país²⁰⁴. As ocupações e greves estudantis no Ceará iniciaram no *campus* Cajazeiras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) de Iguatu, emergiram em Fortaleza no Departamento de Geografia – UFC, em 1º de novembro de 2016, e foram ampliadas a partir da Assembleia Geral (AG) convocada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC em 3 de novembro, com a “[...] tomada de ocupações em 34 cursos de graduação em todos os *campi* na capital [...]” (MACÊDO JÚNIOR, 2020, p. 29).

Embora não tenha se constituído em objetivo central deste trabalho, chama a atenção, relativamente, a similaridade entre o movimento de greves e ocupações da UFC em 2016 e a Greve do Terço em 1962, que teve início no levante de universitários cearenses e foi difundido para outras instituições do país. Nesse sentido, observa-se que, em 2016, o movimento universitário acompanhou o

²⁰⁴ “Pelo menos 21 estados brasileiros, além do Distrito Federal, têm escolas e institutos ocupados por estudantes, segundo levantamento feito pelo G1. [...] Um levantamento divulgado na quarta-feira (26) pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) mostra que há 1.154 ocupações em escolas, institutos e universidades estaduais, federais e municipais. O movimento que se alastrou pelo Brasil começou no dia 3 de outubro no Paraná. É lá que está concentrado o maior número de ocupações: são 850 escolas estaduais, 14 universidades e três núcleos de educação, segundo o movimento Ocupa Paraná. Onde há ocupação, as aulas estão suspensas” (G1, 2016, s.p.).

movimento de 1962, ao surgir de dentro da Universidade Estadual do Oeste do Paraná” (MACÊDO JÚNIOR, 2020, p. 28) e se espalhar por instituições de todo o país. Acrescente-se o fato da questão paritária, central na sublevação dos universitários em 1962 e que veio à baila no final dos movimentos dos universitários da UFC, em 2016, de acordo com a avaliação do dirigente do DCE.

Em acordo com Martins Filho (1996a), o levante de 1962 teve o apoio da UNE, semelhante ao de 2016, conforme a fala de um dos dirigentes do DCE-UFC, que acrescentou ainda o diálogo com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a *Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes* (Oclae) e lideranças de movimentos de outros países. Diferentemente, em 2016, a sublevação estudantil se distingue dos movimentos universitários de 1962 pelos fatores que motivaram ambas as sublevações.

Em 1962, a luta dos estudantes teve o fim específico de definir o quórum de representação e voto para os universitários. Em 2016, os ativistas se levantaram nos centros e faculdades pela democracia e em protesto contra a proposta de teto para os investimentos públicos em educação. Depois que a Emenda Constitucional (EC) que instituiu o Novo Regime Fiscal foi promulgada, o DCE-UFC reconduziu a agenda e avançou pautas locais, buscando ganhos para a categoria dos discentes da UFC, do mesmo modo agiram os ocupantes da Faculdade de Educação (Faced, 2016).

Sobre a pesquisa do movimento de ocupação do Instituto de Física (IFI, 1968), ela contou com número considerável de fontes primárias, referências bibliográficas e narrativas: de ativistas que interditaram o prédio e de coetâneos do período relacionado com os fatos. A pesquisa do movimento de ocupação da Faced (2016) teve acesso a um número reduzido de documentos primários, a referências bibliográficas e ao conteúdo digital abrigado no Facebook, além dos documentos orais, devido às entrevistas com protagonistas.

Ao se comparar o movimento de ocupação do IFI (1968) e de ocupação da Faced (2016), destaca-se a coincidência de se tratarem ambos os movimentos que resultaram na interdição completa dos cursos universitários, mas se distinguem pelo perfil do conjunto de agentes sociais envolvidos no movimento. Em 1968, os graduandos de Física estavam articulados em torno do diretório acadêmico, cujos líderes assumiam a condução do movimento e eram seguidos pelos pares, de acordo com as narrativas, pela experiência política acumulada.

Em 1968, os universitários do curso de Física da UFC iniciaram a movimentação com a greve estudantil. A lista de reivindicações com demandas particulares ao curso de Física seguiu estratégia planejada previamente nos diretórios acadêmicos, ou seja, os ativistas usaram problemas específicos para abalar as estruturas institucionais e desestabilizar o governo. As ocupações dos IFIs das universidades foram coordenadas e o IFI da Universidade de São Paulo (USP) foi ocupado concomitantemente ao IFI da UFC.

A ocupação da Faced, em 2016, foi resultado do movimento de um número maior de ativistas. De acordo com as narrativas, havia um número em torno de 80 ativistas no início da ocupação, entre graduandos de Pedagogia e pós-graduandos em Educação, e estes ganharam a adesão de ativistas secundaristas ao longo do movimento. No conjunto desses ativistas predominou a autodeclaração de ativismo estudantil autônomo ou participando de coletivos que se apresentam como independentes de partidos políticos.

Os ativistas estudantis do passado se uniram em torno das organizações partidárias, e esta união fez a força para a conquista dos pleitos. No presente, os militantes estudantis estão dispersos entre organizações partidárias, organizações não partidárias e ativistas independentes, e esta fragmentação repercute em fragilidade para o movimento, o que se viu ao analisar os ganhos de ambos movimentos.

De acordo com as narrativas, o movimento de ocupação do IFI (1968) conquistou a pauta de reivindicações, incluindo os reparos e instalações prediais e a reformulação do currículo. Para tanto, os militantes contaram com o apoio de professores para mediar negociações junto à administração. Ainda sobre a ocupação do IFI (1968), destaca-se que os amotinados se organizaram para que os graduandos matriculados nos semestres adiantados auxiliassem a aprendizagem de colegas dos semestres anteriores e puderam se manter amotinados porque o DCE-UFC tinha o controle do restaurante universitário.

No movimento de greve e ocupação estudantil da Faced (2016), igualmente, as narrativas atestam terem recebido auxílios vindos de docentes e de entidades e apontam avanços na formação para a democracia, entre as aprendizagens decorrentes da convivência e o desenvolvimento da consciência política, principalmente nas atividades pedagógicas. A Ata do Departamento de Educação informou que o movimento de ocupação garantiu o Fórum de

estudantes. A Ata da Ocupação apresenta uma lista extensa de reivindicações e traz como ganhos, além do fórum dos estudantes, a ampliação do horário do Laboratório de Informática e o direito de promover a mudança do nome do auditório Valnir Chagas.

Possivelmente os ativistas não precisariam ocupar o prédio do curso para aprovar a constituição de um fórum, um instituto democrático e extraoficial, que independe do conhecimento e da autorização da administração para se efetivar. O fórum está baseado na noção de liberdade para expressar opiniões pessoais e é um direito de todos, inclusive de discentes, a quem compete promover meios de discussão das pautas de interesses comuns.

Por outro lado, a ampliação do horário de funcionamento do laboratório de informática poderia ter sido promovida com um abaixo-assinado voltado ao pleito e à defesa da demanda em uma reunião ordinária de colegiado. A mudança do nome de um auditório ou de qualquer outro equipamento institucional implica realização de campanha institucional, proposta de nomes em substituição e longos debates, além da anuência de representantes dos conselhos.

Na ocupação da Física, o prédio foi ocupado por questões bem concretas e presentes no cotidiano, e os alunos queriam tão somente consertar os problemas práticos e conseguiram, a partir da anulação do semestre seguinte para trabalharem na melhoria do curso. Na ocupação da Faced (2016), os estudantes pretendiam a reprovação de uma lei, mas não tinham armas ou elementos para impedirem essa votação.

Os ativistas estudantis que se engajaram na ocupação da Faced (2016) tiveram apoio material das entidades representativas, presença de professores na rotina de atividades didáticas e culturais do movimento e apoio material e presencial de docentes para participarem da manifestação de 29 de novembro de 2016, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A greve de estudantes da UFC, em 2016, coincidiu com a greve de técnicos administrativos e de docentes da instituição, mas as três categorias não encontraram um consenso para avançar o diálogo acerca de uma pauta histórica, a questão paritária.

Longe de esgotar o tema, recorreu-se à conjuntura política conturbada pós-ruptura do governo de Dilma Rousseff, em 2016, para compreender de que maneira fatos e eventos que motivam a problemática social na segunda década do século XXI se conectam e/ou remetem a problemas e desafios do passado, bem

como recorreu-se ao contexto social e político tenso que antecedeu a ruptura democrática de 31 de março de 1964.

O pensador dos movimentos sociais em rede que pressionam o sistema político se reporta a novas formas de organização e tomada de decisão, cuja característica marcante é a “[...] ausência deliberada de liderança formal” (CASTELLS, 2017, p. 149). A campanha Democracia Real Já, movimento espanhol de 2011 também conhecido como 15-M ou *Indignados*, foi construída por anônimos que alegavam: “[...] os principais partidos políticos estavam a serviço dos banqueiros e não representavam os interesses dos cidadãos” (CASTELLS, 2017, p. 100).

No dia da votação final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/55, de 13 de dezembro de 2016, os ativistas estudantis radicalizaram a manifestação em protesto contra a aprovação da Lei de Teto dos Gastos Sociais e interditaram uma das esquinas em frente ao Centro de Humanidades da UFC.

A convivência de graduandos e pós-graduandos que ocuparam a instalação da Faculdade de Educação em 2016 trouxe aprendizagens concretas para uns, como a metodologia de organização de uma assembleia e habilidades de oratória/retórica, por exemplo, e contribuiu para o amadurecimento político dos estudantes. Individualmente, a experiência do convívio coletivo desenvolveu características de solidariedade, responsabilidade social e trabalho em grupo.

Secundaristas que participaram da ocupação da Faced (2016) foram exemplo de vibração política, mas causaram polêmica, confronto entre universitários, tendo deixado um legado de aprendizados, com o exemplo do que não pode ser tolerado na construção de um movimento político.

Os universitários mexicanos ativistas que protagonizaram o movimento #YoSoy132, que começou nas redes sociais e tomou as ruas do México, de 2012 a 2013, demonstraram que a luta estudantil do século XXI é comunicacional, conectada na *blogosfera*, levantando diversas bandeiras, mas trazendo questões fundamentais: a ilegitimidade dos representantes políticos e o repúdio às medidas neoliberais. Esse aspecto é evidente nos movimentos estudantis colombianos entre 2007 e 2011, diante do recrudescimento da investida neoliberal no sistema educacional durante o governo de Juan Manuel Santos.

Os agentes sociais dos anos 2000 se manifestam contra o racismo pela causa LGBT, o feminismo, em defesa do meio ambiente, contra a corrupção, contra

a política, pelo fim da desigualdade, por mais justiça social, o que torna ainda mais desafiante a compreensão do fenômeno. Após a pesquisa de contextos, elementos, fatores e causas dos MEs destacados no trabalho, o esforço crítico reflete uma agenda de trabalho que auxilie a investigação científica.

A renovação das pesquisas de MEs passa pela compreensão das diferentes linguagens que os atores utilizam para comunicar, difundir e informar as práticas e vivências. Nesse sentido, as tecnologias digitais representam fonte de coleta considerável, entre *sites*, redes sociais e diferentes mídias de interação e disseminação de informações. Além disso, o estudo deve alargar o espaço subjetivo e incluir as representações de docentes e técnicos administrativos, afora as lutas políticas dos demais colaboradores e terceirizados das instituições.

Diante dos diversos documentos: narrativas de protagonistas, memórias de coetâneos, vestígios históricos e fontes oficiais, desde o abaixo-assinado que precedeu a sua criação, nos anos de 1940, passando pelos acontecimentos críticos da década de 1960, até as crises que se prolongaram aos anos 2000, a pesquisa dos MEs na historiografia da UFC aponta para a recorrência da organização estudantil em torno da luta por mais democracia e melhorias na oferta da educação superior.

Ainda que em tempos históricos e contextos político-econômicos e socioculturais distintos, seguidas gerações de universitários da UFC vêm resistindo ao longo do tempo contra a ineficiência governamental e suas políticas públicas impopulares. Frente ao recrudescimento do capitalismo em sua face neoliberal, a massa social reage e os estudantes se insurgem, fundamentalmente, diante de medidas e programas que resultam no sucateamento da educação e impactam negativamente a oferta das vagas no ensino superior público e gratuito.

Diante disso, conclui-se que, enquanto a sociedade não conquistar verdadeiramente a democracia, enquanto não houver a universalização do acesso ao ensino superior e enquanto não forem garantidos os recursos financeiros e tecnológicos necessários à ampliação da oferta de educação, será inevitável o confronto entre estudantes aguerridos e governantes antidemocráticos.

A Nova História ensina que as histórias comuns das pessoas incomuns são mais do que fatos corriqueiros da historiografia do ativismo político, porque registram o percurso heroico de anônimos que apostam a própria vida na realização de um propósito coletivo. A historiografia dos jovens que protagonizam grandes

movimentos sociais é enriquecida, no mínimo, de boas histórias para contar. Cada geração, em seu tempo e contexto, cumpre a tarefa de semear ventos de mudanças e aceita os riscos: colher flores ou perecer nas tempestades.

Em acordo com Castells (2017, p. 192), esta pesquisa conclui que “[...] o uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial”, e os ativistas do movimento de ocupação da Faced (2016) se conectaram de múltiplas formas na *blogosfera* da internet. Eles se comunicaram via WhatsApp e, através da rede social Facebook, estabeleceram canais de comunicação para divulgação do movimento com a comunidade acadêmica.

Neste ponto, a pesquisadora destaca a importância das ferramentas digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento desta pesquisa. Graças aos conteúdos mantidos disponíveis na rede social Facebook disponíveis ao público e que recuperam a agenda de atividades e informações do movimento de ocupação da Faced (2016), além do uso das ferramentas Google Meet e WhatsApp, que proporcionaram a coleta de fontes em situação de isolamento social estrito, devido à pandemia de Covid-19.

A título de antever novas perspectivas para a historiografia dos movimentos sociais e estudantis é que se propõe o aprofundamento do estudo dos movimentos sociais e estudantis na *blogosfera*. Trata-se de entender as relações entre ativismo político e ciberativismo. Diante dos avanços tecnológicos, o desafio é de compreender elementos e fatores que se combinam nas revoltas e protestos que eclodem localmente e se espalham globalmente, um fenômeno propiciado, sobretudo, pelas mídias sociais.

REFERÊNCIAS

ABH. **Manifesto de repúdio à Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Aracaju: ABH, 2016.

ABRAHÃO, M. H. M. B. As narrativas de si resignificadas pelo emprego do método autobiográfico. *In*: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (org.). **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. Porto Alegre: PUCRS, 2006. p. 149-170.

ABREU, A. A. **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)**. FGV, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-revolucionario-pcbr>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ACEVEDO-TARAZONA, A. Educación, reformas y movimientos universitarios en Colombia: apuestas y frustraciones por un proyecto modernizador en el siglo XX. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 53, p. 102-111, 2015.

ACEVEDO-TARAZONA, A. El movimiento estudiantil entre dos épocas cultura política, roles y consumos. Años sesenta. **Revista Historia de la Educación Colombiana**, Nariño, n. 6-7, p. 161-176, 2004.

ACEVEDO-TARAZONA, A. Modernización universitaria y protesta estudiantil en Colombia: el caso de la Universidad Industrial de Santander (1953-1977). **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**, Bucaramanga, v. 17, n. 2, p. 371-399, 2012.

ACEVEDO-TARAZONA, A.; GÓMEZ SILVA, F. J. Conflicto y violencia en la Universidad en Colombia el proyecto modernizador y el movimiento estudiantil universitario en Santander, 1953-1980. **Reflexión Política**, Bucaramanga, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2000.

ACEVEDO-TARAZONA, A.; SAMACÁ ALONSO, G. Revolución y cultura en América Latina: el movimiento estudiantil como objeto de estudio en la historiografía colombiana y continental. **Memoria y Sociedad**, Bogotá, n. 15, p. 104-119, 2011.

AGOSTINHO, S. **Confissões**: Livro X. São Paulo: Nova Cultural, 2001.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBUQUERQUE E MELLO, P. M. M. **Ação Libertadora Nacional - ALN**: trajetória de um Grupo de Militantes em Pernambuco (1968-1970). 2020. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

ALLAN, N. Para depois do golpe: o ataque aos direitos dos trabalhadores. *In*: PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 331-334.

ALENCASTRO, L. F. Os riscos do vice-presidencialismo. *In*: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. G. (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016. p. 19-21.

ALLIER-MONTANA, M. E. Presentes-pasados del 68 mexicano. Una historización de las memorias públicas del movimiento estudiantil, 1968-2007. **Revista Mexicana de Sociología**, Coyoacán, n. 2, p. 287-317, 2009.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AMARAL, N. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais (versão ampliada e atualizada do texto produzido para fundamentar a discussão da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado sob o nº 55/2016). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 653-673, 2016.

ARAÚJO, F. M. L. **Mulheres letradas e missionárias da luz: ideal de formação nas escolas normais rurais do Ceará (1930-1960)**. Fortaleza: UFC, 2014.

ARAÚJO, R. D. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie: a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública**. 2006. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ARGULLOL MURGADAS, R. “Reflexión” sobre los años radicales (movimiento estudiantil 1968-1971). **Materiales**, Barcelona, n. 2, p. 83-92, 1977.

ARRAIS NETO, E. Globalização, neoliberalismo e pós-modernidade: o capitalismo em crise e as novas formas sociais. *In*: RABELO, J. *et al.* (org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 21-29.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ATAÍDE, Y. D. B. História oral e construção da história de vida. *In*: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (org.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. p. 313-324.

BAHAMONDE-RODRÍGUEZ, M.; PÉREZ-MORA, C.; GARCÍA-DELGADO, F. J. Reflexiones acerca de los trabajos fin de grado y fin de máster. *In*: XAVIER, A. R.; FERREIRA, T. M. S.; MATOS, C. S. (org.). **Pesquisas educacionais: abordagens teórico metodológicas**. Fortaleza: UECE, 2018. p. 38-76.

BANDEIRA, L. A. M. O Brasil está na mira de Wall Street. *In*: PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 253-255.

BARROS, J. D. **Teoria da História IV: acordos historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARROSO, O. **Risco vermelho**: as desventuras de um rei desencaminhado. Fortaleza: Expressão, 2019.

BASTOS, M. D. **Sérgio Mirana de Matos Brito**. Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-miranda-de-matos-brito>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. A ponte para o passado, os impichadores prometem reavivar um programa econômico com validade vencida. *In*: PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 256-258.

BENEVIDES, M. V. M. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOITO JÚNIOR, A. Os atores e o enredo da crise política. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-29.

BOL-UNIV-CEARÁ. Universidade Federal do Ceará – UFC. **Boletim 73**, Fortaleza, v. 13, n. 4, p. 175-230, 1968.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *In*: **Revista On-Line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017.

BRAGHINI, K. Z.; CAMESKI, A. S. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945-962, 2015.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, M. L. P.; MACIEL, T. J. P.; BEZERRA, J. A. B. (org.). **Pedagogia UFC 50 anos**: narrativas de uma história (1963-2013). Fortaleza: UFC, 2014.

BEZERRA, F. A. L. **Entrevista de Francisco Arnaldo Lopes Bezerra concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 13 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

BEZERRA, J. M. **Entrevista de José Machado Bezerra concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 14 de junho de 2019**. Fortaleza: [s. n.], 2019.

BEZERRA, J. M. **Entrevista de José Machado Bezerra concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 5 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

BEZERRA, T. S. A. M. Toyotismo e desemprego estrutural. *In*: RABELO, J. *et al.* (org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 13-38.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jan. 1967a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016a.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007a.

BRASIL. Decreto nº 35.450, de 1º de maio de 1954. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 2 maio 1954a.

BRASIL. Decreto nº 62.279, de 20 de fevereiro de 1968. Dispõe sobre a reestruturação da Universidade Federal do Ceará. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 fev. 1968a.

BRASIL. Decreto nº 71.882, de 2 de março de 1973. Modifica a estrutura da Universidade Federal do Ceará. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 mar. 1973.

BRASIL. Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º mar. 1967b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 abr. 1939.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 out. 1969.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do

ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016b.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 jul. 1937.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 11 abr. 1950.

BRASIL. Lei nº 2.373 de 16 de dezembro de 1954. Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1954b.

BRASIL. Lei nº 3.866, de 25 de janeiro de 1961. Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jan. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1968b.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979. Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 ago. 1979a.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 1979b.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário**

Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2005a.

BRASIL. Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 ago. 2005b.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jun. 2007b.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010a.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010b.

BRASIL. Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012. Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. (Celg D); institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies); altera as Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21

de dezembro de 2004, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.651, de 7 de abril de 2008, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 12.429, de 20 de junho de 2011, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2012a.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012b.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 fev. 2017a.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2017b.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 set. 2016c.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 15 de junho de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jun. 2016d.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2012c.

BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: USC, 2004.

CARDOSO, I. Narrativa e história. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-13, 2000.

CARDOZO, M. J. P. B. O ajuste estrutural do Estado e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. *In: RABELO, J. et al. (org.). Trabalho, educação e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 201-216.

CARRILO-LINARES, A. Movimiento estudiantil antifranquista, cultura política y transición política a la democracia. *Pasado y Memoria*, Alicante, n. 5, p. 149-172, 2006.

CARRILO-LINARES, A. **Subversivos y malditos en la Universidad de Sevilla (1965-1977)**. Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2008.

CARRILO-LINARES, A. Universidade y transiciones políticas: el caso español en los años 60-70. *Espacio, Tiempo y Educación*, Salamanca, v. 2, n. 2, p. 49-75, 2015.

CARRILO-LINARES, A.; CARDINA, M. Contra el Estado Novo y el Nuevo Estado. El movimiento estudiantil ibérico antifascista. *Hispania: Revista Española de Historia*, Madrid, v. 72, n. 242, p. 639-668, 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, W. J. S.; VIANA, C. A. P.; CASTRO, E. S. Universidade, professores e educação popular: o CPC, o PCB e a arte engajada. *In: SANTANA, J. R. et al. (org.). Golpe de 1964: história, geopolítica e educação*. Fortaleza: UECE, 2014. p. 141-163.

CAVALCANTE, J.; JUNQUEIRA, E. S. Ocupações escolares: os atuais movimentos estudantis e o ativismo em rede. *In: ANDRADE, F. A.; SOUZA, J. R. M. A.; MARTINS, M. A. R. M. (org.). Nas trilhas da educação brasileira: multiplicidade de análises e debates*. Curitiba: CRV, 2017. p. 187-198.

CENTENO, A. **Os vencedores: a volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964**. São Paulo: Geração, 2014.

CHAVES, E. S. A História do 31 de março de 1964 pelo Exército – as lembranças de um passado “glorioso”. *In: ANPUH, 10.*, 2010, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: Anpuh, 2010.

CHAVES, F. M. **A monitoria no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará: entre a especialidade técnica e a formação docente na década de 1970**. 2014.170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

COCA, A.; RÍO, Á.; TALEGO VÁZQUEZ, F. Los indignados del 15-M en el contexto del movimiento alterglobalista. Entre el obrerismo y el republicanismo. *Revista Andaluza de Antropología*, Sevilla, v. 6, p. 120-142, 2014.

COELHO, R. N. Esquerda em movimento: estudantes em luta na resistência militar (1964/1968). **Revista Ameríndia**, Fortaleza, v. 10, p. 31-41, 2011.

COSTA, S. K. Guerras híbridas, das revoluções coloridas ao golpe. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 51, p. 139-142, 2019.

CRUZ RODRÍGUEZ, E. La izquierda se toma la universidad. La protesta universitaria en Colombia durante los años sesenta. **Izquierdas**, Santiago, v. 29, p. 205-232, 2016.

DA SILVA, R. V. O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o Maio de 1968 brasileiro. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 18, p. 76-88, 2018.

DAVIES, N. A política educacional nos governos do PT: continuidades ou descontinuidades em relação aos do PSDB?. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 67, p. 39-52, 2016.

DCE-UFC. **Mais retrocessos**. Fortaleza: DCE-UFC, 2016.

DE SOUSA SILVA, A. M.; DE SOUSA, L. M. T. Passeata dos cem mil em perspectiva: movimentos sociais, educação e política. *In*: LIMA, C. *et al.* (org.). **Educação como forma de socialização**. Fortaleza: Universidade Federal de Ceará, 2018. p. 63-93.

DELGADO, K. S. **El Partido Comunista Mexicano y el movimiento estudiantil de 1968**: enfrentamiento, aportación e impacto. 2013. 243 f. Tesis (Doctorado en Historia) – Programa de Postgrado en Historia, Universidad Autónoma de Querétaro, Querétaro, 2013.

DELORY-MOMBERGER, C. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo-projeto. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DIAS, A. F. L. A democracia como vítima do golpe tragicômico de 2016 no Brasil. **Argumentos**, Fortaleza, v. 10, n. 19, p. 62-72, 2018.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVES, C. H. F. Entrevistar crianças/jovens: relato de uma experiência em contexto hospitalar. **Saber & Educar**, Porto, n. 19, p. 96-105, 2014.

FEGHALI, J. A ilegitimidade do governo Temer. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 125-126.

FERNÁNDEZ PONCELA, A. M. De la red a las calles? y de las calles a las conciencias? El movimiento estudiantil #YoSoy132. **Argumentos**, Ciudad de México, DF, v. 27, n. 76, p. 127-146, 2014.

FERNÁNDEZ PONCELA, A. M. *et al.* El movimiento estudiantil #YoSoy132 a un año de distancia. **El Cotidiano**, Ciudad de México, DF, n. 183, p. 91-103, 2014.

FERRAROTTI, F. **História e histórias de vida**: o método biográfico nas Ciências Sociais. Natal: UFRN, 2014.

FERRER, A. América Latina y la globalización. **Revista de la Cepal**, Santiago de Chile, n. extra, p. 155-168, 1998.

FICO, C. Nem decorativo, nem decoroso. *In*: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. G. (org.). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016. p. 139-141.

FLEITES MARCOS, A. ¿Retirarse a tiempo? La visión del mayo de 1968 francés en la España contemporánea. **Historia Actual**, Cádiz, n. 19, p. 163-176, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREITAS, I. H. As marcas do tempo da formação docente... Um ser livre para voar. *In*: BRANDÃO, M. L. P.; MACIEL, T. J. P.; BEZERRA, J. A. B. (org.). **Pedagogia UFC 50 anos**: narrativas de uma história (1963-2013). Fortaleza: UFC, 2014. p. 43-51.

FREITAS, M. **Nós, os estudantes**. Fortaleza: Livro Técnico, 2001.

FUENTES, C. **Em 68**: Paris, Praga e México. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

FUENTES, C. **Los 68**: París - Praga – México. México, DF: Ramdom House-Mondadori, 2005.

FURTADO, D. B.; MARTINS, M. A. R.; ROCHA, N. “Escola sem Partido”: a contraofensiva à luta por uma educação emancipadora no Brasil. *In*: ANDRADE, F. A.; SOUZA, J. R. M. A.; MARTINS, M. A. R. M. (org.). **Nas trilhas da educação brasileira**: multiplicidade de análises e debates. Curitiba: CRV, 2017. p. 119-128.

G1. Pelo menos 21 estados e o DF têm escolas e institutos ocupados por estudantes. **G1**, São Paulo, 27 out. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/pelo-menos-21-estados-tem-escolas-e-institutos-ocupados-por-estudantes.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

G1. **Entrevista de Graduando(a) 1 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 14 de dezembro de 2016**. Fortaleza: [s. n.], 2016.

G2. **Entrevista de Graduando(a) 2 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 4 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

G3. **Entrevista de Graduando(a) 3 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 4 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

G5. **Entrevista de Graduando(a) 5 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 18 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

G6. **Entrevista de Graduando(a) 6 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 8 de março de 2017.** Fortaleza: [s. n.], 2017.

G7. **Entrevista de Graduando(a) 7 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 5 de abril de 2017.** Fortaleza: [s. n.], 2017.

GAMA, Z. A ponte para o futuro e educação nacional: de volta ao passado. *In*: PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016.** Bauru: Canal 6, 2016. p. 29-52.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

GODOY, M. **A casa da vovó: uma biografia do Doi-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime.** São Paulo: Alameda, 2014.

GOMES, J. G. M. **1968 e outros momentos na Odontologia, na política e na cidadania plena.** Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. Brasil: virando as costas ao futuro. *In*: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. G. (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado.** São Paulo: Alameda, 2016. p. 181-186.

GRINBERG, L.; ARAÚJO, M. P. N.; QUADRAT, S. V. (org.). **50 anos do golpe: debates discentes.** Niterói: UFF, 2016.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 12, p. 7-21, 2020.

GUIMARÃES, E. Confira prova de que Lava Jato e mídia formam uma polícia política. *In*: PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016.** Bauru: Canal 6, 2016. p. 113-117.

GUZMÁN, H. J. **El 68 y sus rutas de interpretación: una crítica historiográfica.** 2011. 240 f. Tesis (Maestría en Historiografía de México) – Programa de Postgrado en Historiografía de México, Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, Ciudad de México, DF, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.

HARARI, Y. N. **Homo Deus: uma breve história do amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HERNÁNDEZ ARTEAGA, I. El programa mínimo de los estudiantes colombianos. Movimiento estudiantil universitario de 1971 por la universidad. Todo um país. **Revista Historia de la Educación Colombiana**, Nariño, n. 10, p. 29-57, 2007.

JESUS, R. F.; ARAÚJO, M. S.; CUNHA JÚNIOR, H. (org.). **Dez anos da Lei nº 10.639/03**: memórias e perspectivas. Fortaleza: UFC, 2013.

JIMÉNEZ, A.; FIGUEROA, H. Políticas educativas en la educación superior: 1925-1992. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, v. 38, p. 181-200, 2000.

JINKINGS, I. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-14.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Os atores e o enredo da crise política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

JOSÉ, E. O instinto da loba e a batalha da Maria Antonia. **Carta Capital**, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-instinto-da-loba-e-a-batalha-da-maria-antonia/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

KORNIS, M. **Ação popular**. Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>. Acesso em: 4 fev. 2021.

KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C. (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018.

KRISCHKE, P. J. **A igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LACERDA, G. E. História, memória e movimento estudantil. *In*: GRINBERG, L.; ARAÚJO, M. P. N.; QUADRAT, S. V. (org.). **50 anos do golpe**: debates discentes. Niterói: UFF, 2016. p. 157-165.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, F. C. S. Neoliberalismo e políticas sociais: mudanças na educação profissional. *In*: RABELO, J. *et al.* (org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 281.

LIMA, M.; MACIEL, S. L. A reforma do ensino médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230058, 2018.

LOPES, M. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 119-125.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-67.

MACÊDO JÚNIOR, D. P. Das ruas às redes: disputa de narrativas e de memória sobre as ocupações universitárias de 2016 no Ceará em tempos de mediação algorítmica. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MACÊDO JÚNIOR, D. P.; NUNES, M. V. Das barricadas vão às bancas: representação das ocupações universitárias de 2016 pelo jornalismo cearense. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2017.

MACHADO, C. J. S.; FIALHO, L. M. F. Notas sobre o momento histórico do conservadorismo no Brasil dos anos 1960. *In*: SANTANA, J. R. *et al.* (org.). **Golpe de 1964**: história, geopolítica e educação. Fortaleza: UECE, 2014. p. 53-72.

MAIA JÚNIOR, E. A. **Memórias de luta**: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: UFC, 2008.

MARIETTO, M. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018.

MARINI, R. M. Los movimientos estudiantiles en América Latina, un marco de referencias. **Ciencia Social**, Concepción, p. 110-122, 1970.

MARTINHO RODRIGUES, R. História, memória, fontes e educação. *In*: VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. P. *et al.* (org.). **Cultura, educação, espaço e tempo**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 403-416.

MARTINS FILHO, A. **A short history of the Federal University of Ceará (UFC)**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996a.

MARTINS FILHO, A. **História abreviada da UFC**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996b.

MARTINS FILHO, A. **O outro lado da história**. Fortaleza: UFC, 1983.

MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. G. (org.). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.

MELLO, P. J. S. Há semelhanças entre o golpe civil-militar de 1964 e o golpe em 2016?. *In*: PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 340-343.

MEUCCI, I. D. P. **A Revolução Cubana e o movimento trotskista na América Latina**: impactos na construção de um projeto político (1959-1974). 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MINAYO, C. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES FREIRE, S. Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Historia de la Educación Latinoamericana**, Boyaca, v. 11, p. 131-146, 2008.

MORAES, J. Q. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 135-158, 1989.

MOREIRA, J. E. C. **Entrevista de José Evangelista de Carvalho Moreira concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 14 de junho de 2019**. Fortaleza: [s. n.], 2019a.

MOREIRA, J. E. C. **Entrevista de José Evangelista de Carvalho Moreira concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 26 de junho de 2019**. Fortaleza: [s. n.], 2019b.

MOREIRA, M. J. S. A. **Entrevista de Maria José Sales Auto Moreira (Mazé) concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 26 de junho de 2019**. Fortaleza: [s. n.], 2019.

MORLINO, L. Legitimacy and the quality of democracy. **International Social Science Journal**, v. 60, n. 196, p. 211-222, 2010.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, T. M. Políticas afirmativas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. *In*: INTERCOM, 24., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Intercom, 2019.

MOURÃO, A. A.; VENÍCIUS, M. Memórias das resistências presentes nas ruas: os aparecidos políticos. *In*: ESCRIVÃO, M.; BELLINI, T. F.; RUSSO, P. (org.). **Memórias da resistência**. Franca: Outras Expressões, 2012. p. 87-96.

MÜLLER, A. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. 138 f. Tese

(Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, M. A crise brasileira, em perspectiva histórica. *In*: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. G. (org.). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016. p. 57-66.

NAPOLITANO, M. Representações políticas no movimento Diretas-Já. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 207-219, 1995.

NASSIF, L. Lava Jato: tudo começou em junho de 2013 com a Primavera brasileira. *In*: PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 247-252.

OCUPAÇÃO Faced – UFC. **Página virtual no Facebook do Ocupação Faced – UFC**. Disponível em: https://www.facebook.com/ocupafacedufc/?epa=search_box. Acesso em: 10 nov. 2016.

OLIVEIRA, C. E. R. O enigma K: o kirchnerismo e a insurreição como restauração. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 4, n. 6, p. 35-58, 2016.

OLIVEIRA, E. G. Educação e desenvolvimento: até onde vai esta relação?. *In*: RABELO, J. *et al.* (org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 235-242.

OLIVEIRA, R. C. M. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de uma (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 69-87, 2014.

ORDÓÑEZ BURBANO, L. A. **Universidad del Valle 60 años 1945-2005**: atando cabos en clave de memoria. Cali: Universidad del Valle, 2007.

PALMA MORA, M. Destierro y encuentro. Aproximaciones al exilio latinoamericano en México 1954-1980. **Amérique Latine Histoire et Mémoire**. Les Cahiers ALHIM. Les Cahiers Alhim, Paris, n. 7, p. 1-83, 2003.

PARDO, M. A.; URREGO, M. A. El movimiento estudiantil de 1971 en Colombia. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE HISTORIA DE LAS UNIVERSIDADES DE AMÉRICA Y EUROPA, 1., 2003, Córdoba. **Anales** [...]. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2003.

PARENTE, F. J. C. **Anauê**: os camisas verdes no poder. Fortaleza: UFC, 1999.

PATAI, D. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PAULANI, L. M. Uma ponte para o abismo. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-75.

PEREIRA, C. E. S. “Nada constal!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, e-34138, 2019.

PEREIRA, M. F. P. **Entrevista concedida de Matheus Figueiredo Pereira via WhatsApp concedida a Tânia Sucupira Gorayeb via Google Meet em 8 de fevereiro de 2021**. Obedeceu-se ao distanciamento social devido à pandemia da Covid-19. Fortaleza: [s. n.], 2021.

PG1. **Entrevista de Pós-Graduando(a) 1 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 16 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

PG2. **Entrevista de Pós-Graduando(a) 2 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 17 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

PG3. **Entrevista de Pós-Graduando(a) 3 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 17 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

PG4. **Entrevista de Pós-Graduando(a) 4 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 8 de fevereiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

PG5. **Entrevista de Pós-Graduando(a) 5 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 29 de março de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

PG6. **Entrevista de Pós-Graduando(a) 6 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 30 de novembro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

PG7. **Entrevista de Pós-Graduando(a) 7 concedida a Tânia Sucupira Gorayeb em 28 de fevereiro de 2019**. Fortaleza: [s. n.], 2019.

PINA, F. Acordo MEC-Usaid: ações e reações (1966-1968). *In*: ANPUH, 19., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2008. p. 1-10.

PINHEIRO, J. O sujeito da ação política: notas para uma teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 3, p. 143-163, 1997.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A. S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2016.

PITTS, B. “O sangue da mocidade está correndo”: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 39-65, 2014.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF: Ulysses Guimarães, 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRONER, C. *et al.* (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

PUDAL, B. Los años 68. Del nacionalcentrismo a la historia global. **Revista Temas**, La Habana, v. 95-96, p. 4-11, 2018.

QUINALHA, R. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 131-137.

RABELO, J. *et al.* (org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

RAMALHO, B. E. P. **Foi Assim!**: o Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC, 2002.

RÊDES, B. L. Ocupação nas escolas no Ceará em 2016 e a construção da cidadania nos movimentos sociais na era da internet. *In*: NUNES, M. V. *et al.* (org.). **Educação como forma de socialização**. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 184-210.

REIS FILHO, D. A. 1968 o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, 1998.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. **O romantismo revolucionário da ação popular**: do cristianismo ao maoísmo. Chicago: The Palmer House Hilton Hotel, 1998.

ROCHA, A. R. M. Reforma e deforma universitária: o público e o privado e a crise do ensino superior. *In*: RABELO, J. *et al.* (org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 261-274.

ROGÉRIO, R. F. **Entrevista de Rodger Franco de Rogério concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 14 de junho de 2019**. Fortaleza: [s. n.], 2019.

ROMO, A. D. El movimiento estudiantil mexicano de 1968 en clave latinoamericana: aproximación a las nociones de educación y transformación social. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 63, p. 137-157, 2017.

SALAZAR, P. B. **Fronteras de papel**: el mayo francés en la España del 68. Madrid: Cátedra, 2018.

SANTOS, A. C. Estudos comparados e a transnacionalidade: aproximações e possibilidades. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA LUGARES DOS HISTORIADORES, 27., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Udesc, 2015.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, É. F. **O ensino superior no Brasil e os “Acordos MEC/Usaid”**: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira. 2005. 168 f. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGUNDO, M. D. M. O Banco Mundial no comando da educação dos países periféricos. *In*: RABELO, J. *et al.* (org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 217-232.

SEMER, M. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Os atores e o enredo da crise política**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 107-113.

SERRA AZUL, M. C. M. **Entrevista de Maria do Carmo Moreira Serra Azul (Cacau) concedida a Tânia Gorayeb Sucupira em 5 de janeiro de 2017**. Fortaleza: [s. n.], 2017.

SILVA, A. O. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 1, n. 3, p. 1-28, 2001.

SILVA, S. G. Reforma trabalhista e seus desdobramentos sociais na vida das mulheres trabalhadoras. **Revista Inovação Social**, [S./], v. 2, n. 3, p. 9-16, 2020.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, W. S. **Livros em guerra**: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015). 2019. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVEIRA, E. M. Os estudantes e a ditadura militar em Sobral-CE (1964-1970). *In*: ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Anpuh, 2011.

SINGER, A. Por uma frente ampla, democrática e republicana. *In*: SINGER, A. *et al.* (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 151-156.

SINGER, A. *et al.* **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, M. L. A.; PETARNELLA, L. 1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 337-350, 2009.

SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática black bloc. São Paulo: Geração, 2014.

SOSA-LONDOÑO, Y. H. La protesta estudiantil en la Universidad del Valle entre 1968-1971 y 2007-2011. Una lectura comparada. **Revista Forum**, Medellín, v. 13, p. 33-74, 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, J. R. M. A.; SOUZA, S. A. Um olhar sobre o tempo presente e a educação superior. *In*: ANDRADE, F. A.; SOUZA, J. R. M. A.; MARTINS, M. A. R. M. (org.). **Nas trilhas da educação brasileira**: multiplicidade de análises e debates. Curitiba: CRV, 2017. p. 251-258.

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M. Movimento estudantil: as ocupações nas escolas estaduais de São Paulo. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 2, p. 475-498, 2019.

SUCUPIRA, T. G. **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará**: memórias, histórias e práticas educativas. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SUCUPIRA, T. G. *et al.* Una mirada a los movimientos estudiantiles de Brasil, México y Colombia entre 1968 y 1971. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 42, n. 81, p. 179-209, 2020.

SUCUPIRA, T. G.; GARCÍA-DELGADO, F. J. Reflexões metodológicas sobre a historiografia do movimento estudantil. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 216-239, 2020.

SUCUPIRA, T. G.; MARTINHO RODRIGUES, R. História, memória e educação. *In*: FIALHO, L. M. F.; SANTANA, J. R.; VASCONCELOS, J. G. (org.). **Fontes orais em pesquisas educacionais**. Fortaleza: UECE, 2015. p. 43-56.

SUCUPIRA, T. G.; VASCONCELOS, J. G. Ativismo estudantil no Ceará: histórias da UFC e a ocupação no contexto da ruptura institucional de 2016. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-23, 2020.

SUCUPIRA, T. G.; VASCONCELOS, K. C. O golpe militar de 1964 e o contexto político da ditadura: memórias da luta estudantil no Ceará. *In*: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2017.

- SUCUPIRA, T. G.; VASCONCELOS, K. C.; BRANDENBURG, C. O movimento estudantil de ocupação da Faced/UFC em 2016: histórias em memórias em cultura digital. *In*: XAVIER, A. R.; FERREIRA, T. M. S.; MATOS, C. S. (org.). **Pesquisas educacionais**: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: UECE, 2018. p. 213-230.
- SUCUPIRA, T. G.; VASCONCELOS, J. G.; MATOS, C. S. O maio de 1968: Espanha e Fortaleza, Ceará. *In*: SEMINÁRIO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS, MEMÓRIAS E ORALIDADES, 6., 2019, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UECE, 2019. p. 915-920.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- UFC. **Regimento geral**. Fortaleza: UFC, 2019.
- VASCONCELOS, J. G. **A memória em construção**: sonho, silêncio e esquecimento dos militantes de esquerda no Brasil autoritário. 1997. 282 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.
- VASCONCELOS, J. G. **Entrevista de José Gerardo Vasconcelos concedida a Camila Saraiva de Matos em 24 de outubro de 2018**. Fortaleza, 2018.
- VASCONCELOS, J. G. Esquecimento e sonhos dos militantes de esquerda nos cárceres políticos no Brasil. *In*: SANTANA, J. R.; VASCONCELOS, J. G. (org.). **Tempo, espaço e memória da educação**: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: UFC, 2011. p. 99-113.
- VASCONCELOS, J. G. **Memórias do silêncio**: militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: UFC, 1998.
- VASCONCELOS, J. G.; ARAÚJO, M. **Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)**. Fortaleza: UECE: Impreco, 2016.
- VENTURA, Z. **1968**: o ano que não terminou. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- VILLAS-BOAS, S. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Unesp, 2014.
- VISENTINI, P. F. **A revolução vietnamita**: da libertação nacional ao socialismo. São Paulo: Unesp, 2019.
- WALMICK VIEIRA, V. A. **Entrevista de Vicente Walmick Almeida Vieira concedida a Tânia Sucupira Gorayeb via Google Meet em 3 de dezembro de 2020**. Obedeceu-se ao distanciamento social devido à pandemia da Covid-19. Fortaleza: [s. n.], 2020.
- WESTIN, R. Dois presidentes sofreram impeachment em 1955. **Agência Senado**, Brasília, DF, 31 ago. 2016.
- WOODS, A. A Revolução Francesa de maio de 1968. **Marxismo e Autogestão**, Goiânia, v. 3, n. 5, p. 100-120, 2016.

XAVIER, A. R.; FERREIRA, T. M. S.; MATOS, C. S. (org.). **Pesquisas educacionais**: abordagens teórico metodológicas. Fortaleza: UECE, 2018.

YSÀS, P. ¿Una sociedad pasiva? Actitud, activismo y conflictividad social en el franquismo tardío. **Ayer**, Barcelona, v. 68, n. 4, p. 31-57, 2007.

APÊNDICE A – TCLE DE JOSÉ EVANGELISTA MOREIRA

Você está sendo solicitado a participar em um projeto de pesquisa. O pesquisador deve providenciar um documento de esclarecimento e de livre consentimento que informe a você sobre o estudo, afirmando que sua participação é voluntária e explicando os riscos e benefícios de sua participação. Nesse processo, ele deve dar a condição necessária para, de forma esclarecida, você poder tomar a decisão de participar ou não. Você deve se sentir absolutamente livre para fazer qualquer pergunta ao pesquisador e/ou esclarecer qualquer dúvida que você tenha.

Título do estudo: Movimentos estudantis na UFC: ecos de resistência de 1968 e 2016

Pesquisadora: Tânia Gorayeb Sucupira

Contato: thaniasucupira@yahoo.com.br - telefone e WhatsApp (85) 99621-5015

Departamento & Instituição: Departamento de Fundamentos da Educação - Faculdade de Educação (Faced) - UFC

1. OBJETIVO DA PESQUISA: Você está sendo solicitado a participar em uma pesquisa para o projeto da tese de doutoramento que objetiva compreender fatores, causas, elementos e desdobramentos de movimentos estudantis utilizando pesquisa bibliográfica, documental e análise de narrativas de ativistas e coetâneos de movimentos estudantis de dois tempos: o movimento de ocupação estudantil do Instituto de Física da UFC em 1968 e o movimento de ocupação estudantil da UFC/Faced em 2016.

2. O QUE VOCÊ VAI FAZER: O pesquisador solicita sua permissão para utilizar os dados que foram coletados desde as entrevistas que foram gravadas e transcritas, cujos arquivos foram posteriormente enviados para seu endereço de *e-mail*. Dados selecionados serão compreendidos/discutidos em suas representações/expectativas/opiniões, estabelecendo um diálogo entre os movimentos estudantis na UFC em tempos distintos e com os teóricos e estudiosos consagrados no tema de movimentos políticos estudantis, em acordo com o tema do projeto e os objetivos supra anunciados.

3. POTENCIAIS BENEFÍCIOS: Você possivelmente não se beneficiará de modo particular ao participar deste estudo. No entanto, este projeto espera agregar os debates sobre a história da educação e do ativismo estudantil na UFC, inclusive em diferentes tempos históricos. Futuros pesquisadores e interessados nos temas

poderão se beneficiar dos resultados da pesquisa, ao analisarmos quão importante a presente experiência tem sido para você e seus colegas, principalmente em relação à participação de estudantes nas lutas sociais por causas ligadas à oferta e qualidade da educação. Nenhuma compensação financeira, crédito ou nota de disciplina, nem qualquer outra forma de compensação, será oferecida por sua participação neste estudo.

4. POTENCIAIS RISCOS: Como os dados obtidos para este estudo não consistem de nenhum material que você tenha produzido nas disciplinas, não vislumbramos nenhum risco envolvido. O principal risco que você poderia enfrentar seria a revelação de dados pessoais, mas você tem o direito de não revelar e/ou de não permitir que nenhuma informação dessa natureza seja publicada. Além disso, os riscos devem ser minimizados pelo pesquisador por meio de um pacto de privacidade e confidencialidade (ver item 5, abaixo).

5. PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE: Se você concordar em participar do estudo, a pesquisadora vai explorar as experiências que você construiu a partir de sua participação, tomando por base suas narrativas e descrições de histórias e memórias do movimento estudantil de ocupação da UFC/Faced em novembro e dezembro de 2016, bem como opiniões acerca da luta política estudantil ao longo da história. Os dados das narrativas poderão ser incluídos em apresentações orais e conferências de congressos científicos, assim como em publicações de artigos avaliados pelos comitês editoriais de revistas científicas, tanto impressas como *on-line*. Acerca da denominação como protagonista ou coetâneo, os dados identificáveis nas descrições serão substituídos pelo uso de categorias genéricas: “secundarista”; “graduando”; “pós-graduando”, inclusive sem a identificação de gênero, mas apenas seguido de um numeral cardinal, a fim de orientar a compreensão do leitor. Todos os dados sobre você estarão guardados e mantidos em confidencialidade, em acordo com o máximo que é exigido por lei.

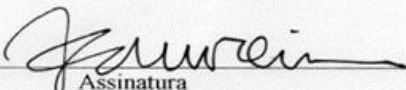
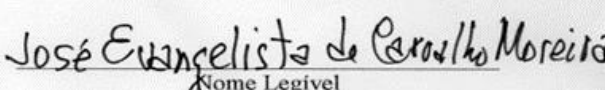
6. SEUS DIREITOS: VOCÊ PODE PARTICIPAR, DIZER “NÃO” OU DESISTIR (RETIRAR A AUTORIZAÇÃO): A sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária. Você tem o direito de dizer “NÃO”. Saiba que sua recusa em participar não lhe trará nenhuma penalidade ou perda de benefícios que você, de outro modo, tenha adquirido.

7. DÚVIDAS, PREOCUPAÇÕES OU PERGUNTAS: Se você tiver alguma dúvida, preocupação ou pergunta sobre esta pesquisa, tais como questões científicas,

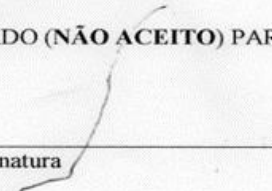
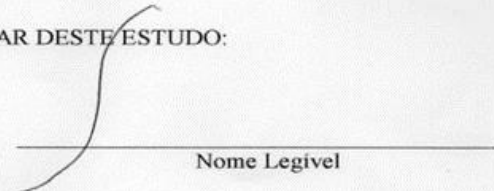
como participar ou como relatar prejuízos decorrentes de sua participação, por favor, contate pessoalmente Tânia Gorayeb Sucupira. Você pode contatá-la tanto pelo *e-mail* thianasucupira@yahoo.com.br como pelo número de telefone celular 85 99621-5015, bem como via Departamento de Fundamentos da Educação da UFC, falando com o professor José Gerardo Vasconcelos, por meio do telefone (85) 99758-5434. Se você tiver qualquer dúvida sobre seus direitos e participação como sujeito da pesquisa, por favor, contate o **Comitê de Ética em Pesquisas que Envolvem Seres Humanos** da UFC (CEP/HUWC), pelos números (85) 3366-8589 e/ou 3366-8612, ou pelo *e-mail* cephuwc@huwc.ufc.br, ou ainda: escreva para CEP/HUWC – Rua Capitão Francisco Pedro, n. 1290 – Bairro Rodolfo Teófilo – Fortaleza-CE, CEP: 60.430-370.

8. ACEITE PARA PARTICIPAR OU NÃO: Sua assinatura abaixo indica que você aceita voluntariamente participar (ou não) deste estudo.

EU CONCORDO (**ACEITO**) PARTICIPAR DESTE ESTUDO:

| | |
|---|--|
|  Assinatura |  Nome Legível |
|---|--|

EU NÃO CONCORDO (**NÃO ACEITO**) PARTICIPAR DESTE ESTUDO:

| | |
|---|--|
|  Assinatura |  Nome Legível |
|---|--|

APÊNDICE B – TCLE DE MARIA JOSÉ SALES AUTO MOREIRA

Você está sendo solicitado a participar em um projeto de pesquisa. O pesquisador deve providenciar um documento de esclarecimento e de livre consentimento que informe a você sobre o estudo, afirmando que sua participação é voluntária e explicando os riscos e benefícios de sua participação. Nesse processo, ele deve dar a condição necessária para, de forma esclarecida, você poder tomar a decisão de participar ou não. Você deve se sentir absolutamente livre para fazer qualquer pergunta ao pesquisador e/ou esclarecer qualquer dúvida que você tenha.

Título do estudo: Movimentos estudantis na UFC: ecos de resistência de 1968 e 2016

Pesquisadora: Tânia Gorayeb Sucupira

Contato: thaniasucupira@yahoo.com.br - telefone e WhatsApp (85) 99621-5015

Departamento & Instituição: Departamento de Fundamentos da Educação - Faculdade de Educação (Faced) - UFC

1. OBJETIVO DA PESQUISA: Você está sendo solicitado a participar em uma pesquisa para o projeto da tese de doutoramento que objetiva compreender fatores, causas, elementos e desdobramentos de movimentos estudantis utilizando pesquisa bibliográfica, documental e análise de narrativas de ativistas e coetâneos de movimentos estudantis de dois tempos: o movimento de ocupação estudantil do Instituto de Física da UFC em 1968 e o movimento de ocupação estudantil da UFC/Faced em 2016.

2. O QUE VOCÊ VAI FAZER: O pesquisador solicita sua permissão para utilizar os dados que foram coletados desde as entrevistas que foram gravadas e transcritas, cujos arquivos foram posteriormente enviados para seu endereço de *e-mail*. Dados selecionados serão compreendidos/discutidos em suas representações/expectativas/opiniões, estabelecendo um diálogo entre os movimentos estudantis na UFC em tempos distintos e com os teóricos e estudiosos consagrados no tema de movimentos políticos estudantis, em acordo com o tema do projeto e os objetivos supra anunciados.

3. POTENCIAIS BENEFÍCIOS: Você possivelmente não se beneficiará de modo particular ao participar deste estudo. No entanto, este projeto espera agregar os debates sobre a história da educação e do ativismo estudantil na UFC, inclusive em diferentes tempos históricos. Futuros pesquisadores e interessados nos temas

poderão se beneficiar dos resultados da pesquisa, ao analisarmos quão importante a presente experiência tem sido para você e seus colegas, principalmente em relação à participação de estudantes nas lutas sociais por causas ligadas à oferta e qualidade da educação. Nenhuma compensação financeira, crédito ou nota de disciplina, nem qualquer outra forma de compensação, será oferecida por sua participação neste estudo.

4. POTENCIAIS RISCOS: Como os dados obtidos para este estudo não consistem de nenhum material que você tenha produzido nas disciplinas, não vislumbramos nenhum risco envolvido. O principal risco que você poderia enfrentar seria a revelação de dados pessoais, mas você tem o direito de não revelar e/ou de não permitir que nenhuma informação dessa natureza seja publicada. Além disso, os riscos devem ser minimizados pelo pesquisador por meio de um pacto de privacidade e confidencialidade (ver item 5, abaixo).

5. PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE: Se você concordar em participar do estudo, a pesquisadora vai explorar as experiências que você construiu a partir de sua participação, tomando por base suas narrativas e descrições de histórias e memórias do movimento estudantil de ocupação da UFC/Faced em novembro e dezembro de 2016, bem como opiniões acerca da luta política estudantil ao longo da história. Os dados das narrativas poderão ser incluídos em apresentações orais e conferências de congressos científicos, assim como em publicações de artigos avaliados pelos comitês editoriais de revistas científicas, tanto impressas como *on-line*. Acerca da denominação como protagonista ou coetâneo, os dados identificáveis nas descrições serão substituídos pelo uso de categorias genéricas: “secundarista”; “graduando”; “pós-graduando”, inclusive sem a identificação de gênero, mas apenas seguido de um numeral cardinal, a fim de orientar a compreensão do leitor. Todos os dados sobre você estarão guardados e mantidos em confidencialidade, em acordo com o máximo que é exigido por lei.

6. SEUS DIREITOS: VOCÊ PODE PARTICIPAR, DIZER “NÃO” OU DESISTIR (RETIRAR A AUTORIZAÇÃO): A sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária. Você tem o direito de dizer “NÃO”. Saiba que sua recusa em participar não lhe trará nenhuma penalidade ou perda de benefícios que você, de outro modo, tenha adquirido.

7. DÚVIDAS, PREOCUPAÇÕES OU PERGUNTAS: Se você tiver alguma dúvida, preocupação ou pergunta sobre esta pesquisa, tais como questões científicas,

como participar ou como relatar prejuízos decorrentes de sua participação, por favor, contate pessoalmente Tânia Gorayeb Sucupira. Você pode contatá-la tanto pelo *e-mail* thanasucupira@yahoo.com.br como pelo número de telefone celular 85 99621-5015, bem como via Departamento de Fundamentos da Educação da UFC, falando com o professor José Gerardo Vasconcelos, por meio do telefone (85) 99758-5434. Se você tiver qualquer dúvida sobre seus direitos e participação como sujeito da pesquisa, por favor, contate o **Comitê de Ética em Pesquisas que Envolvem Seres Humanos** da UFC (CEP/HUWC), pelos números (85) 3366-8589 e/ou 3366-8612, ou pelo *e-mail* cephuwc@huwc.ufc.br, ou ainda: escreva para CEP/HUWC – Rua Capitão Francisco Pedro, n. 1290 – Bairro Rodolfo Teófilo – Fortaleza-CE, CEP: 60.430-370.

8. ACEITE PARA PARTICIPAR OU NÃO: Sua assinatura abaixo indica que você aceita voluntariamente participar (ou não) deste estudo.

EU CONCORDO (**ACEITO**) PARTICIPAR DESTE ESTUDO:

Maria José Moreira
Assinatura

Maria José Leites Couto Moreira
Nome Legível

EU NÃO CONCORDO (**NÃO ACEITO**) PARTICIPAR DESTE ESTUDO:

[Assinatura]
Assinatura

[Nome Legível]
Nome Legível

APÊNDICE C – TCLE DE FRANCISCO ARNALDO LOPES BEZERRA

(continua)

Você está sendo solicitado a participar em um projeto de pesquisa. O pesquisador deve providenciar um documento de esclarecimento e de livre consentimento que informe a você sobre o estudo, afirmando que sua participação é voluntária e explicando os riscos e benefícios de sua participação. Nesse processo, ele deve dar a condição necessária para, de forma esclarecida, você poder tomar a decisão de participar ou não. Você deve se sentir absolutamente livre para fazer qualquer pergunta ao pesquisador e/ou esclarecer qualquer dúvida que você tenha.

Título do estudo: MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA UFC: ecos de resistência de 1968 e 2016

Pesquisador(es): Tânia Gorayeb Sucupira

Contato: thaniasucupira@yahoo.com.br - telefone e whatsapp (85) 99621-5015

Departamento & Instituição: Departamento de Fundamentos da Educação - Faculdade de Educação Faced/ UFC

1. OBJETIVO DA PESQUISA: Você está sendo solicitado a participar em uma pesquisa para o projeto da tese de doutoramento que objetiva compreender fatores, causas, elementos e desdobramentos de movimentos estudantis utilizando pesquisa bibliográfica, documental e análise de narrativas de ativistas e coetâneos de movimentos estudantis de dois tempos: o movimento de ocupação estudantil do Instituto de Física da UFC em 1968 e o movimento de ocupação estudantil da UFC/FACED em 2016.

2. O QUE VOCÊ VAI FAZER: O pesquisador solicita sua permissão para utilizar os dados que foram coletados desde as entrevistas que foram gravadas e transcritas, cujos arquivos foram posteriormente enviados para seu endereço de e-mail, dados selecionados serão compreendidos/discutidos em suas representações/expectativas/opiniões, estabelecendo um diálogo entre os movimentos estudantis na UFC em tempos distintos e com os teóricos e estudiosos consagrados no tema de movimentos político estudantis, em acordo com o tema do projeto e os objetivos supra anunciados.

3. POTENCIAIS BENEFÍCIOS: Você possivelmente não se beneficiará de modo particular ao participar deste estudo. No entanto, este projeto espera agregar os debates sobre a história da educação e do ativismo estudantil na UFC, inclusive em diferentes tempos históricos. Futuros pesquisadores e interessados nos temas poderão se beneficiar dos resultados da pesquisa, ao analisarmos quão importante a presente experiência tem sido para você e seus colegas, principalmente em relação à participação de estudantes nas lutas sociais por causas ligadas à oferta e qualidade da educação. Nenhuma compensação financeira, crédito ou nota de disciplina, nem qualquer outra forma de compensação será oferecida por sua participação neste estudo.

4. POTENCIAIS RISCOS: Como os dados obtidos para este estudo não consistem de nenhum material que você tenha produzido nas disciplinas, não vislumbramos nenhum risco envolvido. O principal risco que você poderia enfrentar seria a revelação de dados pessoais, mas, você tem o direito de não revelar e/ou de não permitir que nenhuma informação desta natureza seja publicada. Além disso, os riscos devem ser minimizados pelo pesquisador por meio de um pacto de privacidade e confidencialidade (ver item 5 abaixo).

5. PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE: Se você concordar em participar do estudo, o pesquisador vai explorar as experiências que você construiu a partir de sua participação, tomando por base suas narrativas e descrições de histórias e memórias do movimento estudantil de ocupação da UFC/ FACED em novembro e dezembro de 2016, bem como opiniões acerca da luta política estudantil ao longo da história. Os dados das narrativas poderão ser incluídos em apresentações orais e

(conclusão)

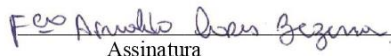
conferências de congressos científicos, assim como em publicações de artigos avaliados pelos comitês editoriais de revistas científicas, tanto impressas como *online*. Acerca da denominação enquanto protagonista ou coetâneo, os dados identificáveis nas descrições serão substituídos pelo uso de categorias genéricas: “secundarista”; “graduando”; “pós-graduando”, inclusive sem a identificação de gênero, mas apenas seguido de um numeral cardinal, a fim de orientar a compreensão do leitor. Todos os dados sobre você estarão guardados e mantidos em confidencialidade, em acordo com o máximo que é exigido por lei.

6. SEUS DIREITOS: VOCÊ PODE PARTICIPAR, DIZER “NÃO” OU DESISTIR (RETIRAR A AUTORIZAÇÃO): A sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária. Você tem o direito de dizer NÃO. Saiba que sua recusa em participar não lhe trará nenhuma penalidade ou perda de benefícios que você, de outro modo, tenha por adquirido.

7. DÚVIDAS, PREOCUPAÇÕES OU PERGUNTAS: Se você tiver alguma dúvida, preocupação ou pergunta sobre esta pesquisa, tais como questões científicas, como participar ou como relatar prejuízos decorrentes de sua participação, por favor, contate pessoalmente Tânia Gorayeb Sucupira. Você pode contatar pelo e-mail (thianasucupira@yahoo.com.br) como pelo número de telefone celular (85 99621-5015), e ainda via Departamento de Fundamentos da Educação da UFC, falando com o prof. José Gerardo Vasconcelos, por meio do telefone: (85) 99758-5434. Se você tiver qualquer dúvida sobre seus direitos e participação como sujeito da pesquisa, por favor, contate o **Comitê de Ética em Pesquisas que Envolvem Seres Humanos** da UFC (CEP/HUWC), pelos números (85) 3366-8589 e/ou 3366-8612, ou pelo e-mail cephuwc@huwc.ufc.br; ou ainda: escreva para Universidade Federal do Ceará, Comitê de Ética em Pesquisas que Envolvem Seres Humanos (CEP/HUWC) - Rua Capitão Francisco Pedro, n. 1290 – Bairro Rodolfo Teófilo – Fortaleza – CE. CEP: 60.430-370.

8. ACEITE PARA PARTICIPAR OU NÃO: Sua assinatura abaixo indica que você aceita voluntariamente participar (ou não) deste estudo.

EU CONCORDO (**ACEITO**) PARTICIPAR DESTE ESTUDO:


Assinatura

Francisco Arnaldo Lopes Bezerra
Nome Legível

EU NÃO CONCORDO (**NÃO ACEITO**) PARTICIPAR DESTE ESTUDO:

Assinatura

Nome Legível

APÊNDICE D – TCLE DE MATHEUS FIGUEIREDO PEREIRA

Você está sendo solicitado a participar em um projeto de pesquisa. O pesquisador deve providenciar um documento de esclarecimento e de livre consentimento que informe a você sobre o estudo, afirmando que sua participação é voluntária e explicando os riscos e benefícios de sua participação. Nesse processo, ele deve dar a condição necessária para, de forma esclarecida, você poder tomar a decisão de participar ou não. Você deve se sentir absolutamente livre para fazer qualquer pergunta ao pesquisador e/ou esclarecer qualquer dúvida que você tenha.

Título do estudo: Movimentos estudantis na UFC: ecos de resistência de 1968 e 2016

Pesquisadora: Tânia Gorayeb Sucupira

Contato: thaniasucupira@yahoo.com.br - telefone e WhatsApp (85) 99621-5015

Departamento & Instituição: Departamento de Fundamentos da Educação - Faculdade de Educação (Faced) - UFC

1. OBJETIVO DA PESQUISA: Você está sendo solicitado a participar em uma pesquisa para o projeto da tese de doutoramento que objetiva compreender fatores, causas, elementos e desdobramentos de movimentos estudantis utilizando pesquisa bibliográfica, documental e análise de narrativas de ativistas e coetâneos de movimentos estudantis de dois tempos: o movimento de ocupação estudantil do Instituto de Física da UFC em 1968 e o movimento de ocupação estudantil da UFC/Faced em 2016.

2. O QUE VOCÊ VAI FAZER: O pesquisador solicita sua permissão para utilizar os dados que foram coletados desde as entrevistas que foram gravadas e transcritas, cujos arquivos foram posteriormente enviados para seu endereço de *e-mail*. Dados selecionados serão compreendidos/discutidos em suas representações/expectativas/opiniões, estabelecendo um diálogo entre os movimentos estudantis na UFC em tempos distintos e com os teóricos e estudiosos consagrados no tema de movimentos políticos estudantis, em acordo com o tema do projeto e os objetivos supra anunciados.

3. POTENCIAIS BENEFÍCIOS: Você possivelmente não se beneficiará de modo particular ao participar deste estudo. No entanto, este projeto espera agregar os debates sobre a história da educação e do ativismo estudantil na UFC, inclusive em diferentes tempos históricos. Futuros pesquisadores e interessados nos temas

poderão se beneficiar dos resultados da pesquisa, ao analisarmos quão importante a presente experiência tem sido para você e seus colegas, principalmente em relação à participação de estudantes nas lutas sociais por causas ligadas à oferta e qualidade da educação. Nenhuma compensação financeira, crédito ou nota de disciplina, nem qualquer outra forma de compensação, será oferecida por sua participação neste estudo.

4. POTENCIAIS RISCOS: Como os dados obtidos para este estudo não consistem de nenhum material que você tenha produzido nas disciplinas, não vislumbramos nenhum risco envolvido. O principal risco que você poderia enfrentar seria a revelação de dados pessoais, mas você tem o direito de não revelar e/ou de não permitir que nenhuma informação dessa natureza seja publicada. Além disso, os riscos devem ser minimizados pelo pesquisador por meio de um pacto de privacidade e confidencialidade (ver item 5, abaixo).

5. PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE: Se você concordar em participar do estudo, a pesquisadora vai explorar as experiências que você construiu a partir de sua participação, tomando por base suas narrativas e descrições de histórias e memórias do movimento estudantil de ocupação da UFC/Faced em novembro e dezembro de 2016, bem como opiniões acerca da luta política estudantil ao longo da história. Os dados das narrativas poderão ser incluídos em apresentações orais e conferências de congressos científicos, assim como em publicações de artigos avaliados pelos comitês editoriais de revistas científicas, tanto impressas como *on-line*. Acerca da denominação como protagonista ou coetâneo, os dados identificáveis nas descrições serão substituídos pelo uso de categorias genéricas: “secundarista”; “graduando”; “pós-graduando”, inclusive sem a identificação de gênero, mas apenas seguido de um numeral cardinal, a fim de orientar a compreensão do leitor. Todos os dados sobre você estarão guardados e mantidos em confidencialidade, em acordo com o máximo que é exigido por lei.

6. SEUS DIREITOS: VOCÊ PODE PARTICIPAR, DIZER “NÃO” OU DESISTIR (RETIRAR A AUTORIZAÇÃO): A sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária. Você tem o direito de dizer “NÃO”. Saiba que sua recusa em participar não lhe trará nenhuma penalidade ou perda de benefícios que você, de outro modo, tenha adquirido.

7. DÚVIDAS, PREOCUPAÇÕES OU PERGUNTAS: Se você tiver alguma dúvida, preocupação ou pergunta sobre esta pesquisa, tais como questões científicas,

como participar ou como relatar prejuízos decorrentes de sua participação, por favor, contate pessoalmente Tânia Gorayeb Sucupira. Você pode contatá-la tanto pelo *e-mail* thianasucupira@yahoo.com.br como pelo número de telefone celular 85 99621-5015, bem como via Departamento de Fundamentos da Educação da UFC, falando com o professor José Gerardo Vasconcelos, por meio do telefone (85) 99758-5434. Se você tiver qualquer dúvida sobre seus direitos e participação como sujeito da pesquisa, por favor, contate o **Comitê de Ética em Pesquisas que Envolvem Seres Humanos** da UFC (CEP/HUWC), pelos números (85) 3366-8589 e/ou 3366-8612, ou pelo *e-mail* cephuwc@huwc.ufc.br, ou ainda: escreva para CEP/HUWC – Rua Capitão Francisco Pedro, n. 1290 – Bairro Rodolfo Teófilo – Fortaleza-CE, CEP: 60.430-370.

8. ACEITE PARA PARTICIPAR OU NÃO: Sua assinatura abaixo indica que você aceita voluntariamente participar (ou não) deste estudo.

EU CONCORDO (**ACEITO**) PARTICIPAR DESTE ESTUDO:



Assinatura legível

Matheus Figueiredo Pereira

Nome legível

**APÊNDICE E – ENTREVISTA DE JOSÉ GERARDO VASCONCELOS A CAMILA
SARAIVA DE MATOS, EM 18 DE OUTUBRO DE 2018**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna Tânia Gorayeb Sucupira, do curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), que pode ser contatada pelo e-mail thanasucupira@yahoo.com.br e pelo telefone (85) 996215015. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alunos e professores, visando, por parte da referida aluna a realização de um trabalho de tese de doutoramento intitulado: *Movimento estudantil na UFC e ecos de resistência de 1968 e 2016*. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que este estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. A aluna providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



José Gerardo Vasconcelos
Assinatura

Fortaleza, 24 de outubro de 2018.

ANEXO A – PARECER DO COORIENTADOR ESTRANGEIRO SOBRE OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO EXTERIOR



Departamento de Historia, Geografía y Antropología
Facultad de Humanidades
Campus de El Carmen, Universidad de Huelva
Av. Tres de Marzo, s/n, 21071 Huelva (España)

Parecer do co-orientador estrangeiro sobre os trabalhos desenvolvidos no exterior aluna D^a Tânia Gorayeb Sucupira

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06
Cep : 70040-020
Brasília, DF - Brasil

Informe sobre la alumna D^a Tânia Gorayeb Sucupira, con CPF 250.355.091.68, RG 93006025730 SSP/Ce, Matrículas Oficial UFC 394280, como beneficiaria del «Programa de Doutorado Sanduiche en el Exterior» de CAPES para realizar parte de su trabajo de Tesis Doctoral en la Universidad de Huelva entre el 1 de agosto de 2019 y 31 de enero de 2020. Su plan de investigación ha sido «O Movimento Estudantil de 1968 na Espanha e Europa, e conexões com os movimentos no Brasil», orientada en Brasil por Prof. Dr José G. Vasconcelos. Durante este período, la alumna ha desempeñado sus labores de investigación de lunes a viernes de 8:30 a 14:30 en la Facultad de Humanidades, realizando las labores que se le asignaron:

- Búsqueda y recopilación de literatura científica en bases de datos públicas y privadas, que versan fundamentalmente sobre los movimientos estudiantiles en España, Brasil, Colombia, México y Francia y, en menor medida, otros movimientos en países europeos.
- Búsqueda y recopilación de prensa periódica (diarios, semanarios y otras publicaciones) que reflejan los movimientos estudiantiles en España, Brasil, Colombia, México y Francia.
- Revisión de la literatura científica y la prensa periódica para la búsqueda de elementos comunes y diferentes entre los movimientos estudiantiles en España, Brasil, Colombia, México y Francia.
- Desarrollo de una metodología de análisis de fuentes textuales sobre los movimientos estudiantiles.
- Diseño y realización de entrevistas selectivas a actores de movimientos estudiantiles y expertos universitarios en la temática.
- Participación en actividades docentes del Área de Conocimiento Análisis Geográfico Regional en las materias Geografía de los Recursos Turísticos, Ordenación del Territorio y Desarrollo Sostenible y Seminario de Geografía (todas ellas del Grado en Turismo), con especial interés en temas culturales y tratamiento de la documentación periodística.
- Asistencia a seminarios organizados por la Universidad de Huelva, sobre temáticas diversas.
- Redacción de artículos científicos.

Con estas actividades, los objetivos planteados para la estancia de investigación fueron sobradamente cumplidos, realizándose adecuadamente, con el desarrollo de una metodología de investigación y de instrumentos cualitativos, que suponen un enfoque novedoso para la investigación de los movimientos estudiantiles, que ha sido plasmado en dos artículos de investigación y el planteamiento de un tercero. Esta estancia ha enriquecido el perfil de investigación de la alumna, al incorporar nuevos enfoques, de la Geografía y la Historia, al planteamiento de la investigación social, lo que, sin duda, contribuye a una mejora en su Tesis Doctoral, con un nuevo enfoque del discurso al incorporar el acervo adquirido durante su estancia.

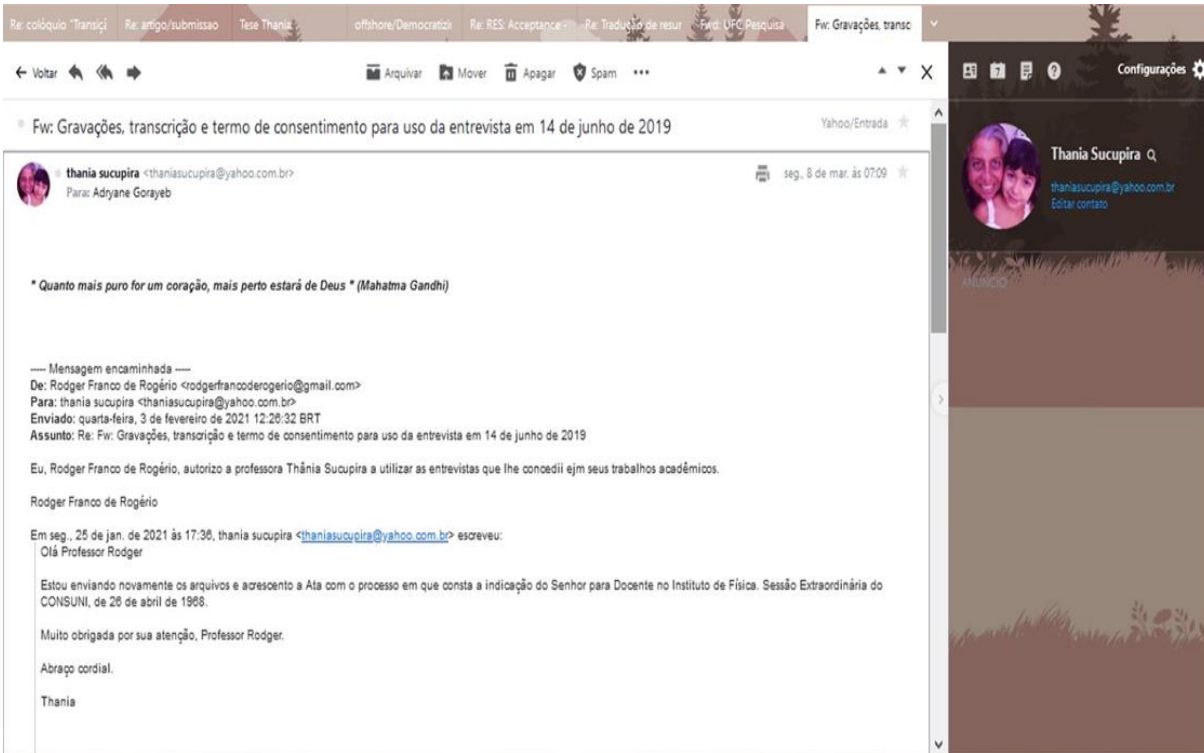
Por último, es de destacar, que la estancia de la Sra. Sucupira ha contribuido a abrir una nueva línea de investigación en el seno del Grupo de Investigación Instituto de Desarrollo Local de la Universidad de Huelva, y reforzar la colaboración de la que esperamos sea fecunda y permanente con la Universidad Federal de Ceará.

Huelva, 4 de agosto de 2020

Dr. Francisco Javier García Delgado,
Profesor Titular de Análisis Geográfico Regional

Dr. Francisco Javier García Delgado
Grupo de Investigación Instituto de Desarrollo Local (IDL)
Área de Análisis Geográfico Regional, Departamento de Historia, Geografía y Antropología
Teléfono: +34.959.217899 ● Correo electrónico: fcogarci@uhu.es

ANEXO B – CÓPIA DO E-MAIL ENVIADO POR RODGER FRANCO ROGÉRIO AUTORIZANDO O USO DAS NARRATIVAS



Re: colóquio "Transição" Re: artigo/submissão Tese Thania offshore/Democratiz Re: RES: Acceptance Re: Tradução de resu Fw: LPC Pesquisa Fw: Gravações, transc

← Voltar ↩ ↪ → Arquivar Mover Apagar Spam ***

Yahoo/Entrada

Fw: Gravações, transcrição e termo de consentimento para uso da entrevista em 14 de junho de 2019

thania sucupira <thianasucupira@yahoo.com.br>
Para: Adryane Gorayeb
seg, 8 de mar. às 07:09

** Quanto mais puro for um coração, mais perto estará de Deus * (Mahatma Gandhi)*

— Mensagem encaminhada —
De: Rodger Franco de Rogério <rodgerfrancoederogério@gmail.com>
Para: thania sucupira <thianasucupira@yahoo.com.br>
Enviado: quarta-feira, 3 de fevereiro de 2021 12:26:32 BRT
Assunto: Re: Fw: Gravações, transcrição e termo de consentimento para uso da entrevista em 14 de junho de 2019

Eu, Rodger Franco de Rogério, autorizo a professora Thânia Sucupira a utilizar as entrevistas que lhe concedii e em seus trabalhos acadêmicos.

Rodger Franco de Rogério

Em seg., 25 de jan. de 2021 às 17:36, thania sucupira <thianasucupira@yahoo.com.br> escreveu:
Olá Professor Rodger

Estou enviando novamente os arquivos e aresento a Ata com o processo em que consta a indicação do Senhor para Docente no Instituto de Física. Sessão Extraordinária do CONSUNI, de 26 de abril de 1988.

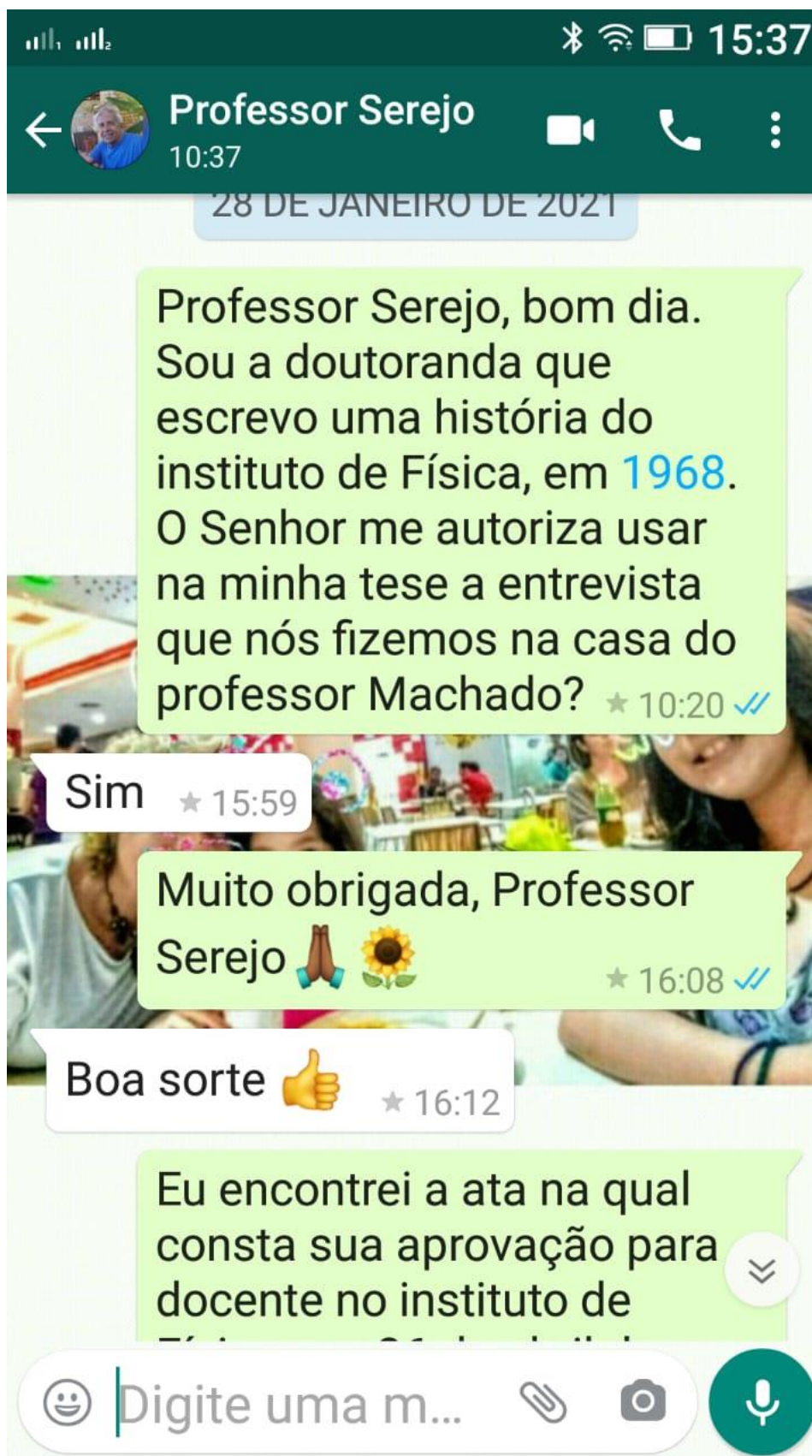
Muito obrigada por sua atenção, Professor Rodger.

Abraço cordial.

Thania

Thania Sucupira <thianasucupira@yahoo.com.br>
thianasucupira@yahoo.com.br
Editar contato

ANEXO C – PRINT DO WHATSAPP DE ALFREDO NÉLSON CABRAL SEREJO
AUTORIZANDO O USO DA ENTREVISTA



ANEXO D – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO DCE-UFC, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

(continua)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL



Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará

Gestão: Todo Mundo no DCE - 2016/2017

Aos três (03) dias de novembro de dois mil e dezesseis, na Concha Acústica da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, ocorreu uma Assembleia Geral, órgão estatutário de deliberação máxima do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (DCE-UFC), inscrita sob o CNPJ 04.312.248/0001-49, com sede social permanente na Rua Clarindo de Queiroz, 933, CEP 60.035-130, Bairro Centro, na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará e foro na mesma cidade, é a entidade representativa dos estudantes da Universidade Federal do Ceará (U.F.C.) filiada à União Nacional dos Estudantes (UNE). A referida entidade teve seu estatuto social registrado no Cartório Melo Júnior, no dia 06 de março de 2001, com o número de registro: 185983.

Com as seguintes pautas: 1– alteração de estatuto para registro em cartório; 2– greve de estudantes; 3– jornada de lutas. A referida assembleia superou o quórum estatutário de instalação de 5% dos estudantes associados, havendo registrada a participação de 210 associados, conforme a lista de assinatura dos presentes.

A escolha do presidente da Assembleia Geral dos Estudantes da UFC se deu por indicação do Diretório Central dos Estudantes da UFC, sendo escolhido o diretor da entidade, Matheus Figueiredo Pereira, e aprovado pelos presentes.

1 – ALTERAÇÃO DE ESTATUTO PARA REGISTRO EM CARTÓRIO

a) A mesa apresentou a necessidade de oficializar as alterações estatutárias realizada no IX Congresso de Estudantes da UFC, para fins de recredenciamento do DCE-UFC perante a Etufor.

b) Procedeu-se a votação sobre aprovação ou não, em assembleia, das alterações estatutárias realizadas no último congresso de estudantes da UFC.

c) Aprovadas, por contraste visual, as alterações estatutárias do IX Congresso de Estudantes da UFC.

2- GREVE DE ESTUDANTES

a) Abertas 10 inscrições para a Assembleia, após impasse sobre a grande quantidade de solicitações de inscrição para debate sobre o tema de pauta.

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará
Rua Clarindo de Queiroz, 933 – Centro – Fortaleza/CE – CEP 60.035-160 – Fone: 3366-7859

(continuação)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará****Gestão: Todo Mundo no DCE - 2016/2017**

b) Propostas:

- Deflagrar greve estudantil
- Realizar ato de rua após a Assembleia
- Ocupar espaços da Universidade
- Ocupar a Reitoria

c) Acabadas as 10 inscrições, perguntou-se à assembleia se seriam abertas novas inscrições, a assembleia, por três oportunidades, votou, por contraste, por não aceitar novas inscrições.

d) Procedeu-se com a votação ponto por ponto das sugestões de encaminhamento:

I) Deflagração ou não de greve estudantil

- Greve aprovada sem votos contrários ou abstenções;

II) Realização ou não de ato de rua após a assembleia estudantil

- Aprovado ato, após a votação, por contraste visual, sem abstenções;

III) Ocupação ou não dos campi da UFC

- Aprovada, por contraste visual, a ocupação dos campi da UFC, sem abstenções;

IV) Ocupação ou não da reitoria a partir de 03/11

- Negada, por contraste visual, a ocupação da reitoria, sem abstenções;

e) Encaminhada reunião aberta do comando de greve para a sexta-feira, dia 04 de novembro, a partir das 14h no pátio da história.

3- JORNADA DE LUTAS

a) A pauta foi discutida no item Greve estudantil, quando discutido e deliberado sobre ocupações e ato de rua.

Matheus Figueiredo Pereira – Ciências Sociais
Presidente da Assembleia Geral dos Estudantes do dia 03/11/2016

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará
Rua Clarindo de Queiroz, 933 – Centro – Fortaleza/CE – CEP 60.035-160 – Fone: 3366-7859

(continuação)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL



Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará

Gestão: Todo Mundo no DCE - 2016/2017

Francisca Natália Torres Aguiar
Secretária-Geral
Brasileira, Solteira, Estudante
Endereço: Rua A, 47, Granja Lisboa
CEP: 60540-256 Fortaleza – CE
CPF: 057.391.903-80 RG: 2009012009053
SSP-CE
Filiação: Vagnolia Maria Torres Aguiar e José
Edmilson de Aguiar
Matemática

Luís Carlos de Sousa Pereira
Secretário de Organização
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Rua Adolfo Herbster, 96, A, Altos, Benfica
CEP: 60020-330 Fortaleza - CE
CPF: 047.209.123.-22 RG: 2000099160898
SSP-CE
Filiação: Ana Lúcia de Sousa Pereira e
Carlos Alberto Barbosa Pereira
Ciências Econômicas

Matheus Figueiredo Pereira
Secretário de Finanças
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Rua Professor Francisco Gonçalves, 375,
AP 102, Dionísio Torres
CEP: 60135-430 Fortaleza – CE
CPF: 048.990.933-73 RG: 2007084026-6
SSP-CE
Filiação: Maria Antonieta Macambira
Figueiredo e Fernando Antônio Linhares
Pereira
Ciências Sociais

Francisco Alex Almeida Lima
Secretário de Finanças
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Rua Dr. Abdenago Rocha Lima, 420, Pici
CEP: 60455-320 Fortaleza – CE
CPF: 059.897.733-31 RG: 2007694832-8
SSP-CE
Filiação: Helena Cristina Almeida da Silva e
Anastácio João de Lima
Direito

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará
Rua Clarindo de Queiroz, 933 – Centro – Fortaleza/CE – CEP 60.035-160 – Fone: 3366-7859

(continuação)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL



Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará

Gestão: Todo Mundo no DCE - 2016/2017

Raino Adonai Monteiro Salmito
Secretário de Assuntos Estudantis
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Rua 281c, 45ª, Conjunto Ceará – 2ª etapa
CEP: 60530-410 Fortaleza – CE
CPF: 058.559.843-62 RG: 2008010362408
SSP-CE
Filiação: Raimundo Nonato Salmito Lopes e
Maria do Socorro Luciano Monteiro
Ciências Atuariais

Gabriel Silva Rodrigues
Secretário do Campus de Sobral
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Rua Naturalista Feijó, 279, Monte Castelo
CEP: 60326-220 Fortaleza-CE
CPF: 045.501.163-07 RG: 20081974870
SSP-CE
Filiação: Tereza Helena Silva Rodrigues e
Erivaldo Rodrigues Arruda
História

Victória Kolé Cavalcante Rodrigues
Secretária de Imprensa
Brasileira, Solteira, Estudante
Rua Senador Pompeu, 2551, AP 101ª
CEP: 60025-001 Fortaleza – CE
CPF: 607.673.343-888 RG: 20078313320
SSP-CE
Filiação: Paulo Mônica Cavalcante Rodrigues
História

Carmem Araújo de Oliveira
Secretária de Cultura e Esportes
Brasileira, Solteira, Estudante
Rua Dr. Abdenago Rocha Lima, 420, Pici
CEP: 60455-320 Fortaleza – CE
CPF: 043.743.353-66 RG: 2005029064297
SSP-CE
Filiação: Josefa Vieira Araújo de Oliveira e
Francisco Paz de Oliveira
Engenharia de Alimentos

Arthur Juvêncio de Freitas
Secretário do Campus Benfica
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Vila Nazira, 51, Bairro de Fátima
CEP: 60011-110 Fortaleza-CE
CPF: 058.653.773-29 RG: 2005009180534
SSP-CE
Filiação: Antônia Juvêncio Braga e Gutemberg
Alves de Freitas
Administração

Carlina Isabel Nascimento Pereira
Secretária de Cultura e Esportes
Brasileira, Solteira, Estudante
Rua Manacá, 41, Carlito Pamplona
CEP: 60335-470 Fortaleza-CE
CPF: 046.732.433-66 RG: 2007010278107
SSP-CE
Filiação: Ana Ester Nascimento Pereira e
Carlos Alberto Carneiro Pereira
Ciências Sociais

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará
Rua Clarindo de Queiroz, 933 – Centro – Fortaleza/CE – CEP 60.035-160 – Fone: 3366-7859

(conclusão)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará****Gestão: Todo Mundo no DCE - 2016/2017**

Gabriel Campelo Barros
Secretário do Campus Pici
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Rua 1147, 97, 4ª Etapa Conjunto Ceará
CEP: 60533-480 Fortaleza-CE
CPF: 605.512.623-03 RG: 20075871500
SPP-CE
Filiação: Maria Helena Campelo Rego e
Antônio José Barros de Mendonça
Agronomia

Suany Silva de Moraes
Secretária do Campus de Quixadá
Brasileira, Solteira, Estudante
Rua Alexandre Baraúna, 574, Damas
CEP: 60425-794 Fortaleza-CE
CPF: 672.477.093-91 RG: 2000002361842
SSP-CE
Filiação: Jucineide Silva de Moraes e
Fransuá Goncalves de Moraes
Mestrado em Sociologia

André William Marinho Fama
Secretário do Campus Porangabuçu
Brasileiro, Solteiro, Estudante
Rua 105B, 70, Acaracuzinho
Maracanaú-CE CEP: 61920-200
CPF: 059.329.763-65 RG: 20075884849
SSP-CE
Filiação: Antônio Nogueira Fama e Maria
Zilene Marinho Fama
Engenharia Química

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará
Rua Clarindo de Queiroz, 933 – Centro – Fortaleza/CE – CEP 60.035-160 – Fone: 3366-7859

ANEXO E – ATA DA 3ª SE DO CONSFACED, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016



Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Educação
Reunião do Conselho Departamental

Ata da 3ª Sessão extraordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Aos 10 dias do mês de Novembro ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14h30min (Quatorze e trinta Horas), na sala do Nuper, sob a presidência da Professora Maria Isabel Figueiras Lima Ciasca e tendo presentes os Senhores Conselheiros: José Arimatea Barros Bezerra, vice-Diretor; Luciane Goldberg e Francisca Maurilene, subchefe e representante do departamento de Teoria e Prática do Ensino; Rosimeire Costa e Robéria Vieira, chefe e subchefe departamento de Estudos Especializados; Heulalia Charalo Rafante, coordenadora do curso de Pedagogia Diurno; Jakeline Andrade, coordenadora do curso de Pedagogia Noturno; Sandoval Antunes, coordenador do curso de Pedagogia EAD; Carlos Lima, representante dos servidores técnico-Administrativos; Davi Albuquerque, representante dos alunos do Mestrado. **ABERTURA DA SESSÃO**– Havendo número regimental de conselheiros, a senhora Diretora declarou aberta a sessão. **ORDEM DO DIA. 1) INCLUSÃO DE PAUTA** – Progressão Funcional da Professora Patrícia Holanda. Aprovada. **2) SITUAÇÃO ATUAL DA FACED** – Professora Isabel informou que o intuito da reunião era a aprovação da nota contra a PEC, elaborada pela comissão formada na última reunião do Conselho. A comissão foi formada por: Professora Heulalia Rafante, Professora Bernadete Porto, Professora Sílvia Helana Cruz, Leandro da Silva e Carlos Lima. A nota foi lida pela professora Heulália. A nota trazia também o apoio à ocupação dos alunos na Faced. Professora Isabel esclareceu que o uso do termo “apoio à ocupação” numa nota assinada pelo Conselho Departamental da Faculdade poderia trazer futura responsabilização jurídica, uma vez que a ocupação não tem amparo legal e o conselho é identificado nominalmente. Sugeriu apoio às manifestações estudantis. Após discussão, foi aprovada a nota, com a inclusão do apoio às manifestações estudantis. **3) PROGRESSÃO FUNCIONAL DA PROFESSORA PATRÍCIA HELENA CARVALHO HOLANDA** – Foi lido o parecer da comissão avaliadora, que foi favorável à progressão da professora do nível II para III da classe de professor Associado. Aprovado com 01 abstenção. **ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo a tratar, a Diretora declarou encerrada a sessão, e para constar, eu, **Cristiane Sampaio Rocha**, Secretária Executiva da Faculdade de Educação, Universidade Federal Do Ceará, lavrei a presente ata, que após lida e discutida, será assinada pelos Conselheiros presentes na reunião seguinte.

PRESENTES:

Isabel Figueiras Lima Ciasca
Lu
Rosimeire Costa de Andrade Cruz
Luciane P. Goldberg
Maria Isabel Figueiras Lima Ciasca
Jakeline Andrade
Bernadete Porto
Jakeline Andrade

ANEXO F – ATA DA 4ª SE DO CONSACED, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016

(continua)

3



Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Educação
Reunião do Conselho Departamental

Ata da 4ª Sessão extraordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Aos **21 dias do mês de Novembro ano de 2016 (dois mil e dezesseis)**, às 14h30min (Quatorze e trinta Horas), na sala do Nuper, sob a presidência da Professora Maria Isabel Figueiras Lima Ciasca e tendo presentes os Senhores Conselheiros: José Arimatéa Barros, Vice-Diretor; Luciane Goldberg e Bernadete de Souza Porto, subchefe e representante do departamento de Teoria e Prática do Ensino; Rosimeire Costa de Andrade Cruz e Sílvia Helena Vieira Cruz, Chefe e representante do departamento de Estudos Especializados; Heulália Charalo Rafante, coordenadora do curso de Pedagogia Diurno; Sandoval Antunes, coordenador do curso de Pedagogia EAD; Francisco Ari de Andrade, coordenador do Programa de Pós-Graduação; Carlos Lima, representante dos servidores técnico-Administrativos; Maria Larisse Lima de Sousa, Diego Luan Silva, representantes do Centro Acadêmico Paulo Freire; Davi Albuquerque, representante dos alunos do mestrado; Iziane Silvestre, representante dos alunos do doutorado. Demais presentes: Ercília Maria Braga de Olinda, Rogério Paiva Castro, José Rogério Santana, Adriel Pinheiro, Ária Priscila Fernandes de Araújo Matos, Manoel Wesley da Silva, Ingrid Louback de Moura, Thiago de Sales Silva, João Batista Figueredo, Francisca Maurilene do Carmo, Sônia Pereira Barreto, Tânia Maria Batista de Lima, Cristiane Martins, Antonia Lis, Patrícia Helena Carvalho, Adriana Limaverde, Tânia Vicente, Adriana Eufrásio Braga, Nataly Alves Holanda, Valdilan Aguiar de Souza, Matheus Alves Frota, Gilmar Alves de Farias, Justino Souza, Cristina Façanha Soares. **ABERTURA DA SESSÃO**– Havendo número regimental de conselheiros, a senhora Diretora declarou aberta a sessão. **ORDEM DO DIA.** Professora Isabel explicou o motivo da reunião que foi reavaliar, a pedido dos alunos, o termo da nota do Conselho retirada na última reunião, de "apoio às manifestações estudantis" para "apoio às ocupações". Pediu que constasse em ata que se reservava no direito de votar pela manutenção do termo "manifestações estudantis" para evitar futura responsabilização judicial, já que o Conselho é um órgão identificado nominalmente. Professora Heulália afirmou não se sentir ameaçada mas ficou receosa da responsabilização do Conselho e seus membros. Professor Justino disse que se houver responsabilização foi com apoio ampliado. Davi acrescentou que as decisões estudantis são todas tomadas em assembleia. Após discussão, a votação foi: 09 votos a favor da alteração e 05 contrários. Votaram a favor da manutenção do termo "manifestações estudantis": Professora Isabel, Professor Arimatea, Professor Sandoval, Professor Ari de Andrade e o Técnico-administrativo, Carlos Lima. Davi propôs que se reunissem no dia seguinte na entrada da Faced para discutir a paralisação completa da Administração. Após discussão, a reunião foi convocada para quinta-feira, dia 24 de novembro. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Diretora declarou encerrada a sessão, e para constar, eu, **Cristiane Sampaio Rocha**, Secretária Executiva da Faculdade de Educação, Universidade Federal Do Ceará, lavrei a presente ata, que após lida e discutida, será assinada pelos Conselheiros presentes na reunião seguinte.

PRESENTES:

Cláudio Lentowski

Heulália Rafante

Francisca Maurilene do Carmo

Luizane de Oliveira

Isabel Braga de Lima

Rosimeire Costa de Andrade Cruz

Luciane Andrade

Bernadete Porto

Maria Isabel Figueiras Lima Ciasca

(conclusão)

Valdemar C. G.

ANEXO G – ATA DA 5ª SE DO CONSFACED, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016

(continua)



Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Educação
Reunião do Conselho Departamental

Ata da 5ª Sessão extraordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Aos **24 dias do mês de Novembro ano de 2016 (dois mil e dezesseis)**, às 17h30min (Quatorze e trinta Horas), no pátio externo da Faced, sob a presidência da Professora Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca e tendo presentes os Senhores Conselheiros: José Arimatéa Barros, Vice-Diretor; Raquel Crosara e Bernadete de Souza Porto, chefe e representante do departamento de Teoria e Prática do Ensino; Rosimeire Costa de Andrade Cruz e Sílvia Helena Vieira Cruz, Chefe e representante do departamento de Estudos Especializados; Fátima Maria Nobre, representante do Departamento de Fundamentos da Educação; Heulália Charalo Rafante, coordenadora do curso de Pedagogia Diurno; Jakeline Andrade, coordenadora do curso de Pedagogia Noturno; Sandoval Antunes, coordenador do curso de Pedagogia EAD; Francisco Ari Andrade, coordenador do Programa de Pós-Graduação; Mariana Lima, representante do Centro Acadêmico Paulo Freire; Davi Albuquerque, representante do Mestrado; Iziane Silvestre, representante do Doutorado. Demais presentes: Adriana Leite Limaverde, Messias Holanda Dieb, Natáiy Alves, José Rogério Santana, Thiago Sales, Francisco Carlos Falcão Junior, Valdilan Aguiar de Sousa, Daniel Bezerra Furtado, Maria Cléa Ferreira Monteiro, Ana Priscila Fernandes de Araújo Matos, Lorena Carvalho Gomes, Maria José Albuquerque da Silva, Maria Larisse Lima de Sousa, Igor Gouveia, Gilano Andrade, Cristina Façanha Soares, Enóe de Jesus Cunha Moraes, Cristiane Sampaio Rocha.

ABERTURA DA SESSÃO– Havendo número regimental de conselheiros, a senhora Diretora declarou aberta a sessão. **ORDEM DO DIA: 2) DISCUSSÃO SOBRE A PARALISAÇÃO COMPLETA DA ADMINISTRAÇÃO DA FACED CEFADA PELA OCUPAÇÃO DOS ESTUDANTES** – A professora Isabel explicou que o motivo da reunião é discutir a liberação da entrada de alguns setores, conforme discutido na última reunião do Conselho. Davi explicou que os estudantes tomam as suas deliberações e sugeriu a composição de uma mesa. Professora Isabel respondeu que enquanto presidente do Conselho, deve conduzir a reunião. Igor informou que os alunos se reuniram e decidiram por deixar entrar na Faced somente para buscar os equipamentos e, com a ajuda dos próprios estudantes, as atividades administrativas passariam a ser no NUPER 02 vezes por semana. Professora Isabel esclareceu que o NUPER não está ocupado e por isso não precisam de autorização dos alunos para ser utilizado. E que é inviável levar os equipamentos para lá. Iziane disse que os alunos querem deixar um legado na Faced e como houve a mudança na nota, deliberaram alguns pontos: A não criminalização dos estudantes, professores e técnicos envolvidos na ocupação; Não aderir ao plano de redução de vagas para a Universidade; Assembléia de professores ser superior à instância do Conselho; Carta ao Consuni para suspensão do calendário acadêmico; alteração na nota do termo "manifestação dos estudantes" para "ocupação dos estudantes"; escola de aplicação vinculada à Faculdade de Educação para os estudantes de licenciatura; Expansão do horário de funcionamento do LACOM; Mudança do nome do auditório Valmir Chagas. Professora Heulália disse que da maneira como está sendo posto parece que os alunos estão de um lado e a Direção do outro. E não é verdade. Além de que as demandas administrativas atendem aos próprios alunos. Professor Sandoval concordou com a professora Heulália, acrescentou que o fato de entrarem não descaracteriza o movimento. Larissa explicou que quando foi feita a solicitação fizeram uma assembléia, não é uma questão de autoritarismo, mas de prezarem por uma organização e segurança. Professora Bernadete disse que nunca se incomodou que a ocupação da Faced tomasse aspectos diferentes de outras, no sentido de ocupação total, dia e noite. Mas também considera inviável a idéia de levar os equipamentos para o Nuper. Professora Jakeline compactuou com tudo que foi colocado pelos outros professores. Reforçou que desde o início deram apoio aos alunos, mas o fato de não terem acesso inviabiliza as demandas dos próprios alunos, como exemplo alunos que passaram em concursos.

(continuação)

Priscila frisou que toda a preocupação dos alunos é a segurança. Propuseram 02 dias na semana, a partir de um documento assinado. Davi acrescentou que entende que a administração vai caracterizar qualquer um que entrar como ocupante. Falcão sentiu-se contemplado com a fala do Davi, pois é importante o apoio de cada um na situação da ocupação. Disse estarem insatisfeitos como alunos e que não há unidade na Faced. Igor concordou com Falcão e disse também temer perseguição, mas reivindicam pautas internas que não são atendidas. Enóe, falou que como representante dos técnico-administrativos, estava incomodada com a fala de todos porque não mencionam os técnico-administrativos. Disse que também se sentia prejudicada porque não podia dar encaminhamento em seu trabalho. Daniel respondeu que greve é boicote à produção. A greve é diferente pois é greve com ocupação, o objetivo é parar as atividades. Professora Tânia Batista disse que a Faculdade de Educação não será mais a mesma depois dessa ocupação e que é importante que os alunos elenquem as suas reivindicações., por outro lado é preciso viabilizar algumas atividades administrativas urgentes. Daniele achou válida a mobilização contra a PEC mas preocupou-se pois os próprios alunos estavam em desacordo, pois algumas pautas colocadas não representam a maioria, ressaltou que é preciso ter cuidado para não dar um tiro no pé. Professora Maria José Albuquerque complementou que é preciso aprender a se unir, e que as pautas dos alunos devem ser valorizadas. Máspoli disse que está na Faced há 02 anos e nunca havia visto uma reunião horizontal, e que as pautas não surgiram do nada, há professores que participaram das suas reivindicações. Estudavam Teoria e Prática mas não havia prática, por isso a reivindicação da escola de aplicação. Fizeram assembléia com os alunos e todos colocaram suas posições, inclusive, uma delas foi a discussão sobre o nome do auditório. Professora Isabel frisou que exerce uma função de direção e não pode fazer greve, portanto, precisa de um local de trabalho. Esclareceu que a não suspensão do calendário foi devido a nem todos os cursos estarem parados. Sobre o nome do auditório, explicou que foi uma decisão tomada dentro do conselho, pois foi fundador da Faculdade de Educação. Foram discutidas várias questões sobre ele, inclusive de ter sido acusado injustamente de compactuar com atos ditatoriais. Sugeriu que conversassem com Suzana Jimenes que foi orientanda dele. Em relação à escola de aplicação, lembrou que existe o NDC, que funciona no Pici, e que anteriormente houve empenho da direção de trazer pra Faculdade de Educação. Acredita que com a extinção do curso de Economia Doméstica, o NDC passe a ser na Faculdade de Educação. Professora Sílvia Helena sugeriu que seja instituída uma prática de diálogo mensal entre servidores docentes, técnicos e alunos. Os alunos apresentaram documento para ser assinado por todos, como ocupantes, para que pudessem entrar nos 02 dias da semana. Professor Arimatéa disse que não podem assinar documento se responsabilizando por questões da ocupação, já que possuem regimento próprio dos ocupantes. Iziane explicou que a assinatura do documento seria a garantia de discussão das pautas reivindicadas. Cristiane respondeu que a ata já é o documento oficial de registro da reunião, portanto, não há necessidade de assinatura de outro documento. Que, assim como os ocupantes tem seu regimento e pensam na organização, a Faced também precisa manter sua organização e hierarquia entre os colegiados. Apresentaram uma lista de reivindicações mas essas pautas não foram sugeridas em reunião. Reforçou que os alunos tem direito a voz e voto, mas não comparecem às reuniões. E também reforçou a fala da colega Enóe, pois a Faced é formada por 03 categorias e não se fala na categoria dos técnicos. Professor Sandoval disse que em nenhum momento se colocou contra as reivindicações, mas é contra assinar documento para poder entrar na Faced. Disse também que algumas das pautas da reivindicação não dependem só da Direção. Professor Arimatea entende que enquanto conselheiro estavam dialogando, concorda com a sugestão de estabelecer os dias e horários para entrar e levar adiante as pautas sugeridas para discussão. Professora Tânia disse que as pautas apresentadas são importantes e não são só dos alunos e sim de alguns professores também. Propôs um calendário de discussão das pautas. Professora Jakeline falou que as pautas podem ser discutidas no Forum de Pedagogia e podem fazer reuniões ampliadas. Após discussão, foi aprovada a entrada na Faced às segundas e quartas, das 08h00 às 12h00, mediante o compromisso de discussão das pautas apresentadas pelos alunos ocupantes, conforme documento anexo, escrito à mão e entregue ao final da reunião. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Diretora

(conclusão)

12

declarou encerrada a sessão, e para constar, eu, **Cristiane Sampaio Rocha**, Secretária Executiva da Faculdade de Educação, Universidade Federal Do Ceará, lavrei a presente ata, que após lida e discutida, será assinada pelos Conselheiros presentes na reunião seguinte.

PRESENTES:

Leonor Zentovski
Julia Lafante
Lucia F. d. Almeida
Valdenair C. Foa
Luciane P. Goldberg
Juséide Braga de Castro
Rosimeire Costa de Andrade Cruz
Genivaldo
Paulo Adão
Bernadete Pato
Maria Lahl Filgueiras Simões

ANEXO H – ATA DA 6ª SE DO CONSFACED, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016



Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Educação
Reunião do Conselho Departamental

Ata da 6ª Sessão extraordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Aos **16 dias do mês de dezembro ano de 2016 (dois mil e dezesseis)**, às 18h00min (dezoito horas), no pátio externo da Faced, sob a presidência do Professor José Arimatea Barros Bezerra, Vice-Diretor; e tendo presentes os Senhores Conselheiros: Bernadete de Souza Porto, representante do departamento de Teoria e Prática do Ensino; Sílvia Helena Vieira Cruz, representante do departamento de Estudos Especializados; Fátima Maria Nobre, representante do Departamento de Fundamentos da Educação; Heulalia Charalo Rafante, coordenadora do curso de Pedagogia Diurno; Jakeline Andrade, coordenadora do curso de Pedagogia Noturno; Sandoval Antunes, coordenador do curso de Pedagogia EAD; Demais presentes: Conforme lista de Assinatura anexa. **ABERTURA DA SESSÃO** – Havendo número regimental de conselheiros, o senhor Vice-Diretor declarou aberta a sessão. **ORDEM DO DIA. 1) COMPROMISSO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL COM A PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOS ALUNOS OCUPANTES DA FACED** – A reunião foi solicitada pelos alunos responsáveis pela ocupação para garantirem a discussão das reivindicações tiradas em assembleia. Iziane Silvestre Nobre, representante dos alunos da pós-graduação em educação, apresentou a lista (Documento anexo). Professora Isabel questionou que a lista estava diferente da que foi apresentada em comunicação da aluna, quando solicitou a reunião extraordinária do Conselho e que muitos dos tópicos ali, não dependiam somente da Direção. Responderam que queriam o compromisso do Conselho de poder discutir as pautas. Professor Arimatea, que deveria presidir a reunião em virtude das férias da Diretora, foi impedido de fazê-la, encerrando-se o evento como reunião do Conselho Departamental da Faced e prosseguindo como assembleia do movimento de ocupação. Após discussão dessa assembleia, que foi conduzida por alunos da pós-graduação, o encaminhamento dado foi que as pautas apresentadas serão discutidas em um fórum específico. Aprovado pela assembleia. Os alunos propuseram que se garantisse, no entanto, a votação sobre a mudança do nome do auditório. Professora Isabel explicou que essa mudança precisaria ser feita via abertura de processo, com argumentos fundamentados e comprovados, pois passaria por votação pelo Conselho da Faced e, finalmente, pela aprovação ou não do Conselho Universitário da UFC. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi encerrada, e para constar, eu, **Cristiane Sampaio Rocha**, Secretária Executiva da Faculdade de Educação, Universidade Federal Do Ceará, lavrei a presente ata, que após lida e discutida, será assinada pelos Conselheiros presentes na reunião seguinte.

PRESENTES:

Heulalia Charalo Rafante
Jakeline Andrade
Bernadete Porto
Sílvia Helena Vieira Cruz
Isabel

ANEXO I – ATA DA OCUPAÇÃO ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, PROFESSORES E CONSELHO DA FACED, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016

(continua)



**ATA DA OCUPAÇÃO
ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, PROFESSORES E CONSELHO
DA FACED**

**Fortaleza, 16 de dezembro de 2016
Horário: 18h15 às 21h
Local: Faculdade de Educação/UFC**

PAUTA:

1 – Negociação das reivindicações estudantis, específicas para a Faced, com o Conselho.

PARTICIPANTES:

14/19 Conselheiros, sendo:

Presentes:

Direção (1) – férias, por isso, não votante
Vice-direção (1)
Coordenação do curso de Pedagogia Diurno (1)
Coordenação do curso de Pedagogia Noturno (1)
Coordenação do curso de Pedagogia EAD (1)
Chefia DEE (1)
Representação DFE (1)
Representação DEE (1)
Representação DTPE (1)
Representante Diretoria Anterior (1)
Representante CAPF (2)
Representante Mestrado (1)
Representante Doutorado (1)

Faltaram:

Coordenação do PPGEb (1), Chefia do DFE (1), Chefia do DTPE (1), servidores técnico-administrativos (2)

Entre o quórum, demais docentes e estudantes da Faced – ocupantes e não ocupantes.

RELATO DA REUNIÃO

Primeiramente é importante destacar que a solicitação da assembléia ampliada do conselho, partiu de uma deliberação retirada em assembleia da ocupação, datada em 14 de dezembro. Essa assembleia tinha como deliberação o indicativo de desocupação, sob a condição de termos uma reunião ampliada do conselho, tendo como pauta única a negociação das nossas pautas.

Nessa assembleia, foi dada a proposta de inclusão de mais 18 pautas, dentre elas, a maioria da pós-graduação, contendo demandas administrativas e pautas relacionadas diretamente ao colegiado da pós-graduação.

(continuação)

Na ocasião, Iziane Silvestre, estava conversando com a professora Isabel, diretora da Faculdade de Educação, no qual negociou, a realização da assembléia ampliada do conselho, marcada para o dia 16 de dezembro de 2016. No dia então marcado, iniciando às dezoito horas e 15 minutos, no pátio externo da Faculdade de Educação, realizou-se uma reunião – a pedido dos estudantes da Ocupação – com a presença de demais estudantes não ocupantes, secundaristas, docentes, diretoria e do Conselho da Faced. O objetivo do encontro foi o de apresentar e negociar a pauta de reivindicações dos estudantes, com fim deliberativo e indicativo de desocupação.

Seguidos os trâmites formais relativos ao formato e ao tempo estabelecido, a reunião foi iniciada com a distribuição de documento com as reivindicações dos estudantes para todos os presentes, bem como esclarecimento acerca do caráter do encontro, a saber, de negociação e deliberação. A pauta de reivindicações foi lida e, ao finalizar a leitura, os estudantes informaram aos professores que os pontos em negritos seriam as reivindicações de natureza prioritária e mais imediatas dentre as demais. Destaque-se que a pauta apresentada pelos estudantes é produto das discussões realizadas no decorrer não apenas da ocupação, mas, historicamente, nos debates e atividades – de sala de aula ou fora dela – em nível da graduação e da pós-graduação. Leia-se a seguir, na íntegra, a pauta de reivindicações:

| RELAÇÃO DE REIVINDICAÇÕES, RESULTADO DO FÓRUM DE ESTUDANTES DA FACED, EM REUNIÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016. | |
|--|--|
| I. Infraestrutura Geral: | <ol style="list-style-type: none"> 1º. Instituição da Escola de Aplicação, vinculada à FACED e destinada à formação dos estudantes das licenciaturas; 2º. Manutenção e disponibilização para utilização imediata do elevador da FACED; 3º. Ampliação da oferta e cobertura de <i>WIFI</i>, com qualidade técnica, para todos os estudantes; 4º. Conclusão da obra estrutural denominada “área de convivência”, programada na, atualmente, “praça do chão”, localizada no espaço em frente ao Centro Acadêmico Paulo Freire; 5º. Eliminação imediata das pendências referentes à instalação de retroprojetores nas salas de aula carentes destes equipamentos; 6º. Disponibilização imediata de impressoras para uso, respectivamente, no LACOM e CAPF destinadas aos estudantes da UFC; 7º. Garantia da alteração do nome atual do Auditório Prof. Valnir Chagas, com nova denominação a ser definida posteriormente em Fórum de discussão da FACED a ser realizado em 2017.1; 8º. Compromisso do Conselho da FACED no sentido de intervir junto aos órgãos competentes para ampliação do atendimento médico, odontológico e psicológico aos estudantes da pós-graduação; 9º. Acesso irrestrito dos estudantes, professores e servidores ao inventário do patrimônio da FACED e verificação de bens tombados. |
| II. Uso dos Espaços: | <ol style="list-style-type: none"> 1º. Ampliação do horário diário de funcionamento do Laboratório de Computação – LACOM, disponível aos estudantes de 7h30 às 21h00; 2º. Facilitação do uso institucional dos espaços da FACED: <ol style="list-style-type: none"> a) Disponibilização para uso do auditório e NUPER no período noturno e aos sábados, pelos estudantes; |

(continuação)

| |
|--|
| <p>b) Acesso às salas de estudo destinadas aos alunos da pós-graduação, bem como acesso às salas das linhas de pesquisa para seus respectivos estudantes, inclusive acesso às chaves respectivas;</p> <p>c) Acesso irrestrito aos alunos da FACED para uso das salas de ensino, bem como quaisquer salas de aula porventura trancadas fora dos horários respectivos de suas aulas;</p> <p>d) Acesso irrestrito ao auditório Valmir Chagas por estudantes, desde que seguindo os regulamentos e procedimentos exigidos para reserva do espaço;</p> <p>e) Abertura do LACOM para uso irrestrito dos estudantes da UFC, bem como da comunidade não vinculada à instituição;</p> <p>3º. Tecnologia assistiva ampla e irrestrita em todo o espaço da FACED.</p> |
| <p>III. Representatividade:</p> <p>1º. Representação paritária de estudantes no Conselho da FACED, bem como nas demais instâncias deliberativas;</p> <p>2º. Participação dos estudantes na elaboração do calendário letivo da FACED;</p> <p>3º. Participação dos estudantes na elaboração do plano de aplicação de recursos e na sua execução, assim como na fiscalização da aplicação dos recursos;</p> <p>4º. Constituição e institucionalização do fórum permanente da pós-graduação, destinado a debates políticos e administrativos de assuntos relacionados à FACED;</p> <p>5º. Composição e institucionalização de comissão de ética da FACED, divulgada amplamente na comunidade universitária específica para acolhimento de denúncias e encaminhamento aos órgãos competentes, nos casos de agressão verbal e não verbal, intimidação e demais formas de violência, sendo composta, a comissão supra, por estudantes da graduação, pós-graduação, servidores, professores, terceirizados;</p> <p>6º. Composição e institucionalização de fórum permanente e unitário de debates, entre a graduação e pós-graduação.</p> |
| <p>IV. Reestruturação:</p> <p>1º. Compromisso de criação de estratégias para garantir maior e efetiva integração entre os estudantes da graduação e pós-graduação, nas atividades da pós-graduação (ensino, pesquisa, e extensão);</p> <p>2º. Que a Diretora da Faculdade se comprometa junto ao fórum responsável da universidade com a reivindicação de ampliação das bolsas-sanduíche.</p> <p>3º. Inclusão no calendário de atividades da pós-graduação de reunião geral para todas as linhas de pesquisa, com fins de socialização e debate das respectivas pesquisas;</p> <p>4º. Revisão da avaliação do corpo docente da pós-graduação, articulando requisitos da CAPES com demandas estudantis;</p> <p>5º. Ampliação das atividades de extensão, sem quaisquer ônus financeiros, à comunidade vinculada ou não à UFC, bem como à sociedade civil;</p> <p>6º. Revisão da matriz curricular da pós-graduação, anualmente, com participação dos estudantes;</p> <p>7º. Termo formal de compromisso do colegiado para a não redução de oferta de vagas na pós-graduação diante do atual contexto da PEC241(55).</p> <p>8º. Garantia de transparência do processo de escolha dos contemplados por bolsas de estudo, bem como objetividade nos critérios estabelecidos para seleção.</p> |

(continuação)

Após a leitura da pauta, iniciou-se o debate acerca dos pontos elencados como prioritários. A diretoria da Faced, bem como alguns docentes e membros do Conselho realizaram considerações acerca dos procedimentos e trâmites administrativos. Segundo a diretora e o vice-diretor, em virtude disso, boa parte das reivindicações apresentadas não seriam possíveis de pronto atendimento, haja vista os embates burocráticos e os limites de autonomia administrativa da Faced – como por exemplo, o conserto do elevador e a instalação dos retroprojetores (que estão condicionados às licitações dirigidas pela Pro-reitoria de Administração), os pontos de uso dos espaços (que dependem do Regimento da UFC pelo fato de que a Faced não possui regimento próprio) e a abertura de contas, já que a Faculdade não dispõe de recursos próprios. Outros pontos, como a Escola de aplicação, demandam discussão ampliada com a comunidade acadêmica, além de outros que devem ser tratados também em Conselho ampliado e com o CONSUNI. Deste modo, evidenciou-se a necessidade de que estudantes, professores e técnicos averiguem e analisem em um maior intervalo de tempo os documentos oficiais, bem como realizem uma discussão ampliada para fins de deliberação, planejamento e encaminhamento deles. O corpo estudantil presente decidiu acatar as considerações apontadas, entretanto, que a garantia de outros pontos deveria ser efetivada já na ocasião da reunião, a saber, a garantia da alteração do nome atual do Auditório Prof. Valnir Chagas, com nova denominação a ser definida posteriormente em fórum de discussão da FACED (realizado em 2017.1) e a ampliação do horário diário de funcionamento do Laboratório de Computação – LACOM, que deverá estar disponível aos estudantes de 7h30 às 21h. Destes dois citados, a diretoria informou que, prontamente, é possível ampliar o uso do ambiente para os estudantes, porém, será necessário organizar o horário de funcionário para operacionalizar o local. No que diz respeito à mudança do nome do auditório levantou-se o debate entre professores, estudantes e diretoria. O corpo estudantil ressaltou a relevância e a dimensão representativa que o nome do auditório exerce na construção da identidade da Faced, ainda que o tema não tenha sido aprofundado ou mesmo seja consenso entre os professores e demais comunidade universitária. O Prof. Justino de Sousa solicitou a palavra aos presentes e questionou ao Conselho e aos estudantes quem seria o quórum votante na reunião e foi informado que as deliberações estariam submetidas ao Conselho. Imediatamente o professor fez a proposta de que todos os presentes tivessem poder de voto, haja vista o caráter político da ocupação e o contexto de lutas pelos quais a educação brasileira tem passado. O docente destacou a importância da pauta de da organização dos estudantes para o fortalecimento da formação e para a ampliação do caráter democrático da universidade. Alguns docentes e todos os estudantes presentes consideraram pertinente e razoável a proposta do professor. O Conselho não fez objeções e nem se manifestou contrário à sugestão feita pelo Prof. Justino, o que desdobrou na consideração de que a proposta fora acatada pelo organismo.

Em sequência, deu-se continuidade ao debate sobre a mudança do nome do auditório. Em virtude das opiniões divergentes, estabeleceu-se espaço para uma manifestação a favor e uma manifestação contrária à mudança do nome do auditório e, posteriormente, abriu-se o regime de votação. Pela contagem de votos a favor e votos contrários, foi estabelecido que a mudança do nome do Auditório Prof. Valnir Chagas será realizada, contudo, precedida de ampla discussão e plebiscito com sugestões indicadas pela comunidade da Faced.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, tem-se como síntese e encaminhamentos da reunião:

| REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS | ENCAMINHAMENTO |
|--------------------------|----------------|
|--------------------------|----------------|

(conclusão)

| | |
|---|---|
| Garantia da alteração do nome atual do Auditório Prof. Valnir Chagas | Reivindicação atendida. Definição a posteriori em fórum de discussão da FACED (realizado em 2017.1) |
| Ampliação do horário diário de funcionamento do Laboratório de Computação – LACOM, que deverá estar disponível aos estudantes de 7h30 às 21h. | Ampliação garantida. A diretoria verificará a disponibilidade de funcionários para cobertura dos horários. |
| Constituição e institucionalização do fórum permanente dos estudantes da FACED, destinado a debates político-administrativos e às deliberações e encaminhamentos acerca das pautas apresentadas pelos estudantes na Ocupação. | Reivindicação atendida. O primeiro fórum ficou agendado para os dias 11 e 12 de janeiro de 2017, ocasião onde serão instituídos o calendário do Fórum, os aspectos formais e de representação, bem como a sequência das pautas (a primeira pauta será a Escola de Aplicação). Ressalte-se que, como citado no corpo deste documento, todas as outras reivindicações necessitam de debate amplo para deliberação e planejamento para os encaminhamentos. O fórum deverá, fundamentalmente, manter o caráter democrático e deliberativo, articulando análise, verificação de exequibilidade ou não, prazos, metas e encaminhamentos para todas as demandas apresentadas. |

Todos os registros de pauta, de encaminhamentos, bem como a lista de assinaturas de todos os presentes, foram elaborados por ambos os seguimentos presentes, a saber, estudantes e Conselho da Faced. Sem mais, a reunião foi encerrada.

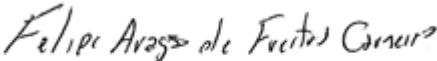
Assinam os presentes, em lista anexa.

ANEXO J – DECLARAÇÕES DE REVISÃO DO VERNÁCULO E DE NORMALIZAÇÃO

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto aos órgãos interessados, que, por intermédio do profissional infra-assinado²⁰⁵, foi procedida a correção gramatical e estilística da tese intitulada **Movimentos estudantis na UFC e ecos de resistência de 1968 e 2016**, de autoria de Tânia Gorayeb Sucupira, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 23 de junho de 2021.

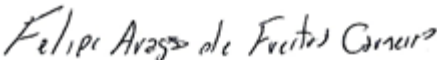


Felipe Aragão de Freitas Carneiro

DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO

Declara-se, para constituir prova junto aos órgãos interessados, que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização da tese intitulada **Movimentos estudantis na UFC e ecos de resistência de 1968 e 2016**, de autoria de Tânia Gorayeb Sucupira, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 23 de junho de 2021.



Felipe Aragão de Freitas Carneiro

²⁰⁵ Número do registro: 89.931. E-mail: felipearagaofc@hotmail.com